

VALTER MARTINS

NEM SENHORES, NEM ESCRAVOS
OS PEQUENOS AGRICULTORES EM CAMPINAS NA PRIMEIRA METADE DO
SÉCULO XIX

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de História - Setor de
Ciências Humanas, Letras e Artes da
Universidade Federal do Paraná.**

Prof. Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos - Orientador

Prof. Dr. Héctor Hernán Bruit (UNICAMP) - Co-orientador

CURITIBA

1995

**Para meu avô *Ataliba*,
meus pais, *Arcy* e *Anna*,
e para o maninho *Arcy*.**

"Eis que o agricultor aguarda com paciência o precioso fruto da terra, até receber as primeiras e as últimas chuvas."

Tiago, capítulo 5, verso 7

"No presente, no futuro, e no passado, somos parte dos outros, e eles parte de nós."

Álvaro de Campos

AGRADECIMENTOS

Certa vez alguém disse, que quando se resolve fazer mestrado, acontece de tudo na vida. Para atrapalhar, segundo o autor da assertiva. Nessa bela tarde de junho, céu azul sem única nuvem (nada contra as nuvens, bem entendido), temperatura perfeita, depois de almoçar em agradabilíssima companhia, encontro-me no mesmo escritório onde passei muitas tardes, manhãs e madrugadas. Muitas delas não tão tranquilas e lindas como esta tarde, mas sem elas nada do que foi feito se faria. Mais uma vez diante desta misteriosa e útil máquina, que segundo Joseph Campbell funciona a partir de uma legião de anjos nela instalados, sinto o que certamente qualquer aluno de pós-graduação normal sente ao terminar o trabalho: alívio. Mas não um alívio igual ao sentido por alguém que deixa pesado fardo. Afinal, o que se finda é a primeira etapa de um caminho mais longo, escolhido em função de uma opção por fazer aquilo que se gosta. E são poucos os que podem escolher e fazer aquilo que gostam. Num breve exercício de memória, acabo sendo obrigado a discordar, ao menos em parte, do que disse aquele alguém, citado no início desta minha "fala". É bem verdade que aconteceu "de tudo", e diria ainda que mais um pouco, em minha vida desde o início do mestrado. Duro mesmo foi a partida do velho Ataliba, mas tudo bem, ele certamente está contando suas muitas histórias lá no céu. No mais, poucas foram as atrapalhções e algumas delas, o tempo e a reflexão cuidaram de mostrar terem sido na verdade preciosos presentes. Por isso e por tantos outros motivos, sinto-me agradecido. E minha gratidão não poderia deixar de principiar por meus pais, que dentro daquilo que sempre lhes foi possível, deram todo seu apoio, não apenas em amor e incentivo, como também na forma de "mesada", quando o tempo da bolsa esgotou-se. João Nunes, que me apresentou Bergman, Rimbaud e Rubem Alves, e permitiu que depois, por mim mesmo, conhecesse Fassbinder, Fellini, Van Gogh, e quase tudo aquilo que amo e acredito, meu mentor intelectual e amigo até o final dos tempos. Ao Professor Héctor Hernán Bruit, agradeço toda confiança em mim depositada durante a elaboração deste difícil trabalho.

Professor Alcir Lenharo, que mesmo sem saber, contribuiu decisivamente para minha opção por História. Em Curitiba, agradeço aos professores da pós-graduação na pessoa de meu orientador, Professor Carlos Roberto Antunes dos Santos, que me deu a liberdade necessária para ensaiar este meu primeiro voo. Maninho, as irmãs Ganz: Ana e Angela, Yara, Ezequiel, Flamarion "dos espíritos" e Sérgio, amigos de turma no mestrado, que o corre corre impediu um contato mais estreito mas não gostosas risadas, e a certeza de uma amizade que permanece. A eles, não poderia deixar de juntar os amigos da UNICAMP, Marcão, Vera, Ari, Edilene e Luigi, Jefferson, Adauto, Regina, Lúcia, Magda e Fábio, que participam de uma mesma busca. Curitiba é para mim uma cidade muito querida, porque lá conheci pessoas muito especiais: Angela, Téa, Arandi, Márcio e Irene, Rafinha, Gisele e Chico Paz. Voltando a Campinas: Calvino e Marlene, pela amizade e por tantas coisas que acabaram literalmente em pizza. Ainda bem ! E como o historiador não é ninguém sem arquivos, agradeço aos funcionários do Arquivo do Centro de Memória da UNICAMP, Fernando e Ema. Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth e também Eliana e Helga, da Biblioteca do Centro de Lógica e Epistemologia, porque simpatia e eficiência, ajudam muito qualquer pesquisador. Há ainda lugar para gente conhecida mais recentemente, mas que também mora em meu coração: Mônica, "pintora-filósofa" e Celso, acessor para assuntos cibernéticos. Aos tios Abimael e Aurélio, pela consultoria e assistência médica gratuitas, e ao tio Aquino pela hospitalidade. Gratos reencontros também merecem registro: Walter Carnielli, que me prestou grande serviço ao me reprovar em Cálculo I quando ainda cursava química, hoje, um grande amigo. Iván e Bia, porque tempo e distância, não mudam certas coisas.

Quanto à Liane, ela é simplesmente hors-concours, como meus agradecimentos.

Ao contribuinte brasileiro, sou grato pela bolsa a mim concedida através da CAPES, sem a qual este trabalho não teria sido possível. Da mesma maneira, presto minha homenagem aos que ainda não puderam tornar-se contribuintes e alcançar um nível maior de cidadania, porque de certa forma, este trabalho fala a respeito deles, de gente simples e esquecida, mas que trabalha e muito.

ÍNDICE

| | |
|--|------------|
| ABREVIATURAS | 7 |
| INTRODUÇÃO | 8 |
| CAPÍTULO I - <u>AS PESSOAS</u> | 29 |
| COISAS DE FAMÍLIA | 48 |
| TRATANDO DA VIDA | 55 |
| A VIDA CONTINUA | 60 |
| AS INEVITÁVEIS RELAÇÕES SOCIAIS | 63 |
| NA SAÚDE E NA DOENÇA | 77 |
| ATOS DE FÉ | 91 |
| MAL EDUCADOS E DESELEGANTES | 101 |
| CAPÍTULO II - <u>A VILA</u> | 115 |
| A VIDA NA VILA | 126 |
| AS CASAS E SUAS COISAS | 137 |
| COBRES, FERROS E LOUÇAS | 149 |
| NA HORA DAS COMIDAS | 157 |
| CAPÍTULO III - <u>O CAMPO</u> | 167 |
| O TRABALHO NA TERRA E SEUS FRUTOS | 170 |
| INDO E VINDO | 185 |
| O COMEÇO DE TUDO | 188 |
| REVOLVENDO A TERRA | 201 |
| O SÍTIO POR DENTRO | 217 |
| QUANDO TRABALHAR DAVA RESULTADO (O DESFRUTE) | 222 |
| EPÍLOGO | 226 |
| FONTES PRIMÁRIAS | 231 |
| BIBLIOGRAFIA | 233 |

ABREVIATURAS

C.C. - Censos de Campinas

C.M.U. - Centro de Memória da UNICAMP

D.I. - Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo

Inv. - Inventário

RIHGSP - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

T.J.C. - Tribunal de Justiça de Campinas

As citações feitas a partir das fontes primárias utilizadas tiveram sua grafia atualizada, e as citações extraídas de obras estrangeiras tiveram tradução livre do autor.

INTRODUÇÃO

"Nessa época (final do século XVIII), uma notável modificação começou a se operar nos paulistas. Os terrenos auríferos já tinham sido distribuídos, a caça aos índios estava proibida. Eles se viam, pois, obrigados a renunciar a atividades que exerciam havia mais de dois séculos. A agricultura foi o recurso de que se valeram ..."

Saint-Hilaire - Viagem à Província de São Paulo

Após tanto tempo, a historiografia revela-se mais aberta e generosa quanto ao aspecto temático. Antes, estava restrita a temas relacionados às grandes estruturas políticas e econômicas, tidas como importantes e relevantes para a compreensão da história de um país. E são. Mas a história é construída por pessoas, tendo como matéria prima suas próprias experiências de vida, no tempo e nos lugares onde ela acontece, indo além das estruturas. É por esta razão que outros ângulos relacionados à vida em sociedade emergem enquanto novas possibilidades de pesquisa, agrupando-se em categorias como "mentalidades" ou "cotidiano", ainda com suas fronteiras fluidas mas nem por isso menos válidas.

Este trabalho, situa-se entre aqueles que não abordam um assunto consagrado ou da moda, muito ao contrário, estuda um tema um tanto quanto esquecido: a vida dos pequenos produtores agrícolas. A busca de fontes secundárias revelou a grande lacuna existente com relação ao estudo destes indivíduos, juntamente com temas afins como o abastecimento, o mercado interno, o comércio de gêneros de primeira necessidade, etc.

Assuntos fundamentais para compreendermos nossa formação histórica, uma vez que podem ajudar a desvendar o passado não só econômico mas social e político.

Se de um lado parece haver certo preconceito em estudar determinados temas considerados exóticos, por outro há o comodismo em deixar de lado pesquisas trabalhosas, que passam necessariamente pelas fontes primárias manuscritas e a poeira dos arquivos.

O estudo envolvendo sociedades agrárias no passado, tradicionalmente complicados, complicam-se ainda mais pelo fato da dispersão espacial, descontinuidade cronológica e o laconismo das fontes disponíveis. Não é por coincidência que os pequenos produtores agrícolas têm sido abordados com maior frequência por economistas, sociólogos, e antropólogos. Entretanto, são trabalhos que atingem períodos mais recentes, estudando principalmente as mudanças e influências do capital no campo.

Segundo Linhares, essa é *"...uma temática que pouco ou nenhum interesse tem despertado entre os historiadores."*¹

A historiografia refere-se, em geral, aos pequenos produtores agrícolas e à agricultura de subsistência de forma tangencial, caracterizando-a como secundária, acessória, sem muita importância. As poucas referências possuem um caráter generalizante e abrangente e por isso mesmo superficiais, como se o Brasil fosse algo homogêneo. As atenções voltam-se invariavelmente ao estudo dos produtos para exportação.

Para Simonsen, após o declínio da mineração, o centro-sul mergulhou em uma grande crise pela falta de uma produção rica e exportável. Fica claro que para esse autor, a agricultura voltada ao abastecimento interno não gerava riquezas e portanto pouco representava, caracterizando como um vazio econômico o período entre o esgotamento das minas e o surgimento do café.²

Furtado apresenta um pensamento parecido ao de Simonsen, com a diferença de ser ainda mais drástico com relação ao período que se seguiu à crise da mineração. Para o autor, a produção aurífera foi *"...atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência."* E de *"baixíssima produtividade"*. Furtado lamenta o rumo dos acontecimentos em um tom quase profético: *"Houvesse a economia mineira se desdobrado num sistema mais complexo, e as reações seguramente teriam sido diversas"*, deixando explícito em sua visão, a total falta de prestígio do setor abastecedor.³

Entre os autores clássicos, Caio Prado Junior foi quem mais dedicou atenção à agricultura, a ponto de fazer uma distinção clara entre dois setores da produção:

¹ LINHARES, Maria Yedda Leite, História do abastecimento, uma problemática em questão (1530-1918), Brasília, BINAGRI, 1979, p.21.

² SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil (1500-1820), 8ª edição, São Paulo, 1978, p. 293, 294.

³ FURTADO, Celso, Formação econômica do Brasil, 15ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977, p.85-87.

"O primeiro é dos grandes produtos de exportação, como açúcar e o tabaco, ..., o outro é das atividades acessórias cujo fim é manter em funcionamento aquela economia de exportação. São sobretudo as que se destinam a fornecer os meios de subsistência à população empregada nesta última, e poderíamos, em oposição à outra, denominá-la economia de subsistência." ⁴

Também para Caio Prado, o setor voltado ao mercado interno era algo acessório, secundário, existindo apenas em função do setor exportador. Com o presente trabalho, não se pretende afirmar que a economia de subsistência era mais importante que a de exportação, mas sim resgatar a relevância de uma parte também importante da economia brasileira. Não seria incorreto afirmar que a lavoura de exportação não seria possível sem a de subsistência ocorrendo em seus bastidores. Esta última, não precisaria da primeira para existir. Havendo população, consumidores, ela teria seu mercado garantido, aqui mesmo, sem precisar cruzar o oceano. Mas o dinamismo da agricultura de exportação influenciou de maneira positiva a pequena agricultura e outros setores da economia de Campinas no século XIX, atraindo pessoas e negócios, desenvolvendo o comércio e a urbanização.

Ao referir-se aos pequenos produtores agrícolas, Caio Prado acaba por reproduzir parte de um discurso corrente durante o período colonial e imperial, afirmando que a agricultura de subsistência era praticada pelas "populações marginais", pelo ***"...elemento humano residual, sobretudo mestiços do índio que conservavam dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado, ou então por brancos degenerados ou decadentes."*** ⁵

Nessa passagem, marginalidade (pobreza) e raça juntas, são ingredientes que contribuem para a estigmatização do pequeno produtor agrícola (que era um trabalhador livre nacional), assimilados por um estudo acadêmico. Mas mesmo considerando a pequena

⁴ PRADO JR, Caio, *História econômica do Brasil*, 10ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1967, p.41.

⁵ PRADO JR, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo*, 8ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1965, p.155.

produção como algo de menor expressão, o autor percebe sua importância enquanto setor que ganha relativa autonomia com o crescimento do mercado interno. Nesse sentido, registra a existência de grandes fazendas escravistas especializadas em produção de gêneros alimentícios e pecuária no sul de Minas .⁶

Mais recentemente, surgiram alguns estudos históricos que se ocuparam da subsistência e abastecimento como tema principal. Seus autores são bem conhecidos de quem se aventura nesse território pouco explorado por historiadores, não só por sua raridade como também pela qualidade de seus trabalhos, e que se transformaram em obras de referência. São eles: Kátia M. de Queirós Mattoso, Maria Yedda Leite Linhares, Alcir Lenharo e Hebe Maria Mattos de Castro. Deve ser lembrado também o estudo pioneiro de Mafalda P. Zemella, que teve sua primeira edição em 1951.⁷

Tais pesquisas, devido à natureza da temática abordada, foram obrigadas a utilizar quase que exclusivamente fontes primárias, o que demanda mais tempo e paciência do

⁶ idem p.51, 156, 193-195.

⁷ MATTOSO, Kátia m. de Queirós, Bahia, a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX, São Paulo, HUCITEC, 1978.

LINHARES, Maria Yedda Leite, História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918), Brasília, BINAGRI, 1979.

LENHARO, Alcir, As tropas da moderação (o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842), São Paulo, Símbolo, 1979.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de, Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo, São Paulo, Brasiliense, 1987.

ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII, 2ª edição, São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1990.

historiador mas que muitas vezes trazem à luz documentos e contribuições inéditas. Dos importantes autores citados, destacaria os três últimos.

Mafalda Zemella estudou as correntes de abastecimento bem como a produção de alimentos que se estabeleceu na região das minas no século XVIII. As crises de abastecimento que ocorreram principalmente no início da mineração, motivaram a produção local de alimentos. Mas as roças de mandioca, feijão, milho e abóbora, não eram suficientes para a crescente população mineira. Importava-se de outras regiões os alimentos que faltavam e os que não eram produzidos ali. Estruturou-se então, uma grande rede de tropas que cruzavam os sertões do Brasil, vindo de diferentes regiões em busca desse rico mercado consumidor. O ouro das Gerais estimulou o crescimento da produção em lugares distantes. São Paulo participou ativamente nesse comércio.

O abastecimento das Minas não ficou limitado às nossas fronteiras. As praças de Portugal, Inglaterra, platinas e africanas, também tiveram seu quinhão nesse processo comercial que além de integrar a história econômica brasileira, constituiu também um capítulo da história econômica moderna.

Segundo Zemella, voltaram-se para a agricultura aqueles que não podiam ter acesso a uma data por não possuírem escravos. A autora observa que o triunfo da agricultura ocorreu paralelamente à drástica diminuição do rendimento das minas, o que determinou a baixa do preço do trabalho escravo no final do século XVIII. Nesse momento,

*"a agricultura estava tão desenvolvida que seus frutos não só bastavam para o consumo dos habitantes da capitania, mas também havia sobras para a exportação."*⁸

Uma vez atingida a autosuficiência, ocorreu uma inversão no sentido das correntes abastecedoras. Minas passou a exportar gêneros que havia importado durante décadas. É interessante notar que a agricultura esteve sempre presente, mesmo enquanto o ouro vivia seus

⁸ ZEMELLA, Mafalda P. op.cit. p.200.

áureos tempos, não sendo portanto uma "involução" ou resultado final da desagregação do sistema minerador.

O trabalho de Alcir Lenharo dá sequência ao de Mafalda Zemella. Ele tem como objeto de estudo o comércio de primeira necessidade entre o sul de Minas e a Corte, no início do século XIX. A produção mercantil de subsistência recebeu grande impulso com o enfraquecimento das lavras e a expansão do mercado carioca, especialmente após a chegada da família real. Fato que reorganizou e redirecionou a economia sul-mineira para esse mercado.

Muitos fazendeiros de gêneros alimentícios do sul de Minas conseguiram projeção política local e regional. Por ocasião da Independência, vários deles chegaram a ocupar cargos na corte, integrando o Partido Liberal.

Lenharo conclui que o comércio de abastecimento forneceu estradas, estruturou o sistema de tropas, manteve a escravidão, incentivou o povoamento de áreas desertas e concentrou a posse da terra em extensas regiões do centro-sul, pré-requisitos necessários à cafeicultura. O autor diz ser possível afirmar que até 1830, quando o café deslanchou, a economia mercantil de subsistência ocupou espaço vital no crescimento das forças produtivas no centro-sul. Posteriormente, o avanço do café ofuscou a expressividade econômica e política do setor abastecedor. O novo produto começou a ocupar espaço dentro das tradicionais regiões de produção de alimentos, provocando sua retração.

O livro de Hebe Maria Mattos de Castro, estuda os lavradores pobres de Capivary (atual Silva Jardim, RJ), no final do século passado e início deste. Ocupada pela lavoura cafeeira no início do século XIX, Capivary não apresentava um clima dos mais favoráveis ao desenvolvimento dessa cultura. Seu café, de baixa qualidade, não era destinado à exportação o que implicou em sua associação com outro produto voltado para o mercado interno: a farinha de mandioca.

A autora verificou a existência de um duplo movimento de expansão agrícola, um ligado à produção de subsistência e outro à agricultura comercial, procurando responder importantes questões sobre essa temática tão pouco estudada: as origens da organização

agrária que se especializou em tal tipo de produção, como se estruturava essa mesma produção, em que níveis era utilizado o trabalho escravo, como se representavam socialmente o pequenos produtores agrícolas e, quais os reflexos da crise da escravidão a partir da extinção do tráfico e consequente elevação do preço do escravo.

A pesquisa teve como fontes primárias inventários, censos e registros paroquiais de terras, além de entrevistas com antigos moradores. Os estudos revelaram a concentração de terras nas mãos dos fazendeiros, o que não impediu os pequenos produtores agrícolas de se instalarem nas áreas não utilizadas por aqueles. As terras assim ocupadas eram chamadas de "situações", e eram reconhecidas legalmente pelo judiciário local.

Já no início deste século, segundo Hebe Castro, a propriedade da terra aparece como base das novas relações de trabalho: arrendamento, meação e a divisão do trabalho familiar, eixo da organização agrícola da região. A sociedade local diferenciava-se em muitos aspectos daquela anterior, do final do século XIX.

O estudo da produção de alimentos e seu comércio, constitui assim uma via de acesso aos problemas cotidianos, vividos principalmente, pelas populações urbanas que buscavam na "Rua das Casinhas" e na "Rua da Quitanda", os mantimentos mais simples e corriqueiros mas sem os quais, ninguém passava.⁹

O Brasil não ficou imune às periódicas crises de abastecimento e à carestia de gêneros de primeira necessidade ao longo de sua história. Não poucas vezes desdobraram-se em motins populares contra a ameaça da fome. Ao prefaciар o livro "As tropas da moderação" de Alcir Lenharo, Maria Odila Leite Dias lembrou alguns desses momentos: o episódio do Maneta na Bahia, em 1711, a revolta de Pitangui em Minas, em 1720, a Praieira, o Ronco do Abelha e o Quebra Quilos no nordeste imperial.

⁹ Veja: DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós, *op.cit.*

Apesar da importância social dos alimentos de consumo geral, havia pouco interesse pelo seu cultivo enquanto atividade principal ou, pelo menos, em quantidade superior às necessidades da propriedade, ocorrendo mesmo seu total abandono por parte dos fazendeiros, voltados exclusivamente para a produção de açucareira no nordeste colonial.

Preocupadas com possíveis contratempos na produção para exportação devido à precariedade do abastecimento e não com a penúria popular, as autoridades coloniais estabeleceram leis impondo aos proprietários de terras o plantio de alimentos. Na verdade, não havia por parte da metrópole uma política voltada ao abastecimento.

*"A lei de 15 de fevereiro de 1688, mandava que os moradores do recôncavo da Bahia e de sete léguas em redor dele, se obriguem a plantar cada ano 500 covas mandioca por escravo de serviço. A lei se dirigia particularmente aos engenhos."*¹⁰

Leis semelhantes se reeditaram ao longo de todo o período colonial sem surtir maiores efeitos porque as atenções estavam voltadas para as atividades exportadoras.

Ao analisar uma realidade bem diferente da brasileira, a Inglaterra do século XVIII mas que também produziu seus motins de subsistência, Edward P. Thompson criticou a tradicional historiografia inglesa, que via tais motins como ações irracionais, animais, motivadas pela fome e com fins de pilhagem, como movimentos sem significado político, meras "rebeliões de estômago". Para o autor, ficou evidente que os motins eram reações encadeadas com moderação e sem uso de violência. Possuíam normalmente objetivos bastante definidos a partir de um consenso entre os participantes. O motim era precisamente um momento de negociação entre o comerciante e os pobres. Estes jogavam com seu único trunfo: a ameaça de uma multidão aglomerada. Desta forma impunham ao comerciante o seu preço. Em regra não havia roubo, era apenas exigido o que considerassem justo.

¹⁰ DIEGUES JR, Manuel, *População e açúcar no nordeste do Brasil*, São Paulo, Comissão Nacional de Alimentação, 1954, p.159.

Os motins representavam o apego às antigas práticas econômicas. Evidenciavam a força da tradição em uma sociedade que relutava diante do novo, que pretendia a preservação de um passado. Tais movimentos evocavam memórias e desejavam a restauração de um tempo menos injusto, onde o estado intervia através de leis que garantiam o baixo preço dos alimentos em momentos de crise de abastecimento, e que vinha sendo perdido com o avanço do liberalismo econômico.¹¹

Para Pierre Vilar,

*"A tarefa do historiador consiste em multiplicar as análises de "casos". Estes "casos" serão julgados e classificados com relação, segundo convenha, a "modelos" econômicos; e só a confrontação histórica de um número suficiente de "casos" demonstrará a validade, sugerirá as variações, situará no tempo a caducidade dos próprios modelos econômicos."*¹²

E para Maria Yedda Linhares,

*"... a história do abastecimento só poderia ser feita após um sem número de pesquisas em fontes primárias, realizadas em nível local e regional."*¹³

É com a acumulação de estudos de caso portanto, que se poderá montar um mosaico sobre uma história ainda não contada dos pequenos produtores agrícolas, dentro da especificidade dos diversos contextos sociais e econômicos aos quais pertenciam.

O presente trabalho, coloca-se nessa perspectiva, ao estudar os pequenos produtores agrícolas em Campinas na primeira metade do século XIX. Um período marcado pela crise do

¹¹ THOMPSON, Edward P. "La economía "moral" de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII" in Tradición, revuelta y conciencia de clase, estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial, Barcelona, Critica, 1984.

¹² VILAR, Pierre, Crecimiento y desarrollo, economía e historia - reflexiones sobre el caso español, Barcelona, Ariel, 1964, p.48.

¹³ LINHARES, Maria Yedda Leite, op.cit. p.22.

sistema colonial, tendo a nação surgido em meio a ela, já como integrante do comércio internacional.

A primeira metade do século XIX foi caracterizada como um vazio econômico, situado entre o declínio da mineração e a ascensão do café. Nesse ponto, a historiografia tradicional dá um salto maior ainda no que diz respeito a São Paulo:

"De uma região despovoada, pobre, onde se destacava a figura épica do bandeirante penetrando os sertões e alargador das fronteiras lusas, há um salto para a fase da grande lavoura monocultora escravista do século XIX."

14

Como diz Kuznesof,

"O período entre 1767 e 1802 tem sido freqüentemente visto como de decadência no centro-sul do Brasil, principalmente em função do declínio da produção aurífera. Contudo, foi um tempo de considerável desenvolvimento comercial, o qual foi facilitado pelas melhorias nos transportes e comunicações. Foi também um tempo de crescimento da população do centro urbano de São Paulo, como indicou sua média de 2% de crescimento ao ano entre 1777-1802. A reconstrução do caminho para Santos, iniciada em 1780 e finalmente pavimentada até Cubatão em 1792, teve dramáticas implicações para o custo e velocidade do transporte de produtos para o porto. Da mesma forma, o transporte através de tropas de mulas, que passou a ser importante depois de 1750, tornou-se o meio de transporte dominante no centro-sul depois de 1780, facilitando grandemente o comércio em geral. O comércio de mulas em si contribuiu para o volume de comércio neste período. Mulass vendidas na feira de Sorocaba eram freqüentemente trazidas

¹⁴ MARCÍLIO, Maria Luiza, Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836, tese de livre docência em História, USP, 1974, p.10.

***para São Paulo e redistribuídas para o norte, leste e litoral, juntamente com outros produtos.* " 15**

Na primeira metade do século XIX portanto, São Paulo vivia a consolidação de um processo de transição iniciado no final século anterior, quando sua economia, até então de subsistência, passou a conviver com a economia açucareira e posteriormente com a cafeeira, voltadas à exportação. Esse quadro dinâmico de mudanças e de crescente atividade econômica, contraria a idéia de vazio econômico existente entre o declínio da mineração e a ascensão da lavoura cafeeira, presente durante muito tempo na historiografia. Entretanto, é bom lembrar que essas mudanças que tiraram São Paulo de sua anestesia econômica, começaram a acontecer principalmente após 1777, quando finalmente, o Tratado de Santo Ildefonso aliviou a população paulista do fantasma dos recrutamentos e dos confiscos de sua produção, em nome Del Rey.

***"Entre promover a economia de exploração de produtos primários - como havia sido ordenado ao governador de São Paulo em 1765 - e a exigência de manter o exército sem possuir os recursos necessários, a metrópole não só explorou, com uma aceleração crescente de violências sobre a população que se negava a servir no exército, como destruiu a economia paulista, retardando seu desenvolvimento agrícola e comercial."* 16**

Como em outros momentos de sua história, a economia brasileira não ficou insensível aos apelos do mercado internacional e seus movimentos conjunturais. Uma revolta social ocorrida no Haiti, principal produtor de açúcar no final do século XVIII, determinou sua escassez e conseqüente elevação dos preços na Europa.

¹⁵ KUZNESOF, Elisabeth Anne, *Household economy and urban development. São Paulo, 1765/1836*, Boulder, Westview Press, 1986. Agradeço ao Prof. Robert Slenes ter-me sugerido e emprestado este livro.

¹⁶ PEREGALLI, Enrique, *Recrutamento militar no Brasil colonial*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1986, p.53.

Uma notícia dessas nunca seria segredo e não demorou muito para cruzar o Atlântico e chegar ao distante planalto paulista. Mesmo com boas condições de clima, solo e abundância de terras, São Paulo, até então, não vivia de açúcar. Mas as novidades vindas de longe soaram promissoras e não ficaram sem resposta. Era já, portanto, o tempo do açúcar na Capitania de São Paulo.¹⁷

Em terras conquistadas à floresta, que ainda permanecia ao alcance da visão, as roças de milho, arroz e feijão, dominavam a paisagem rural da rural Campinas que se despedia do século XVIII. As plantações de cana eram "manchas" em um tom diferente de verde, contrastando com o verde das roças.

Quando enfim chegou o século XIX, Campinas já havia deixado sua condição de bairro rural de Jundiá, quando era conhecida como Campinas do Mato Grosso, onde reunia, segundo o primeiro censo realizado em 1767, 38 fogos somando 155 habitantes (sem contar os escravos), todos agricultores, cultivando alimentos para suas próprias despesas.¹⁸

Para trás havia ficado também o período em que, fundada a primeira igreja em 1774, tornou-se Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, em homenagem à santa padroeira. Campinas agora, era Vila de São Carlos desde 1797, desta vez, em homenagem à Carlota, recém nascida filha de Dom João e Dona Carlota Joaquina. O status de cidade e o

¹⁷ Sobre esse período ver:

PETRONE, Maria Thereza Schorer, A lavoura canavieira em São Paulo (expansão e declínio, 1763-1851), São Paulo, DIFEL, 1968.

QUEIROZ, Suelly Robles Reis de, "Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial", Anais do Museu Paulista, São Paulo, 1967, p.109-277.

EISENBERG, Peter Louis, Homens esquecidos, Campinas, Editora da UNICAMP, 1988.

¹⁸ PUPO, Celso Maria de Mello, Campinas, seu berço e juventude, Campinas, Academia Campinense de Letras, 1969, p.28.

nome atual chegariam apenas em 1842. Assim, durante quase todo o período alcançado pela pesquisa, Campinas era na verdade, Vila de São Carlos.

Colocadas essas mudanças de nome e condição, nas páginas que se seguem será utilizado simplesmente o nome atual: Campinas.

Mas Campinas não mudou apenas de nome e condição ao longo do tempo. Antes de consolidar sua industrialização, passou por três fases econômicas, todas ligadas à agricultura. A primeira voltada à produção de alimentos, a segunda voltada à produção e exportação de açúcar e, finalmente, a lavoura cafeeira.

A escravidão esteve presente durante todas essas ações econômicas na região. Outra presença constante foi a produção de alimentos pelos pequenos agricultores, ora vizinhos dos engenhos de açúcar, ora das fazendas de café.

Na ótica desta pesquisa, são considerados pequenos produtores agrícolas ou pequenos agricultores ou simplesmente agricultores, todos aqueles que cultivavam alimentos, tivessem escravos ou não, excluindo-se os partidistas (plantadores de cana que não possuíam engenho) e os senhores de engenho, que também cultivavam alimentos.

É interessante dizer que a produção de alimentos não estava restrita somente aos três tipos de agricultores acima. A pequena agricultura de alimentos acontecia também como atividade complementar (para pequenas vendas ou, principalmente, direcionada à subsistência) de inúmeras pessoas que também exerciam outras atividades como tropeiros, comerciantes, oleiros, taverneiros, etc. A produção de gêneros de primeira necessidade era difusa por toda a sociedade, envolvendo ricos e pobres, gente do campo e da cidade, livres e escravos. Afinal, todos tinham que se alimentar e naqueles tempos, isso significava, em grande parte, consequência literal do ato de plantar e colher.

Os pequenos agricultores e suas famílias constituíam parte significativa da população de Campinas. Eram homens livres, entre os quais havia um grande número de mestiços. Este trabalho, tem como objetivo resgatar aspectos do cotidiano dos pequenos agricultores, seu modo de viver: sua casa, mobília, roupas, religiosidade, ferramentas, o que produziam e as

implicações desta produção em suas vidas. Trata-se de reconstituir, ao menos em parte, a condição econômica e social de pessoas quase sempre ausentes na historiografia brasileira que, até aqui, tem privilegiado as relações entre os extremos da sociedade: senhores e escravos.

Constituindo parte da camada intermediária entre esses dois extremos, os pequenos produtores agrícolas acabaram integrados aos chamados "homens livres pobres" da sociedade escravista, sendo vistos pela classe dominante como marginais, desclassificados, vadios, como gente prescindível dentro da realidade da agricultura exportadora e comumente tratados pela historiografia a partir dessa perspectiva.¹⁹

Como veremos ao longo dos próximos capítulos, os homens livres, representados pelos pequenos agricultores, não eram sempre tão pobres e marginais, participando com seu trabalho e sua produção, ativamente da sociedade campineira.

A intenção é apreender esses homens através de um ponto de vista de inclusão, e não de exclusão da sociedade em que viviam. Nesse sentido, este trabalho aproxima-se ao de Hebe Castro já comentado, e também pelo fato de constituir um estudo de caso, analisando os pequenos agricultores durante a escravidão.

Em uma pesquisa recente, Carlos Roberto Antunes dos Santos ²⁰ também percebeu a importância dos pequenos produtores agrícolas, a partir de sua inclusão em um projeto de modernização da província do Paraná, implementado por vários de seus presidentes, sendo que a formação de uma estrutura agro-alimentar, incluindo a melhoria dos transportes e colonização, era uma de suas maiores preocupações.

¹⁹ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, *Homens livres na ordem escravocrata*, São Paulo, IEB/USP, 1969.

SOUZA, Laura de Mello, *Desclassificados do ouro*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Graal, 1986.

KOVARICK, Lúcio, *Trabalho e vadiagem, a origem do trabalho livre no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

²⁰ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos, *Alimentar o Paraná província, a formação da estrutura agro-alimentar*, tese apresentada ao concurso para Professor Titular em História do Brasil na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1992.

O cultivo de alimentos pelos pequenos agricultores de Campinas acontecia fundamentado no trabalho familiar, contando, quando mais abastados, com a ajuda de um ou mais escravos. Esse segmento da sociedade apresentava-se de forma heterogênea quanto aos aspectos econômicos e raciais. Trabalhavam buscando em primeiro lugar seu autoabastecimento, podendo comercializar eventuais excedentes e mesmo parte de sua produção destinada a esse fim. Isso demonstra não apenas seu não isolamento da sociedade que os envolvia mas que havia espaço para trocas com a mesma, através do mercado onde comparecia como vendedor e comprador. Porque, autoabastecimento não significava autosuficiência:

"Em termos gerais, a pequena produção agrária de tipo familiar, que comercializava um pequeno excedente no mercado urbano mais próximo, representa uma forma produtiva reproduzida e subordinada ao capital." ²¹

Trabalhador tendo a si mesmo como patrão, o pequeno produtor agrícola tinha liberdade para decidir sobre o tempo e a intensidade de seu trabalho.

Segundo Chayanov, ***"...o grau de autoexploração da força de trabalho se estabelece pela relação entre a medida da satisfação das necessidades e a do peso do trabalho."*** ²²

Ou seja, quando há um equilíbrio entre trabalho e consumo necessário à manutenção e reprodução do domicílio, determinado subjetivamente, seus membros cessam o trabalho, quando o julgam demasiado estafante sem correspondente vantagem. Dessa forma, Chayanov,

²¹ BRUTT, Héctor Hernán, *A acumulação capitalista na América Latina*, São Paulo, Brasiliense, 1982, p.21.

²² CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*, Buenos Aires, Nueva visión, 1974, p.84.

Para diferentes opiniões sobre a obra de Chayanov veja:

PLAZA JR, Orlando (org.), *Economía campesina*, Lima, DESCO, 1979.

que não faz distinção entre camponeses e produtores agrícolas,²³ explica porque não ocorre acumulação de capital dentro das chamadas sociedades camponesas. Esta sua visão, acaba por respaldar o discurso que considerava os pequenos produtores agrícolas como indolentes, como gente que parava de trabalhar quando tinha suas necessidades satisfeitas, distanciando-se portanto, dos resultados obtidos neste estudo em relação a esse segmento da sociedade em Campinas na primeira metade do século XIX.

A produção de alimentos, anterior ao estabelecimento da economia exportadora em Campinas, posteriormente passou a conviver com a mesma, recebendo desse contato uma nova dinâmica, juntamente com o núcleo urbano, que experimentou novo impulso com a presença dos engenhos.

Esses dois setores, um voltado ao mercado interno e o outro à exportação, são aqui entendidos como articulados entre si, influenciando-se continuamente.²⁴

O presente trabalho, evidenciou que os pequenos agricultores, ou pelo menos parte deles, acumulou capital, partindo de sua própria atividade agrícola, permitindo sua ascensão social, e em alguns casos, seu enriquecimento.

A hipótese de trabalho central que orientou a pesquisa desde seu início, foi verificar se os pequenos agricultores, realizando um tipo de economia familiar, tiveram condições de melhorar seu nível de vida material, isto é, se obtiveram um relativo enriquecimento, ou senão, permaneceram voltados somente a uma economia de subsistência.

²³ Há autores que fazem tal distinção: "...o produtor agrícola que se integra em um ciclo de produção alimentar e o camponês que cultiva para se alimentar." MENDRAS, Henri, *Sociedades camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p.12.

²⁴ A idéia de articulação entre esses dois setores é inspirada no trabalho de Robert A. W. Slencu, "Os múltiplos de porcos e diamantes - centro dinâmico e mercado interno em Minas oitocentista.", *Cadernos IFCH*, UNICAMP, nº 17, jun 1985, p.39-80

Teoricamente, nossa idéia era testar o processo que Marx chamou de acumulação primitiva, ou seja, o acúmulo de um capital dinheiro inicial às custas do trabalho individual, familiar, de poupança, etc, e que não fosse produto da exploração do trabalho assalariado.

FONTES

A pesquisa apoiou-se basicamente em dois tipos de documentos, de natureza bastante diversa mas de certa forma complementares: censos e inventários post-mortem.²⁵

Esses documentos foram escolhidos por reunirem determinadas informações de maneira sistemática e por constituírem séries que abrangem um período relativamente longo, permitindo seguir os agentes históricos no tempo. Os inventários são bem conhecidos e dispensam maiores comentários mas os censos merecem uma descrição mais detalhada.

Os censos ou listas nominativas de habitantes ou maços de população, como também são conhecidos, começaram a acontecer na capitania de São Paulo a partir de 1765, durante o governo de Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, com uma frequência praticamente anual até 1829.

A realização dos censos justamente em São Paulo não foi mero acaso. Nos tempos do Morgado de Mateus, a capitania estendia-se até o atual estado de Santa Catarina, tendo abaixo a capitania de São Pedro do Rio Grande, onde localizavam-se as instáveis fronteiras com as colônias espanholas.

²⁵ Os censos manuscritos para Campinas cobrem o período 1767-1829. Os documentos originais encontram-se no Arquivo do Estado de São Paulo, seção tempo colonial, população, Jundiaí: caixas 86, 87 e 88; Campinas: caixas 25, 26, 27 e 27a. Os inventários originais (manuscritos) encontram-se sob os cuidados do Arquivo do Centro de Memória da UNICAMP.

A invasão do Rio Grande por Pedro de Ceballos, governador espanhol em Buenos Aires, no ano de 1762 ²⁶, havia despertado a coroa portuguesa para a necessidade de aumentar suas defesas na região contra os incômodos vizinhos.

A criação dos censos foi um reflexo dessas preocupações de fundo militar, da necessidade das autoridades coloniais saberem o número de habitantes da capitania, principalmente dos homens aptos a pegarem em armas.

O interesse militar dos censos é explícito. Observando os documentos, nota-se que a população estava dividida em companhias de ordenanças sendo que as listas de cada companhia eram quase sempre encabeçadas por pessoas com cargos militares: capitães, tenentes, sargentos e alferes.

Os censos tinham como unidade de organização o "fogo". Cada fogo era formado pela família, juntamente (quando havia) com escravos e agregados. Depois do nome do chefe do fogo, seguiam-se o nome de sua esposa e filhos, escravos e agregados. Outras informações eram a naturalidade, idade, estado civil, cor, produção (nos fogos agrícolas), profissão, defeitos físicos, nascimentos, mortes e outros fatos diversos e ocasionais. Esses dados ganharam uma maior homogeneidade e regularidade somente após 1798. A presença de erros e distorções em documentos desse tipo não causam nenhuma surpresa. A idade é um exemplo típico. Nem sempre as pessoas forneciam suas idades de maneira correta, especialmente jovens passíveis de recrutamento. Muitos erros ficavam por conta do escrivão mais desatento. Apesar da "imperfeição" dos censos, seu estudo não é apenas válido mas fundamental para novos progressos na história do período em questão. Cabe portanto, estabelecer critérios para contornar os problemas e "corrigir" o documento, a fim de explorá-lo de forma mais coerente.

²⁶ EISEMBERG, Peter Louis, op. cit. p.323.

METODOLOGIA

A pesquisa iniciou-se a partir do censo de 1800, com intervalos de 3 em 3 anos até 1829, ano que marca o último censo realizado nos moldes descritos. Esse critério colocou-se devido ao crescimento da população e da quantidade de fogos ao longo do período.

Terminada essa fase, foi necessário o auxílio da informática para viabilizar e dar continuidade ao trabalho. Partindo dos censos selecionados, foi produzida uma lista contendo os nomes dos chefes de fogos (homens ou mulheres) que apresentaram apenas produção agrícola (agricultores, senhores de engenho), totalizando 4009 nomes. Uma segunda lista incluiu os nomes das pessoas que deixaram inventários em Campinas entre os anos de 1800 e 1870, num total de 600 nomes.

Concluídas essas duas listas, utilizou-se um programa de computador, o EPI-INFO.²⁷ O computador forneceu uma terceira lista contendo 156 nomes comuns às duas anteriores, permitindo pesquisar os inventários de maneira seletiva e não aleatória. Esse procedimento tornou possível resgatar informações sobre pessoas que estiveram presentes nos censos e que, ao falecerem, deixaram seus inventários, permitindo estabelecer uma série de comparações e verificar as mudanças e permanências nas vidas de pequenos agricultores: como era sua vida material, se ascenderam socialmente ou não.

Com toda certeza, o resultado obtido na terceira lista, 156 nomes, teria sido ainda mais expressivo se não houvesse uma limitação imposta pelas próprias fontes. Os nomes das pessoas muitas vezes não eram registrados de forma completa pelos "recenseadores" ao longo dos anos o que implicou em sua exclusão ou associação a homônimos pelo computador. Outro

²⁷ Concebido pela Organização Mundial da Saúde para estudos epidemiológicos. Esse programa tem demonstrado ser bastante útil na pesquisa histórica por "cruzar" simultaneamente informações com diferentes variáveis.

fator foi a própria mobilidade da população. Pessoas que apareceram nos censos em vários anos acabavam por se mudar, falecendo em outro lugar, não constando da listagem de inventariados em Campinas. Havia também os casos de pessoas que por algum motivo não deixaram inventário e ainda a possibilidade de alguns terem se perdido.

Além dos censos e inventários, foram utilizadas também fontes primárias impressas: "Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo", relatos de viajantes estrangeiros, textos contemporâneos ao período estudado e o censo de 1836 organizado por Daniel Pedro Müller.

O trabalho realizado a partir desses documentos está dividido em três capítulos:

O primeiro capítulo procura falar sobre alguns aspectos importantes da vida das pessoas que moravam em Campinas na primeira metade do século XIX, com ênfase nos pequenos agricultores. Encontramos dados quantitativos e qualitativos sobre a população, relações familiares e raciais, a difícil vida das mulheres, a saúde, a educação, a religiosidade e alguns costumes relativos à indumentária.

No segundo capítulo temos uma idéia de como era a então Vila de São Carlos, as casas (muitas delas ocupadas por mulheres solitárias) e sua mobília, hábitos alimentares e utensílios de cozinha.

O terceiro e último capítulo, trata mais detalhadamente da vida dos agricultores no campo: a ocupação e a posse da terra, suas técnicas agrícolas e suas ferramentas, problemas cotidianos nas plantações e o escoamento dos produtos, bem como a produção de alimentos básicos e o resultado positivo obtido por vários desses pequenos agricultores.

CAPÍTULO I: AS PESSOAS

"No final do século XVIII, com o crescimento da lavoura agroexportadora, ocorreu uma maior definição das divisões sociais. Nos extremos da sociedade temos de um lado os senhores de engenho e comerciantes, no outro os escravos, cada vez mais numerosos. Permela esses extremos uma sucessão de homens livres; médios e pequenos proprietários, posseiros e sobretudo os "sem-terra" e os jornaleiros, que se articulam no setor da produção da lavoura de mantimentos para o auto consumo e algum excedente, maior ou menor, para atender o comércio interno e por vezes também, em volume insignificante, o de exportação, igualmente. Um mundo variado de artesãos, pequenos comerciantes, tropeiros, etc, procura sobreviver em torno de aldeias, vilas e cidades da região. A capitania de São Paulo, periférica do sistema colonial até os anos 1760, passa gradualmente a integrar-se na periferia agora do sistema da Economia Mundo (no conceito de F. Braudel e I. Wallerstein)."

Maria Luiza Marcilio - "População e força de trabalho em uma economia agrária em mudança; a província de São Paulo no final da época colonial".

No ano de 1800, Campinas já apresentava alguns sinais de vida urbana, ainda que bastante modestos. Os serviços eram pouco diversificados mas essenciais.

Em um mundo marcado pelo trabalho no campo ou nas tropas de condução, os momentos de lazer também tinham seu lugar. As sete tavernas então existentes, eram palco das animadas conversas de seus frequentadores, regadas com a cachaça da terra, tipo exportação. O fundo musical ficava por conta das violas feitas pelo artesão mineiro Lourenço Barbosa.

O tímido comércio tinha duas vendas, quatro lojas e um mascate que ia quando as pessoas não vinham. Uma pequena mas perceptível demanda, permitia que dois homens vivessem de construir casas para vender enquanto o oleiro fornecia as telhas e o serrador as madeiras, trabalhadas pelos seis carpinteiros do lugar.

O algodão plantado nas redondezas ocupava seis fiandeiras, três tecelões e cinco costureiras. Um alfaiate era o suficiente para sua restrita clientela. Havia dois sapateiros sendo que um se garantia plantando mantimentos "para seu gasto", prática aliás bastante difundida naqueles tempos. Dois dos taverneiros, o oleiro e dois tropeiros eram também pequenos agricultores.

A arte de um ourives (o negro livre João Barbosa) já podia ser requisitada pelos mais afortunados, enquanto onze famílias viviam de esmolas ou eram muito pobres.

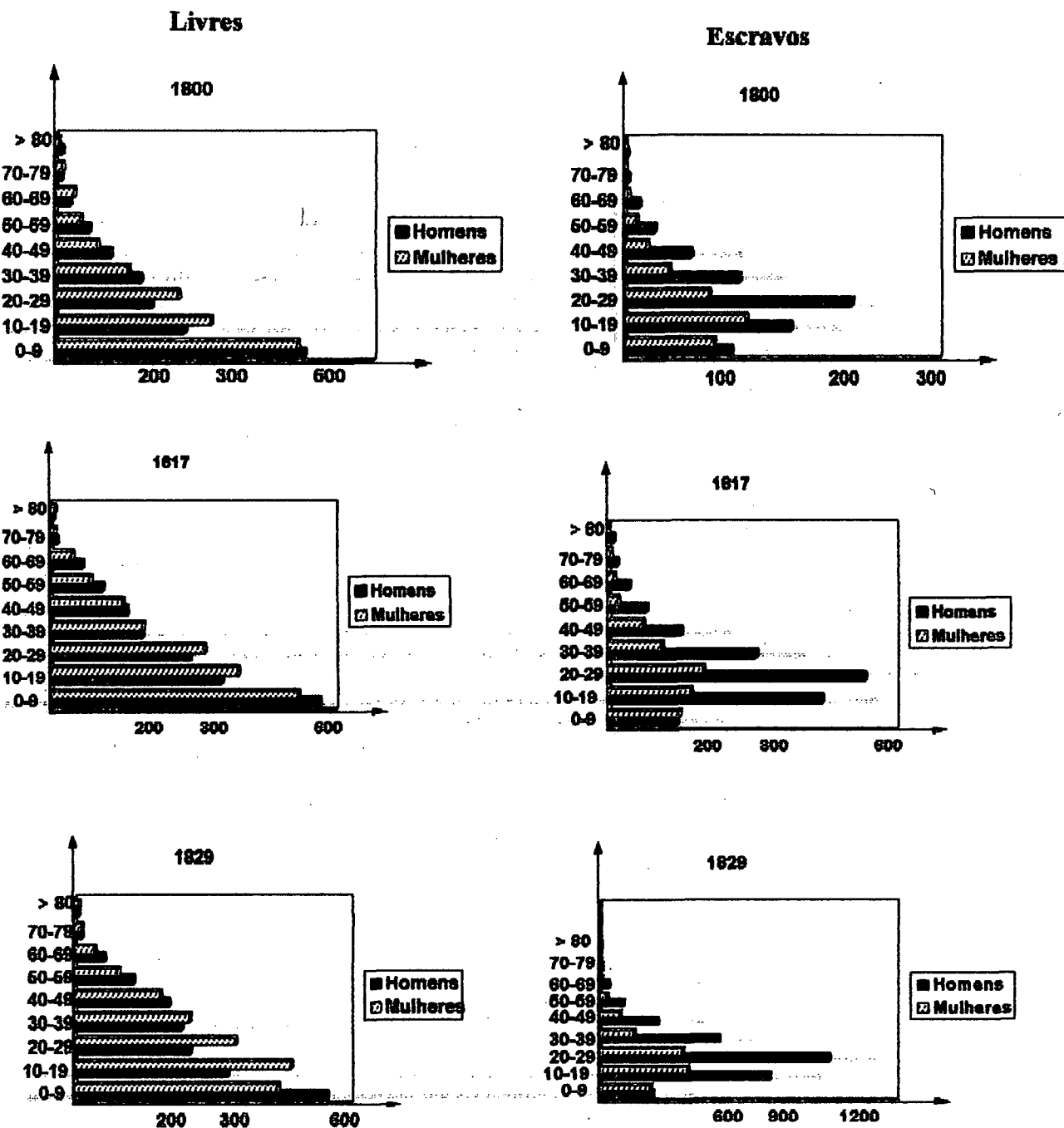
As inquietações espirituais eram aliviadas ou não, pela presença de três padres. Seis pessoas viviam de "se alugar", o que talvez nem sempre fosse fácil em um tempo de escravidão.

A burocracia não era das mais ágeis pois o tabelião nem mesmo morava na pequena vila. Os sete tropeiros levavam e traziam mercadorias, homens e novidades, provocando com suas chegadas e partidas um dos poucos e breves momentos de agitação.

Quando a noite chegava, convidando ao descanso, antes de se recolherem, as pessoas podiam ainda tirar um dedo de prosa com os familiares ou com os santos de sua devoção, à luz das velas feitas pelo octogenário José da Silva Monteiro.

A vida nesse nascente e disperso núcleo urbano era profundamente enraizada no mundo rural à sua volta, com o qual se confundia, sendo portanto, regida pelo ritmo dos plantios e das

colheitas. Era no campo que a maioria das pessoas vivia. Em troca do trabalho de livres e escravos, a terra proporcionava aos homens sua subsistência e a possibilidade de obterem mais que isso. Mas a paisagem rural aos poucos foi assimilando novos elementos e se transformando, sem deixar de ser rural. Os canaviais e engenhos, recentes em Campinas, foram se tornando maiores e mais numerosos, provocando mudanças como a rápida alteração do quadro demográfico.



Ao compararmos as pirâmides de livres e escravos, percebemos um desproporcional crescimento da população escrava, notadamente a masculina, destinada em grande parte aos engenhos de açúcar. A base das pirâmides indica um maior número de nascimentos entre os livres, o que pode ser explicado em parte pelo fato dos escravos chegarem a Campinas já com idade para trabalhar. O perfil das pirâmides sugere que a população era predominantemente jovem, sendo possível inferir um alto índice de natalidade e fecundidade, bem típica de sociedades agrárias. Uma característica comum a livres e escravos (mais marcante entre os escravos) era a drástica diminuição da população com o passar do tempo, especialmente após a faixa etária entre 50 e 59 anos.

Quanto ao aspecto jurídico, a população estava distribuída assim:

| 1800 | | | |
|-------------|-------|-------------|-----|
| LIVRES | | ESCRAVOS | |
| H | M | H | M |
| 1.272 | 1.298 | 693 | 357 |
| TOTAL | | TOTAL | |
| 2.570 | | 1.050 | |
| PORCENTAGEM | | PORCENTAGEM | |
| 71% | | 29% | |
| TOTAL GERAL | | | |
| 3.620 | | | |

| 1817 | | | |
|-------------|-------|-------------|-----|
| LIVRES | | ESCRAVOS | |
| H | M | H | M |
| 1.766 | 1.736 | 1.724 | 734 |
| TOTAL | | TOTAL | |
| 3.502 | | 2.461 | |
| PORCENTAGEM | | PORCENTAGEM | |
| 58.7% | | 41.3% | |
| TOTAL GERAL | | | |
| 5.963 | | | |

| 1829 | | | |
|-------------|-------|-------------|-------|
| LIVRES | | ESCRAVOS | |
| H | M | H | M |
| 1.778 | 1.856 | 3.337 | 1.424 |
| TOTAL | | TOTAL | |
| 3.634 | | 4.761 | |
| PORCENTAGEM | | PORCENTAGEM | |
| 43.3% | | 56.7% | |
| TOTALGERAL | | | |
| 8.395 | | | |

Fonte: Censos de Campinas.

Em termos gerais, a população de Campinas cresceu 232 % entre 1800 e 1829. Fica evidente que a população escrava teve um grande crescimento, maior que o da população livre. Constituindo a minoria, 29 % em 1800, os escravos passam a ser 57,7 % da população.

Entre 1800 e 1829, a população escrava cresceu 453,4 % enquanto a livre 141,4 %. Dito de outra maneira: a população escrava cresceu 3,2 vezes em relação à livre no mesmo período. Esse desequilíbrio quantitativo entre os dois hemisférios da população revela a grande efervescência econômica pela qual Campinas estava passando no início do século XIX.

A difusão da lavoura canavieira criou uma maior e crescente demanda pela mão-de-obra escrava, provocando um aumento artificial da população através da importação de novos contingentes de escravos.

O "...tráfico de africanos, acelerou-se a partir da década de 1790, mantendo-se num patamar alto durante as três primeiras décadas do século XIX, em sintonia com a expansão da economia açucareira".²⁸

E como o trabalho no eito era um dos mais rudes e desgastantes, os engenhos buscavam abastecer-se principalmente de escravos do sexo masculino. A razão de masculinidade, número de homens para cada 100 mulheres, entre os escravos, confirma essa realidade da indústria açucareira.

| RAZÃO DE MASCULINIDADE - CAMPINAS | | |
|-----------------------------------|--------|----------|
| ANO | LIVRES | ESCRAVOS |
| 1800 | 97,9 | 194,1 |
| 1817 | 101,7 | 234,8 |
| 1829 | 95,7 | 234,3 |

Fonte: Censos de Campinas.

²⁸ REIS, João José, *A morte é uma festa, ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p.35.

Enquanto a população livre tinha uma razão de masculinidade tendendo ao equilíbrio entre os sexos, a escrava apresentava forte razão de masculinidade, característica das importantes áreas agrícolas voltadas à exportação. As razões de masculinidade para a população de Campinas assemelham-se aos índices encontrados para a capitania de São Paulo em geral.²⁹

As tabelas seguintes representam uma radiografia da estrutura demográfica de Campinas quanto aos aspectos cor, estado jurídico, sexo e idade.

1800

| sexo/ est. jurídico/ cor | 0-9 | 10-19 | 20-29 | 30-39 | 40-49 | 50-59 | 60-69 | 70-79 | > 80 | total | % |
|--------------------------|-----|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|-------|------|
| homens brancos | 187 | 91 | 74 | 75 | 42 | 25 | 9 | 6 | 4 | 513 | 14,2 |
| mulheres brancas | 208 | 111 | 84 | 57 | 29 | 19 | 11 | 3 | 2 | 524 | 14,5 |
| homens livres pardos | 279 | 149 | 105 | 85 | 60 | 39 | 17 | 5 | 7 | 746 | 20,6 |
| mulheres livres pardas | 243 | 180 | 147 | 79 | 48 | 28 | 24 | 10 | 4 | 763 | 21,1 |
| homens livres negros | 3 | 3 | 2 | 1 | 2 | - | 1 | - | 1 | 13 | 0,4 |
| mulheres livres negras | 5 | 2 | 1 | 2 | 1 | - | - | - | - | 11 | 0,3 |
| homens escravos negros | 90 | 152 | 196 | 102 | 58 | 27 | 13 | 2 | 2 | 642 | 17,7 |
| mulheres escravas negras | 75 | 96 | 68 | 34 | 18 | 10 | 3 | - | - | 304 | 8,4 |
| homens escravos pardos | 11 | 6 | 20 | 7 | 5 | 1 | - | 1 | - | 51 | 1,4 |
| mulheres escravas pardas | 10 | 19 | 12 | 8 | 3 | 1 | - | - | - | 33 | 1,4 |
| total | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 3620 | 100 |

²⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza, *A cidade de São Paulo, povoamento e população 1750 - 1850*, São Paulo, Pioneira, 1974, p.108.

1817

| sexo/ est. jurídico/ cor | 0-9 | 10-19 | 20-29 | 30-39 | 40-49 | 50-59 | 60-69 | 70-79 | > 80 | total | % |
|--------------------------|-----|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|-------|------|
| homens brancos | 321 | 206 | 166 | 108 | 81 | 53 | 41 | 9 | 1 | 986 | 16,5 |
| mulheres brancas | 293 | 229 | 159 | 104 | 77 | 42 | 29 | 2 | 1 | 936 | 15,7 |
| homens livres pardos | 241 | 153 | 123 | 82 | 78 | 54 | 25 | 4 | 5 | 765 | 12,8 |
| mulheres livres pardas | 222 | 166 | 163 | 86 | 77 | 42 | 15 | 6 | 8 | 785 | 13,2 |
| homens livres negros | 3 | 2 | 3 | 2 | 2 | 3 | - | - | - | 15 | 0,3 |
| mulheres livres negras | 5 | - | 3 | 4 | 1 | - | 2 | - | - | 15 | 0,3 |
| homens escravos negros | 130 | 440 | 520 | 301 | 144 | 72 | 43 | 17 | 10 | 1677 | 28,1 |
| mulheres escravas negras | 139 | 164 | 191 | 106 | 67 | 19 | 12 | 4 | - | 702 | 11,8 |
| homens escravos pardos | 12 | 5 | 15 | 6 | 7 | 5 | - | - | - | 50 | 0,8 |
| mulheres escravas pardas | 9 | 8 | 6 | 4 | 4 | - | - | 1 | - | 32 | 0,5 |
| total | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 5963 | 100 |

1829

| sexo/ est. jurídico/ cor | 0-9 | 10-19 | 20-29 | 30-39 | 40-49 | 50-59 | 60-69 | 70-79 | > 80 | total | % |
|--------------------------|-----|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|-------|------|
| homens brancos | 424 | 252 | 173 | 168 | 143 | 84 | 57 | 10 | 4 | 1315 | 15,7 |
| mulheres brancas | 333 | 345 | 235 | 181 | 129 | 63 | 35 | 13 | 6 | 1340 | 15,9 |
| homens livres pardos | 120 | 74 | 76 | 61 | 58 | 41 | 7 | 3 | 4 | 444 | 5,3 |
| mulheres livres pardas | 101 | 123 | 109 | 66 | 55 | 29 | 7 | 2 | 3 | 495 | 5,9 |
| homens livres negros | 3 | 6 | 1 | 2 | 3 | 2 | - | 1 | 1 | 19 | 0,2 |
| mulheres livres negras | 6 | 2 | 5 | 2 | 1 | 3 | 2 | - | - | 21 | 0,3 |
| homens escravos negros | 257 | 850 | 1144 | 596 | 284 | 105 | 42 | 10 | 4 | 3292 | 39,2 |
| mulheres escravas negras | 245 | 430 | 410 | 164 | 96 | 31 | 8 | 1 | - | 1385 | 16,5 |
| homens escravos pardos | 6 | 6 | 13 | 4 | 5 | 9 | 2 | - | - | 45 | 0,6 |
| mulheres escravas pardas | 9 | 11 | 6 | 7 | 3 | 3 | - | - | - | 39 | 0,4 |
| total | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 8395 | 100 |

Os números acima, confirmam as sugestões do perfil das pirâmides de população a partir de uma quantificação mais específica, fornecendo também outras informações. A população de Campinas passou por mudanças no que diz respeito à sua composição racial. Poderíamos dizer que em 1800, Campinas era uma vila mestiça porque 44,5 % de sua população era constituída por pessoas pardas (somando-se os pardos livres e escravos). Os brancos eram 28,7 % e os negros 26,8 %.

Em 1817, as pessoas pardas representavam 27,3 % da população, sendo que em números absolutos continuou praticamente a mesma de 1800. A população negra passou a 40,5 % do total, ultrapassando a branca: 32,2 %. Enquanto a população parda permaneceu praticamente estacionária (em termos absolutos) em relação ao ano de 1800, as populações negra e branca experimentaram grande impulso, especialmente a negra.

No ano de 1829, os negros representavam 56,2 % do total. Os brancos tiveram um pequeno decréscimo em relação a 1817, 31,6 %. A população parda sofreu um grande refluxo, caindo para 12,2 %. Se considerarmos os números absolutos, a população parda estava menor ainda que em 1800.

Mas parece que a cor das pessoas dependia muitas vezes de quem as via, ou como as via. Em sua breve passagem por Campinas em 1855, o pastor metodista norte-americano James Cooley Fletcher, pernoitou na casa de um carpinteiro chamado Teobaldo. Como disse o viajante ,

"O Sr. Teobaldo era meio índio, meio mulato, e, penso que, se pudesse ter ainda um meio extra, seria de português amarelado." ³⁰

³⁰ FLETCHER, James Cooley, *O Brasil e os brasileiros*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941, vol. II, p.107.

Ativo missionário, Fletcher não perdeu a oportunidade para fazer sua pregação, tendo, segundo ele, um interessado auditório que reuniu os *"...brancos da mais variada mistura, desde os brancos passando ao vermelho, até negro."* ³¹

As palavras do reverendo, além de evidenciarem a miscigenação existente em Campinas naquele momento, denotam também certa indefinição. A visão de Fletcher sugere que havia brancos de várias cores ou, *"da mais variada mistura."*

Entre os escravos do espólio do agricultor Germano Bueno de Camargo ³², havia um *"mulatinho muito claro de olhos azuis"*, de três meses de idade chamado Antonio.

Em 1800, o agricultor João de Barros Pedroso ³³, 48 anos, natural das Gerais e proprietário de oito escravos, foi registrado pelo "recenseador" como pardo, juntamente com sua mulher e filho. Três anos depois, segundo o censo, Pedroso já não era o mesmo. Senhor de engenho em sociedade com o coronel Luis Antonio de Sousa e com patente de Alferes de Ordenança, ele e sua família, como que por encanto, estavam brancos. A sociedade e o engenho já eram coisas do passado, quando em 1809, Pedroso havia voltado a ser agricultor, *"plantando para sua sustentação."* Certamente o engenho deve ter dado algum lucro ou então estava conseguindo belas colheitas porque estava com vinte e oito escravos, continuava no cargo de alferes e sendo branco. Quando deixou Maria de Deus viúva em 10 de maio de 1810, Pedroso possuía o sítio Monte Alegre onde vivia, duas casas na vila, 28 escravos e gado. Seus bens foram avaliados em 4:943\$425 réis, soma bem razoável para a época.

As pessoas pardas eram uma parte significativa da população de Campinas ³⁴, chegando mesmo, como já vimos, a constituir maioria em 1800. É interessante observar que

³¹ Idem, p.108.

³² Inv, CMU, TJC, 1º Ofício, Cx. 31, 830, 1824.

³³ C.C. 1800, 1ª Cia, fogo 85 - C.C. 1803, 2ª Cia, fogo 17 - C.C. 1829, 6ª Cia, fogo 4.

³⁴ E não apenas de Campinas : *"A população do planalto apresentava-se assim, no início do século XIX, fortemente misturada, produto de todas as espécies de cruzamentos, e, com*

praticamente toda a população parda era livre. Apenas 2,8 % em 1800, 1,3 % em 1817 e 1,0 % em 1829, do total geral da população, eram escravos pardos. Isso sugere não apenas uma intensa miscigenação o que já seria um dado importante, mas uma miscigenação que produzia pessoas livres em grande parte, libertadas talvez por seus pais brancos. Este fato vai bem além do pitoresco se lembrarmos que o início do século XIX era um período de alta escravidão no Brasil, onde o pardo também era escravo e estávamos muito distantes da Lei do Ventre Livre e mais ainda da Lei Áurea. Mulheres livres que se casavam com escravos tinham filhos livres, mas provavelmente, o número de pessoas libertadas assim não tenha sido muito grande, predominando as mancebias de proprietários com negras e mulatas, como afirma Laura de Mello e Souza para o caso mineiro.³⁵

Mas se a miscigenação não era nenhuma novidade em função do grande número de seus frutos circulando por toda parte, não se pode dizer que ela acontecia somente de forma ilícita, na surdina ou na senzala. Os censos registram vários casamentos interracialis, principalmente entre brancos e pardos.

Francisco Lourenço de Sousa³⁶, natural de Nazaré, era agricultor, branco e casado com a parda Ana Bueno. Seus filhos foram considerados pardos pelos realizadores do censo. Outro agricultor, José Antonio³⁷, conterrâneo do anterior, era pardo e casado com Maria Teresa que era branca. Seus filhos também foram considerados pardos.

uma minoria de negros e brancos." - MARCÍLIO, Maria Luiza, *A cidade de São Paulo povoamento e população 1750 - 1850*, ... , p.32

³⁵ SOUZA, Laura de Mello e, *Desclassificados do ouro, a pobreza mineira no século XVIII*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Graal, 1986, p.143.

³⁶ C.C., 1800, 1ª Cia, fogo 303.

³⁷ C.C., 1812, 3ª Cia, fogo 51.

Um dos raros agricultores negros registrados foi João Cardoso ³⁸, casado com a parda Maria Inácia. Seu filho foi considerado negro.

É possível que mestiços mais claros pudessem ser considerados brancos. Se tivessem uma posição econômica favorável, tudo poderia ficar ainda mais claro. Questão de olhar.

Diferentemente dos pardos, os dados das tabelas evidenciam a extrema dificuldade dos negros obterem sua liberdade naquele período. Somente 0,7 % em 1800, 0,6 % em 1817 e 0,5 % em 1829, do total geral da população, eram negros livres. Essa pequena porcentagem sofreu um decréscimo entre 1800 e 1829, ao contrário dos pardos, que com o passar do tempo diminuíram ainda mais sua já então pequena contribuição para a população de escravos.

Eram essas as pessoas que viviam e trabalhavam em Campinas na primeira metade do século XIX.

Pequenos agricultores, partidistas e senhores de engenho, tratavam de cuidar muito bem de suas roças de milho, arroz e feijão, assegurando assim, pelo menos o provimento de seus paióis.

Em um tempo em que as estradas eram poucas e ruins, o transporte caro e o abastecimento deixava a desejar, cultivar mantimentos era uma necessidade ou, no mínimo, uma atitude sensata.

O quadro seguinte possibilita uma idéia de como estava representado o setor agrícola de Campinas em termos de atividade dos fogos.

³⁸ C.C. 1809, 6ª Cia, fogo 42.

| FOGOS AGRÍCOLAS | | | | | | | |
|-----------------|-------------------|-----------------------|------|-------------|-----|---------------------|-----|
| ano | n° total de fogos | fogos dos peq. agric. | % | partidistas | % | senhores de engenho | % |
| 1800 | 453 | 314 | 69,4 | 16 | 3,4 | 36 | 7,9 |
| 1817 | 687 | 375 | 54,5 | 13 | 1,9 | 61 | 8,9 |
| 1829 | 952 | 317 | 33,3 | 3 | 0,3 | 92* | 9,6 |

Fonte: Censos de Campinas. * Incluímos aqui 5 fogos de pessoas construindo engenho.

Fica evidente que os fogos de pequenos agricultores foram maioria dentro das atividades agrícolas. Mesmo tendo um aumento de 19,4 % em relação a 1800 no ano de 1817, em 1829 sofreu uma queda de 15,4 % em relação a 1817 e um acréscimo de 0,9 % em relação a 1800. Em termos absolutos, no ano de 1829, seu número volta a ser praticamente o mesmo de 1800, o que confere uma certa estabilidade ao setor naquele período tendo como referência o contexto geral. Entretanto, ao confrontarmos as porcentagens do número de fogos de pequenos agricultores com o número total de fogos em cada ano, observamos um movimento de declínio. Mesmo somando as porcentagens dos partidistas e senhores de engenho, o movimento descendente não se altera, sugerindo que o crescimento da população caminhou em direção a outras atividades que não a agrícola. O lado urbano de Campinas fazia-se cada vez mais evidente mas os pequenos agricultores continuaram a ocupar um lugar de destaque entre as atividades que se diversificavam.

O número de fogos de partidistas diminuiu tanto entre os fogos agrícolas como no geral. Entre os fogos agrícolas tiveram uma queda de 18,7 % entre 1800 e 1817 e de 76,9 % entre 1817 e 1829. A necessidade de uma maior quantidade de terras e mão-de-obra para o cultivo da cana, pode ter sido um fator limitante para essa atividade, isso sem contar que parte da produção ficava com o dono do engenho onde a mesma era moída, o que talvez desanimasse tanto partidistas quanto possíveis candidatos a partidistas. A concorrência de novas atividades

urbanas e mesmo das outras atividades agrícolas, pode ter contribuído para a retração desse setor ao longo daquele período.

Para Queiroz,

"Talvez seja lícito supor que os donos de "partidos" sem capital suficiente para a ereção de engenhos, acabassem tendo suas terras absorvidas pelos proprietários mais abastados. Aliás, possuíam geralmente poucos escravos e conseguiam moer pouca cana em relação aos "engenheiros" - muitas vezes não contavam com nenhum cativo, trabalhando somente com pessoas da família. Além dos que possuíam terras para cultivo da cana, havia aqueles que plantavam "a favor."" ³⁹

Apesar de nunca ter constituído a maioria entre os fogos agrícolas, o número de senhores de engenho cresceu 255,5 % entre 1800 e 1829, o que confirma a grande expansão da lavoura canavieira em Campinas nas primeiras décadas do século XIX. Os cinco engenhos em construção incluídos em 1829, indicam que a produção de açúcar continuava fazendo seus adeptos.

Como pudemos constatar, o número de fogos de pequenos agricultores manteve uma relativa estabilidade ao longo de 30 anos. Mas se chegarmos mais perto e olharmos com atenção, iremos perceber que o tamanho desses fogos diminuiu.

³⁹ QUEIROZ, Suely Robles de, "Algumas notas sobre a lavoura canavieira em São Paulo no período colonial", *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXI, São Paulo, 1967, p. 169.

| TAMANHO DO FOGO DE PEQUENOS AGRICULTORES | | | |
|--|-------------------|---|---------------------------------|
| ANO | n° total de fogos | n° de fogos de pequenos agricultores | n° médio de pessoas por fogo |
| 1800 | 453 | 314 | 6,4 |
| 1817 | 687 | 375 | 6,2 |
| 1829 | 952 | 317 | 4,9 |

fonte: censos de Campinas.

É o que podemos notar a partir da diminuição do número médio de pessoas que compunham tais fogos. Estudando os fogos de maneira geral, Peter Eisenberg ⁴⁰ verificou que o número médio de pessoas aumentou entre 1767 e 1829 em Campinas. Segundo os dados obtidos nos censos, os pequenos agricultores fugiram a essa tendência geral.

Quais os motivos dessa diminuição ? Os quadros seguintes ajudarão a responder em parte essa questão.

| PRESENÇA DE FILHOS | | | | | | |
|--------------------|----------------------------------|--------------------------|------|-------------------------------|--------------------------|------|
| ANO | total de fogos de peq. agric. | n° de fogos c/ filhos | % | n° médio de filhos p/ fogo | n° de fogos s/ filhos | % |
| 1800 | 314 | 262 | 83,5 | 3,6 | 52 | 16,5 |
| 1817 | 375 | 333 | 88,8 | 3,2 | 42 | 11,2 |
| 1829 | 317 | 233 | 73,5 | 2,6 | 84 | 26,5 |

Fonte: Censos de Campinas.

⁴⁰ EISENBERG, Peter Louis, *Homens esquecidos*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1989, p.335.

A elevação do número de fogos que apresentavam filhos em 1817 não implicou na elevação do número médio de filhos naquele ano, mantendo a tendência de queda para, em 1829, atingir o menor índice do período em questão - 2,6 filhos por fogo. Detalhe importante: na maioria dos fogos sem filhos (presentes), a mulher estava em idade fértil ⁴¹, demonstrando que, se não havia filhos, não era por falta de mulheres capazes de tê-los.

Verificada a diminuição do número médio de filhos presentes por fogo, observou-se também o comportamento da presença de agregados nos *fogos de pequenos agricultores*.

| PRESENÇA DE AGREGADOS | | | | | | |
|-----------------------|-------------------|--------------------------|------|----------------------------|--------------------------|------|
| ANO | nº total de fogos | nº de fogos c/ agregados | % | nº médio de agreg. p/ fogo | nº de fogos s/ agregados | % |
| 1800 | 314 | 101 | 32,2 | 2,7 | 213 | 67,8 |
| 1817 | 375 | 106 | 28,3 | 3,5 | 269 | 71,7 |
| 1829 | 317 | 26 | 8,2 | 2,5 | 291 | 91,8 |

Fonte: Censos de Campinas.

A porcentagem dos fogos que apresentavam agregados diminuiu bastante, especialmente entre 1817 e 1829. Nota-se que o número de fogos de pequenos agricultores que abrigavam agregados nunca foi maioria entre 1800 e 1829. A média de agregados sempre foi pequena e teve seu menor índice em 1829. Considerando os fogos que não apresentavam agregados, constatamos, tanto em termos absolutos como percentuais, uma tendência de aumento em seu número. Provavelmente, novas oportunidades de trabalho surgidas na vila atraíram cada vez mais pessoas que, anos antes, dirigiam-se por motivo de parentesco, amizade e trabalho, aos sítios de pequenos agricultores.

⁴¹ Entre 15 e 45 anos.

Mas se a média de filhos e agregados diminuiu nos fogos de pequenos agricultores, o mesmo não ocorreu no que se refere à posse de escravos.

| PRESENÇA DE ESCRAVOS | | | | | | |
|----------------------|-------------------|-------------------------|------|-----------------------------|-------------------------|------|
| ANO | nº total de fogos | nº de fogos c/ escravos | % | nº médio de escrav. p/ fogo | nº de fogos s/ escravos | % |
| 1800 | 314 | 58 | 18,5 | 3,5 | 256 | 81,5 |
| 1817 | 375 | 74 | 19,7 | 3,1 | 301 | 80,3 |
| 1829 | 317 | 66 | 20,8 | 4,1 | 251 | 79,2 |

Fonte: Censos de Campina.

Fica claro que na maioria dos fogos de pequenos agricultores não havia escravos e isso durante todo o período. Por outro lado, temos uma pequena mas constante elevação na porcentagem de fogos que apresentavam escravos. Em 1817, a média de escravos por fogo foi a menor, justamente quando o número absoluto de fogos com escravos foi o maior. Mas essa média elevou-se e atingiu sua maior marca em 1829.

São cifras significativas, se levarmos em consideração o fato de estarmos tratando de gente que vivia de plantar milho, arroz e feijão, enquanto o negócio do açúcar fazia fortunas. Mais ainda, fica evidente que parte dos pequenos agricultores acumulava capital, caso contrário, não teriam como adquirir escravos, síntese do que de melhor o dinheiro poderia oferecer naqueles tempos.

Como a maioria dos pequenos agricultores não tinha escravos ou quando tinham eram em número reduzido, o jeito era pegar na enxada, de preferência com a ajuda da família, e tirar da terra o sustento da casa. O cultivo de mantimentos estava portanto, fundamentado na mão-de-obra familiar.

Para conhecermos melhor os pequenos agricultores de Campinas no início do século XIX, é importante que observemos sua constituição racial e sua origem. Para tanto, utilizamos informações relativas aos chefes de fogos por serem as mais abundantes e regulares.

| CHEFES DE FOGOS DE PEQUENOS AGRICULTORES | | | | | | |
|--|---------|------|--------|------|--------|-----|
| ano | brancos | % | pardos | % | negros | % |
| 1800 | 99 | 31,6 | 214 | 68,1 | 1 | 0,3 |
| 1817 | 188 | 50,1 | 187 | 49,9 | 0 | 0 |
| 1829 | 204 | 64,4 | 112 | 35,3 | 1 | 0,3 |

Fonte: Censos de Campinas.

Poderíamos dizer que em 1800, a pequena agricultura praticada por pessoas livres era dominada por pessoas pardas. Os negros não tiveram igual sorte, como podemos notar através de sua quase ausência nos fogos de agricultores. Reflexo da grande dificuldade para membros deste grupo obter sua liberdade.

Em 1817, o número de chefes de fogos brancos e pardos se equilibrou, ao passo que, em 1829, encontramos uma situação de inversão em relação a 1800. Em 1829, poderíamos dizer que a pequena agricultura praticada por pessoas livres era dominada por pessoas brancas.

| NATURALIDADE DOS CHEFES DE FOGOS DE PEQUENOS AGRICULTORES | | | | | | | |
|---|-------------|------|----------|------|------------------|------|-------|
| ano | outro local | % | Campinas | % | não identific | % | total |
| 1800 | 286 | 91,1 | 3 | 0,9 | 25 | 8,0 | 314 |
| 1817 | 317 | 84,6 | 44 | 11,7 | 14 | 3,7 | 375 |
| 1829 | 180 | 56,8 | 56 | 17,7 | 81 | 25,5 | 317 |

Fonte: Censos de Campinas.

Decididamente, Campinas atrai as pessoas. Era um lugar habitado em grande parte por gente de outros lugares. Essa realidade observada entre os agricultores vale também para os demais segmentos sociais. Mesmo perdendo terreno para os nativos (se bem que muitos dos não identificados provavelmente fossem migrantes), os chefes de fogos de pequenos agricultores vindos de outras localidades continuaram predominantes.

Se delimitarmos um espaço de 100 Km em seu redor, encontraremos os lugares que mais "forneciam" gente livre para Campinas como: Jundiaí, Itu, Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Piracicaba, Porto Feliz, São Roque, São Paulo, Santo Amaro, Juqueri, Parnaíba, Atibaia, Bragança, Nazaré e Sorocaba. De lugares mais distantes havia gente de Minas Gerais, Curitiba, Moji das Cruzes, Guarulhos, Rio de Janeiro, Taubaté, Goiás, Guaratinguetá, Cotia e Portugal, entre outros. Interessante é que muitos desses lugares eram maiores que Campinas.

Mas o que havia de tão especial em Campinas para que tanta gente fizesse as malas e se mudasse para lá ?

"...a economia açucareira da primeira metade do século 19, foi um elemento grandemente propulsor da demografia paulista. Houve um grande crescimento da densidade demográfica, proporcionado principalmente pela escravaria. Tornou-se contínuo o aumento populacional nas áreas açucareiras, o que se pode comprovar facilmente através dos recenseamentos." ⁴²

A economia açucareira em expansão naquele tempo coloca-se como grande fator de explicação para a grande migração para Campinas. Ela não significava somente mais engenhos e mais escravos. Significava também mais comércio e maior diversificação das atividades urbanas, criando novas oportunidades através de novas necessidades, inerentes ao crescimento econômico e populacional. Outro motivo também pode ser lembrado:

⁴² QUEIROZ, Suely Robles de, op. cit. p.264.

"Nessa época Campinas, pela fertilidade de suas terras atraía grande número de adventícios." ⁴³

Das pessoas que chegavam a Campinas, provavelmente poucas conseguiam emprego nos engenhos, dominados pelo trabalho escravo. A vila crescia, mas como foi possível costatar, entre os pequenos agricultores predominavam os migrantes. Outra maneira de perceber o contínuo fluxo da chegada de pessoas a Campinas era a informação explícita fornecida pelos censos: *"morador novo"*, *"nada colheu por se morador novo"*, *"agricultor novo"*.

Entre esse novos moradores de Campinas havia muitas pessoas pardas, possivelmente libertos que buscavam um novo e promissor lugar para exercerem sua liberdade. É claro que o desejo de um lugar promissor para viver não era exclusividade dos pardos. Sua situação de fronteira aberta, coincidindo com o encontro das rotas de comércio de tropas que iam e vinham de Minas, Goiás e Mato Grosso, certamente colocava Campinas nos primeiros lugares na lista de preferência dos migrantes em potencial. Ali a riqueza era produzida e tinha facilidade de circulação.

Em algumas áreas de ocupação mais antiga da capitania de São Paulo, as famílias encorajavam os filhos homens a migrarem para as regiões de fronteira, onde a terra ainda era abundante. Parnaíba foi um desses casos.

Em 1820, a viúva Maria Pedrosa que vivia com duas netas e dois bisnetos, todos oleiros, tinha um filho que trabalhava em Campinas. ⁴⁴

Em 1800, José Joaquim Correia ⁴⁵, natural de Parnaíba, pardo, recém casado com Maria Gertrudes, campineira branca de 14 anos de idade, tinha uma loja em sociedade com o

⁴³ Idem, p. 251.

⁴⁴ METCALF, Alida Christine, *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720 - 1820*, PHD, University of Texas at Austin, 1983, p. 143. Agradeço ao Prof. Robert Slencs a indicação e o empréstimo dessa tese.

⁴⁵ C.C., 1800, 1ª Cia, fogo 28.

coronel José Florêncio de Oliveira, morador em Itu, e um sítio onde plantava mantimentos *"para sua casa"*.

Francisco Gil ⁴⁶, parnaibense casado com sua conterrânea Ana de Moraes e pai de quatro filhos, era agricultor e soldado miliciano, tendo colhido no ano de 1806 300 alqueires de milho e 6 de feijão, além de ter vendido três capados por 16\$000 réis.

No ano de 1817, João Francisco de Andrade ⁴⁷, também natural de Parnaíba, era Capitão -mor e senhor de engenho com 41 escravos em Campinas.

Dezenas de outros casos poderiam ser citados em diferentes anos e atividades, como exemplo do deslocamento de pessoas. A falta de oportunidades no local de origem somada às notícias sobre lugares onde havia muita gente enriquecendo e "terra para todos", levou muitos a por o pé na estrada. Esse quadro mostra uma sociedade paulista em movimento, não apenas espacial mas procurando uma melhor condição de vida.

COISAS DE FAMÍLIA

Entre os pequenos agricultores de Campinas no início do século XIX, predominava a família nuclear. A presença de escravos e agregados era comum mas como visto anteriormente, não ocorria na maioria dos fogos. E havia variedade. Além dos fogos que abrigavam somente a família do agricultor, havia fogos com agregados mas sem escravos e vice-versa, e os fogos com escravos e agregados.

Mas a célula básica de cada fogo era a família do agricultor, dentro da qual o trabalho era dividido, implicando diretamente em suas possibilidades de produção e consumo, mais ou menos limitado em função da mão-de-obra e dos recursos disponíveis.

⁴⁶ C.C., 1806, 4ª Cia, fogo 9.

⁴⁷ C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 1.

Se a partir dos censos encontramos a família do pequeno agricultor com uma média de presença filhos baixa e tendendo a diminuir com o passar do tempo, contradizendo a lógica de uma sociedade agrária que necessita de muitos braços para o trabalho na terra, os inventários revelam uma outra realidade. Tanto os censos como os inventários são documentos que de certa forma funcionam como fotografias, que registram as características e as condições das pessoas num determinado e breve momento. Os censos captam os fogos ao longo de seu ciclo familiar que varia no tempo. Os filhos nascem, morrem ou crescem, formam outras famílias, mudam de cidade (não são sempre mencionados quando já vivem em outro lugar), fornecendo uma idéia parcial da trajetória da família em um momento isolado. Com os inventários essa imagem muitas vezes distorcida ganha maior nitidez. Por tratar de um momento diferente de todos os anteriores da história do indivíduo, que marca justamente sua impossibilidade total e definitiva de realizar qualquer nova ação, o que inclui sua capacidade de reprodução. O número de herdeiros (filhos) fornecido, aproxima-se mais da realidade (os filhos mortos não são mencionados, a menos que tenham deixado família), diferenciando-se dos censos por serem mais abrangentes. Os censos registram filhos presentes num dado momento, os inventários os filhos tidos. Nos inventários, foram raros os casais com um número inferior a seis filhos.

Do confronto entre censos e inventários, foi possível saber que o número de filhos nos fogos de pequenos agricultores foi maior que as médias encontradas através dos censos, o que não muda a tendência dos fogos terem diminuído de tamanho, em função dos filhos deixarem a casa dos pais quando formavam suas próprias famílias ou por ocasião dos recrutamentos, sugerindo uma grande dinâmica intrafamiliar.

Os agricultores de Campinas tinham vários filhos, como é típico de sociedades agrárias, sendo o número de casamentos bastante grande.

"A idade mínima para se poder contrair matrimônio era de 14 anos para os moços e 12 anos para as moças..."⁴⁸

Para pessoas ainda mais jovens, era necessária uma autorização do bispo ou do provisor. Aparentemente, o baixo limite da idade mínima para o casamento estabelecido pela Igreja (com direito a abatimento), deveria facilitar e incentivar tal prática social e religiosa. Mas não era algo assim tão simples. Não bastava apenas querer, arrumar uma noiva (ou noivo), falar com o padre e marcar a data. Era preciso poder. Principalmente pagar porque o casamento não só não era gratuito como não era barato, impedindo muita gente ciosa dos valores cristãos, porém pobres, de ter as bênçãos da santa igreja católica sobre sua união, sendo obrigada por força da natureza a viver em pecado.

Em 1800, as provisões eclesiásticas andavam em torno de 2\$400 réis, o que provocou reclamação geral. O próprio governador Mello e Castro Mendonça⁴⁹ reconheceu ser a quantia "avultadíssima" para grande parte da população que era pobre. O governador chegou mesmo a fazer uma associação no mínimo curiosa entre o reduzido número de casamentos e o atraso da agricultura.

Mas as complicações para se chegar ao altar não estavam restritas às questões financeiras. A capitania de São Paulo, em contato direto com as fronteiras espanholas ao sul e porisso mesmo bastante militarizada, conheceu durante muito tempo os famigerados recrutamentos.

Ironicamente, uma das alternativas para escapar ao recrutamento era justamente o casamento. Mas como para os pobres essa porta estava quase sempre fechada, o jeito era fugir

⁴⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Sistema de casamento no Brasil colonial*, São Paulo, T.A. Queirós/EDUSP, 1984, p. 114.

⁴⁹ MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro e, "Memória econômico-política da Capitania de São Paulo", *Anais do Museu Paulista*, vol. XV, São Paulo, 1961, p. 96. Alguns trechos seguintes sobre casamento foram baseados no trabalho de Maria Beatriz Nizza da Silva, op. cit, pp. 47 - 58.

para o mato por uns tempos e esperar o perigo passar. Uma história ouvida pelo viajante Emílio Zaluar quando passou por Campinas em 1860, conta que o lugar donde se originou aquela cidade havia sido descoberto por um indivíduo chamado Pedroso, depois de fugir de Itu, perseguido pelo recrutamento:

"...refugiando-se no meio das matas virgens que então cobriam este lugar, ficara tão surpreendido com a fertilidade e clima, que, regressando a Itu, onde foi pouco depois preso, narrara a todos os prodígios deste termo abençoado; o que de tal modo influiu no ânimo dos habitantes daquela vila, que não só dali, como de Cotia, Parnaíba, Mogi-Mirim e Jundiaí, que já eram vilas antigas, afluiu gente a povoar estes sertões." ⁵⁰

Mas havia tempos em que nem mesmo os casados eram poupados. Joaquim e Afonso, maridos de Maria Gertrudes e Maria de Moraes, agregados de Francisco Pires ⁵¹, eram milicianos e segundo o censo de 1817, ambos haviam fugido.

Em princípio, os solteiros e mal casados (os concubidados) eram os recrutáveis preferenciais.

Em carta régia de 7 de maio de 1774 *"...todos os homens solteiros deveriam considerar-se em serviço militar."* ⁵²

"Os moradores das vilas protestavam frente aos responsáveis, pressionavam as câmaras, armavam-se, sustentando o não ao recrutamento ou fugiam

⁵⁰ ZALUAR, Augusto Emílio, Peregrinação pela província de São Paulo (1860 - 1861), Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1975, p. 133.

⁵¹ C.C., 1817, 3º Cia, fogo 50.

⁵² PEREGALLI, Enrique, Recrutamento militar no Brasil colonial, Campinas, Editora da UNICAMP, 1986, p. 172.

para o mato. Quilombos de brancos espalhavam-se pelas serras da capitania, defendendo a tiros sua liberdade." ⁵³

Nos censos de Campinas, os pequenos agricultores (e outros grupos também) apresentavam sempre três estados civis: solteiros, casados e viúvos. Não há referência explícita dos casos de concubinato.

Quanto ao sexo e estado civil, os chefes dos fogos de pequenos agricultores estavam divididos assim:

| HOMENS | | | | MULHERES | | | |
|--------|-----------|---------|--------|-----------|---------|--------|-------|
| ano | solteiros | casados | viúvos | solteiras | casadas | viúvas | total |
| 1800 | 12 | 267 | 8 | 2 | 3 | 22 | 314 |
| 1817 | 1 | 320 | 16 | 4 | 9 | 25 | 375 |
| 1829 | 3 | 276 | 12 | 2 | 2 | 22 | 317 |

Fonte: Censos de Campinas.

Os fogos de pequenos agricultores eram predominantemente chefiados por homens, na maioria das vezes casados. Eram raras as mulheres solteiras que se aventuravam na agricultura por iniciativa própria.

Grande parte das mulheres que chefiavam os fogos eram viúvas, que se mantinham no "negócio" após a morte do marido com a ajuda dos filhos. Os homens solteiros eram minoria, afinal, uma família, de preferência numerosa, era o capital dinheiro inicial de um homem livre que quisesse tirar da terra o sustento de sua casa.

As mulheres assumiam o "cargo" de chefe na ausência dos maridos em viagem ou em caso de recrutamento ou fuga do mesmo, morte, separação ou abandono de lar. Mas se as

⁵³ Idem, p. 22.

mulheres chefiando fogos entre os pequenos agricultores eram poucas, na área mais urbana de Campinas, compreendida nos censos pela 1ª companhia, elas eram numerosas e nem sempre eram registradas como casadas apesar de seus filhos. Esse fato sugere a existência de relações de concubinato que produziam muitos filhos ilegítimos e que eram mais frequentes no meio urbano que no rural.

Em suas *"Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura da capitania de São Paulo"*, o marechal Arouche de Toledo Rendon escreveu:

"...quanto à multidão de rapazes e raparigas que ordinariamente são filhos sem pais, me parece conveniente que o governo faça com que o juiz de órfãos os tome a seu cargo, entregando-os a pessoas capazes de os aplicar ao serviço, sustentá-los, vesti-los e educá-los, fazendo-os ensinar a ler e escrever." ⁵⁴

Em 1800, o governador Castro e Mendonça de maneira semelhante a Rendon, escrevia sobre o problema das crianças expostas:

"A falta de providências a respeito daqueles inocentes cujo nascimento as circunstâncias de suas mães obriga a ocultar, é causa não só de muitos infanticídios que ordinariamente acontecem, mas também de ficar a sociedade privada do bem que lhe resultaria de os fazer educar..." ⁵⁵

O agricultor Bento Machado de Lima ⁵⁶, teve uma filha natural que se chamava Genebra, antes de se casar com Maria Gertrudes da Silva.

Segundo afirmou Maria Gertrudes de Camargo, viúva do agricultor Felisberto José de Camargo ⁵⁷, seu marido deixou uma única herdeira legítima de nome Maria, com 5 anos de

⁵⁴ D.I. , vol. 44, p. 200.

⁵⁵ MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro e, op. cit, p. 103.

⁵⁶ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 8, 248, 1811.

⁵⁷ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 55, 1405, 1831.

idade. A viúva afirmou por ocasião do inventário que Felisberto não teve nenhum filho antes de casar-se com ela e sim depois. Havia dois anos mais ou menos que o mesmo havia tido três filhos e ignorava se eram com efeito seus filhos e que as mães dos mesmos chamavam-se Maria Miquelina e Ana de tal. Maria Gertrudes afirmou que seu marido não teve nenhum outro consorcio que não com ela, legitimamente, acrescentou.

Mas para se ter uma família, era preciso antes de mais nada começar por encontrar uma mulher que seria a mãe de seus filhos. Se ela tivesse algum dote, ainda que pequeno, um cavalo, um burro, tanto melhor. Não raro, meninas que por certo ainda brincavam com suas bonecas eram transformadas em esposas e mães. Como no caso de Joana Furquim de Camargo, filha de Germano Bueno de Camargo, que se casou aos doze anos com Pedro de Camargo.⁵⁸

Após as bodas, o novo casal instalava-se em sua casa de "paredes de mão" que poderia ser coberta de palha ou telhas, em terras que haviam sido obtidas por posse, compra ou cedidas por algum fazendeiro ou parente. Nesse último caso, viveriam "a favor" ou como agregados, como o agricultor pardo Domingos Francisco, que iniciou sua vida de casado agregado ao sogro Pedro Nunes⁵⁹ e é claro, à sua sogra também.

Enquanto os viajantes estrangeiros que aqui aportavam se deslumbravam com a exuberante biodiversidade tropical, coletavam amostras de plantas, animais, minerais e pintavam belos quadros, os pequenos agricultores travavam uma luta cotidiana contra uma natureza rica e contraditória. A floresta fornecia lenha, madeira para construção e mobília, frutos, caça, esconderijo em época de recrutamento e, quando destruída, sobre suas cinzas brotava a plantação. Mas havia as cobras, as onças, os insetos, a solidão e o vazio, sem contar seus sons e mistérios indecifráveis, que inquietavam o homem que nela entrava com sua espingarda e o sinal da cruz.

⁵⁸ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 31, 830, 1824.

⁵⁹ C.C., 1800, 1ª Cia, FOGO 100.

A vida no campo estava longe de ser idílica ou romântica ⁶⁰. Trabalho duro é o que não faltava: cortar árvores, plantar, tirar ervas daninhas, colher, cuidar dos animais, construir, consertar...

TRATANDO DA VIDA

Como o trabalho dos pequenos agricultores apoiava-se na mão-de-obra familiar, seria um luxo a mulher ficar em casa cuidando dos afazeres domésticos. Não que não cuidasse deles, mas além deles, acompanhava o marido nas atividades do campo, principalmente enquanto os filhos eram pequenos e não podiam ainda contribuir com sua quota de trabalho.

"O trabalho da mulher era tão importante quanto o do homem e freqüentemente se sobrepunha a ele. Em geral, tarefas relacionadas com a produção doméstica de utensílios, roupas, sabão, óleo para combustível e luz, e lenha, água e trabalhos relacionados com cozinhar, limpar e cuidar de crianças eram e são a principal responsabilidade de mulheres e crianças. Ambos, homens e mulheres, trabalhavam nos campos com as divisões dos tipos de trabalho dependendo mais da idade e força que do sexo." ⁶¹

Em famílias de agricultores:

"...as circunstâncias ditavam que homens e mulheres levassem vidas mais iguais. Ao lado de seus maridos, irmãos, pais e filhos, as mulheres

⁶⁰ Como na visão de inúmeros poetas e escritores ingleses do século XVII, que transmitiam uma idéia mítica e deturpada da dura realidade rural. Ver, THOMAS, Keith, *O homem e o mundo natural, mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 - 1800)*, São Paulo, Cia das Letras, 1988, especialmente o capítulo VI. O dilema humano.

⁶¹ KUZNESOF, Elisabeth Anne, *Household economy and urban development, São Paulo, 1763 to 1836*, Boulder, Westview Press, 1986, p. 37.

***trabalhavam nos campos porque a sobrevivência de suas famílias dependia disso.*" 62**

O trabalho da dona de casa estendia-se então até à plantação, onde a enxada substituiu a agulha, a vassoura e a margem do riacho que era seu tanque.

Os filhos certamente começavam a trabalhar na roça bem cedo, a julgar pela existência de "*enxadas pequeninas*" e "*enxadas pequenas*" que apareciam nos inventários entre foices, machados e enxadas. 63

***"A importância do trabalho de crianças nos domicílios de agricultores pobres em São Paulo nos séculos XVIII e XIX era potencialmente alta."* 64**

Quando a família possuía algum escravo, isso não significava que o trabalho seria exclusividade dele.

***"Em São Paulo nesse período [final do século XVIII], era comum para os membros da família trabalharem ao lado de seus dois ou três escravos nos campos."* 65**

A vida das mulheres não era fácil e muitas vezes complicava-se ainda mais com a ausência de seus maridos.

Antonia Cardoso 66, 63 anos, casada, vivia de tecer panos de algodão e tinha um filho que era soldado do regimento de sertanejos. Segundo o censo de 1800, seu marido Manuel Cabral de Camargo estava ausente em Curitiba havia "*seis ou sete anos*". É bem provável que nunca tenha voltado.

62 METCALF, Alida Christine, op. cit. p. 76.

63 Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 41, 1106, 1828; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 11, 329, 1814; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 105, 2464, 1844.

64 KUZNESOF, Elisabeth Anne, op. cit. p. 37.

65 Idem, p. 36.

66 C.C., 1800, 1º Cia, fogo 17.

Maria Inácia, uma parda de 30 anos, casada, vivia de fiar algodão e tinha três filhos. Seu marido, cujo nome não é mencionado, estava ausente para Minas Gerais havia "*multos anos*". Sua filha mais nova, Joaquina, tinha nascido naquele ano e portanto, de um outro pai que não o marido sumido.

Ausências de vários anos podiam ser bem entendidas como abandonos de lar. No inventário de Maria Custódia de Oliveira ⁶⁷, duas de suas filhas eram esposas de maridos ausentes: Maria Justa Maciel, casada com José Elias de Godoi que se achava havia anos na campanha do sul em lugar incerto como praça de primeira linha, e Leonor Buena de Camargo, casada com Manoel Joaquim de Godoi, ausente havia quatro anos e "*não se sabe onde se acha existindo*".

O marido de Joana Rosa, Francisco Antonio ⁶⁸ que era agricultor, estava ausente quando do censo de 1817, o que não impediu que fossem colhidos 50 alqueires de milho e 20 alqueires de feijão em seu sítio.

Quando a mulher abandonada pelo marido precisava de uma pensão alimentícia para sobreviver, não poucas vezes recorria ao governador da Capitania para obtê-la como foi o caso de Ana Eufrosina ⁶⁹ de Campinas. Quando se casou com João José dos Reis, ambos nada possuíam daquilo que acumularam depois de 13 anos de vida conjugal: um negócio de fazenda seca, casas na vila, chácara, uma escrava e outros bens. A requerente disse terem vivido bem até certo tempo após o qual tudo mudou. Seu marido passou a maltratá-la a ponto de querer matá-la em várias ocasiões, tendo sido obrigada a buscar refúgio com sua mãe, residente na Freguesia de Santo Amaro. Voltou para sua casa várias vezes na esperança do marido melhorar mas tudo continuou como dantes. Encontrando-se em estado de penúria, Ana

⁶⁷ Inv, CMU, TJC, cx. 41, 1102, 1827.

⁶⁸ C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 77.

⁶⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, op. cit. p. 199.

Eufrozina pediu ao governador que mandasse seu marido dar-lhe 1\$600 réis mensalmente e que também entregasse um de seus filhos para que lhe fizesse companhia.

A população masculina da Capitania de São Paulo sempre teve grande mobilidade. As atividades a que se dedicaram os paulistas: a caça ao índio, a procura do ouro e pedras preciosas e as guerras no sul, sempre os colocaram em movimento pelos sertões em viagens que podiam durar anos, deixando muitas vezes suas famílias desamparadas.

A agricultura de exportação proporcionou uma maior fixação da população mas a produção precisava ser levada ao porto. A multiplicação das tropas em São Paulo que teve seu comércio cada vez mais intensificado, demandava grande número de camaradas, arrieiros e tropeiros, o que certamente deixava muitas esposas sós e preocupadas com os perigos enfrentados por seus maridos pelos sertões afora.

Mas nem sempre a separação acontecia por motivos de abandono de lar ou trabalho.

Algum desentendimento levou o agricultor Manoel Garcia ⁷⁰ de 38 anos, casado, a viver "*ausente de sua mulher*", segundo o censo de 1829, sendo ele próprio o único integrante de seu fogo, que produziu 50 alqueires de milho sem nada vender.

Antonio Pires de Oliveira ⁷¹ fez seu testamento no dia de sua morte, em 22 de janeiro de 1850. Nele declarou que era natural da Vila de Bragança e era casado com Maria Gertrudes de Oliveira mas a mesma não vivia em sua companhia, tendo com ela um filho de nome Manoel. Entre dívidas ativas, passivas e recomendações sobre seu enterro, Antonio deixou para Ana Francisca de Moraes um "*macho arreplado*", e sua terça para duas meninas, Eva e Rita, filhas de Ana Francisca. Declarou ainda que havia uma novilha pertencente à menina Eva no Sítio São Luis, que "*o paizinho dela lhe deu*", completando que o animal que havia deixado para Ana Francisca era arreado com sela de senhora, freio e mais pertences. Ao que tudo indica,

⁷⁰ C.C., 1829, 3ª Cín, fogo 75.

⁷¹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 125, 2889, 1850.

Antonio havia deixado sua mulher legítima e vivia com Ana Francisca, tendo pelo menos uma filha com ela.

No inventário de Germano Bueno de Camargo ⁷² há um pequeno resumo de sua vida matrimonial. Casou-se pela primeira vez com Francisca Pires de Siqueira com quem teve três filhos. Viúvo, casou-se com Maria da Conceição, *"viveram pouco tempo juntos em desunião até que se ausentou a dita mulher com seus irmãos e nunca mais voltou"*. Mas Germano não desistiu de tentar ser feliz, casou-se com seu último amor, Dionísia Furquim de Campos, da qual teve ainda três filhos.

História triste foi a do agricultor José Antonio de Siqueira ⁷³, que morreu pobre e sem amor. Tendo ficado viúvo de sua primeira esposa, Manoela de Jesus, com quem teve cinco filhos, casou-se com "Ana de tal". Segundo depoimento de Luis Antonio de Oliveira Gois, inventariante e vizinho de José Antonio, sua segunda esposa o tratava mal e a seus enteados, tendo saído de casa após o falecimento do marido. Os órfãos acabaram ficando na casa de Oliveira.

Ao falecer em 1839 com mais de 70 anos, o agricultor pardo e viúvo, Bento Lopes de Siqueira ⁷⁴, deve ter enfim descansado pois já havia passado por vários dissabores familiares. Maria Gertrudes, Maria e Francisca suas filhas, eram viúvas. Seu filho Manoel era viúvo e tinha duas filhas: Josefa, casada com João Franco, *"criminoso de morte que se sumiu"* e Maria, que também *"se sumiu"*. Outro filho, José Francisco Lopes, havia se casado com Fausta de tal, que *"se sumiu há muitos anos"*. Havia perdido o filho Inácio Bicudo e sua nora Ana de Gois, que deixaram quatro filhos: Bento, o qual *"ausentando-se há anos não se sabe sua residência"*, tendo deixado sua mulher e sua filha que passou a viver com a mãe; Joaquim, Benedito e Ana, que faleceu solteira.

⁷² Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 31, 830, 1824.

⁷³ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 30, 823, 1824.

⁷⁴ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 88, 2061, 1839.

Ficaram encerrados no íntimo de cada um, os motivos dos desentendimentos familiares e conjugais que culminavam com a separação, mas elas indicam que não apenas os homens "se ausentavam" ou "se sumiam". As mulheres nem sempre ficavam passivas diante do fato de estarem infelizes no casamento ou diante de um novo amor. Iam para onde seu coração mandava ou a circunstância obrigava.

É difícil avaliar com que frequência casos assim aconteciam mas pelos censos e inventários, sabemos que pessoas ausentes (principalmente homens) era coisa bastante comum, sem que tenhamos informação sobre seu retorno.

A VIDA CONTINUA

Mas certezas quanto a felicidade e durabilidade das relações entre homens e mulheres nunca existiram ⁷⁵. Rompidas as uniões, quer por motivo de morte, desentendimentos ou abandonos de lar, isso não constituía impedimento para outras posteriores.

Quando Joaquim Guedes Barreto ⁷⁶ faleceu em 1848, estava em seu terceiro casamento. Com o inventário ainda em andamento, sua última esposa e inventariante, Dona Ana Francisca de Campos, casou-se com Francisco de Paula Bueno, agindo da mesma forma que Joaquim nas duas vezes em que ficou viúvo.

Inácio Cabral de Camargo ⁷⁷ faleceu em 1821, também depois de três casamentos, tendo Maria Clara da Conceição, sua esposa e inventariante casado com Bento Pais de

⁷⁵ Eram um enigma até mesmo para o sábio Rei Salomão: "*Há três coisas que me maravilham e a quarta não a conheço: o caminho da águia no céu; o caminho da cobra na penha; o caminho do navio no mar; e o caminho do homem com uma virgem*", Provérbios, capítulo 30, versos 18 e 19.

⁷⁶ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 120, 2730, 1848.

⁷⁷ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 23, 614, 1821.

Almeida, antes do término do inventário que poderia levar anos para ser concluído, pois a vida é curta...

Em 22 de junho de 1820, faltando exatamente um dia para o primeiro aniversário da morte do agricultor e soldado Joaquim Antonio de Lima ⁷⁸, falecido repentinamente aos 42 anos, sua viúva, Dona Maria da Purificação, deu início ao inventário do finado. Mãe de 5 filhos aos 34 anos, Maria da Purificação não havia casado novamente mas o luto certamente durou pouco. No inventário, Purificação declarou estar *"pejada de seis para sete meses"*.

Observando os inventários, percebemos que tanto viúvos como viúvas, de maneira geral, não ficavam muito tempo de luto ou solitários, e tratavam logo de encontrar outra companhia. Por razão de sobrevivência, de não deixar os filhos sem pai ou mãe, por amor ou todos esses motivos juntos, as pessoas procuravam não ficar sós. Isso porque a família era a base econômica do grupo em questão e a falta de um de seus chefes, poderia desorganizá-la ou constituir verdadeiro desastre econômico.

Com o avançar do ciclo familiar, os filhos cresciam e ajudavam com seu trabalho na manutenção do domicílio. Era quando havia um maior número de braços disponíveis, sendo possível nesse momento, pensar em obter mais que o estritamente necessário para a autosubsistência. Produzir também para o mercado, ainda que em pequenas quantidades, permitia ao pequeno produtor agrícola acumular algum capital, que posteriormente, empregado na compra de escravos, poderia ampliar sua capacidade produtiva. Em princípio, essa era uma possibilidade aberta a todos os que possuíam o seu pedaço de terra e uma família para ajudar. Em princípio, pois quem já tivesse escravos certamente levava grande vantagem.

Mas acontecia que os filhos quando cresciam, além de tornarem-se aptos para uma jornada mais longa e intensa de trabalho no campo, acabavam por constituir também suas próprias famílias. Isso implicava muitas vezes na busca de outro local onde pudessem construir sua casa e iniciar suas novas vidas, como agricultores ou não. Em Campinas ou não.

⁷⁸ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 21, 579, 1820.

O sítio de Silvério de Aguiar ⁷⁹, ficava no Bairro do Mato Dentro em Campinas no ano de 1828. Sua filha Ana, casada com Francisco Pinto da Luz, morava no Bairro de Atibaia Acima. Outra filha, chamada Branca, casada com Antonio Correia dos Santos, morava no Bairro de Atibaia Abaixo.

José, filho de José Antonio de Siqueira ⁸⁰ andava *"tratando da vida no termo desta mesma vila"*.

Em 1835, José Nunes, casado, filho do agricultor pardo Pedro Nunes de Moraes ⁸¹, que tinha sítio no Bairro da Boa Vista, estava ausente na expedição do sul já fazia alguns anos. Seus sobrinhos João, que era casado e Maria, também casada, moravam em São Luis, termo da Vila de Constituição que depois veio a ser Piracicaba.

Constantino, Florentino, Ana e Gertrudes, todos casados e filhos do primeiro casamento de Francisco Correia de Macedo ⁸², moravam na Freguesia de Cotia no ano de 1828. Outro filho, Floriano, casado, vivia para as *"partes de Minas Gerais"*. Escolástica vivia em Campinas, onde viviam também os filhos do segundo casamento.

Em 1804, Joaquim Correia da Cunha ⁸³ tinha um filho *"ausente para as partes de Minas"*, e em 1813, a filha de José Domingues Rocha ⁸⁴, Mariana de Campos, casada com João, morava em Sapucaí, Capitania de Minas Gerais.

Estes e tantos outros exemplos que poderiam ser citados, mostram como os filhos nem sempre permaceciam unidos em torno dos pais e que essa dispersão dos filhos muitas vezes os levava para longe. Mulheres acompanhando maridos, maridos buscando um lugar melhor para

⁷⁹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 42, 1110, 1828.

⁸⁰ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 30, 823, 1824.

⁸¹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 68, 1867, 1835.

⁸² Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 41, 1106, 1828.

⁸³ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 3, 75, 1804.

⁸⁴ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 18, 518, 1813.

sua família e jovens à procura de independência, contribuíam para um constante movimento da população dentro e fora de São Paulo.

AS INEVITÁVEIS RELAÇÕES SOCIAIS

*"Com o desenvolvimento da lavoura canavieira, há em São Paulo uma modificação completa dos valores econômicos e sociais. A agricultura, que antes do ciclo do açúcar, não raro, era considerada degradante, deixa de sê-lo. Ser proprietário de uma fazenda de cana, torna-se um fator importante para distinguir um indivíduo, dando-lhe projeção considerável no cenário político, econômico e social paulista."*⁸⁵

Produzir açúcar, ser senhor de engenho. Provavelmente, esse era um desejo que povoava corações e mentes de muita gente nas primeiras décadas do século XIX em Campinas. E em outros lugares também. Na tentativa de realizar esse desejo, depois de muito trabalho e não poucos anos, algumas pessoas conseguiam seu intento, especialmente pequenos agricultores.

Mas grandes e pequenos ou ricos e pobres, precisavam relacionar-se para terem certas necessidades satisfeitas.

"Os fazendeiros ocupavam todos os postos políticos, inclusive o de juiz de paz, delegado de polícia, inspetor escolar e comandante da milícia. Era impossível para o pequeno proprietário sobreviver sem o favor do fazendeiro. Este, em troca, fazia apenas uma exigência: o voto. Pela constituição de 1824, apenas os que tinham propriedades ou negócios podiam votar, estando excluídos os empregados. O pequeno proprietário

⁸⁵ PETRONE, Maria Thereza Schörrer, *A lavoura canavieira em São Paulo*, São Paulo, DIFEL, 1968, p. 129.

constituía, portanto, o único eleitorado do império, e a sua mobilização era a principal fraude exercida no regime. Essa forma de relação dava ao pequeno proprietário o direito de ser tratado de forma cortês e respeitosa por parte do fazendeiro - que o chamava de vizinho, sentava-se à sua mesa e se abstinha de abusar das mulheres de sua família." 86

Como estratégia de sobrevivência ou na impossibilidade de escapar à órbita de algum senhor de engenho mais próximo, a política da boa vizinhança colocava-se como obrigatória, ou pelo menos, como uma atitude prudente aos pequenos agricultores.

"Onde a população é escassa e a terra abundante e livre, pode-se manter uma hierarquia social somente graças a um controle direto sobre os membros da classe mais baixa." 87

Uma das maneiras de se conseguir um pedaço de terra para morar era "viver a favor" de algum grande fazendeiro, o que implicava numa relação de dependência e obediência para com o dono da terra.

"...cultivadores "a favor" eram mais comuns para a agricultura de mantimentos, contribuindo para abastecer a fazenda de cana. Convém não esquecer que a produção de subsistência, nunca foi descurada em São Paulo, enquanto durou a economia açucareira. Áreas nitidamente canavieiras produziam mantimentos inclusive para uma pequena exportação. É o caso de Campinas e Itu, por exemplo." 88

⁸⁶ DEAN, Warren, *Rio Claro, Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820 - 1920*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 33.

⁸⁷ BOSERUP, Ester, *Las condiciones del desarrollo en la agricultura*, Madrid, Tecnos, 1977, p. 123.

⁸⁸ PETRONE, Thereza Schörrer, op. cit. p. 133.

Em 1817, Francisco Morais ⁸⁹, 35 anos, casado, pardo, vivia com sua família a favor de Vicente Gonçalves da Silva e colheu naquele ano 50 alqueires de milho e 10 de feijão, *"tudo para seu gasto"*. No mesmo ano, Laureano Gonçalves Cardoso ⁹⁰ e sua família, vivia a favor de Joaquim Cavalheiro, tendo colhido 30 alqueires de milho e 3 de feijão, também *"para seu gasto"*.

A ligação entre o fazendeiro e o agricultor poderia ser oficializada em cartório sob forma de aforamento como acontecia em Jundiaí, próxima a Campinas. Em 7 de janeiro de 1826, Salvador Barbosa e sua mulher Maria Apolonia, passaram papel de aforamento no cartório de Modesto Pereira Lima. No documento afirmavam que *"por faculdade do dono da sesmaria [o Capitão Luis José Pereira de Queirós] se achavam arranchados nas suas terras e por esmola trabalhavam em cultivados que tinham plantado, com algum pedaço de mata virgem"*. ⁹¹ Comprometiam-se a pagar dois frangos por ano ou o valor dos mesmos que era \$160 réis. Afirmaram ainda ter pleno conhecimento do *"favor e esmola"* que recebiam e a título algum poderiam derrubar mata virgem nem alegar direitos ou pedir recompensa por benfeitorias que fizessem. Com tantos *"direitos e liberdade"*, não foi por acaso que os aforamentos foram raridade em São Paulo. Na verdade, o principal motivo foi a abundância de terras devolutas como afirmou Maria Thereza Petrone. ⁹²

Os dois frangos nunca fariam falta ao dono da terra. Constituíam um aluguel simbólico mas que certamente nunca deixaria de ser pago. O importante era o reconhecimento do *"favor e esmola"* que ele fazia ao admitir gente de fora em suas terras. Por medida de precaução, o

⁸⁹ C.C., 1817, 6ª Cia, fogo 89.

⁹⁰ C.C., 1817, 6ª Cia, fogo 92.

⁹¹ QUEIRÓS, Carlota Pereira de, *Um fazendeiro paulista no século XIX*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1965, p. 27.

⁹² PETRONE, Maria Tereza Schörrer, op. cit. p.56.

dono da terra estabelecia algumas condições para evitar transtornos, como derrubada de matas e a transformação de uma concessão em posse definitiva.

Além desse tipo de relacionamento com os grandes fazendeiros, havia o que se chamava "viver agregado". O agregado tinha permissão para ocupar terras dentro da propriedade alheia e podia até mesmo ser sustentado pelo dono da terra.

*"Deve-se ter em conta que não somente as famílias ricas têm agregados. Eles são encontráveis em todas as camadas da população livre branca, mulata ou negra. A dependência do agregado face à família que o abriga é por vezes apenas aparente; além disso, quando há subordinação, nem sempre se trata de submissão de um mestiço ou negro a um branco."*⁹³

Como foi verificado entre os pequenos agricultores de Campinas, a presença de agregados não era amplamente difundida, chegando mesmo a diminuir sua ocorrência entre 1800 e 1829. Os agregados não permaneciam indefinidamente junto a seus "anfitriões". Quando reuniam condições, partiam para viver em seus próprios fogos.

Era comum os agricultores receberem como agregados conterrâneos que também migravam para Campinas como no caso de Pedro Ribeiro ⁹⁴, agricultor, natural de Itu e que tinha Maria Bicuda e a viúva Rosa Cardoso, também naturais de Itu, como agregadas. Ou ainda, Francisco Ferraz do Prado ⁹⁵, agricultor natural de Nazaré que tinha a família de Manoel Ferraz, natural de Nazaré, como agregada.

Eventualmente, os sobrenomes de agregados eram fornecidos permitindo perceber se havia relação de parentesco com os chefes do fogo.

⁹³ MATTOSO, Kátia de Queirós, *Família e sociedade na Bahia do século XIX*, São Paulo, Corrupio, 1988, p.120.

⁹⁴ C.C., 1800, 1ª Cia, fogo 299. Os censos não registraram a naturalidade dos agregados de maneira sistemática e sim esporádica.

⁹⁵ C.C., 1817, 2ª Cia, fogo 40.

O agricultor José Maria ⁹⁶, pardo, natural de Jundiá, era morador novo em Campinas no ano de 1829. Casado com Francisca de Siqueira, tinha um filho e com eles viviam três agregados, sendo dois de Jundiá. Um deles era Bento Lopes de Siqueira, natural de Atibaia, de 70 anos e viúvo, pai de Francisca.

Francisco de Siqueira de 38 anos, vivia agregado ao agricultor José Joaquim de Siqueira ⁹⁷ de 40 anos, que provavelmente era seu irmão.

Em 1803, o agricultor e soldado sertanejo João Jacinto, de 15 anos de idade, chefiava seu fogo que tinha como agregados outro irmão mais três irmãs, sendo que apenas uma das irmãs era mais velha que ele, Ana que tinha 20 anos. Os irmãos colheram 80 alqueires de milho e 3 de feijão naquele ano. ⁹⁸

Os agregados nem sempre viviam sob o mesmo teto que seus protetores ou dependiam diretamente deles para sobreviver. Francisco Pedro de Godoi e sua família vivia agregado ao agricultor Pedro Bueno de Camargo ⁹⁹, colheu 150 alqueires de milho e 10 de feijão no ano de 1825.

O agricultor Antonio de Oliveira ¹⁰⁰ tinha como agregado Salvador Fragoso que era ferreiro, enquanto Joaquim Cardoso de Oliveira ¹⁰¹ tinha três famílias agregadas: a de Leonel José Alvares e a de Antonio Pontes Cardoso que viviam de "*tirar madeiras*" e a de Manoel José Leite que era arrieiro de tropa.

Ocorriam portanto, casos em que o agregado vivia no sítio de quem o acolhia mas exercia seu ofício em outro lugar.

⁹⁶ C.C., 1829, 3ª Cia, fogo 3.

⁹⁷ C.C., 1812, 2ª Cia, fogo 51.

⁹⁸ C.C., 1803, 1ª Cia, fogo 233.

⁹⁹ C.C., 1825, 3ª Cia, fogo 80.

¹⁰⁰ C.C., 1825, 3ª Cia, fogo 62.

¹⁰¹ C.C., 1829, 3ª Cia, fogo 100.

Um fato que chamou a atenção entre os agregados de pequenos agricultores (e de outros grupos também) de Campinas, foi a constante presença de pessoas com algum problema físico, especialmente mudos, além de "tontos" e cegos.

Marcos, 12 anos, pardo, era mudo e agregado do agricultor pardo Simão Alves de Jesus ¹⁰². A parda Ursula, muda, viúva de 42 anos era agregada do agricultor pardo Francisco Gomes de Siqueira ¹⁰³. Filipe de 70 anos, pardo, solteiro e Ana de 68 anos, também parda e solteira, eram agregados do agricultor Joaquim Pires de Brito ¹⁰⁴.

É possível que muitas dessas pessoas fossem abandonadas por suas famílias ainda crianças, conhecidas então como "expostas". Por motivos piedosos ou por força de um costume que ampliava as famílias com os agregados, muitas pessoas desamparadas e com problemas físicos ou mentais acabavam encontrando um lar entre os pequenos agricultores em Campinas.

Diversas possibilidades de viver como agregado podem ser sintetizadas no dizer de Kátia Mattoso:

"O agregado pode, pois, pertencer à mesma categoria social do chefe do grupo doméstico. São freqüentemente chamados agregados irmãos e irmãs, parentes distantes, viúvas ou mães solteiras com filhos ou afilhados cujo parentesco é exclusivamente espiritual. Esses agregados são muitas vezes sustentados pelo chefe familiar em troca de alguns pequenos serviços, mas pode ocorrer também que, em certos outros casos, disponham eles de recursos próprios e contribuam à manutenção da casa. O agregado pode ser ainda o filho de antigo escravo alforriado, às vezes um forro ele próprio que

¹⁰² C.C., 1800, 1ª Cia, fogo 98.

¹⁰³ C.C., 1800, 1ª Cia, fogo 118.

¹⁰⁴ C.C., 1803, 1ª Cia, fogo 130.

permanece na casa do antigo senhor. Negro ou mulato, liberto ou agregado, fazem então o papel de domésticos se a família não possui escravos." ¹⁰⁵

A parda liberta Ana, casada com o escravo Miguel, pertencente a Inácio Francisco de Azevedo ¹⁰⁶, vivia como agregada nesse fogo, juntamente com seu filho José.

Mas eram os escravos que constituíam um fator importantíssimo dentro dos fogos de pequenos agricultores. Sua presença representava não apenas mão-de-obra suplementar à familiar permitindo maior produção, representava também a realidade de um capital acumulado e a possibilidade de ampliá-lo. A importância dos escravos pode ser notada até mesmo no fato de serem registrados tanto nos censos como nos inventários. Os censos registravam os escravos presentes nos fogos deixando de lado outras informações como o número de animais, objetos da casa, ferramentas, etc. Essas informações podem ser encontradas nos inventários que registram também o número de escravos possuídos (quando existentes) na ocasião da morte das pessoas. Como a quantidade de escravos possuídos era o principal referencial de riqueza e status em uma sociedade escravista, é através deles que podemos perceber de forma privilegiada mudanças ocorridas durante a vida dos pequenos agricultores: se acumularam capital e ascenderam socialmente, tendo como ponto de partida suas roças de mantimentos.

O censo de 1800 registrou a origem dos escravos residentes em Campinas. Com exceção dos mais jovens nascidos no Brasil, os criolos, os demais eram africanos "de nação": Benguela, Angola, Cabinda, Congo, Casange, Rebolo, Monjolo, Mina e Guiné.

O desenvolvimento da indústria açucareira na região, provocou um contínuo fluxo de entrada de escravos, destinados em grande parte à lavoura da cana. O crescimento da população escrava foi maior que o crescimento da população livre que contava com muitos migrantes, atraídos pela vila que estava se tornando conhecida pelo seu progresso. Esse

¹⁰⁵ MATTOSO, Kátia de Queirós, op. cit, p. 119.

¹⁰⁶ C.C., 1812, 3ª Cia, fogo 39.

desequilíbrio quantitativo entre escravos e livres consolidou-se na década de 1820, quando os escravos passaram a ser maioria em Campinas.

*"Dos livres, a menor parte habitava os engenhos. Campinas, então [1828], tinha em atividade cerca de 90 engenhos e fazendas de café. Seu destacamento policial era, apenas, de vinte soldados, o que justificava plenamente o receio que tinham os brancos de um levante de escravos."*¹⁰⁷

A memória da revolta negra ocorrida no distante Haiti, mantinha-se viva nesse lugar de escravidão e de muitos escravos.

Os recrutamentos voltaram a se intensificar nos anos após a independência em função dos conflitos no sul. Como em outras ocasiões, muita gente livre que prezava sua liberdade e principalmente sua vida, fugia para não ir à guerra. Mas naquele momento, com escravos demais e livres de menos, a possibilidade de confronto era real. Não foi por coincidência que *"...a Câmara de Campinas pediu, em 1829, a dispensa do recrutamento por oito anos, sugerindo-o em vilas onde a escravaria fosse menos numerosa..."*¹⁰⁸

E os escravos certamente sabiam que eram maioria. Em 1830, boatos sobre uma revolta de escravos colocaram a população livre de Campinas em pânico. Mas o movimento malogrou antes mesmo de seu início. Os líderes foram presos e os escravos desarmados.¹⁰⁹ Dois anos depois, os escravos voltaram à carga, ou à tentativa. Desta vez, com uma melhor organização que contava até mesmo com uma caixa para os fundos recolhidos entre os escravos.¹¹⁰

¹⁰⁷ PUPO, Celso Maria de Mello, *Campinas, Município no Império*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1983, p. 100.

¹⁰⁸ PETRONE, Maria Thereza Schörrer, op. cit. 128.

¹⁰⁹ Idem, p.124.

¹¹⁰ PUPO, Celso Maria de Mello, op. cit., p. 97.

"Embora fosse o braço escravo fator preponderante da riqueza estraiada das terras, o tratamento dispensado à gente das senzalas pouco ou nada diferenciava do que se costumava dar aos animais de tiro." ¹¹¹

Maus tratos a escravos podiam ter um fim trágico também para senhores. Foi o caso do Tenente Pedro Antonio de Oliveira ¹¹², que contava mais de 70 anos quando foi assassinado em seu engenho por seu escravo "de nação" chamado João. O escravo foi preso e como era o costume naquele tempo, as despesas do escravo na prisão corriam por conta de seu proprietário. Essa despesa apareceu incluída nas dívidas passivas do inventariado: 25\$200 réis, juntamente com o custo do sumário crime: 54\$840 réis.

O temor da revolta dos escravos não era algo novo e motivava atitudes até mesmo contraditórias por parte das autoridades. Depois de autorizar certa publicação, o governo proibiu sua circulação.

"Ilmo. e Exmo. Sr. - Tendo-se reimpresso na Impressão Régia desta Corte por se ter publicado em Lisboa, o folheto intitulado - O preto e o bugio do mato - cujos discursos em forma de diálogo são muito pouco próprios para serem divulgados neste Reino, onde há muitos escravos. É Sua Majestade servido que - V. Ex.^a pela maneira que lhe parecer mais conveniente faça recolher os exemplares, que aparecerem nesta Capitania, evitando toda a publicidade desta cautelosa medida. O que participo a V. Ex.^a para que assim execute. Deus guarde V. Ex.^a - Palácio do Rio de Janeiro em 14 de novembro de 1816 - Marquês de Aguiar - Sr. Conde de Palma" ¹¹³

É verdade que os escravos eram analfabetos, mas a divulgação do conteúdo da publicação que, pelo seu título já sugere grande afronta aos negros e também pelo fato de estar

¹¹¹ MARIANO, Julio, *Campinas de ontem e anteontem*, Editora Maranata, 1970, p. 46.

¹¹² Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 109, 2543, 1845.

¹¹³ D.I., Vol. 36, p. 33.

na forma de diálogo, poderia ter consequências imprevisíveis. Impresso o folheto, alguma voz mais prudente, para não dizer temerosa, fez-se ouvir e tal publicação foi proibida de circular.

A valorização do preço dos escravos após 1850 e certa melhoria em seu tratamento por parte dos senhores foi percebida pelo viajante suíço J.J. von Tschudi, que passou por Campinas em 1860.

"As vantagens pecuniárias impeliram os donos dos escravos a cuidar melhor do bem estar dos mesmos, pois a capacidade de trabalho de cada um representava um capital para o dono, e, assim, apresenta-se-nos o caso bastante raro dos sentimentos de humanidade marcharem de acordo com os interesses particulares e financeiros." ¹¹⁴

Tschudi acrescentava que as gerações mais novas de fazendeiros maltratavam menos os escravos. Os que o faziam eram em sua maioria portugueses. Isso não significava que as revoltas e assassinatos e os castigos com palmatória, chibata, tronco, celas escuras e jejuns tivessem acabado.

Em 1848, novos boatos surgiram sobre uma revolta de escravos em Campinas. Em 1865, foi grande o medo de um levante negro em função da Guerra do Paraguai. ¹¹⁵

A presença maciça de escravos criava dificuldades para pessoas livres que buscavam ganhar a vida em vários ofícios e mesmo como jornaleiros.

"Negro cativo, quando não em labuta nas fazendas, costumava ser cedido em aluguel, pelo dono, ao preço de \$320 a \$400 réis por dia, quando a jornada de um trabalhador livre se pagava em média \$600 réis. E convém

¹¹⁴ TSCHUDI, J.J. von, *Viajem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1980, p.56.

¹¹⁵ MARIANO, Julio, op. cit., p. 35.

*afirmar que em meio ao povo das senzalas havia bons pedreiros, carpinteriros, ferreiros, calcetelros e até sapateiros."*¹¹⁶

Entre os muitos escravos do Alferes José de Campos Penteado¹¹⁷, senhor de engenho, dono de tropa, de um armazém e de muito gado, havia quatro carapinas: Estevão, Manoel, Vicente e Sebastião. Gabriel era carreiro e tropeiro, Jerônimo ferreiro, Manoel e Joaquim pedreiros, Bastílio carreiro, Cândido tanoeiro, Manoel curtidor e Manoel que trabalhava com *"obras finas"*.

Ana Batista de Matos¹¹⁸, viúva do Tenente Manoel José de Moraes, era senhora de engenho. Entre seus escravos estava o carpinteiro Francisco, pardo, que em função de seu ofício pode comprar sua liberdade, pagando bem caro por ela: 500\$000 réis. Havia também *"o bom sapateiro"* Inácio.

O agricultor João da Rosa Dias¹¹⁹ possuía um escravo pardo chamado Joaquim, que tinha o ofício de ferreiro. Outro agricultor, Francisco Carlos da Silva¹²⁰, tinha um escravo doceiro chamado Manoel e um carapina chamado José. Uma escrava de João Antonio do Vale¹²¹, trabalhou por 5 anos numa roça de milho de 10 alqueires de semente, pertencente a Angelo Alves de Assunção.

É provável que, como na Bahia, *"...a maioria das mulheres escravas cumpriam as mesmas tarefas atribuídas aos homens, especialmente nos canaviais."*¹²²

¹¹⁶ *Idem*, p. 11.

¹¹⁷ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx.155, 3284, 1860.

¹¹⁸ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 89, 2068, 1836.

¹¹⁹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 43, 1117, 1817.

¹²⁰ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 155, 3282, 1859.

¹²¹ Inv, CMU, TJC, 1º, CX. 54, 1389, 1831.

¹²² MATTOSO, Kátia de Queirós, op. cit., p. 101.

Como verificado anteriormente, alcançar a liberdade era algo bem mais complicado para negros que mestiços. Ter um ofício ajudava bastante, como no caso do escravo Francisco citado há pouco. A alforria podia ser concedida em alguns casos como na ocasião da morte do senhor, prevista em testamento.

"Declaro que deixo forra minha escrava Balbina, mulata, com a condição de servir minha filha e por sua morte ficará livre sem condição alguma...", determinou Francisco Carlos da Silva ¹²³.

Desidério Antonio de Moraes ¹²⁴, deixou recomendado em seu testamento a alforria do casal de escravos Antonio e Rita.

Mas em geral, a alforria era comprada e nesse caso,

"Quem conseguia obter uma carta de alforria ? Os que podiam pagar -lhe o preço - e nenhuma distinção era feita entre crioulo, mulato ou africano." ¹²⁵

Uma forma de obter a liberdade pelo menos para os filhos coincidia com os imprevisíveis designios do coração. O casamento com uma pessoa livre dificilmente ocorreria se não houvesse um grande desejo de estar juntos porque as dificuldades e o preconceito eram muito grandes.

"Escravos também conseguiam a liberdade para alguns membros de suas famílias casando com não escravos: crianças de uma mulher livre casada com um escravo, por exemplo, nasciam livres." ¹²⁶

A forra parda Josefa, mulher do escravo pardo Faustino que pertencia a João da Rosa Dias ¹²⁷, vivia com os seus sete filhos como agregada no mesmo fogo do marido.

¹²³ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 155, 3282, 1859.

¹²⁴ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 144, 3091, 1856.

¹²⁵ MATTOSO, Kátia de Queirós, op. cit., p. 101.

¹²⁶ METCALF, Alida Christine, op. cit., p.197.

¹²⁷ C.C., 1800, 1ª Cia, fogo 51.

Brizida, forra parda, vivia como agregada junto a seu marido João, escravo pardo da agricultora Ana Maria de Almeida ¹²⁸. Josefa Maria ¹²⁹, parda, vivia de fiar algodão e com seus quatro filhos constituíam um fogo. Seu marido era cativo mas nesse caso não morava com a família. O escravo negro Mateus era casado com Ana, negra livre que morava com ele e seu filho no sítio da agricultora Maria Antonieta de Jesus ¹³⁰.

Uma possibilidade de trabalho, uma vez conseguida a liberdade, era a agricultura.

O negro Leandro Barbosa ¹³¹ era agricultor, e vivia com sua mulher Mariana Pais, três filhos mais a agregada Prudência e sua filha. No ano de 1806 colheu 30 alqueires de milho e 8 de feijão. João Cardoso ¹³², negro, natural de Atibaia, plantava *"para sua sustentação"* e vivia com a mulher Maria Inácia, um filho e uma agregada chamada Madalena que tinha cinco filhos.

O senhor de engenho e Capitão de Ordenança, Manoel Ferraz de Campos ¹³³, possuía 34 escravos em 1817. Além desses escravos, o censo registrou em sua propriedade a presença de 10 *"escravos livres"*, todos negros, possivelmente forros que permaneceram trabalhando no engenho.

Antonio Rodrigues de Oliveira defendia em suas *"Memórias"*, escritas em 1810 mas com primeira edição em 1822, a utilização do trabalho livre por considerá-lo mais produtivo que o trabalho escravo. Oliveira sugeriu a S.A.R.,

"...o estabelecimento de um fundo, ou de rendimentos anuais para pagamento, e gastos de passagem e estabelecimento aqui a todos os

¹²⁸ C.C., 1803, 1ª Cia, fogo, 244.

¹²⁹ C.C., 1809, 6ª Cia, fogo 48.

¹³⁰ C.C., 1822, 3ª Cia, fogo 8.

¹³¹ C.C., 1806, 3ª Cia, fogo 99.

¹³² C.C., 1809, 6ª Cia, fogo 42.

¹³³ C.C., 1817, 6ª Cia, fogo 1.

lavradores, artistas, e mais homens de préstimos que de nosso Portugal, das Ilhas adjacentes, de toda a extensão da Espanha, ou da península inteira da Itália, e mais países da Europa, quisessem passar para o Brasil, o mesmo se deveria praticar a respeito da Índia, Málaca e China." ¹³⁴

Mas além de sua visão relativa à imigração como forma de promover o povoamento e desenvolvimento de São Paulo, Oliveira foi também um dos pioneiros a sugerir a emancipação dos escravos, criticando a baixa qualidade e o alto custo desse tipo de mão-de-obra, não esquecendo o problema da insegurança gerada pela presença da população escrava. Como exemplo, citou o caso da Grécia e Roma antigas, concluindo com as revoltas ocorridas no Haiti no final do século XVIII, amplamente divulgadas no Brasil.

Indagava ele indignado:

"Por que razão, pois, me não será permitido desejar ao menos, que no Brasil nasçam livres os filhos de escravos, e que a escravidão seja puramente pessoal, ou o triste prêmio daqueles que ela libertou da morte? A humanidade, os bons costumes, a indústria, e segurança interna, e a defesa exterior ganhariam muito nesta feliz alteração." ¹³⁵

Mas o "ventre livre", pensado em 1810, teve que esperar até 1871 para ser realidade.

A questão do trabalho escravo também foi matéria de algumas reflexões do suíço Tschudi. Segundo ele, nove décimos do café produzido no Brasil eram provenientes do braço escravo, revelando que a expansão dessa cultura estava ligada ao problema da emancipação dos escravos. Caso ela ocorresse, o Brasil teria apenas um décimo de sua força de trabalho para a cultura do café e sua exportação ficaria reduzida a um mínimo, se não se conseguisse substituir o escravo pelo trabalhador livre. Não seria lícito supor, na opinião de Tschudi, que o

¹³⁴ OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Veloso de, *Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo*, 2ª edição, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. 75.

¹³⁵ Idem, p. 76.

escravo uma vez liberto se dedicasse ao cultivo de café nem se empenhasse em obter lotes de terras. Dessa forma, o café dependeria quase que exclusivamente dos colonos estrangeiros. Em suas estimativas, para se obter uma colheita de 2 milhões de sacas seriam necessários 160.000 colonos para substituir os escravos e manter os níveis de produção, e isso pensando somente em termos de café. Outras culturas como o açúcar, algodão, fumo, e milho também dependiam do escravo e portanto seriam necessários ainda mais colonos. Tschudi dizia que isso era impossível e que a vida econômica do país dependia desse problema. Sendo o Brasil um país agrícola, pagava suas importações com produtos agrícolas. Com pouca exportação, a importação também seria pequena e as rendas do governo sofreriam enorme redução porque provinham praticamente das taxas de importação e exportação. Isso levava o autor a profetizar em 1860 que:

"Tais motivos induzirão o Brasil a manter a escravidão custe o que custar, cedendo o mais tarde possível à pressão da opinião pública e às leis naturais do direito das gentes." ¹³⁶

NA SAÚDE E NA DOENÇA

Como visto anteriormente, as pirâmides de população sugerem que a vida dos escravos não era muito longa. O número de escravos diminuía drasticamente após a faixa etária dos 50 aos 59 anos. Entre os livres a diminuição também ocorria mas de maneira menos acentuada.

As condições inadequadas de alimentação e moradia, juntava-se uma longa e difícil jornada de trabalho, sujeita ainda aos maus tratos dos feitores. Esse cotidiano insalubre provocava marcas no corpo e na saúde dos escravos.

Os defeitos físicos eram comuns entre os escravos, por certo, consequência de gestações complicadas, passadas no eito e sem nenhum tipo de cuidado médico ou alimentar.

¹³⁶ TSCHUDI, J.J. von, op. cit. p. 55.

A escrava Antonia, de 25 anos, pertencente ao senhor de engenho João Antonio do Vale ¹³⁷, era *"torta de um olho e de um pé"*. Por ter esses problemas ela foi avaliada em 150\$000 réis enquanto que Mariana de 18 anos, sem problemas físicos, foi avaliada em 350\$000 réis. Agostinho José de Campos ¹³⁸ tinha em seu engenho um escravo *"aleijado da mão direita"*, chamado Inácio. O Alferes José de Matos ¹³⁹ também possuía um escravo *"aleijado"*. No Sítio da Boa Vista, pertencente a João Evangelista Cabral ¹⁴⁰, havia um escravo chamado Afanásio, com idade de 40 anos, *"muito defeituoso e meio louco"*, avaliado em 40\$000 réis, casado com Marcolina, avaliada em 400\$000 réis.

Escravos com deficiências físicas tinham seu valor diminuído. Quando os escravos a serem avaliados por ocasião do inventário eram saudáveis e sem problemas físicos, nunca era demais enfatizar essa condição.

Quando o Capitão Rafael de Oliveira Cardoso ¹⁴¹ faleceu, tinha em sua propriedade o escravo Manoel, de nação, 18 anos e *"sem defeito"*, avaliado em 700\$000 réis e o escravo Luis, pardo, mais ou menos 12 anos, e também *"sem defeito"*, avaliado em 650\$000 réis.

Também entre a população livre, encontravam-se muitas pessoas com problemas físicos.

Salvador Garcia ¹⁴², agricultor pardo, nascido em Porto Feliz, era *"aleijado de uma perna"*. O agricultor e tropeiro, José Antonio ¹⁴³, natural do Rio de Janeiro, tinha quatro filhos: Antonio era surdo, Francisca e Genoveva mudas e Benedito mudo. Os cinco filhos de João de

¹³⁷ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1389, 1831.

¹³⁸ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 49, 1267, 1829.

¹³⁹ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 105, 2464, 1844.

¹⁴⁰ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 88, 2062, 1839.

¹⁴¹ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 110, 2585, 1846.

¹⁴² C.C., 1825, 2ª Cia, fogo 27.

¹⁴³ C.C., 1824, 5ª Cia, fogo 83.

Siqueira Lima ¹⁴⁴ também nasceram com problemas. Antonio, Joaquim e Ana eram *"tontos"* e Floriano e Gertrudes eram mudos. Entre os cinco filhos de Francisco Lourenço ¹⁴⁵, agricultor que vivia a favor de Antonio Mendes Lima, havia José que era cego e Jerônimo que era *"tonto"*.

Mas era entre os escravos que a debilidade da saúde deixava-os expostos a muitas doenças.

Francisco, de nação, 30 anos, e Adão, de 14 anos, escravos de Silvério de Aguiar da Silva ¹⁴⁶ e Florêncio, escravo de Joaquim Ferreira de Camargo ¹⁴⁷, sofriam *"achagues de gota"*. No Sítio Taquaral, de Joaquim Guedes Barreto ¹⁴⁸, havia vários escravos doentes. João, monjolo, tinha as *"mãos desmanchadas"* e Paulo era *"torto"* e com uma *"mão desmanchada"*. Manoel era ébrio com *"desmancho nos pés"*. Estariam esses escravos com lepra ? É bem possível que sim. Um outro escravo de nação era ébrio, e tinha um dos pés ferido. A escrava Luisa era *"doentia"*. O termo doentio era muito comum para caracterizar escravos nos inventários.

No Sítio do Piçarrão, pertencente à viúva Ana Batista de Matos ¹⁴⁹, viviam as escravas Francisca, crioula de 25 anos, *"doentia"*; Jacinta, mulata de 18 anos, *"doentia"*; Rita, crioula *"bêbada e doente"*; Quitéria, mulata de 60 anos e *"doentia"* e Antonio, um escravo *"doentio"*. Havia também o escravo Bento, pardo, que sofria de retenções de urina.

Mateus, congo, 30 anos, tinha pernas *"muito inchadas e chela de feridas"*; João, 30 anos, também tinha pés inchados; Antonio, moçambique, tinha uma ferida na perna e José,

¹⁴⁴ C.C., 1809, 5ª Cia, fogo 46.

¹⁴⁵ C.C., 1825, 6ª Cia, fogo 136.

¹⁴⁶ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 42, 1110, 1828.

¹⁴⁷ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 88, 2059, 1839.

¹⁴⁸ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 120, 2730, 1848.

¹⁴⁹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 89, 2068, 1836.

benguela, era *"rendido de uma parte"*. Adão, crioulo de 28 anos, estava doente com *"defluxo asmático"* e Antonio tinha as pernas inchadas. Esses eram alguns escravos do senhor de engenho Alexandre Barbosa de Almeida ¹⁵⁰, que morreu solteiro, sem herdeiros e sem testamento.

O espólio do Alferes Francisco Carlos da Silva ¹⁵¹, perdeu com tifo o escravo Manoel, de 17 anos e que tinha um *"defeito no pé esquerdo"*, avaliado em 2:000\$000 réis, mesmo sendo tratado com *"todos os recursos da arte"* (medicina). O escravo Antonio, 22 anos, avaliado em 1:700\$000 réis, tinha ataques que julgavam ser vertigem. Quando o Dr. Ricardo Gumbleton Daunt examinou esse escravo, constatou que o mesmo estava com o *"virus sífilítico"*, causando sintomas como dores nos ossos longos e uma tumefação considerável na articulação esterno-clavicular do lado esquerdo, que dificultava os movimentos do braço, e que seu físico estava *"algum tanto aniquilado"*. Depois de examinar seu paciente, o Dr. Daunt deu seu veredictum:

"Reconhecendo que seu curativo será longo e difícil, e dependente de uma protelada dieta, sou de parecer que seu valor real é de um conto de réis e não mais. 23 de maio de 1861". ¹⁵²

A avaliação anterior do preço do escravo foi assim contestada com base em sua saúde, coisa comum, mas desta vez, com atestado médico!

O ocorrido serve como exemplo do que disse Tschudi sobre o aumento no cuidado com os escravos após 1850, quando o preço dos escravos subiu muito e sua morte passou a significar grande prejuízo. O escravo Manoel morreu, mas não sem ser *"tratado com todos os recursos da arte"*. Antonio estava sendo assistido pelo Dr. Daunt, que incluía uma dieta especial para sua recuperação. Não foi possível saber se Antonio se restabeleceu ou se recebeu

¹⁵⁰ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 26, 719, 1822.

¹⁵¹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 155, 3282, 1859.

¹⁵² Idem.

a dieta prescrita, mas provavelmente, se tivesse vivido algumas décadas antes, não conheceria nenhum médico, nem a palavra dieta. Isso certamente seria a regra mas sempre há exceções.

Em 1824, o escravo pardo Manoel pleiteava comprar sua liberdade por ocasião da morte de seu amo Germano Bueno de Camargo ¹⁵³, quando teve que receber curativos e remédios que custaram aos herdeiros 26\$480 réis.

Mas nem sempre os médicos estavam por perto:

"Isolados nas fazendas, o senhores lançavam mão dos recursos locais para os casos mais graves de doença. Curandeiros, quimbandeiros, feiticeiros eram chamados na ausência dos médicos itinerantes, que percorriam de tempos em tempos longas distâncias visitando as fazendas. Por outro lado, a terapêutica dos médicos diplomados era tão imprecisa quanto a dos ditos "práticos", que acabavam tendo a preferência da população do interior pois fora da cidade os médicos eram escassos e os tratamentos que dispensavam não eram mais eficazes que o dos curandeiros. A Santa Casa de Misericórdia foi, até a primeira metade do século XIX, o único hospital a dar atendimento aos escravos matriculados, aonde muitas vezes chegavam já moribundos ..." ¹⁵⁴

Entretanto, saúde precária e falta de médicos não eram exclusividade dos escravos...

¹⁵³ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 31, 830, 1824.

¹⁵⁴ PORTO, Angela, "A assistência médica aos escravos no Rio de Janeiro: o tratamento homeopático",

Papéis avulsos, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, nº 7, 13-25, 1988, p. 13. Sobre as condições de saúde de escravos e livres, atuação de curandeiros, médicos e seus métodos durante o século XIX na Província do Rio de Janeiro, ver STEIN, Stanley J., *Vassouras, um município brasileiro do café - 1850 - 1900*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990, pp. 221 - 233.

Os livres de todas as cores, também tinham uma saúde que deixava a desejar, e que não poucas vezes criava problemas de sobrevivência para as pessoas que dependiam de seu próprio trabalho.

João de Siqueira ¹⁵⁵ era agricultor, pardo, casado com Gertrudes Franca e tinha três filhos pequenos. Em 1817, ele *"nada colheu por andar doente"*, fato que deve ter colocado a ele e sua família em dificuldades. Já Floriano Ferreira ¹⁵⁶, solteiro, 28 anos, *"vivía doente a favor de sua irmã Dona Rita"*. Em 1829, Vicente Bueno de Camargo ¹⁵⁷, estava com 31 anos, era casado, tinha três filhos e vivia de *"esmola por ser homem doente"*.

De passagem, D'Alincourt escrevia em 1818 sobre Campinas:

"...respira-se ali um ar puro, goza-se de um clima sadio, e de belas águas; e finalmente ainda não se tem conhecido uma só moléstia endêmica...".

Qualquer leitor desavisado, poderia imaginar ao ler as animadoras palavras de D'Alincourt, que Campinas fosse um lugar muito saudável. Não que não houvesse um bom clima ou que houvesse apenas gente doente. Como tantos outros lugares no Brasil, Campinas teve suas endemias e até mesmo suas epidemias, como a de febre amarela no final do século XIX, que provocou grande número de mortos.

Mas, o grande indicador das condições de vida e de salubridade em uma população é sua mortalidade infantil. Para o período 1796 a 1809 na cidade de São Paulo, Maria Luiza Marcílio ¹⁵⁸ registrou uma mortalidade infantil de 239 por 1000 entre a população livre. Kátia Mattoso obteve uma média de 1,9 filhos por família (legítima) em Salvador. Média baixa

¹⁵⁵ C.C., 1817, 6ª Cia, fogo 41.

¹⁵⁶ C.C., 1817, 6ª Cia, fogo 43.

¹⁵⁷ C.C., 1829, 3ª Cia, fogo 106.

¹⁵⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza, *A cidade de São Paulo* ,..., op. cit, p. 174.

devido a uma *"...alta taxa de mortalidade infantil e juvenil, além de uma idade de casamento relativamente tardia e muitos segundos casamentos"*.¹⁵⁹

Mesmo não fornecendo a idade de forma sistemática e nada dizendo sobre a causa mortis, pode-se notar pelos censos que muitas crianças morriam em Campinas. Caracterizada por seu lado rural, foi entre as famílias de pequenos agricultores que surgiram a maioria dos "anjinhos", pelo menos no primeiro quartel do século XIX. Morando mais ou menos distantes da vila que também se ressentia da falta de médicos, não raras vezes vivendo em condições de pobreza e penúria, pouco podia ser feito pelos doentes da família além de rezas, chás e simpatias. Nessa sociedade rústica em que mesmo a medicina dita oficial tinha comprovadas limitações, quando não ausente, a morte visitava a população regularmente, entrando principalmente pela porta da pobreza e do abandono, onde as crianças eram as vítimas preferenciais.

O agricultor Francisco Bueno¹⁶⁰, natural de Parnaíba, colheu milho, arroz e feijão no ano de 1803 mas seus dois filhos, João e Maria, morreram. O atibaiense pardo Justo Lopes¹⁶¹ seu vizinho, também agricultor de cereais, perdeu sua filha Esperança, que morreu. O casal de agricultores pardos, Tomás Lopes da Cunha¹⁶² e Ana Maria, ficaram pouco tempo com seu quarto filho João, que era recém-nascido. Maria Clara, de 15 anos, esposa do agricultor Joaquim Correia de Lemos, de 25 anos, perdeu seu filho que, *"nasceu e morreu"*.¹⁶³

Mesmo quem tinha melhores condições de vida como senhores de engenho, por exemplo, também não estavam imunes às tristezas da perda de um filho ainda pequeno.

¹⁵⁹ MATTOSO, Kátia de Queirós, op. cit, p. 78.

¹⁶⁰ C.C., 1803, 2ª Cia, fogo 89.

¹⁶¹ C.C., 1803, 2ª Cia, fogo 88.

¹⁶² C.C., 1800, 1ª Cia, fogo 95.

¹⁶³ C.C., 1812, 5ª Cia, fogo 47.

José Antonio do Amaral ¹⁶⁴, 32 anos, Alferes de Ordenança e senhor de engenho com 15 escravos no Bairro da Boa Vista, não teve como impedir a morte de seu filho Antonio, que morreu vinte dias após ter nascido.

Outro senhor de engenho, Antonio da Silva Leme ¹⁶⁵, chorou a morte de seu caçula e oitavo filho Jesuino, que morreu aos dois anos de idade.

Os casos de crianças recém-nascidas e em tenra idade que morreram em Campinas nas primeiras décadas do século XIX eram numerosos, tanto que às vezes o próprio escrivão se confundia. Ao registrar as "casualidades" ocorridas na família do agricultor José Manoel Aranha ¹⁶⁶ em 1800, o escrivão registrou a morte de sua filha Gertrudes. Um pouco abaixo, retificou: *"Acrece nesta lista sua filha Gertrudes que nasceu e por engano disse que morreu"*.

Certamente, a assinalada escassez de pessoas habilitadas na arte da cura contribuiu bastante para esse quadro sombrio.

"Até as vésperas da Independência, continuou em todo o Brasil a carência de profissionais habilitados. Ainda em 1804, o único cirurgião aprovado existente em São Paulo era o Cirurgião-mor da Legião; e esse mesmo tão desprovido de instrumental, que se utilizava, para as amputações, de uma serra de carpinteiro." ¹⁶⁷

Em 1829, havia mais profissionais da cura em Campinas que nos censos anteriores. Cristiano Frederico Hasse ¹⁶⁸ era um cirurgião alemão. No mesmo fogo, chefiado pelo

¹⁶⁴ C.C., 1800, 1ª Cia, fogo 91.

¹⁶⁵ C.C., 1ª Cia, fogo, 72.

¹⁶⁶ C.C., 1800, 1ª Cia, fogo 96.

¹⁶⁷ MACHADO, Alcântara, *Vida e morte do bandeirante*, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1980, p.110.

¹⁶⁸ C.C., 1829, 1ª Cia, fogo, 113.

cirurgião-mor Francisco Alvares Machado de Vasconcelos ¹⁶⁹, viviam também os boticários Davi de Sousa Dutra, de 20 anos de idade e Joaquim Correia de Melo, de 16 anos. Sendo assim tão jovens, é provável que estivessem aprendendo o ofício junto ao cirurgião. Francisco Gomes Pereira ¹⁷⁰ também vivia de cirurgia em 1829.

Em 1825, o pardo José Gomes da Graça ¹⁷¹ tinha sua botica que rendia-lhe 100\$000 réis anuais, aos quais somavam-se mais ou menos 50\$000 réis de sua outra ocupação de músico. Uma bela renda para a época e que deveria dar inveja a muita gente. Além de boticário e músico, José Gomes tinha a fama de curandeiro e com certeza era dos bons porque até mesmo um padre local reconheceu sua competência. Por escrito:

"Manoel Gomes da Graça, vivendo da arte de música bem como assistindo alguns enfermos e aplicando remédios de sua botica, há vinte anos, mais ou menos, aqui mora e tem se aplicado à arte da medicina pela falta que há de quem cure, tem usado ainda dessa ocupação com felicidade, e, ainda, mesmo nesse tempo em que há dois professores de representação, seu nome vive chamado frequentemente, não só dentro da vila como dos sítios e engenhos, atende com toda a exatidão e presteza e com especialidade aos pobres com toda caridade e por ser merecedor de toda a honra e ser também distinto o seu comportamento sendo que não há família das mais distintas desta vila, que não faça dele entrada em sua casa e como vejo marcada sua reputação pela intriga e ignorância passo em seu abono o presente documento, indo devidamente assinado.

Manoel José Fernandes Pinto.

¹⁶⁹ C.C., 1829, 1ª Cia, fogo 150.

¹⁷⁰ C.C., C.C., 1829, 7ª Cia, fogo 122.

¹⁷¹ C.C., 1825, 1ª Cia, fogo 113.

*Presbítero secular e Escrivão do Eclesiástico desta Comarca
de São Carlos [Campinas], em 7 de abril de 1830."*¹⁷²

O padre Manoel buscou juntar à competência na arte da cura exercida por Manoel Gomes ao seu comportamento "*distinto*" e caridoso, o que lhe permitia até mesmo ser recebido em casas das mais "*distintas famílias*" da vila. O padre tentava defender o boticário das acusações de charlatanismo das quais vinha sendo vítima.¹⁷³ Não seria descabido imaginar que a atuação de Manoel Gomes da Graça estivesse desmoralizando ou fazendo uma incômoda concorrência aos médicos diplomados.

Além de poucos, os cirurgiões e boticários viviam na vila. Isso significa que quando as pessoas da área rural necessitavam de seus préstimos, tinham que deslocar-se até a vila ou esperar resignadamente, de terço na mão, sua chegada que poderia ser demorada, dependendo da demanda e da distância.

A enfermidade que levou o agricultor e Alferes Francisco Carlos da Silva¹⁷⁴ ao túmulo em 1859, consumiu remédios comprados na botica de Joaquim Correia de Melo (aquele que era aprendiz em 1829), num total de 140\$000 réis. E na botica do alemão Jorge Henrique Krug, 13\$000 réis. Krug que no ano seguinte seria o anfitrião do viajante suíço Tschudi.¹⁷⁵ Além dos remédios, houve ainda a despesa com o atendimento médico, 30\$000 réis a um certo Doutor Teodoro e mais 60\$000 réis por curativos e visitas feitas pelo médico Ricardo Gumbleton Daunt, que também cuidava de seus escravos doentes.

¹⁷² BRITO, Jolumá, *História da cidade de Campinas*, 20º vol, Campinas, Ind. Gráfica Saraiva (SP), 1965, p. 91, apud, BERTUCCI, Liane Maria, *Impressões sobre a saúde, a questão da saúde na imprensa operária - São Paulo - 1891/1925*, Dissertação de Mestrado, DH/IFCH/UNICAMP, Campinas, 1992, pp. 59, 60.

¹⁷³ BERTUCCI, Liane Maria, op. cit., p. 60

¹⁷⁴ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 155, 3282, 1859. O sobrenome do Dr. Teodoro está ilegível.

¹⁷⁵ TSCHUDI, J.J. von, op. cit., p. 158.

O pequeno agricultor e tropeiro André de Sousa Campos ¹⁷⁶, deixou uma conta de 30\$720 réis na botica "do Reginaldo" para seus familiares fecharem, quando seu tratamento foi interrompido por sua morte.

Algumas pessoas, quando suas posses permitiam, procuravam precaver-se dos incertos ataques contra sua saúde. Em 1812, a farmácia "do Salles" em Campinas vendeu 22\$000 réis em remédios para a Fazenda Rio da Prata em Jundiaí, pertencente ao Coronel Manoel Elpidio Pereira de Queirós.

"Eram recursos de urgência que havia sempre nas fazendas distantes:

1 vidro de 1 onça de Noz Vomica,

1 de 8 onças de Elxir Paregórico,

2 dos de Arnica (tintura) de 4 onças,

1 de tintura de Macela Galega ou Camomila de 2 onças,

1 de Antimônio de 4 onças,

1 do de Acetato de Amônio ou Espírito de Minderer, (era um estimulante que os velhos formulários aconselhavam para reumatismo, escarlatina, bexigas, cólicas e até contra embriaguês - Chernoviz)" ¹⁷⁷

Um fator que contribuiu de maneira decisiva para o povoamento dos cemitérios foi a pouca salubridade do local.

Em 1828, José Mendes Ferraz ocupava o cargo de almotacé e ***"juntava como atribuições a inspeção de pesos e medidas, fiscalização dos preços dos víveres, louça, obras mecânicas, soldas e jornada de trabalho, sem descuidar da limpeza da cidade."*** ¹⁷⁸

¹⁷⁶ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 93, 2196, 1841.

¹⁷⁷ QUEIRÓS, Carlota Pereira de, *Um fazendeiro paulista no século XIX*, São Paulo. Imprensa Oficial do Estado, 1965, p. 58. Uma interessante lista de plantas medicinais brasileiras, suas qualidades e aplicações pode ser encontrada em: SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808 - 1821)*, São Paulo Cia. Editora Nacional, 1977, pp.139 - 141.

Havia deficiência no fornecimento de água limpa em Campinas e denúncias sobre o mau estado das fontes da cidade, levaram o almotacé a visitá-las e a constatar a veracidade das mesmas. Em ofício de 16 de agosto de 1828, pediu providências para a solução do problema, que certamente afetava a saúde pública.

Água era o que não faltava em Campinas. Próxima a vários rios e regada por inúmeros córregos e ribeirões, era habitat natural para mosquitos vetores de doenças como a febre amarela, que devastou Campinas entre 1889 e 1897.¹⁷⁹ A fênix do atual brasão da cidade, representa seu renascimento das cinzas após a epidemia de 1889. A cidade sofreu também com a "peste de bexigas" entre 1873 e 1875, quando uma carreta noturna recolhia os corpos para serem rapidamente enterrados em valas comuns.¹⁸⁰

Se não há registro de grandes epidemias na primeira metade do século XIX em Campinas, isso não significa que as condições sanitárias fossem maravilhosas. Segundo Marcllio,

"Parece certo que a varíola, a icterícia e a lepra foram doenças endêmicas em São Paulo durante o período colonial."¹⁸¹

Os censos e inventários revelam vários casos de lepra em Campinas.

"Contagioso, pestilento, incurável: estas são as características do chamado mal de São Lázaro."¹⁸²

Francisco Rodrigues Moreira¹⁸³ de 60 anos, branco, casado com Ana Francisca, 38 anos, era pai de nove filhos e vivia de esmolas porque padecia de "*morfêla*". O agricultor

¹⁷⁸ MARIANO, Julio, op. cit, p. 9.

¹⁷⁹ Sobre a febre amarela em Campinas ver: BERTUCCI, Liane Maria, op. cit, pp. 27 - 32.

¹⁸⁰ MARIANO, Julio, p. 110.

¹⁸¹ MARCÍLIO, Maria Luiza, op. cit, p.142.

¹⁸² MACHADO, Roberto et. al, *Danação da norma*, Rio de Janeiro, Graal, 1978, p. 73.

¹⁸³ C.C., 1803, 1º Cia, fogo 24.

Inácio Nunes ¹⁸⁴, natural de Moji, nada colheu no ano de 1812. Provavelmente porque esteve tentando ajudar seu filho Miguel, de 27 anos, que tinha o "*mal de Lázaro*".

Na casa de Escolástica Bueno ¹⁸⁵, natural de Atibaia, tanto ela como seu filho eram "*lazarentos*" e por isso viviam de esmolas. O fabricante de louça de barro e agricultor, Felisberto José de Camargo ¹⁸⁶, teve a infelicidade de contrair o "mal de Lázaro", do qual veio a falecer.

A lepra não escolhia suas vítimas. Os pobres e os ricos estavam sujeitos ao contágio.

Os quinze escravos de Joaquim Ferreira de Camargo ¹⁸⁷, senhor de engenho e proprietário do Sítio das Anhumas, certamente não tinham nenhuma razão para invejar seu amo, que morreu com lepra.

Os censos e inventários sugerem que as pessoas que estavam doentes de lepra não ficavam segregadas das demais, sendo registradas como se convivessem normalmente com suas famílias. Mas em 1860, Tschudi escrevia que os leprosos viviam "*...alojados em barracas fora da cidade.*"¹⁸⁸ Essa descrição sugere que o número de leprosos não era tão pequeno, o que resultou em uma nova maneira dos não leprosos verem e se relacionarem com os leprosos. Vistos como ameaça, os leprosos foram sendo isolados. Campinas viria a ter seus lazaretos mas naquele tempo, não tinha sequer um hospital. A Santa Casa de Misericórdia foi inaugurada somente em 1876 e a Beneficência Portuguesa em 1879.

O bócio era outra mazela um tanto quanto comum em Campinas.

¹⁸⁴ C.C., 1812, 2ª Cia, fogo 35.

¹⁸⁵ C.C., 1829, 7ª Cia, fogo 121.

¹⁸⁶ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx.55, 1405, 1831.

¹⁸⁷ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 88, 2059, 1839.

¹⁸⁸ TSCHUDI, J.J. von, op. cit, p. 159.

O agricultor Joaquim Rangel ¹⁸⁹, que vivia a favor do Capitão João do Amaral, tinha "*papo*", como então era conhecido o bócio. Zacarias da Silva ¹⁹⁰, 27 anos, casado, pai de seis filhos e agricultor, além do "*papo*", tinha um "*pé torto*". Dos três filhos da viúva Maria Custódia de Oliveira ¹⁹¹, um tinha escorbuto, outro "*papo*" e outro estava ausente.

Fletcher relatou vários casos de pessoas com "*papo*", também conhecido como "*mal de engasgo*", quando passou por Limeira, lugar próximo a Campinas. O médico americano residente em Limeira disse a seu compatriota que nunca havia lido um estudo sobre tal doença em qualquer publicação médica. Não havia tratamento para o bócio pois ainda não se sabia que o mesmo ocorria em função da falta de iodo. Sabia-se apenas que a doença não ocorria no litoral e que uma visita ao mar era sempre benéfica ao paciente. Certa vez ao ser chamado a visitar um homem que sofria de bócio a 80 milhas de Limeira, quando lá chegou, o médico encontrou nove pessoas com o mesmo problema no mesmo quarto.¹⁹²

As coisas da saúde, em geral, iam mal na Capitania de São Paulo e estavam entre as preocupações de seu Capitão-general, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, que em 1798 introduziu a vacina antivariólica. Em sua "*Memória Econômico Política*" de 1800, sugeria a criação de uma Academia Fármaco-Cirúrgica para formar os cirurgiões localmente, sendo necessário importar apenas médicos. A idéia era suprir as vilas com esses profissionais da saúde, que seriam pagos pelas câmaras municipais através de imposto autorizado por Sua Alteza Real.¹⁹³

Mariano José do Amaral foi nomeado para o cargo de Físico-mor da Capitania de São Paulo no ano de 1800, com a obrigação de assistir aos doentes do Hospital Militar. Seu salário

¹⁸⁹ C.C., 1822, 6ª Cia, fogo 82.

¹⁹⁰ C.C., 1825, 6ª Cia, fogo 86.

¹⁹¹ C.C., 1825, 3ª Cia, fogo 29.

¹⁹² FLETCHER, James Cooley, op. cit, p. 129.

¹⁹³ MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro e, p. 180.

por este encargo seria de 500\$000 réis anuais, sem dúvida um belo salário para a época. Mas o governador Mendonça afirmou que o dito físico poderia ser obrigado a assistir doentes de qualquer outro hospital na cidade de São Paulo, uma vez que era pago pelo povo. Não satisfeito, queria ainda que o mesmo ministrasse aulas no Hospital Militar aos ajudantes de cirurgia. O governador acrescentou que se estas outras obrigações não fossem impostas ao físico nomeado, seu salário seria "*avultadíssimo*" só para tratar soldados doentes e alguns escravos ou índios que "*...são as únicas pessoas que se curam no Hospital militar.*" ¹⁹⁴ Em 1800, o governador já havia instituído a dupla jornada de trabalho para os médicos. No caso de José do Amaral, pelo menos o salário era compensador.

ATOS DE FÉ

Dispersos nos arredores de uma pequena vila de beira de estrada, que aos poucos foi ganhando importância, os pequenos agricultores e suas famílias, interrompiam o isolamento e o aparentemente imóvel ritmo de trabalho no campo aos domingos, dia de missa.

Levantava-se cedo. Envergava-se a melhor roupa. O "quebra jejum" era reforçado. Depois, rumo à vila. A pé ou a cavalo, não demorava muito e já se ouvia o repicar do sino ecoando pelo caminho. O aproximar da vila aumentava a expectativa, especialmente se São Pedro ajudasse e o tempo estivesse favorável. Afinal, no domingo tudo podia acontecer depois da missa ou, quem sabe mesmo, na própria missa. Uma furtiva troca de olhares, talvez um rosto diferente, suspiros contidos. Gente vendo e sendo vista, em meio a santos e velas.

A missa era um acontecimento tão social como religioso. Ponto de encontro, ponto de partida. Cumpridos os deveres cristãos, seguiam-se outras atividades menos piedosas. Era hora de por a conversa em dia, saber das novidades, encontrar os compadres, matar o bicho em

¹⁹⁴ D.I., vol. 30, p.123.

alguma taverna, sem esquecer naturalmente do litúrgico gesto de dar um gole ao santo, que passava o dia atordoado.

Além de trabalhar a terra, aquelas pessoas tinham em comum uma prática religiosa, que lhes conferia certa unidade, certa maneira de pensar e ver as coisas. Mas quando estavam longe da igreja no decorrer da semana, a busca de contato com o divino não era esquecida. Oratórios domésticos, imagens de santos e rosários, garantiam a ligação direta com as instâncias superiores.

O ex-pequeno agricultor que morreu senhor de engenho e como alferes em 1844, Antonio José de Matos ¹⁹⁵, tinha um oratório e imagem no valor de 11\$000 réis, doze volumes do antigo testamento e quatro do novo. Dezipério Antonio de Morais ¹⁹⁶, um agricultor que estava bem de vida pois já tinha seis escravos e mil pés de café, além de um terreno na vila, possuía seu oratório no valor de 4\$000 réis e um rosário de ouro pesando 9 oitavas (aproximadamente 32,5 gramas) no valor de 27\$000 réis. Depois de ter sido agricultor por vários anos, Francisco José Vilela ¹⁹⁷ mudou-se para a vila, passando a viver em uma pequena casa de sua propriedade localizada no *"pátio da nova matriz"*. Sua esposa, Ana Francisca de Siqueira, morreu logo após o marido, ainda durante o tramitar do inventário. O casal possuía um *"oratório insignificante"*, segundo o inventário, tanto que não lhe atribuíram nenhum valor. Havia uma imagem de Nossa Senhora do Carmo feita em barro, de *"um palmo de alto e de muita antiguidade"*. Uma imagem de Santo Antonio também em barro, e um rosário de ouro, completavam o altar doméstico da família que já a acompanhava desde os tempos do sítio. Depois, mesmo morando em frente à igreja, os velhos porém queridos santos, continuavam iluminados pelas velas e a ouvir as súplicas e desejos mais profundos de seus

¹⁹⁵ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 105, 2464, 1844.

¹⁹⁶ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 144, 3091, 1856.

¹⁹⁷ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1391, 1831.

devotos. O oratório e os santos, ocupavam um lugar na casa e no coração das pessoas, e as ajudava a viver.

Na casa do senhor de engenho que outrora havia sido agricultor, Joaquim de Oliveira Leite ¹⁹⁸, havia nove imagens de santos que o inventário não nos brindou em especificar. No oratório do agricultor Francisco Correia de Macedo ¹⁹⁹, havia uma imagem de "*Nosso Senhor Crucificado de metal com cruz chapeada*" e uma imagem da padroeira da Vila de São Carlos, Nossa Senhora da Conceição, feita em madeira. Um relicário de ouro e outro de prata mais três rosários de ouro, estavam entre os objetos legados por Antonio Dias Rabelo ²⁰⁰, antigo agricultor que tendo acumulado algum capital adquiriu animais e montou sua tropa.

A imagem de "Nosso Senhor Crucificado" era muito popular e na maioria das vezes estava acompanhada por um ou mais santos, de acordo com a fé, as necessidades de proteção e as possibilidades financeiras do devoto.

"A posse de imagens, oratórios, relicários e outros objetos litúrgicos por indivíduos laicos constitui um índice importante do grau de religiosidade numa sociedade." ²⁰¹

Os santos eram objetos destinados às pessoas queridas, que os guardariam após a morte de seus donos. No testamento de Quitéria Pais de Siqueira ²⁰² incluído em seu inventário, prática aliás comum naquele tempo, a testadora deixava para Maria da Purificação (aquela que estava "pejada de seis para sete meses" estando viúva havia um ano), uma imagem do "*Senhor Menino*".

¹⁹⁸ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 37, 1010, 1826.

¹⁹⁹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 41, 1100, 1828.

²⁰⁰ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 74, 1815, 1836.

²⁰¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808 - 1821)*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1977, p. 87.

²⁰² Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 9, 279, 1812. Sobre Maria da Purificação ver p. 28.

As pessoas podiam também contrair dividas junto aos santos e principalmente em caso de doença e morte anunciada, havia a preocupação em deixar essas dividas pagas ou pelo menos bem encaminhadas nesse sentido. Dívida com santo era coisa séria.

Bento Pais de Almeida ²⁰³, deixou 1\$000 réis para Santo Antonio, 4\$000 réis para o Senhor Bom Jesus de Pirapora, 1\$000 réis para o Bom Jesus da Pedra Fria e mais 4\$000 réis para duas missas ao Santissimo Sacramento e a São Bento. Entre as dividas passivas do inventário do agricultor Inácio Bueno de Camargo ²⁰⁴, havia uma dívida de 2\$240 réis para com a Irmandade do Santissimo Sacramento. Declarava em seu testamento o senhor de engenho João de Barros Pedroso ²⁰⁵, que devia 100\$000 réis a N.S. da Conceição e uma capa a N.S. de Lourdes por uma promessa feita durante sua doença e mais 30\$000 réis ao convento de São Francisco da cidade de São Paulo. O Doutor Barbosa da Cunha ²⁰⁶ ordenou o pagamento do que devia à Irmandade do Santissimo Sacramento e que parte de sua terça, 30\$000 réis, fosse doada para as obras da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. As dividas do agricultor pardo Miguel Lopes Ferreira ²⁰⁷ eram com N.S. de Nazaré da Freguesia de São João da Atibaia, 12\$800 réis, e com N.S. Aparecida de Guaratinguetá, à qual devia 6\$400 réis por uma promessa.

Os inventários de Campinas evidenciam o lado religioso de seus habitantes ao registrar seus objetos de culto e fé. De barro, madeira ou metal, eram a síntese material e palpável do desejo de ligação com o invisível, que podia trazer tanto esperanças como temores.

²⁰³ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 155, 3285, 1860.

²⁰⁴ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 8, 270, 1812.

²⁰⁵ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 7, 218, 1810.

²⁰⁶ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 4, 99, 1807.

²⁰⁷ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 4, 85, 1805.

E era por ocasião da realização dos testamentos que podemos notar certa contradição entre a esperança da salvação e o temor da morte, porta para um mundo sobre o qual havia muitas perguntas e poucas respostas.

"...longe de ter feição puramente econômica, o testamento era uma solene demonstração de fé." 208

Preparação para a morte, rito inicial de separação do mundo dos vivos através do qual buscava-se por "ordem na casa" antes da partida, os testamentos seguiam um roteiro básico, quer em São Paulo ou na Bahia.

"As fórmulas variavam mas a maioria dos testamentos tinha algum preceito religioso logo na abertura - "Em nome da Deus, amém", era o mais comum - seguido da encomendação da alma a Deus e do apelo à proteção de santos. Em seguida vinha quase sempre uma espécie de ficha pessoal - o testamento da passagem do testador no mundo na qual declarava naturalidade, estado civil, filiação (e se filho natural ou ilegítimo), os nomes do cônjuge e dos filhos inclusive ilegítimos." 209

Alguns dos motivos mais comuns que levavam as pessoas a fazer seus testamentos eram:

- ***"...achando-me de pé, porém algum tanto doente, mas em perfeito juízo faço este meu testamento..."***
- ***"...temendo-me da morte, querendo por minha alma no caminho da salvação faço este meu testamento..."***

²⁰⁸ MACHADO, Alcântara, op. cit, p. 212.

²⁰⁹ REIS, João José, op. cit, p. 92.

- "...estando gravemente enfermo e em meu perfeito juízo e desejando por minha alma no caminho da salvação faço este meu testamento..." ²¹⁰

Ao encomendar sua alma, os testadores de Campinas procuravam não esquecer de invocar a proteção de nenhum dos santos, indispensáveis aliados para a derradeira batalha.

"Primeiramente encomendo minha alma à Santíssima Trindade, a meu Senhor Jesus Cristo, à Virgem Maria Nossa Senhora, ao Santo do meu nome e a todos os santos da corte do céu..."

"Encomendo minha alma à Santíssima Trindade, a meu Senhor Jesus Cristo, peço à sempre Virgem Maria Nossa Senhora e todos os Santos da corte do céu, queiram interceder por mim quando minha alma deste mundo partir..."

"Primeiramente, encomendo minha alma à Santíssima Trindade em quem creio e em tudo quanto manda crer a Santa Igreja Católica Romana e nesta quero viver e morrer como verdadeiro cristão e que minha alma seja salva pelos merecimentos de meu redentor Jesus Cristo, em quem verdadeiramente confio, rogo pois à Virgem Maria, ao anjo da minha guarda e a todos os santos e santas queiram ser meus intercessores, a fim de que minha alma vá gozar da bem-aventurança para que foi criada..." ²¹¹

Incomuns ou raros, eram os testamentos como o do taverneiro Antonio Pinheiro ²¹², que não mencionou nenhuma palavra com relação à sua alma, aos santos, pedidos de missas, etc. Seu funeral foi deixado ao arbítrio de seus testamenteiros. Foi portanto, um testamento que

²¹⁰ Respectivamente: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 120, 2730, 1848; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 4, 99, 1807; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1389, 1831.

²¹¹ Respectivamente: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 4, 99, 1807; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 5, 120, 1808; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1389, 1831.

²¹² Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 121, 2740, 1848.

poderíamos chamar de secular. Quando Pinheiro efetivamente morreu, foram gastos 41\$380 réis com seu funeral, assim distribuídos:

16,5 côvados (10,9 m) de princeta preta - 19\$800 réis, retrós - \$160 réis, 2 varas (2,20 m) de fita - \$320 réis, 12,2 côvados (8 m) de balbute preto - 7\$500 réis, 1,5 carta de alfinetes de ferro - \$480 réis, 2,5 varas (2,75 m) de algodão - 1\$000 réis, 50 taxas de ferro - \$80 réis, 3 varas (3,3 m) de, capa - \$840 réis, 28 varas (30,8 m) de galão - 11\$200 réis

O funeral do agricultor Francisco Carlos da Silva ²¹³, custou 40\$800 réis mais 6\$000 por missas de corpo presente, mais 23\$700 réis por tecidos para a cerimônia e mais 2\$000 réis pelo feitiço de uma túnica para o defunto.

A maioria das pessoas morria sem deixar inventário. Os testamentos eram então menos numerosos e mais escassos ainda eram os testamentos de agricultores propriamente ditos. Os mais comuns eram os de senhores de engenho, entre os quais alguns haviam sido agricultores antes de terem "subido na vida", com o concurso decisivo da atividade agrícola de pequeno porte.

O cuidado com a alma exigia algumas providências, como missas de corpo presente e outras tantas missas que seriam mais ou menos numerosas em função da insegurança e do poder aquisitivo de quem as solicitava.

"Declaro que digam no dia do meu falecimento ou dia seguinte, missas de corpo presente pela minha alma que se pagará a esmola do costume por elas. Declaro que se digam três capelas de missas [uma capela equivalia a 50 missas] , uma por minha alma, uma por meu pai e avô e outra por aqueles com quem tenho negociado."

Essa foi a vontade do senhor de engenho e dono de pequena tropa João Antonio do Vale

²¹⁴

²¹³ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 155, 3282, 1859.

²¹⁴ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1389, 1831.

"...quero que se diga missa de corpo presente pelos sacerdotes da terra que quiserem e puderem dizer, quero mais duas capelas de missas por minha alma, três missas pela alma de meus finados sogros, uma a cada pessoa com quem tive negócio, 10 missas pelas almas de meus escravos falecidos, 25 missas pelas almas de meu pai e minha mãe ..."

Em tom imperativo, Joaquim Guedes Barreto ²¹⁵ estendia sua benevolência ou dor de consciência, até mesmo a seus escravos falecidos na forma de missas. Atitude que era relativamente comum entre os que possuíam muitos escravos.

É possível encontrarmos nos inventários, "certificados de missas rezadas" pela alma do inventariado, assinados pelo padre, como no caso do agricultor João de Camargo Pimentel:

"Certifico que disse 31 missas pela alma de João de Camargo que me foram encomendadas por sua mulher e por estarem ditas e eu delas pago, passe a presente, que sendo necessário juro aos Santos Evangelhos.

Vila de São Carlos, 1º de julho de 1818.

Manoel Ferraz Pinto

O padre Bernardo de Melo Silva, rezou 25 missas, 12 pela alma de Francisco Pais Monteiro ²¹⁶ e 13 pela alma de Francisca Pais Ferraz sua mulher, encomendadas pelo filho José Jeremias que pagou pelas mesmas 10\$000 réis.

Encomendada a alma, determinado o número de missas em seu benefício, restava ainda providenciar os últimos detalhes relativos ao corpo que ficaria neste mundo, e que também exigia seus cuidados. A roupa com a qual o defunto iria fazer sua última apresentação em público, quem o acompanharia ao túmulo e de que maneira, e o local da sepultura, eram muitas vezes objeto dos quais se ocupavam os testadores.

Antonio Pires de Oliveira ²¹⁷, que ditou seu testamento no dia de sua morte, declarou:

²¹⁵ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 120, 2730, 1848.

²¹⁶ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 42, 1112, 1828.

"Quero que meu enterro seja feito como pobre, envolto em uma mortalha branca e conduzido em uma rede ao cemitério..."

O senhor de engenho Joaquim Guedes Barreto ²¹⁸, pediu para baixar à sepultura em hábito de Carmo, do qual se declarava ***"indigno irmão"***. Albano Almeida Lima ²¹⁹ também desejou ser sepultado em hábito da Ordem Terceira do Carmo, deixando os demais detalhes de seu funeral a cargo de seus testamenteiros.

O mineiro natural de Mariana, João Antonio do Vale ²²⁰, senhor de engenho, mesmo ***"gravemente enfermo"*** não perdeu a autoridade:

"Ordeno que meu corpo seja amortalhado em hábito decente e sepultado onde a lei ordenar com acompanhamento de meu reverendo pároco, e mais reverendos sacerdotes que houverem, aos quais se pagará a taxa de costume."

Outro mineiro que tinha engenho em Campinas, o Alferes João de Barros Pedroso ²²¹, desejava ser sepultado ***"...na minha matriz em hábito de São Francisco, acompanhado do meu reverendo pároco e tudo mais do arbítrio de meus testamenteiros."***

A viúva Quitéria Pais de Siqueira ²²², teve como seu testamenteiro e depois inventariante o padre Manoel José Fernandes Pinto. Achando-se enferma, Quitéria declarou que desejava ser sepultada na ***"Igreja Matriz desta vila"***, sendo seu corpo acompanhado pelo seu ***"...reverendo vigário mais sacerdotes que se acharem na terra e o mais seja arbítrio de***

²¹⁷ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 125, 2889, 1850.

²¹⁸ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 120, 2730, 1848.

²¹⁹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 5, 120, 1808.

²²⁰ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1389, 1831.

²²¹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 4, 99, 1810.

²²² Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 9, 179, 1812.

meu testamenteiro..." Nessa ocasião, aproveitou para realizar um ato de caridade e libertou suas duas escravas, Gertrudes e Escolástica.

Os conflitos internos estabelecidos nas mentes das pessoas ao sentirem a proximidade do último suspiro, produziram muitas alforrias, doações a igrejas e irmandades, reconhecimentos de filhos ilegítimos e outros tantos atos piedosos de última hora. Afinal, um dos ladrões arrependeu-se na cruz e ainda assim foi ao paraíso.

O funeral do senhor de engenho Antonio José de Matos ²²³ custou 148\$140 réis mas o inventário não especificou como todo esse dinheiro foi gasto.

Já o inventário de Germano Bueno de Camargo ²²⁴ foi mais detalhado com os gastos de seu funeral: 6\$000 réis por 7 libras e meia de cera para o velório, 6\$000 réis pelo hábito de São Francisco, 1\$920 réis pela encomendação do corpo feita pelo vigário Joaquim José Gomes, 1\$280 pelo acompanhamento de quatro padres ao enterro, 1\$040 réis pela sepultura, \$480 réis ao sacristão, 3\$600 réis por uma fazenda usada no velório e 1\$600 réis pelo caixão.

Em 1828, a missa, acompanhamento e encomendação do corpo do agricultor Francisco Correia de Macedo ²²⁵ custou 1\$920 réis, mais \$670 réis por dois padres que acompanharam o féretro, \$480 réis ao sacristão e 2\$620 réi pelo caixão, num total de 5\$690 réis.

"Os caixões mortuários eram feitos nas próprias fazendas e adquirido todo o material necessário - tecidos, galão, fita, alças, etc." ²²⁶

Ao que tudo indica, o uso de caixão para sepultamentos não era muito difundido em Campinas no início do século XIX, sendo mencionado nos inventários de pessoas mais abastadas.

²²³ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 105, 2464, 1844.

²²⁴ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 31, 830, 1824.

²²⁵ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 41, 1106, 1828.

²²⁶ QUEIRÓS, Carlota Pereira de, op. cit, p. 40.

Em Campinas, costumava-se enterrar os mortos no interior da matriz velha. Após o ano de 1836, o governo provincial passou a combater os sepultamentos nos templos, recomendando a escolha de lugares mais apropriados à saúde pública fora das povoações.²²⁷ Segundo o Dr. Daunt²²⁸ o último sepultamento feito na matriz ocorreu no ano de 1846.

Ao passar por Campinas em 1860, Augusto Emílio Zaluar registrou a existência de dois cemitérios, um católico e outro protestante, várias confrarias religiosas e seis sacerdotes.²²⁹

Por vezes, sacerdotes podiam também cuidar de assuntos outros, que não missas, batismos e funerais.

MAL EDUCADOS E DESELEGANTES

O padre *"Feijó, grande latinista, esteve em São Carlos onde não havia nenhum mestre dessa disciplina e lá lecionou de 1804 a 1809, depois do que, radicou-se em Itu"*²³⁰ Nesse mesmo tempo, Custódio Luis Afonso²³¹ vivia de ensinar meninos.

Em 1817, o jovem reverendo ituano, Bernardo José²³², era o mestre régio de primeiras letras em Campinas. As aulas régias de primeiras letras eram então uma criação recente, datando de 1814.²³³

²²⁷ MARIANO, Julio, op. cit, p. 163,164.

²²⁸ DAUNT, Ricardo Gumbleton, "Reminiscências do distrito de Campinas em Bairro, freguesia e vila", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 1942, vol. XL, p. 331.

²²⁹ ZALUAR, Augusto Emílio, *Peregrinação pela província de São Paulo (1860 - 1861)*, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1975, p. 138.

²³⁰ QUEIRÓZ, Suelly Robles Reis de, op. cit, p. 237.

²³¹ C.C., 1806, 1ª Cia, fogo39.

²³² C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 13.

²³³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Sistema de casamento no Brasil colonial*, ... , p. 177.

Para exercer tal função, o professor deveria saber gramática da língua portuguesa, especialmente ortografia, escrever com *"boa forma"* e ser *"perfeitamente instruído em aritmética."* ²³⁴

A tarefa básica desses professores de primeiras letras era, como o nome já sugere, a alfabetização. Quando os alunos principiavam a ler, deveriam passar a fazer cópias de partes de livros adotados para uso nas escolas da Capitania.

"Os livros, que hão de servir para este fim são os seguintes - um impresso para as primeiras lições das letras e suas combinações na formação de sílabas e palavras: o catecismo pequeno do Bispo de Montpellier, recomendado no Alvará de 30 de setembro de 1770, o qual fará depois estudar de cor aos discípulos a fim de se instruírem na doutrina cristã, e principais mistérios de nossa Santa Religião; um compêndio da História de Portugal e das Vidas dos Senhores Reis, nossos Augustos Soberanos; um compêndio das Obrigações Cíveis do homem nos diferentes Estados, que ocupa no qual (sic) se deduzam os deveres que resultam da sua existência civil já para com Deus, e para com o Soberano, já para consigo e para com os outros homens de per si cujo compêndio deve terminar com as Regras da Cívildade..." ²³⁵

Depois de aprenderem a obedecer à Igreja e ao Estado, e a ler, era a hora de aprender a escrever. Os professores passavam a dar ênfase ao ensino da gramática, ortografia e sintaxe da língua portuguesa, utilizando a *"Gramática de Lobato"* e *"Regras d'Ortografia de Pinheiro"*. Simultaneamente, os estudos de aritmética seguiam suas lições a partir dos *"Elementos de Besouth"*. Nesse ensino básico, o mestre deveria gastar o tempo necessário até que o aluno ficasse apto a ler e escrever perfeitamente, segundo as regras da ortografia, e as

²³⁴ MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro e, op. cit, p. 170.

²³⁵ Idem, p. 171, 172.

quatro operações da aritmética, incluindo problemas simples de contas mercantis. Tudo isso seria incompleto se o aluno não tivesse os conhecimentos da doutrina cristã.

A jornada de estudo diário não era das mais leves e o calendário escolar era balizado pelo calendário eclesiástico.

"Como todos os exercícios das primeiras letras se fazem na aula, deve o tempo dela durar três horas de manhã e três de tarde, em todo o ano, não tendo os discípulos senão um mês de férias grandes em janeiro, e quinze dias pela Páscoa da Ressurreição e outros tantos pela do Espírito Santo, não tendo em todo o decurso do ano outros feriados se não os três dias imediatos depois da domingo da quinquagésima e as quintas feiras de cada semana, se nela não houver algum dia que a Igreja manda santificar" ²³⁶

Depois de aprender as primeiras letras, o aluno estava apto a seguir seus estudos matriculando-se na aula de gramática latina, grega e retórica, cujas aulas tinham um período de duração de duas horas de manhã e duas à tarde e seu calendário era mais racional, levando-se em conta as mudanças do clima. Nesse caso, as "férias maiores" aconteciam no verão, nos meses de dezembro e janeiro. Dos poucos que freqüentavam as aulas de primeiras letras, uma parcela ainda menor continuava a estudar.

O salário dos professores das aulas régias era pago com recursos obtidos com o "subsídio literário", imposto que incidia sobre a carne verde, aguardente e outros produtos. Em "Desclassificados do ouro", Laura de Mello e Souza afirma que o recolhimento do subsídio literário era feito por contratadores e que uma vez satisfeitas as necessidades da coroa para pagamento dos professores, guardavam o excedente para si. Segundo Eschwege, os recursos arrecadados para o pagamento dos mestres régios passavam por vários descaminhos.²³⁷

²³⁶ Idem, p. 73.

²³⁷ SOUZA, Laura de Mello e, op. cit, p. 130; ESCHWEGE, W. C. von, *Journ. von Bras. II*, apud, SAINT HILAIRE, Auguste de, *Viajem à Província de São Paulo*, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1976, p. 79.

Em sua memória de fim de governo em 1802, o governador Castro e Mendonça afirmou que o subsídio literário era muito "diminuto", o que impedia a criação das cadeiras de Aritmética, Geometria e Trigonometria recomendadas por Sua Alteza Real.²³⁸

Certamente, muito gado foi abatido e muita cachaça consumida, proporcionando recursos mais que suficientes para fins educativos. Entretanto, a vida de um professor de primeiras letras não era fácil. Arrecadação havia mas os salários dos mestres eram baixos.

*"Além de receberem baixos ordenados e de sofrerem atrasos no seu pagamento, os mestres de primeiras letras viam-se por vezes sem recursos quando chegavam à velhice e não podiam mais trabalhar, pois, quando os anos de serviço não justificavam a jubilação, eles eram simplesmente demitidos. (...) Encontrando-se assim os mestres numa situação, além de miserável, precária, não causa espanto que esta ocupação fosse substituída por outra tão logo achavam atividade mais rendosa. O baixo ordenado levava ao abandono dos cargos"*²³⁹

Um professor de primeiras letras em Campinas no ano de 1825 tinha uma remuneração superior a das costureiras, alfaiates, quitandeiros, arrieiros e camaradas de tropa e sapateiros, mas inferior a carpinteiros, caixeiros, ourives, músicos e caldeireiros.

Joaquim José de Farias²⁴⁰ vivia de ensinar meninos de primeiras letras em 1825, tendo uma renda anual de apenas 55\$000 réis.

Essa situação não era coisa nova já naquele tempo.

"Para ensinar uma criança a ler e escrever, Antonio Pereira da Costa se contenta com meia pataca ao mês. Oitocentos réis pelo ensino de dois

²³⁸ DI, vol 44, p. 153.

²³⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura no Brasil colônia*, Petrópolis, Vozes, 1981, p. 126, 127.

²⁴⁰ C.C., 1825, 1ª Cia, fogo 110.

rapazes durante três meses recebe Dlogo Mendes Rodrigues em 1670. Mais vale ser mestre de música." ²⁴¹

O governo tentava, ainda que de forma precária, estabelecer o ensino público. Mas o alcance dessa iniciativa era muito limitado, restringindo-se aos centros urbanos mais importantes, excluindo a maior parte da população que vivia no campo.

Maria Beatriz Nizza da Silva, constatou pela análise dos efetivos escolares da Capitania de São Paulo que o número de frequentadores das aulas gratuitas era bastante reduzido, o que a levou a supor que o número de pessoas que assistiam aulas particulares fosse ainda menor. ²⁴²

Em Campinas, por volta de 1837, as aulas régias andavam desprestigiadas, mas, ao contrário da hipótese sugerida por Nizza da Silva para a Capitania, existiam várias escolas particulares. Para saber o motivo da baixa frequência nas aulas régias, a Câmara promoveu uma enquete entre pais de alunos. Segundo os pais, na escola pública as crianças "*não mostravam adiantamento*" e "*o menino não tem sujeição alguma*", ou seja, consideravam o ensino público ruim e falho na parte disciplinar. ²⁴³

Essa realidade, produziu um mundo onde saber ler e escrever era, por si só, um fator de diferenciação entre os homens. E entre os homens e as mulheres.

Dentre os poucos "iniciados" nessa arte, as mulheres mal se faziam representar. Coisas do costume. A primeira escola pública feminina de Campinas, cuja primeira turma teve vinte oito alunas, foi criada apenas em 1844. ²⁴⁴ Desde pequenas, as crianças recebiam uma educação diferenciada pelo sexo.

"As meninas aprendiam a coser e a bordar, assim como outras tarefas domésticas, enquanto os meninos se iniciavam nas primeiras letras, embora

²⁴¹ MACHADO, Alcântara, op. cit, p. 101.

²⁴² SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Sistema de casamento no Brasil colonial*, ... , p. 183.

²⁴³ MARIANO, Julio, op. cit, p. 18 - 20.

²⁴⁴ Idem, p. 20.

multos já fossem colocados em casa de artesãos para aprender um ofício."

245

Essa distinção na educação de meninos e meninas, é muito clara nas listas das despesas com um casal de netos da senhora de engenho Ana Batista de Matos ²⁴⁶, incluída em seu inventário. As listas cobriam os anos de 1841 e 1842 em vários meses, separando os gastos de Manoel de 10 anos e Maria Angélica de 12 anos, órfãos de Joaquim Marcelino de Moraes Sales. O falecido tinha ainda um filho ilegítimo de nome Francisco, que tudo indica ter sido esquecido. Entre outros gastos, principalmente com roupas, Manoel frequentou aulas particulares de março a dezembro de 1841, e de fevereiro a abril de 1842, cujas mensalidades eram de 1\$000 réis. O inventário anotou também que o menino teve aulas particulares entre abril de 1839 e maio de 1840, pela mesma mensalidade.

As despesas de Maria Angélica concentraram-se em roupas, sapatos, um par de brincos de ouro, um balaio para costuras, remédios e nada de aulas. Entre 1841 e 1842, a menina foi assistida pelo cirurgião Gomide e pelo Dr. Pedro, indicando que sua saúde era um tanto delicada. Aulas para o menino, costura para a menina. Para a época, tudo estava em seu lugar.

Até falecer em 1846, o Capitão Rafael de Oliveira Cardoso ²⁴⁷ havia sido senhor de engenho e tropeiro, encerrando sua carreira plantando café. Em seu testamento, determinou que metade de sua terça fosse para seus netos Joaquina e Cândido, filhos de Antonio Luis de Oliveira que era viúvo. Cândido vivia na casa de seu cunhado Antonio da Costa Machado, no Bairro do Jaguari, aprendendo a ler e escrever com um mestre a uma légua (aproximadamente 6 Km) de distância de onde morava. Como Cândido não tivesse ainda 12 anos, seu pai solicitou que se desse ao menino como sua parte na terça, um cavalo para amenizar as diárias idas e voltas da aula.

²⁴⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Sistema de casamento no Brasil colonial*, ... , p. 174.

²⁴⁶ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 89, 2068, 1836.

²⁴⁷ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 110, 2585, 1846.

Meninos privilegiados Manoel e Cândido, porque suas famílias se preocupavam com sua educação e podiam pagá-la. No campo, entre a gente mais simples, o aprendizado também começava cedo, e era democrático, tanto meninos como meninas, sabiam muito bem o que era uma enxada.

Os inventários permitiram perceber que a população livre de Campinas era constituída em sua maioria por analfabetos. Em 1836, Müller ²⁴⁸ registrou que apenas 205 pessoas sabiam ler e escrever. Famílias inteiras desconheciam o segredo das letras, incluindo mesmo famílias de senhores de engenho. ²⁴⁹

Era comum a viúva ser a inventariante quando o marido falecia. Com raras exceções, essas mulheres eram sempre analfabetas.

Maria Joaquina de Camargo, Ana Francisca de Campos, Maria Joaquina da Silva e Gertrudes Maria Machado, eram esposas de senhores de engenho, todas analfabetas. ²⁵⁰

Gertrudes Maria de Jesus, viúva e inventariante do agricultor Vicente José Ferraz ²⁵¹, assinou seu nome quando necessário no decorrer do processo do inventário. A assinatura saiu um tanto trêmula é verdade, mas foi o suficiente para confundir o escrivão, tão acostumado com o analfabetismo feminino.

²⁴⁸ MÜLLER, Daniel Pedro, *Ensaio de um quadro estatístico da Província de São Paulo*, 3ª edição facsimilada, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. 57.

²⁴⁹ STEIN, Stanley J., Em *Vassouras, um município brasileiro do café - 1850 - 1900*, Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1990, p. 49, observou um grande número de fazendeiros analfabetos naquela localidade durante a primeira metade do século XIX.

²⁵⁰ Respectivamente: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1389, 1831; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 120, 2730, 1848; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 37, 1826; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 49, 1267, 1829.

²⁵¹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 17, 477, 1817.

"... e para constar mandou o dito juiz lavrar auto de inventário que assinou e pela inventariante não saber escrever, digo, que assinou com a inventariante..."

É possível que Gertrudes fosse analfabeta mas não permitiu que nenhum terceiro assinasse em seu lugar.

Se não era raro encontrar analfabetos entre filhos de senhores de engenho, era entre eles que podiam ser encontrados boa parte dos que sabiam ler e escrever.

Quando o Tenente e senhor de engenho Pedro Antonio de Oliveira ²⁵² foi assassinado por um de seus escravos, seu filho Antonio Manoel de Oliveira foi seu inventariante, sabendo ler e escrever. Todos os filhos do senhor de engenho, o Alferes José de Campos Penteado ²⁵³, sabiam ler e escrever.

Entre os pequenos agricultores, poucos eram os alfabetizados.

Afora sua viúva, Dionísia Furquim de Campos que era analfabeta, os filhos e netos mais velhos (de ambos os sexos o que era ainda mais raro) do agricultor Germano Bueno de Camargo ²⁵⁴ sabiam ler e escrever. Em situação oposta, estavam os filhos dos agricultores Rosa Maria Cardoso, Inácio José de Moraes e Francisco Bueno ²⁵⁵, que eram analfabetos.

O consumo de livros em Campinas era mínimo a julgar por sua quase total ausência nos inventários. Um dos raros casos foi o do Dr. José Barbosa da Cunha ²⁵⁶, que possuía em sua casa os seguintes livros e suas avaliações: **Ordenações do Reino e seu reportório em 5 anos** - 20\$000 réis, **Manual prático** - \$640 réis, **Considerações médicas** - \$640 réis, 3 tomos

²⁵² Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 109, 2543, 1845.

²⁵³ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 155, 3284, 1860.

²⁵⁴ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 31, 830, 1824.

²⁵⁵ Respectivamente: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 22, 610, 1825; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 23, 613, 1821; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 18, 519, 1818.

²⁵⁶ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 4, 99, 1807.

de *Comentários de Ordenação de Silva* - \$640, *Tesouro de Pensamentos* \$640, 8 livros pequenos de quarto - 2\$560, *Farmacopéia* - \$640, 1 livro de Teologia - \$640, 1 livro de Teologia prática - \$640, 1 livro de Manoel Gonçalves da Silva (autor ?) - 1\$000. Divididos basicamente em 4 assuntos: leis, teologia, saúde e lazer, seria um exagero chamar de biblioteca um grupo de 19 livros mas com certeza era um luxo para a época.

Cinco anos depois, em 1812, faleceu a viúva de Barbosa da Cunha, Clara Rita de Sousa²⁵⁷, deixando também alguns livros: 4 volumes de Manoel Gonçalves - 4\$000 réis, *Considerações cândidas imparciais sobre a natureza do açúcar* - \$640 réis, 1 livro velho *Breve resumo para a instrução e direção dos ordenandos* - \$160 réis, 1 livro em espanhol de geografia - \$120, 1 livro em espanhol *Davi perseguido* - \$200 réis, *Comentário e construção literal de todas as obras de Horácio* - \$480 réis, 1 livro de Virgílio - \$240, *Considerações médicas* - 1\$280 réis (citado antes pela metade da avaliação), 1 livro em espanhol *El gran hijo de David* - \$100 réis, *Nobiliarquia portuguesa* - 1\$000 réis, *Cirurgia reformada* (sem capa e velho) - \$240 réis, *Davi perseguido* 2ª parte - \$100 réis, *Semana Santa* (sem capa) - \$80 réis. Predominando as leituras piedosas, é interessante destacar a presença de uma obra de Virgílio e um comentário sobre as obras de Horácio e um título sobre o açúcar.

A escassez no consumo de livros refletia a escassez de leitores.

Ao relatar o extravio de dois "caixões de livros" em 1802, o governador Castro e Mendonça ponderava que quase todos os livros recebidos anteriormente do Rio de Janeiro ainda estavam por ser vendidos, ou seja, estavam encalhados. Para não ficar com tantos livros, Mendonça passou a doá-los pois previa que os mesmos continuariam sem compradores, sugerindo que assim os livros poderiam cumprir sua função de instrução.²⁵⁸

²⁵⁷ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 9, 272, 1812.

²⁵⁸ D.L., vol 30, pp. 146 - 149.

Entre os 34 títulos disponíveis, havia 14 voltados a temas agrícolas como por exemplo: **Açúcares do Rio, Considerações cândidas sobre o açúcar, Cultura da canela de Goa, Cultura do cravo girofe, Culturas do linho cânhamo, Fazendeiro do Brasil** (que trata do cultivo da cana), **Memórias dos algodoeiros por Arruda**, etc. Se não havia interesse nessas obras em uma Capitania eminentemente agrícola, que dizer dos demais títulos como: **Canais de Fulton, Canto heróico, Carnot, Helminologias portuguesas com estampas pretas, Quinografias com estampas iluminadas e até mesmo, Ciência das sombras e Artes de se fazer cola.**

Faltava pois, um "pouco mais" de planejamento e profissionalismo, para não dizer interesse, para com as coisas da cultura por parte das autoridades ou, como é comum ouvirmos atualmente, havia falta de vontade política para resolver o problema. Em resumo, o acesso à educação era um privilégio para poucos na primeira metade do século XIX. Campinas não foi exceção.

Além de iletradas em sua maioria, as pessoas não eram lá muito elegantes. Os melhores tecidos eram importados e nada baratos, consumidos apenas pelos mais ricos. O guarda roupa ou melhor, a canastra da gente simples do campo não era muito variada e nem precisava ser muito grande. As roupas apresentadas pelos inventários em Campinas eram poucas e às vezes tão poucas que nem mesmo apareciam. É claro que isso se aplicava aos mais pobres.

No final do século XVIII,

"De modo geral, em toda a província, a vestimenta dos roceiros se reduzia à calça e camisa de algodão, sendo a calça no entanto (segundo Vieira Bueno) um progresso ainda não adotado por todos. Muita gente se contentava com a ceroula ampla e curta, que deixava as pernas nuas do joelho para baixo, e cujo cós abotoavam ao lado direito da cintura, por baixo da fralda da

camisa. No tempo frio acrescentavam a esse traje o surtium (espécie de colete) de baeta." ²⁵⁹

Já no século XIX, em Campinas, essa indumentária básica recebia algumas variações: calças de ganga branca, de casimira listrada, jaqueta de pano, camisas de paninho e de algodão e rubicom (ou robissão) de pano azul e coletes de fustão. ²⁶⁰ Quando militares, a farda do falecido comumente era incluída no inventário, como aconteceu com o agricultor e soldado Joaquim Antonio de Lima. ²⁶¹ Acompanhava sua farda da cavalaria de dragões, o capacete já velho e uma espada.

Os ponchos e capotes eram as roupas mais comuns nos dias frios. Eram quase sempre feitos de pano azul, forrado com baeta vermelha ou rosa. Essas eram as peças de roupa mais caras possuídas pelas pessoas mais pobres. ²⁶²

As mulheres usavam saias de chita e dragonete, vestidos de chita pintadinha, de pano azul de morim e riscadinho, chales de seda, mantilhas de casimira e lenços brancos. No frio, o capote saía da canastra. ²⁶³

²⁵⁹ BRUNO, Ernani Silva, *Viagem ao país dos paulistas*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1966, p.130.

²⁶⁰ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx.18, 519, 1818; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1391, 1831; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 21, 579, 1820.

²⁶¹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 21, 579, 1820.

²⁶² Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 10, 303, 1813; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 36, 990, 1826; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 125, 2889, 1850. Sobre os vários tipos de roupas e tecidos no final do período colonial, ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808 - 1821)*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1977, especialmente o item "Sociologia do traje" no capítulo I.

²⁶³ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 9, 279, 1812; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 41, 1102, 1827; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1391, 1831.

Entre as dívidas passivas do inventário do agricultor Francisco Carlos da Silva ²⁶⁴, encontram-se duas contas feitas no comércio da cidade. A primeira deveria ser paga a Manoel Lopes dos Santos, sendo que as compras são relacionadas por mês, entre 1857 e 1859. Foram gastos com roupas e tecidos:

1857

Janeiro - 14 côvados (9,25 m) de chita - 41\$670 réis, 2 cortes de calça, botões e linhas - 4\$000 réis, 1 poncho de pano - 19\$000 réis.

Fevereiro - 3 varas (3,3 m) de morim - 1\$440 réis, 15 varas (16,5 m) de morim - 4\$800 réis, 1 par de meias finas inglesas - 2\$000 réis, linhas - \$180 réis, 2 côvados (1,32 m) de cetim - 1\$640 réis.

Abril - 1 chapéu pardo - 3\$200 réis, xale de lã - 7\$000 réis, jaqueta de lã - 6\$500 réis, cobertor francês - 11\$000 réis.

Dezembro - 1 chapéu de pelo de lebre 2\$000 réis.

1858

Novembro - 1 chapéu de pelo de lebre 2\$240.

1859

Abril - paletó de brim - 6\$000 réis, vários tecidos, 1 cobertor francês - 10\$000 réis. O total da dívida era de 429\$580 réis. Uma bela dívida.

A segunda conta fora aberta na casa de fazendas e armarinhos Nunes & Vilarés, localizada à Rua de Baixo (atual Rua Lusitana). Entre outras compras destacamos:

1857

Maio - poncho de pano - 23\$000 réis, capote de lã - 6\$500 réis, lã para calça - 4\$000 réis.

1858

Abril - 1 poncho de pano - 22\$000 réis, 1 manta de lã - 31\$000 réis.

²⁶⁴ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 155, 3282, 1859.

Prevenindo-se para o inverno ou porque naquele tempo o frio chegava mais cedo, Francisco Carlos comprava roupas com regularidade nos meses de abril e maio. Por isso os cobertores, ponchos, capotes, xale, jaqueta e manta de lã.²⁶⁵

O leito dos pequenos agricultores era simples: lençol de algodão e às vezes uma colcha.²⁶⁶ No tempo frio acrescentava-se um cobertor.

A toilette entre os pequenos agricultores limitava-se, aparentemente, ao uso de toalhas e *"toalhas de mão"*, mas mesmo essas eram bem mais comuns entre os senhores de engenho.²⁶⁷

Brincos, fivelas e rosários, eram os poucos objetos de metal precioso possuído pelos pequenos agricultores de Campinas.²⁶⁸

O ouro frequentava mais a casa dos senhores de engenho e sob formas mais variadas: memórias, argolinhas, cordões, relicários, colares, bichas (um tipo de brinco), relógios, além é claro de brincos, fivelas e rosários.²⁶⁹

"Importantes ainda na indumentária masculina eram as esporas de prata..."

270

²⁶⁵ Para outra conta nos mesmos moldes, ver: Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 37, 1010, 1826.

²⁶⁶ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 9, 279, 1812; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 41, 1102, 1827; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 55, 1405, 1831; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1389, 1831.

²⁶⁷ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 9, 279, 1812; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 23, 614, 1821; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 42, 1112, 1828.

²⁶⁸ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 4, 85, 1805; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 18, 518, 1813; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 11, 329, 1814.

²⁶⁹ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 4, 99, 1807; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 49, 1267, 1829; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 13, 89, 1831.

Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 88, 2059, 1839.

²⁷⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura no Brasil colônia*, ... , p. 65.

Esse detalhe importante, que representava um fator de distinção social, não passou despercebido ao atento Saint Hilaire quando descreveu a figura do senhor de engenho.

"Mas se monta a cavalo e sai, é preciso que o vestuário lhe corresponda à importância e então enverga jaleco, as calças, as botas luzidas, usa esporas de prata..." ²⁷¹

Marca registrada de gente abonada, ou de quem queria parecer sê-lo, as esporas de prata podiam ser vistas brilhando e cutucando cavalos de senhores de engenho e de pequenos agricultores melhor situados pelas poeirentas ruas de Campinas. ²⁷² Imposição da moda, elas eram, entre os pequenos agricultores, mais um sinal de que o duro trabalho cotidiano podia dar bons frutos, e quem sabe, transformá-los em donos de muitos escravos, fabricantes de açúcar e possuidores de casas na vila.

²⁷¹ SAINT HILAIRE, Auguste de, Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo. Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1974, p. 17.

²⁷² Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 23, 614, 1821; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 99, 2338, 1843; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 108, 2530, 1845; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 49, 1265, 1829; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 120, 2730, 1848.

Sobre roupas e ornamentos como sinal de distinção e identificação social, ver: LARA, Silvia Hunold, *"Entre o luxo e a luxúria: diferenças e identidades entre mulheres coloniais"*, texto apresentado no Colóquio: Sentimento (s) e identidade (s): Os paradoxos do político. Brasil/França. DH/IFCH/UNICAMP, Campinas, maio/1994.

CAPÍTULO II: A VILA

"Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e noventa e sete aos catorze dias do mês de dezembro do dito ano nesta povoação das Campinas, Comarca da Cidade de São Paulo, aonde foi vindo o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da mesma comarca Caetano Luis de Barros Monteiro comigo escrivão de seu cargo adiante nomeado para efeito de erigir em Vila esta povoação em consequência da portaria do Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Governador, e Capitão General desta Capitania Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça datada em dezesseis de novembro do corrente ano (...) e sendo aí com assistência do Juiz Presidente, e mais oficiais da Câmara de Nossa Senhora do Desterro de Jundiá, nobreza e povo desta mesma povoação, mandou o dito ministro apregoar em altas vozes pelo porteiro Salvador Vieira da Maia, que se erigia esta povoação em Vila com a denominação - Vila de São Carlos - o que sendo satisfeito pelo porteiro houve ele dito ministro por ereta em Vila com a denominação - Vila de São Carlos - pelos fundamentos expendidos na referida portaria de que para constar, mandou lavrar este auto de ereção, que assinou o Juiz Presidente, oficiais da Câmara da Vila de Jundiá, nobreza e mais povo, que presentes se achavam e eu Vicente Ferreira e Almeida Escrivão de Ouvidoria Geral, e Correição o escrevi."

Documentos Interessantes, vol. III

Mesmo sendo uma jovem e pequena vila no limiar do século XIX, Campinas já possuía seus bairros: Anhumas, Boa Vista, Campo Grande, Capivari, Dois Córregos, Ponte Alta e Atibaia.²⁷³

As primeiras e estreitas ruas, eram naturalmente batizadas pelas pessoas que por elas transitavam ou nelas moravam, em função daquilo que lhes chamava a atenção. Placas indicativas? Não havia necessidade pois ali ninguém se perdia, sem contar que poucos saberiam lê-las.

Havia a Rua de Baixo e a Rua de Cima e entre elas, é claro, a Rua do Meio. A rua onde se localizavam as "casinhas" que abasteciam os lares quase urbanos daquele tempo com hortaliças, era a Rua das Casinhas. Naquela onde ficava a cadeia era a Rua da Cadeia e uma rua não muito reta era a Rua do Caracol. A rua passando por um lugar enfeitado pela natureza com flores silvestres era a Rua das Flores, naquela onde havia muitos botequins, Rua da Pinga e onde pouca gente morava, Rua Deserta.²⁷⁴

A simplicidade dos nomes das ruas da Campinas que então surgia, certamente foi semelhante à maioria das cidades no Brasil.

As pessoas anônimas que ali viviam e construíam o que viria a ser uma grande cidade, ainda não tinham ruas com nomes de pessoas ilustres. E assim foi durante a primeira metade do século XIX, quando predominaram em Campinas as ruas apelidadas pelo povo, de maneira singela mas muito prática.

Aos poucos, a Câmara Municipal cuidou de ir modificando a toponímia, homenageando pessoas queridas do lugar ou que tiveram papel de destaque em sua história.

²⁷³ C.C. - 1800.

²⁷⁴ Em 1995, respectivamente ruas: Lusitana, Barão de Jaguará, Dr. Quirino, General Osório, Bernardino de Campos, Benjamin Constant, José Paulino, Santa Cruz e Alvares Machado.

Coisa mais tipicamente urbana que as ruas não pode existir. Delimitam espaços que contém tudo aquilo que faz as pessoas saberem que estão em uma vila ou cidade. As casas juntas, a igreja, as praças, as tavernas, a cadeia, a câmara, o mercado e elas mesmas. São as ruas que também testemunham mudanças que alteram a paisagem urbana: em Campinas, de repente, em 1807, a matriz passou a ser a matriz velha, quando foram iniciadas as obras da matriz nova, que seria inaugurada somente em 1883, com grandes e merecidas festas. Mas era na matriz velha, considerada "*simples e modesta*" por Saint-Hilaire, e que não passava de "*mediocre*" na opinião de Daniel Pedro Müller, que a vila e o campo encontravam-se dominicalmente.²⁷⁵ Em seu interior, o espaço e o tempo eram tridimensionais, ocupados por santos, vivos e mortos, cada qual à sua maneira. Em frente ao templo, abria-se a inevitável praça da matriz, que abrigou o pelourinho nos primeiros tempos e também um relógio de sol, que segundo o Dr. Daunt, tivesse existido em época posterior, não teria sobrevivido por oito dias. Falta de educação e vandalismo, não são invenções do século XX.²⁷⁶

Em 1802, perto da praça da matriz que ainda não era a velha, ergueu-se um edifício de polivalente serventia: cadeia, forum e paço municipal ²⁷⁷, também considerado mediocre pelo exigente Müller.

As lojas foram surgindo timidamente e transformaram a Rua do Meio em Rua do Comércio.

²⁷⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Província de São Paulo*, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1976, p. 110.

MÜLLER, Daniel Pedro, *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*, 3ª edição facsimilada, São Paulo, 1978, p. 57.

²⁷⁶ DAUNT, Ricardo Gumbleton, "*Reminiscências do distrito de Campinas em bairro, freguesia e vila*", *RIHGSP*, São Paulo, 1942, vol. XL, pp. 332 e 335.

²⁷⁷ MARIANO, Julio, *Campinas de ontem e anteontem*, Campinas, Editora Maranata, 1970, p.154.

Enquanto não chegava a década de 1870 com seus hospitais, os escassos médicos e seus limitados conhecimentos mais os curandeiros de plantão, eram as únicas alternativas da população nas horas difíceis de doença ou acidentes. Rezas e promessas, também podiam ser de inestimável valor nesse mundo que ainda desconhecia os micróbios. O "bicho" entretanto, era bem conhecido, visível a olho nú. Lombrigas e outros parasitos, podem ter contribuído para originar a expressão ainda corrente: "matar o bicho". E o "bicho" era duro de matar. Desculpa de bêbado ou crença sincera, a população de Campinas não podia se queixar porque esteve sempre muito bem abastecida de "remédio", do qual aliás, tornou-se grande produtora e exportadora. A distribuição do "terapêutico líquido", era generosa por toda a vila mas tinha seu ponto culminante na já mencionada Rua da Pinga.

Entre um gole de cachaça e um tira gosto, a taverna era o ponto de encontro e lazer da gente simples da vila e da roça. Lugar também muito instrutivo pois lá ouviam-se e comentavam-se as últimas trazidas por algum tropeiro ou viajante. E havia momentos em que, de copo na mão, os populares presentes calavam, e ouviam atentamente as detalhadas narrativas de brigas e assassinatos, ocorridos em tempos e lugares distantes, além dos fantásticos "causos" de assombração. Podia-se também optar por coisas mais amenas como uma moda de viola ou simplesmente, passar o tempo discorrendo sobre os predicados de alguma Dulcinéia, sem economizar adjetivos. Acontecia que por vezes havia controvérsias, ou o encontro casual entre desafetos. Coisas assim, nem sempre eram resolvidas na base da diplomacia, principalmente se os oponentes não estivessem lá muito sóbrios.

Interessante é que mesmo nesse meio masculino e não poucas vezes violento, as mulheres se faziam presentes como proprietárias desses estabelecimentos. As pardas Maria Francisca Barbosa e Ana Rodrigues ²⁷⁸, esta última forra, eram taverneiras. Maria tinha o marido ausente em Cuiabá e Ana era viúva. Certamente, os frequentadores das tavernas não

²⁷⁸ C.C., 1800, 1ª Cin, fogos 20 e 36.

primavam pela finesse mas ao que parece, respeitavam quem lhes proporcionava instantes de refrigério, em um mundo de poucas oportunidades de trabalho e muitas privações.

Na taverna de Antonio Pinheiro ²⁷⁹, além de diversão e cachaça, podia-se encontrar também sebo, peneiras, mate, fumo e louça de barro. Produtos baratos, de uso cotidiano da população mais pobre. As seis dúzias de "*Jacazinhos de mate*", existentes na prateleira de Pinheiro, vendidos a \$40 réis cada um, sugerem que na Campinas daquele tempo havia muitos apreciadores da sulina bebida. Possivelmente, esse hábito tivesse sido trazido pelos tropeiros ou quem sabe, eles mesmos fossem seus maiores consumidores. O próprio Saint-Hilaire, ao visitar o capitão-mor de Campinas em 1819, teve a oportunidade de experimentar o mate pela primeira vez, antes de virar freguez. ²⁸⁰ O taverneiro Antonio Pinheiro morava na Rua de Baixo, com fundos para a Rua do Comércio onde tinha outra casinha. Na mesma Rua de Baixo, tinha outra casa com fundos para o chafariz, com três portas na frente e uma janela onde certamente funcionava seu estabelecimento comercial, por sinal muito bem localizado pois por ali todos passavam. Analfabeto mas bom de aritmética, Pinheiro deixou ao falecer um razoável patrimônio de 5:000\$000 réis (cinco contos de réis). Dois dias após seu passamento, ocorrido em 9 de dezembro de 1848, a forra Joana, que havia sido escrava de Antonio José de Brito, testamenteiro do finado, apresentou-se munida de um documento a fim de receber a importância de 300\$000 réis mais juros de 2 % ao mês, contados a partir de maio daquele ano. Diga-se de passagem, um bom começo de pé-de-meia para uma pessoa que havia sido escrava, quase suficiente para comprar seu próprio escravo. As circunstâncias levam a crer que Pinheiro eventualmente tomava dinheiro para reemprestá-lo a um juro maior, tirando algum lucro nessa operação. Apesar das dívidas passivas em seu inventário somarem 554\$400 réis, não parece que o mesmo havia emprestado tal quantia para saldar compromissos. Seria bem mais lógico

²⁷⁹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 121, 2740, 1848.

²⁸⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de, op. cit. p. 111.

um comerciante emprestar dinheiro a uma ex-escrava e não o contrário. É possível que o taverneiro, dependendo de sua situação, funcionasse como um pequeno intermediário em operações financeiras de pequena monta, emprestando e tomando emprestado, ajudando e se ajudando, tudo na confiança, mas de papel passado.

Mas o bebericar na taverna não deveria prolongar-se até muito tarde porque as ruas eram escuras à noite e transitar por elas um tanto utilizado poderia ser perigoso. Em 1818, a antiga Rua das Campinas Velhas (atual Av. Moraes Sales) foi a primeira a receber lampiões a óleo de peixe. Lampiões a gás, só em 1875.²⁸¹

E foi também em 1818 que D'Alincourt passou por Campinas, a caminho de Cuiabá. Posteriormente escreveu: *"São Carlos de Campinas é villa ainda pequena..."* Mas em nota de rodapé esclarecia:

"Desde setembro de 1818, até o princípio de 1823 tem crescido consideravelmente em propriedades: o negócio é al grande; a cada passo encontram-se armazéns de tudo quanto se precisa, algumas lojas de bebidas, e um bilhar; notam-se muitas casas acabadas de fresco, e outras a construir-se; os habitantes tratam-se com muito luxo e gosto em seus vestiários, já não merece o nome de pequena villa." ²⁸²

Tempos depois, em 1839, o pastor norte-americano Daniel Kidder registrava suas impressões sobre o comércio de Campinas:

²⁸¹ GOULART, Edmo, *Campinas, ruas da época imperial*, Campinas, Editora Maranata, 1983, pp. 43, 118.

²⁸² D'ALINCOURT, Luis, *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1975, p. 51.

"Conquanto aparentasse mais vida e energia em vários setores comerciais que em diversas outras cidades do mesmo porte, ainda assim reclamam que São Carlos passa, de vez em quando por períodos bem difíceis. Certo comerciante septuagenário com quem tivemos ocasião de conversar, lamentou seriamente a instituição do sistema de crédito por meio do qual pessoas sem capital podiam estragar o negócio dos que dispunham de recursos próprios. Suspirou pelos duros tempos de D. João VI, quando circulavam livremente barras de ouro tão grandes, que com elas se podiam quebrar nozes ! Mas agora, nem prata se via; nada mais a não ser notas deprecadas e patações de cobre." 283

É possível que o nostálgico comerciante estivesse apenas querendo impressionar o visitante, mas nas impressões dos viajantes estrangeiros ficou nítida a importância do comércio na pequena vila.

Em 1860, Tschudi revisitava o passado:

"Desde há muito tempo, Campinas se firmou como importante centro comercial de algumas comarcas distantes, tanto da província como também da de Minas Gerais, que para ela enviam seus produtos, tais como algodão, toucinho, feijão, queijo, etc, recebendo em troca sal, ferramentas, artigos importados da Europa." 284

²⁸³ KIDDER, Daniel P. , Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do sul do Brasil , Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1980, pp. 236, 237.

²⁸⁴ TSCHUDI, J.J. von, Viajem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo , Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1980, p. 178.

Campinas portanto, estava longe de ter uma economia fechada, tornando-se entreposto comercial de uma vasta região, o que aumentou ainda mais seu ativo comércio de tropas, que nunca chegavam ou partiam de jacás vazios. A atividade tropeira na região de Campinas, proporcionou trabalho a muita gente, como observou Saint-Hilaire:

"Essa cidade [Mogi Mirim], assim como Campinas e Jundiaí, situadas na mesma estrada, porém mais perto de São Paulo, fornece uma boa parte dos camaradas de tropa que acompanham as tropas de burros e partem da capital da província para Goiás e Mato Grosso. É esse um dos meios de vida da região." ²⁸⁵

E se o movimento trazia progresso, gerava empregos e fazia circular as riquezas, não deixava de cobrar seu tributo. Em 1836, Müller registrou a estatística dos crimes em Campinas:

"7 de morte, 7 de ferimento, 1 contusão, 1 de injúria, 1 de suspensão de emprego, 1 de adultério, 3 de roubos, 4 de desobediência, 12 uso de armas proibidas."

A justiça tinha naquele ano 1 Juiz Municipal, 1 Promotor, 1 Juiz de Órfãos, 6 Juizes de Paz, 2 Escrivães, 2 Advogados e os Juizes de Fato podiam ser eleitos entre 160 cidadãos.²⁸⁶

Local próspero, Campinas recebia muitos migrantes, isso sem contar com a constante presença de pessoas de passagem: tropeiros, comerciantes e viajantes, o que levou muita gente

²⁸⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de, op. cit., p. 106.

²⁸⁶ MÜLLER, Daniel Pedro, op. cit., pp. 199 e 58

a andar armada. O lugar poderia ser pequeno mas já não era assim tão pacato, sendo *"a cidade de Campinas (...) totalmente rodeada de matas."*²⁸⁷

E foi por causa delas que o lugar recebeu seu primeiro nome, quando ainda era bairro de Jundiá: Mato Grosso.

No final do século XVIII, *"...abundavam todos os animais de caça e igualmente as onças..."* mas, em 1879, o Dr. Daunt já lamentava o desaparecimento de algumas aves,

*"Duas espécies de pássaros, então abundantes, desapareceram do distrito, - a Anhuama que deixou recordação no nome do bairro do melhor terreno, e a Tapeína, que era utilíssima como devoradora de insetos e pequenos répteis."*²⁸⁸

As matas gradativamente foram assim, cedendo espaço para o avanço das roças de cereais e canaviais, e depois os cafezais.

A vila ganhava mais ruas enquanto outras tantas casas eram construídas, preenchendo com suas novas fachadas, portas e janelas, os espaços vazios das ruas mais centrais, que eram aquelas próximas à matriz (a velha), que juntamente com a cadeia/forum/câmara, eram os edifícios mais antigos, que já faziam parte da paisagem, conhecidos por todos.

Naquele tempo, tinham

"...as Câmaras a seu cargo o asseio e conservação das ruas, pontes, chafarizes, e mais obras públicas. Fiscalizar os pesos e medidas, assim como os açougues, e mais gêneros comestíveis de secos e molhados. Tendo a

²⁸⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de, op. cit., p.110.

²⁸⁸ DAUNT, Ricardo Gumbleton, op. cit, pp. 325 - 341, p.333.

autoridade de impor multas aos contravenientes de suas posturas..." ²⁸⁹

Nessas funções, destacava-se o Juiz Almotacé.

Os armazéns e tavernas de "*serra acima*", pagavam 6\$400 reis de impostos (dinheiro suficiente para pagar 6,4 meses de aulas particulares de primeiras letras ²⁹⁰) aos cofres provinciais para o pagamento da tropa de 2ª linha e obras públicas. O subsídio literário em benefício da instrução pública (criado em 1722), em 1836 era de \$820 réis, cobrados sobre toda e qualquer rês abatida. Uma vez morta a rês, sobre a carne verde incidia mais um imposto provincial, de 1\$600 réis, recolhido por coletores. A aguardente era taxada em 20 % e havia a meia sisa dos escravos, que consistia em pagar 5 % do preço pelo qual o escravo fosse vendido ao governo provincial. Havia outros impostos mas esses eram os principais. ²⁹¹

As opções de lazer da população não eram muito variadas. Além das tavernas e da cachaça, sempre na mira do fisco, podia-se dar uma chegada à praça principal da vila e assistir aos exercícios militares.

"O destacamento da localidade era constituído por cerca de vinte homens e meninos, alguns de botas altas e roupas de algodão, outros vestidos com mais simplicidade, em resumo, dificilmente havia dois fardados e equipados da mesma maneira. Quando formavam para a instrução que lhes era ministrada por algum subalterno do exército, sua aparência bastava para indicar sua fraqueza." ²⁹²

²⁸⁹ MÜLLER, Daniel Pedro, op. cit., p. 98.

²⁹⁰ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 89, 2068, 1836.

²⁹¹ MÜLLER, Daniel Pedro, op. cit., pp. 209 - 211.

²⁹² KIDDER, Daniel P., op. cit., p. 236.

Assim, o sutil Kidder, cheio de eufemismos, descreveu os "militares" de Campinas, na verdade, um destacamento de esfarrapados. Se os homens (e meninos), responsáveis pela defesa da ordem não inspiravam nenhum sentimento de tranquilidade e orgulho em seus habitantes, podiam ao menos proporcionar-lhes boas gargalhadas e momentos de descontração, em uma sociedade cheia de contrastes.

Kidder registrou ainda, a disputa dos garotos campineiros pelos jacás velhos descartados pelos tropeiros.²⁹³ Nada se perdia e com esse subproduto do comércio tropeiro, os garotos deleitavam-se tentando fazer a fogueira mais alta, iluminando as noites da vila. Onde faltava diversão era preciso inventá-la, com o que se tinha à mão.

Os muitos rios e matas dos arrabaldes certamente foram palco de muitas pescarias e caçadas, que divertiam e com um pouco de sorte, tornavam o cardápio um pouco mais atraente. Os dias quentes eram um convite irresistível a um banho no rio ou riacho mais próximo, que naquele tempo tinham águas muito limpas.

D'Alincourt, ao descrever o crescimento da vila, não mencionou maiores detalhes sobre "*um bilhar*" existente no lugar, mas este era sem dúvida mais uma possibilidade de amenizar a cotidiana luta pelo pão, ou melhor, pelo feijão, pela farinha, toucinho, arroz..., ou quem sabe, complicá-la ainda mais.

²⁹³ Idem, p. 36.

A VIDA NA VILA

Para satisfazer as necessidades da sociedade rural da Campinas do início do século XIX, havia agricultores, costureiras, professores, sapateiros, ferreiros, carapinas, senhores de engenho, madeireiros, carpinteiros, vendeiros, oleiros, taapeiros, fiandeiras, alfaiates, padres, parteiras, médicos, seleiros, ourives, músicos entre outros. Esses ofícios estiveram presentes nos censos entre 1800 e 1829, aos quais, aos poucos, outros foram sendo acrescentados. Por outro lado, houve um aumento do número de pessoas exercendo tais atividades, demonstrando que a demanda por serviços estava em alta, consequência do desenvolvimento da agricultura, do comércio e do crescimento da população.

As necessidades mais sofisticadas de alguns senhores de engenho como vinhos, queijos, roupas e louças, encontravam solução nas encomendas vindas da Europa, via Corte ou Santos, chegando ao seu destino em lombo de burro. Aos desvalidos, restava viver de esmolas.

O trabalho em Campinas era então artesanal, quase sempre doméstico como o das costureiras, sapateiros, professores, a exceção daqueles que precisavam ser realizados no local da necessidade: médicos, padres, taapeiros... "Fábricas", só mesmo de açúcar e cachaça, engenhos e engenhocas.

Em casa, na rua, ou na casa dos outros, era preciso saber, e ter as próprias ferramentas, caso contrário, podia-se ser jornaleiro, camarada, feitor, enfim, trabalhar para outrem. Em tempo de escravidão, o mercado de trabalho livre ²⁹⁴ era restrito, mesmo as pessoas que tinham seus ofícios e trabalhavam como autônomas sofriam a concorrência de escravos artesãos e de

²⁹⁴ Sobre esse tema, se bem que abordando outro período (1871 - 1888), ver: GEBARA, Ademir, O mercado de trabalho livre no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1986.

ganho. Na tabela a seguir, destacamos o número de fogos cujos chefes exerciam algumas das profissões mais comuns na vila, representada nos censos pela primeira companhia.

| ANO | costureira | alfaiate | sapateiro | ferreiro | carpinteiro | vendeiro | cirurgião |
|-------------|------------|----------|-----------|----------|-------------|----------|-----------|
| 1800 * | 5 | 1 | 2 | - | 6 | 2 | - |
| 1803 | 4 | - | 2 | - | 9 | 2 | - |
| 1806 | 10 | 5 | 3 | 1 | 9 | 16 | - |
| 1809 | 4 | 5 | - | - | 4 | 5 | - |
| 1812 | 6 | 3 | 6 | 1 | 3 | 5 | - |
| 1817 | 17 | 4 | 5 | 4 | 6 | 15 | 1 |
| 1822 | 27 | 7 | 9 | 8 | 18 | 5 | 1 |
| 1825 | 9 | 6 | 5 | 5 | 10 | 17 | - |
| 1829 ** | 64 | 10 | 11 | 6 | 18 | 23 | 4 |
| 1836 *** | - | 19 | 32 | 26 | 39 | - | - |

Fonte: Censos de Campinas.

* No ano de 1800, havia apenas duas companhias.

** Em 1829, foi criada a 7ª companhia, que, como a primeira, reunia fogos da vila. Aqui somamos os dados de ambas.

*** Dados de Daniel Pedro Möller, *op. cit.* p.199.

No geral, podemos observar um aumento na ocorrência de tais profissões com o passar do tempo. Oscilações no sentido de diminuição em alguns anos em relação aos anteriores, podem ser explicadas em parte pela mobilidade das pessoas que eventualmente mudavam-se para outros bairros (ou vilas), sendo registradas em outra companhia que não a primeira. Em princípio, a vila concentrava a maioria dos artesãos mas estes também podiam ser encontrados aqui e ali, dispersos nas demais "companhias rurais".

Não era por falta de costureiras, alfaiates e sapateiros que havia gente mal vestida e descalça em Campinas. Ferraduras e ferramentas, madeiramento de telhados, portas e janelas, não eram problema. Quem quisesse abastecer-se do mínimo necessário, certamente encontraria uma venda por perto. Em caso de doença, aí já não era assim tão simples, especialmente antes de 1817, a menos que se apelasse para "curiosos". Entre outras profissões encontradas principalmente na vila, temos fiandeiras, tropeiros, donos de loja, de animais de aluguel, de armazém, taapeiros, escrivão, tecelões, boticários, quitandeiros, caixeiros, músicos, ourives, entre outros.

Em 1825, o censo registrou a renda anual (aproximada), declarada por várias pessoas com diferentes profissões, residentes na vila.

Negociante de fazendas secas: 80\$000, 120\$000, 83\$000, 120\$000, 150\$000, 200\$000, 300\$000, 130\$000 e 75\$000 réis.

Armazém de molhados: 60\$000, 55\$000, 67\$000 e 45\$000 réis.

Compra e venda de animais: 64\$000 e 76\$000 réis.

Tropeiro: 78\$000 e 78\$000 réis.

Arrieiro de tropa: 40\$000, 37\$000, 35\$000 e 30\$000 réis.

Camarada de tropa: 25\$000, 25\$000, 20\$000, 25\$000, 20\$000 e 32\$000 réis.

Alfaiate: 40\$000, 57\$000, 25\$000, 43\$000, 44\$000 e 43\$000.

Costureira: 20\$000, 20\$000, 20\$000, 16\$000, 32\$000, 32\$000, 20\$000 e 25\$000 réis.

Tecelão de panos de algodão: 34\$000, 30\$000 e 25\$000 réis.

Sapateiro: 30\$000, 37\$000, 40\$000, 43\$000 e 42\$000 réis.

Ferreiro: 50\$000, 57\$000, 47\$000, 45\$000 e 67\$000 réis.

Ourives: 60\$000 e 67\$000 réis.

Professor: 55\$000 réis.

Músico: 100\$000 e 60\$000 réis.

Carpinteiro: 60\$000, 64\$000, 65\$000, 77\$000, 56\$000, 78\$000, 50\$000, 60\$000 e 37\$000 réis.

Lavrador de madeiras: 43\$000, 47\$000 e 37\$000 réis.

Louceira: 30\$000 réis.

Quitandeiro: 40\$000, 37\$000, 37\$000, 35\$000 e 30\$000 réis.

Vendeiro: 25\$000, 40\$000, 28\$000, 57\$000, 25\$000, 56\$000, 40\$000, 40\$000, 42\$000, 57\$000, 47\$000, 32\$000, 52\$000, 32\$000, 50\$000, 30\$000 e 40\$000 réis.

Botequim: 46\$000 réis.

Escrivão de Órfãos: 300\$000 réis.

Caixeiro: 100\$000, 50\$000, 25\$000 e 16\$000 réis.

Caldeireiro: 200\$000 réis.

Jornaleiro: 25\$000 e 30\$000 réis.

Barbeiro: 62\$000 réis.

Por essa lista, é possível verificar que já havia uma maior diversificação das profissões em Campinas. O passar do tempo, a maior circulação de riquezas e o crescimento da população, abriram espaço para novas e antigas atividades, nas quais o sucesso de quem as exercia era também variado.

O censo de 1825, registrou também as rendas anuais aproximadas de alguns pequenos agricultores: 99\$000, 37\$000, 25\$000, 45\$000, 25\$000, 40\$000, 60\$000, 57\$000, 51\$200 e 25\$600 réis. Como nas demais atividades, entre os pequenos agricultores também havia diferenças, havendo aqueles mais bem sucedidos, aqueles que buscavam obter mais a partir de seus recursos disponíveis. Tanto no caso dos pequenos agricultores como nas outras profissões, não foi possível calcular uma renda anual média devido aos poucos casos em que essa informação foi fornecida.

Segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, na cidade de São Paulo, por volta da metade do século XIX,

*"A margem mínima de subsistência seriam os salários de 40\$ [40\$000 réis] ,
anualmente..."* ²⁹⁵

Considerando essa cifra como válida também para Campinas, poderíamos supor, a partir das rendas anuais citadas, que boa parte das pessoas que exerciam as profissões mais comuns, sobreviviam com o mínimo, por vezes , menos que isso.

²⁹⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 159.

Mas era no campo que se concentrava a maior parte da população de Campinas. A vila, representada basicamente pela 1ª Cia nos censos, abrigava, em 1817, 952 pessoas dos 5.963 habitantes, 16 % do total. Em 1829, dos então 8.395 habitantes, 1.942 (somadas a 1ª e 7ª Cias) viviam na vila, 23,7 %. Em 1829, Campinas estava mais "urbana" que em 1817, sem contudo deixar de ter na agricultura sua grande força econômica.

Naqueles tempos, entre os fogos que compunham a vila, vários eram de pessoas que viviam sós. Por opção ou coisas da vida.

O sapateiro paulistano, Lourenço do Vale Penteado, de 22 anos, vivia sozinho, como seu conterrâneo Manoel Fernandes Nunes, barbeiro de 44 anos. Outro sapateiro, José de Freitas, de 49 anos, também vivia só. Os três eram solteiros e pardos.²⁹⁶

Mas os fogos de pessoas solitárias eram em grande parte femininos. A fiandeira Francisca Maria do Rosário tinha 62 anos e era viúva, dividindo seu espaço apenas com sua roca. A parda Tereza Maria, natural de Nazaré, 56 anos e solteira, vivia sozinha, atarefada com seu tacho a fazer seus doces. A adolescente e costureira Escolástica Maria, de 15 anos e a vendeira Ana Francisca, parda, 50 anos, de Guaratinguetá, eram solteiras e viviam sós, à custa de seu próprio trabalho.²⁹⁷

Entre as mulheres da vila, era comum haver solteiras com filhos. Pelo direito civil vigente na época, o crime de concubinato só era caracterizado através da existência de coabitação.

²⁹⁶C.C., 1829, 1ª Cia, fogos 14 e 15; 1817, 1ª Cia, fogo 103.

²⁹⁷ Respectivamente, C.C., 1800, 1ª Cia, fogo 45; C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 91; C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 121; C.C., 1829, 7ª Cia, fogo 196.

"Essa exigência de coabitação para que o crime ficasse provado explica talvez a presença nas listas de população da Capitania de São Paulo, de tantas mulheres solteiras com filhos morando sozinhas em suas casas. Mesmo que perante a igreja, tais mulheres fossem concubinas de algum homem, perante o direito civil o fato de não haver coabitação não configurava o crime de concubinato." ²⁹⁸

Clara Maria era uma mulher solteira e pobre, de 40 anos, que tinha a companhia de suas filhas Sebastiana de 12 anos que era muda e Tereza de 4 anos. A lavadeira Angela Maria, parda com 26 anos, sorocabana, tinha uma filha, Reginalda de 8 anos. A costureira parda, Maria Madalena, natural de Jundiá, tinha um filho de nome José, de 9 anos. ²⁹⁹

E havia as casadas sem marido, ou com o marido sempre ausente, o que podia dificultar enormemente a tarefa de ganhar a vida e cuidar dos filhos. É possível que algumas esperassem eternamente o mítico retorno do marido com trabalho, orações, resignação e até mesmo fidelidade, mas outras diziam não, deixavam de lado a opinião alheia (que de qualquer forma seria crítica) e tomavam uma atitude.

"Abandonadas por maridos ausentes, juntavam-se com outros homens, com os quais tinham filhos ilegítimos." ³⁰⁰

Em 1800, a parda Maria Inácia estava na flor da idade com seus 30 anos e vivia de fiar algodão. Era casada mas seu marido estava ausente havia muitos anos, desde quando pegou o rumo das Minas. O filho mais velho estava servindo no regimento de Sorocaba enquanto as

²⁹⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Sistema de casamento no Brasil colonial*, São Paulo, T.A. Queirós/EDUSP, 1984, p. 44.

²⁹⁹ Respectivamente: C.C., 1800, 1ª Cia, fogo 209; C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 72; C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 111.

³⁰⁰ DIAS, Maria Odila Leite, op. cit. p. 78.

duas filhas, Manoela de 2 anos e Joaquina, nascida naquele ano, viviam com a mãe. Maria Francisca, que também fiava algodão, tinha 28 anos e uma filha chamada Rita, de 11 anos, enquanto seu marido andava ausente. A padeira Mariana Rodrigues, natural de Porto Feliz, casada e com 33 anos, tinha duas escravas e nenhuma notícia do marido.³⁰¹

A tabela abaixo, mostra o espaço ocupado pelas mulheres na vila em termos de fogos em dois momentos:

| ANO | nº total de fogos na vila | fogos chefiados por mulheres | % | fogos de mulheres sós | % |
|--------|---------------------------|------------------------------|------|-----------------------|------|
| 1817 | 145 | 46 | 31,7 | 9 | 6,2 |
| 1829 * | 392 | 159 | 40,5 | 49 | 12,5 |

Fonte: Censos de Campinas. * : 1ª + 7ª Cias.

O número de fogos chefiados por mulheres no lado urbano de Campinas já era bem significativo em 1817, tendo crescido nada menos que 345,6 % até 1829, mais que os 270, 3 % do crescimento do número de fogos urbanos no mesmo período. Grande mesmo foi o aumento do número de solitárias na vila, 544,4 %. Fica claro que a vila atraiu muitas mulheres.

Alida Metcalf, em seu estudo sobre Parnaíba, verificou que as mulheres solteiras, mães solteiras e viúvas, que não se enquadravam no tradicional modo de vida dos agricultores, centrado na família nuclear, acabavam sendo expulsas do campo, restando a elas mudarem-se para as vilas.

³⁰¹ C.C., 1800, 1ª Cia, fogo 34; C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 62; C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 112.

"Na verdade, dados os problemas das mulheres face à tentativa de sobreviver como agricultoras, não é de surpreender que por volta de 1820, a maioria dos domicílios chefiados por mulheres aparecessem nas cidades e não nos distritos rurais. Mesmo nas cidades, as mulheres tinham menos opções de trabalho que os homens [...]. A maioria das mulheres trabalhavam ou como fiandeiras ou viviam de "suas agências", algumas viviam de esmolas." ³⁰²

Elisabeth Kuznesof entretanto, coloca essa questão de maneira bem mais abrangente:

"A atração exercida pela cidade sobre mulheres solteiras e viúvas tem sido, histórica e geograficamente, um fenômeno universal." ³⁰³

O grande número de fogos urbanos chefiados por mulheres em Campinas, contribui para confirmar o que disse Alida Metcalf sobre esse fenômeno ser comum não só em Parnaíba mas por todo São Paulo. Entre essas mulheres de vida difícil, predominavam as costureiras, as fiandeiras, as vendeiras e as quitandeiras.

No ano de 1800, Maria Rodrigues, 28 anos e natural de Porto Feliz vivia de suas costuras, juntamente com suas agregadas Maria Gertrudes de 30 anos e Francisca de Paula de 32, paulistanas e solteiras. A viúva Gertrudes Maria, natural de São Roque, também era costureira, assim como Isabel Maria, jundiáense de 27 anos, solteira, que vivia com dois filhos e três agregados. ³⁰⁴

³⁰² METCALF, Alida Christine, *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720 - 1820*, PHD, University of Texas at Austin, 1983, p. 146.

³⁰³ KUZNESOF, Elisabeth Anne, *Household economy and urban development. São Paulo, 1765 to 1836*, Boulder, Westview Press, 1986, p. 83.

³⁰⁴ Respectivamente: C.C., 1800, 1ª Cia, fogo 49; C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 16; C.C., 1829, 7ª Cia, fogo 176.

Tereza Maria de Jesus, parda de 27 anos, vivia de fiar algodão. A jovem viúva, Maria dos Prazeres, de 23 anos era vendeira e Antonia Maria das Dores também viúva, com 39 anos de idade, vivia de suas quitandas, entre outras.³⁰⁵

No início do século XIX, algumas mulheres já trabalhavam fora de casa. Um avanço para a época. Na medida em que o comércio de Campinas ia deixando para trás a timidez de anos anteriores, surgiam novas oportunidades também para as mulheres, muito restritas, bem entendido.

Joaquina Jacinta com 20 anos, Gertrudes Maria também com 20 e Narcisa Maria com 25, eram caixeiras. As três eram solteiras e viviam sós. É possível que fossem muito "faladas", especialmente por quem as invejava.

*"As atividades mais baixas eram das mulheres que viviam de atividades de artesanato caseiro, principalmente flandearas, tecelãs e costureiras, cujas declarações oscilavam entre 20\$ e 60\$000 por ano."*³⁰⁶

De maneira semelhante a São Paulo, em Campinas, a julgar pelos salários anuais de costureiras, tecelãs, vendeiras e quitandeiras, constatamos que a maioria das mulheres da vila eram pobres, sujeitas a constantes privações. Entre elas podiam ser encontradas boa parte das pessoas que viviam da caridade alheia na vila.

A forra Maria; Ana de Lima, que vivia com Antonia uma agregada muda; Maria Menezes; Ana Maria, que tinha dois filhos mudos; Rita Maria de Oliveira, que tinha um

³⁰⁵ Respectivamente: C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 18; C.C., 1817, 1ª Cic, fogo, 117; C.C., 1825, 1ª Cia, fogo 112.

³⁰⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva, op. cit. p. 161.

agregado também mudo e Helena Garcia de Oliveira, todas solteiras ou viúvas, com mais de 45 anos, viviam de esmolas.³⁰⁷

Foram comuns, sobretudo no censo de 1829, mulheres que viviam de suas "agências". Segundo Maria Odila Leite da Silva Dias,

*"A maioria das mulheres que viviam de suas agências em São Paulo, eram intermediárias de pequenas operações de comércio de excedentes caseiros: sabão, farinhas, velas, toucinho. Eram pobres, as operações múltiplas, parceladas, pouco lucrativas: alguns excedentes de farinha, em troca de selamins de sal, aguardente ou fumo; às vezes atravessavam dos sitiantes remessas de milho, feijão, toucinho, para encaminhar para um comerciante de mais recursos."*³⁰⁸

Para Alida Metcalf, provavelmente essas mulheres trabalhavam como empregadas domésticas.³⁰⁹

Essas mulheres pobres, muitas das quais jantavam aquilo que haviam conseguido durante o dia, adotavam nomes simples, muito comuns, que de certa forma identificavam sua condição, ao mesmo tempo em que buscavam no anonimato um pouco de liberdade para viverem suas vidas, nem sempre de acordo com as regras sociais estabelecidas.

"... a grande maioria assumia nomes como Ana Gertrudes do Espírito Santo, Joaquina Josefa da Anunciação... Talvez porque tivessem nascido

³⁰⁷ C.C., 1800, 1ª Cia, fogo 35; C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 24; C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 42; C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 134; C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 58; C.C., 1829, 7ª Cia, fogo 65.

³⁰⁸ DIAS, Maria Odila, Leite da Silva, op. cit. p. 178.

³⁰⁹ METCALF, Alida Christine, op. cit. p. 147.

bastardas, ou porque vivessem em concubinato, mais provavelmente porque não tinham os meios decentes de sobrevivência, impostos pelos padrões da terra." ³¹⁰

Maria dos Prazeres, Maria das Dores, Maria Gertrudes, Gertrudes Maria, Escolástica Maria, Maria Rosa de Jesus, Maria da Anunciação, Angela Maria, Rita Joaquina, Quitéria Maria, Catarina do Rosário, Joana Justina, Josefa Maria, Matilde Maria, Francisca Rufina, Francisca das Chagas, Mereciana Gertrudes do Sacramento, Desidéria Maria de Jesus, Esperança Antonia... Essas são algumas das muitas mulheres que viveram em Campinas na primeira metade do século XIX. Nomes corriqueiros, quase sempre invocando a lembrança divina. Por trás dos nomes, muitas histórias, de mulheres esquecidas em seu próprio tempo.

AS CASAS E SUAS COISAS

Os lucros do campo, acabavam sendo gastos na vila. Além de senhores de engenho, vários agricultores também possuíam casas urbanas. Entretanto, muitas delas ficavam fechadas a maior parte do tempo porque seus donos moravam em suas propriedades rurais, emprestando à vila um ar silencioso, monótono, mas que tinha seus momentos de agito. Lembrando seus primeiros momentos no lugar, Saint-Hilaire escreveu:

"O dia seguinte ao de minha chegada a Campinas era um domingo. Vi passar diante do rancho um grande número de agricultores, homens e

³¹⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva, op. cit. p. 24. Sobre nomes de mulheres ver também - MATTOSO, Kátia de Queirós, *Família e sociedade na Bahia do século XIX*, São Paulo, Corrupio, 1988, p. 78; MARCÍLIO, Maria Luiza, *A cidade de São Paulo*, São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1974, pp. 71 - 74.

mulheres, que chegavam a cavalo para a missa. A cidade se encheu de gente." ³¹¹

Acontecia porém que as comunicações entre a vila e o campo se tornavam difíceis na época das chuvas, quando os muitos rios e riachos transbordavam destruindo frágeis pontes.

Nos últimos anos do século XVIII, quase todas as casas da vila tinham suas frentes estreitas, com uma porta e uma janela ou no máximo duas. Naqueles anos, poucas eram de taipa, sendo a maioria de *"barrotes"*, *"muitas eram cobertas de sapé."* ³¹²

Em 1819, quando da passagem de Saint-Hilaire por Campinas, algumas coisas já haviam mudado para melhor.

"As ruas não são muito largas, as casas são novas, muito junto umas das outras, cobertas de telhas e feitas de barro, em sua maioria. Várias delas podem ser consideradas bastante bonitas." ³¹³

Em 1855, Fletcher foi um tanto econômico na sua descrição e referiu-se a Campinas como *"cidade de barro"* com *"pequenas casas caladas de branco."* ³¹⁴

Segundo os inventários, na primeira metade do século XIX em Campinas, predominavam as casas feitas com *"paredes de mão"*, mais conhecidas como pau-a-pique e as

³¹¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de, op. cit. p. 111.

³¹² DAUNT, Ricardo Gumbleton, op. cit. p. 331.

³¹³ SAINT-HILAIRE, Auguste de, op. cit., p. 110.

³¹⁴ FLETCHER, James Cooley, *O Brasil e os brasileiros*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941, vol. I, p. 136 e 107.

de taipas, onde as primeiras apareciam em maior número, tanto na vila quanto no campo, cobertas com telhas.³¹⁵

Bento Machado de Lima, agricultor, tinha uma *"morada de casas sitas na rua de trás da matriz desta vila, nº 24, de dois lanços pequenos e corredor, com 4 portais destes 1 com fechadura e 1 janela, paredes de mão, coberta de telhas."* A casa do sítio também tinha dois lanços, de paredes de mão, coberta de telhas, avaliada em 51\$200 réis.³¹⁶

O agricultor Inácio Bueno de Camargo, tinha em seu sítio uma casa de paredes de mão coberta de telhas e *"uma morada de casas na Rua do Comércio desta vila, coberta de telhas, paredes de mão, com quintal até a Rua de Baixo"* avaliada em 50\$000 réis.³¹⁷

Outro agricultor, o pardo natural de Atibaia, Francisco Bueno, morava em seu sítio na paragem chamada Rocinha (atual município de Vinhedo). A casa de seu sítio tinha dois lanços com três portas, paredes de mão coberta de palha. Possuía também um posto avançado na vila, uma casa pequena mas bem localizada, *"sita na Rua Direita, ao lado direito saindo da matriz"*, tendo como vizinho à direita de sua casa Manoel José de Moraes e à esquerda Germano Bueno de Camargo, com um lanço e três portas do lado da rua, sendo uma com fechadura velha, paredes de mão, uma janela, coberta de telhas, avaliada em 38\$400 réis.³¹⁸

Seu vizinho da casa à esquerda, Germano Bueno de Camargo, que havia sido agricultor, faleceu seis anos depois de Bueno. Sua casa tinha *"um lanço, paredes de mão coberta de*

³¹⁵ Sobre a casa paulistana até meados do século XIX, ver: LOUREIRO, Maria Amélia Salgado, *Evolução da casa paulistana e a arquitetura de Ramos de Azevedo*, São Paulo, Voz do Oeste/Secretaria da Cultura, 1981, pp. 13 a 26.

³¹⁶ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 8, 248, 1811.

³¹⁷ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 8, 270, 1812.

³¹⁸ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 18, 519, 1818.

telhas, com muita falta de compostura e mesmo com desmanchos, com seu competente quintal." Ainda assim, foi avaliada em 100\$000 réis.³¹⁹

No ano de 1809, o agricultor André de Sousa Campos tinha 4 escravos e seguiu nessa atividade mesmo depois de ter montado sua tropa. Quando veio a falecer em 1841, possuía 19 escravos e sua tropa contava com 40 animais. Seu sítio situava-se no Bairro do Campo Grande e foi avaliado em 2:000\$000 réis. A casa do sítio era coberta de telhas, e foi avaliada em 70\$000 réis. Sua casa na vila, onde certamente morava, ficava na Rua da Matriz Nova, tendo um valor bem superior à do sítio: 700\$000 réis.³²⁰

O senhor de engenho Joaquim Guedes Barreto, vivia em seu sítio chamado Taquaral, em uma casa avaliada em 750\$000 réis. Na vila, tinha *"uma morada de casas térreas de paredes de mão, coberta de telhas, com uma porta e duas janelas na frente, sitas na esquina atrás da matriz velha, divisando com a casa de Dona Delfina de Camargo Penteado de um lado e com o Alferes José Marcelino de Campos pelo fundo do quintal"*, avaliada em 600\$000 réis.³²¹

O Capitão José da Cunha Raposo, que havia tido um pequeno engenho de açúcar, tinha duas casas de taipa na vila, uma com 3 janelas e uma porta na frente e uma pequeno quintal avaliada em 700\$000 réis, e outra com *"quatro janelas e uma porta na frente sita no canto do largo atrás da matriz nova, cuja casa e competente quintal foram avaliados em 500\$000 réis."*³²²

³¹⁹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 31, 830, 1824.

³²⁰ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 93, 2196, 1841. A Rua da Matriz Nova é atualmente a Rua Regente Feijó.

³²¹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 120, 2730, 1848.

³²² Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 78, 1866, 1837.

As taipas eram bastante utilizadas na confecção de muros que cercavam os terrenos e quintais urbanos. Podiam ser usadas também juntamente com as paredes de mão em uma mesma construção, como na residência urbana do senhor de engenho Agostinho José de Campos ³²³, que ficava na Rua Santo Antonio e tinha paredes externas de taipa de pilão e as internas de pau-a-pique.

A divisão das casas com relação ao número de compartimentos é um tanto difícil de saber. O agricultor e pequeno criador de gado, que já havia sido também tropeiro, Antonio de Godoi Lima ³²⁴, tinha uma casa com duas salas e duas alcovas na freguesia de Belém, e *"uma morada de casas térreas de paredes de taipa na cidade de Campinas na Travessa de Inácio de Góis, fazendo canto na Rua de Baixo cuja casa é nova e tem duas salas com suas alcovas forradas mas não assoalhadas."* Tinha por vizinho na Travessa do Góis, Bernardo Surdo.

Joaquim José de Moraes ³²⁵, agricultor e tropeiro, tinha em seu sítio *"casa de morada ordinária."* Na cidade, sua casa, que ficava na Rua do Rosário, era de *paredes de mão, coberta com telhas, sem forro nem soalho*", e possuía *"duas pequenas salas na frente e fundos"*, até a metade do quarteirão, avaliada em 700\$000 réis.

Saint-Hilaire descreveu o interior de uma casa onde foi recebido em Campinas:

"A casa do Capitão-mor, que era nova e muito bonita, mostrava que seu proprietário era um homem de posses. As salas de visita e de jantar e os quartos que me foram mostrados tinham as paredes pintadas a óleo até meia

³²³ Inv,CMU, TJC, 1º Of, cx. 49, 1267, 1829. A Rua Santo Antonio é atualmente a Av. Dr. Campos Sales.

³²⁴ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 108, 2530, 1845. A Travessa de Inácio de Góis é atualmente a Rua César Bierrembach.

³²⁵ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 99, 2338, 1843. A Rua do Rosário é atualmente a Av. Francisco Glicério.

altura, imitando mármore, e em seguida caladas até o teto, ornado com guirlandas de flores. Nessa época esse tipo de decoração, não era de todo destituído de elegância, parecia bastante em uso entre os brasileiros ricos."

326 ,

Muitas vezes, os inventários mencionavam o número de "lanços" que constituíam a casa, o que pode dar uma idéia, ainda que imprecisa, da extensão da construção. Um lanço significava cômodos ao longo de um corredor em apenas um de seus lados, se houvesse cômodos em ambos os lados, teríamos dois lanços, com mais um corredor, haveria três lanços e assim por diante.

O número de portas e janelas na fachada das casas também era comum. Menos comum era o fornecimento da extensão da fachada em "*palmos.*" ³²⁷

A casa urbana da agricultora Maria Custódia de Oliveira ³²⁸, ficava na Rua do Comércio e tinha 22 palmos e meio de frente (4,95m), com 4 portas e seu quintal tinha fundos para a Rua de Baixo. Joaquim de Oliveira Leite ³²⁹, senhor de engenho mas que havia sido agricultor, tinha uma casa de dois lanços no pátio da matriz, com paredes de mão, coberta de telhas e com 50 palmos de frente (11m), mais ou menos, com duas janelas e uma porta.

³²⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de, op. cit. p. 111.

³²⁷ 1 palmo = 0,22 m.

³²⁸ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 41, 1102, 1827.

³²⁹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 37, 1010, 1826.

As casas da Campinas da primeira metade do século XIX, eram juntas uma das outras, ocupando geralmente a largura do terreno ³³⁰, com quintais que por vezes chegavam até a rua de trás, um tipo de organização urbana que ainda pode ser observada em cidades como Ouro Preto e Olinda.

No campo, a casa nem sempre tinha apenas a função de moradia. Por necessidade momentânea ou por conveniência, parte da casa acabava por servir de paiol ou depósito.

Havia "*seis lanços de casas de morar*" no sítio do agricultor Antonio Godoi Lima ³³¹, dos quais, três serviam para "*despejo e paiol*." No sítio do agricultor e Alfêres João de Barros Pedroso ³³², natural de Minas Gerais, havia "*três lanços de casas e mais dois lanços de casas que servem de paiol*." Inácio Cabral de Camargo ³³³, agricultor que morreu como senhor de engenho de cachaça, tinha em seu sítio uma casa com três lanços, sendo parte da mesma usada como paiol.

Mas antes de mais nada, a casa era o refúgio, território do privado, onde as pessoas descansavam, comiam, nasciam, morriam e guardavam os objetos que compunham o palco cotidiano de todas essas cenas. Os móveis (ou trastes como então eram chamados) em especial, ajudam a lembrar, ao menos em parte, como era a vida de seus donos.

Durante a primeira metade do século XIX em Campinas, as casas dos agricultores eram um tanto despojadas no que se refere à mobília, mesmo que seus ocupantes não fossem assim

³³⁰ Segundo PUPO, Celso Maria de Mello, *Campinas, seu berço e juventude*, Campinas, Academia Campinense de Letras, 1969, p. 116. Os terrenos urbanos tinham tamanhos regulares de "*6 braças de frente por 16 fundos (13,20 metros de frente por 35,20 de fundos*".

³³¹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 108, 2530, 1845.

³³² Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 7, 218, 1810.

³³³ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 23, 614, 1821.

tão pobres. Os móveis não eram muito variados, sendo quase sempre os mesmos em todas as casas, diferenciando-se por sua qualidade e quantidade, mas cumprindo a sua função, tanto no sítio como na vila.

Dormia-se então em catres, camas simples, quando não toscas mesmo, que tinham por estrado um trançado de embira (um tipo de cipó) ou tiras de couro, sobre o qual colocava-se um barulhento colchão de palha, que certamente não era dos mais confortáveis mas depois de um dia inteiro de trabalho na roça, deveria ser muito bem-vindo.

Canastras, muitas vezes revestidas em couro, e caixas de madeira de vários tamanhos que podiam ter fechaduras, serviam para guardar as roupas e outros objetos de maior valor. O jantar e a prosa após o mesmo, aconteciam com as pessoas sentadas em bancos de madeira que podiam ser compridos ou pequenos. Cadeiras, só mesmo em casa de gente mais rica.

Esses eram os móveis básicos encontrados nas casas dos pequenos agricultores e por certo, na maioria das casas das pessoas mais simples do campo e da vila, apresentando-se em muitos casos com nítidos sinais de serem já bastante usados, quando não velhos e até mesmo quebrados ³³⁴, sinal que o dinheiro não era muito, sendo gasto em coisas mais prementes que a mobília e o conforto.

As mesas, por mais óbvias que pareçam, eram menos assíduas nas casas dos agricultores mais pobres que os móveis já citados. Nas casas de Manoel Quintiliano da Silva,

³³⁴ O agricultor João Camargo Pimentel (Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx.144, 3091, 1814), tinha dois catres velhos, uma caixa e uma canastra velhas, uma espada alfanjada e uma pistola velha. Outro agricultor, Inácio José de Moraes (Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 23, 613, 1821), também estava mal de armas e mobília: tinha uma espingarda e uma espada velhas, além de uma caixa velha e desmanchada.

Francisco Bueno e João da Rosa Dias ³³⁵, comia-se com o prato na mão porque mesa não havia. Esses agricultores tinham apenas canastras, caixas, catres e bancos, a exceção de Francisco Bueno que tinha também um espelho, porque a aparência nem sempre engana.

O algodão colhido pelos agricultores alimentava as rocas e teares ³³⁶ de suas mulheres, e também as rocas e teares de muitas mulheres na vila, que, como já visto, tinham nessas duas máquinas simples seu meio de vida.

Em pleno aconchego de seus leitos, tanto agricultores como senhores de engenho, poderiam ser acometidos por certos desejos bem no meio da noite. Para evitar o aborrecimento de uma sonolenta caminhada por algum corredor escuro ou mesmo ao exterior da casa, que poderia ser ainda mais desconfortável em caso de chuva ou frio, a solução era simples mas muito eficiente: urinol, popularmente conhecido como penico. Confeccionado em louça, metal esmaltado e até mesmo em prata ³³⁷, o providencial recipiente ficava estrategicamente próximo à cama, no local de sempre, para maior conforto dos ocupantes da alcova.

O agricultor Desidério Antonio de Moraes possuía 2, e o senhor de engenho Antonio José de Matos, 3: um grande, um médio e um pequeno. ³³⁸

³³⁵ Respectivamente: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx 2, 44, 1809; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx 18, 519, 1818; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx 43, 1117, 1817.

³³⁶ *Rocas*: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx 36, 990, 1826; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx 54, 1391, 1831; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx 8, 248, 1811. *Teares*: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx 11, 328, 1814; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx 8, 270, 1812; C.C., 1829. 7ª Cia, fogo 171.

³³⁷ PUPO, Celso Maria de Mello, *Campinas, município no Império*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1983, p. 80.

³³⁸ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx 144, 3091, 1856; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx 105, 2464, 1844.

Mas uma noite de sono tranquilo não era garantida apenas por uma boa cama e um daqueles recipientes por perto. Ao alcance das mãos, deveria estar alguma arma pois vivendo no isolamento dos sítios ou mesmo na nem sempre pacata vila, os homens sentiam-se mais seguros com suas espingardas (fulminantes e taquaris) e suas pistolas.³³⁹

O taverneiro Antonio Pinheiro³⁴⁰, defendia-se com uma espingarda portuguesa "*aparelhada de prata*", um clavinote (pequena carabina), mais um jogo de pistolas com cano de bronze. O senhor de engenho João de Barros Pedroso³⁴¹ era homem prevenido, tinha seu arsenal particular: duas espingardas tipo taquari, duas clavinas e um trabuco.

As armas, ou pelo menos alguma espingarda velha de "*mela bala*", de duvidosa precisão, eram objetos freqüentes nas casas dos agricultores de Campinas.

Quando o sol ia se pondo, acendiam-se as velas, os candeeiros e o fogo para preparar o jantar. Castiçais de vidro e prata, recebiam velas apenas nas casas de gente grávida. O importante era não ficar no escuro. Após o jantar, havia tempo para fumar um "*plto*" e falar sobre as atividades do dia que não deviam variar muito, o sol, a chuva, o estrago feito pelas formigas, a colheita. Por vezes uma cobra no caminho ou uma paca que caiu na armadilha, que a essas horas já estaria degustada. Uma prece diante do oratório e todos iam de volta para seus catres, penico por perto, espingarda mais ainda, porque se o dia seguinte não fosse domingo, seria outro dia de trabalho.

Mas havia aqueles agricultores que com muito trabalho, depois de anos, conseguiam um nível de vida melhor. Na casa dessas pessoas, encontramos mais e maior variedade de

³³⁹ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 36, 990, 1826; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 11, 328, 1814; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 23, 613, 1821.

³⁴⁰ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 121, 2740, 1848.

³⁴¹ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 7, 218, 1810.

móveis: armários, marquesas, cadeiras, mesas revestidas com couro, tamboretes e bufetes. Acontecia que alguns chegavam mesmo a se tornar senhores de engenho, situação mais prestigiosa que alguém poderia alcançar naqueles tempos. Entretanto, nem sempre eram grandes senhores de engenho, se considerarmos como Saint-Hilaire que propriedades agrícolas de maior importância empregavam cerca de vinte escravos.³⁴²

Quando Alexandre Barbosa de Almeida e o Alferes Antonio José de Matos³⁴³ faleceram, ambos eram senhores de engenho. Esse status foi atingido a partir de um processo de trabalho e acumulação desde quando ainda eram agricultores.

Alexandre Barbosa de Almeida, natural de Itu, iniciou sua vida em Campinas como agricultor, em sociedade com seu irmão, Antonio Correia Barbosa. A sociedade foi bem sucedida porque no momento de sua morte em 1822, aos 46 anos, Alexandre contava 35 escravos, contra os 13 que tinha em sociedade com o irmão em 1806. Alexandre Barbosa não se casou nem teve filhos, sua herança acabou ficando para seus irmãos. Vivia em seu sítio tendo também uma casa na vila. Na casa do sítio, havia os seguintes móveis: 1 bufete grande e 1 menor, 1 bufete novo com 2 gavetas, outro inferior sem gaveta, 1 armário novo com chave, 1 caixa grande mais usada com fechadura, 2 canastras, 4 catres tecidos em couro, 2 catres tecidos em cipó, 1 banco grande, 1 banco inferior e 10 mesas cobertas com couro. Havia também 1 espingarda taquari e 1 de "*boa bala*" velhas e 1 oratório com 1 imagem do Senhor Crucificado e mais imagens menores. A casa da vila apresentava-se com menos móveis: 5 mesas cobertas com couro, 3 bancos lisos, 1 catre tecido em embira, 1 bufete com gaveta, 1 bufete sem gaveta e 1 espelho grande.

³⁴² SAINT-HILAIRE, Auguste de, op. cit. p. 110.

³⁴³ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 26, 719, 1822; Inv, TJC, CMU, 1º Of, cx. 105, 2464, 1844.

Em 1800, Antonio José de Matos não era senhor de engenho, era agricultor que plantava um pouco de cana de partido com seus três escravos. Também não era alferes e sim soldado do regimento de dragões. Ao falecer em 1844, aos 74 anos, possuía um engenho de açúcar com 25 escravos e 1 casa na vila. Na casa do engenho, havia 1 relógio de parede com pesos de ferro, 1 ferro de engomar, 1 espingarda fulminante, seus 3 penicos, 1 bacia de arame³⁴⁴, 2 castiçais de vidro, 1 canastra velha, 1 mesa velha, 2 catres, 1 catre torneado, 1 catre ordinário, 2 bancos compridos, 1 balança de ferro e 1 mesa com gaveta. Na casa da vila havia 1 marquesa forrada de sola, 1 armário, 1 mesa boa, 1 banco comprido, 4 cadeiras de sola bordadas e 2 catres.

Nesses dois exemplos anteriores, apesar desses senhores de engenho terem mais de vinte escravos e vários móveis inexistentes nas casas de simples agricultores, podemos observar que vários deles eram já bastante usados, além de outros serem bem simples, mostrando que nem sempre havia grande preocupação em aumentar o conforto ou alimentar o luxo, pelo menos no que diz respeito à mobília. É claro que havia senhores de engenho muito mais ricos, mas eram raros aqueles que chegavam a essa condição partindo da agricultura de cereais na primeira metade do século XIX. No entanto, vale registrar o que verificou Celso Maria de Mello Pupo a respeito das pessoas ricas de Campinas:

"A vida já era faustosa nos primeiros anos do século [XIX], com os resultados da indústria açucareira; magníficas residências nos engenhos, vestuários luxuosos, móveis abundantes e requintados como as "camas de armação", os bufetes, os embutidos, os relógios de pesos, os realejos, as louças de Macau, as cadeirinhas com retoques dourados e cortinas de seda, as nobres liteiras com seus animais escolhidos e de arrelame requintado, os

³⁴⁴ Arame: liga de cobre e zinco em cuja composição entram também outros metais, resultando um metal de coloração amarelada, com o qual se faziam bacias, vasilhas, candeeiros, e outros objetos.

selins de veludo e demais aprestos ajazados de prata, e os vestuários quando os homens se vestiam de calções de seda fechados abaixo dos joelhos por fivelas de prata, completando o vestuário com a casaca também de seda."

345

Mas uma visita às casas daqueles tempos, estaria incompleta sem uma passada pela cozinha.

COBRES, FERROS E LOUÇAS

"A análise dos hábitos alimentares de uma sociedade inclui necessariamente o estudo dos utensílios de cozinha e dos objetos usados no serviço de mesa."

346

As pessoas pobres poucas vezes deixavam inventários mas quando isso acontecia, nem sempre encontramos relacionados entre seus poucos bens panelas, pratos, louças e talheres, objetos comuns nos inventários de pessoas abastadas. Segundo Hebe Maria Mattos de Castro,

"... pode-se perceber que esses objetos eram, na maioria dos casos, produzidos domesticamente, quase sempre em barro, não chegando a

³⁴⁵ PUPO, Celso Maria de Mello, op. cit, p. 45.

³⁴⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808 - 1821), São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977, p. 17.

*adquirir valor comercial que pudesse ser expresso monetariamente na relação dos bens inventariados."*³⁴⁷

A louça de barro (panelas, pratos e outros recipientes) era muito comum ainda no final do século XVIII em São Paulo, produzida principalmente por índios e vendida nas feiras do Campo da Luz. E como diz Alcântara Machado,

*"É mínimo o valor de tais produtos ... deles se utiliza a arrala miúda, quando não dá preferência às gamelas e copos de madeira."*³⁴⁸

Em Campinas, durante a primeira metade do século XIX, a louça de barro também foi bastante popular entre as camadas mais pobres da população. É possível que muitas pessoas fabricassem sua própria louça de barro como sugere Hebe Castro, e se esta não figurava nos inventários é porque depois de usada ficava destituída de valor comercial.

Mas como o cozinhar e o comer fazem parte do cotidiano das pessoas, os objetos necessários ao exercício dessas artes deveriam estar sempre presentes, por mais simples que fossem. A louça de barro, que era barata mas pouco durável, tinha muitos consumidores e sua produção bem como sua venda, acabou por se tornar meio de vida para várias pessoas.

"Em 1836 [em São Paulo], havia 17 louceiras índias e mamelucas morando em Ifigênia (...) Fabricavam louça e panelas de barro do mesmo feltro descrito no século XVI, por Jean de Léry e encontrado pelo viajante John Mawe, em Pinheiros, Santo Amaro, Barueri, Itaquaquecetuba e São

³⁴⁷ CASTRO, Hebe Maria Mattos de, *Ao sul da História*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 88.

³⁴⁸ MACHADO, Alcântara, *Vida e morte do Bandeirante*, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1980, p. 79.

Sebastião: potes, pito, cântaros e barris, assim como as panelas de barro de São Luis de Paraitinga, Iguape e Paranaguá." ³⁴⁹

Em Campinas, Felisberto José de Camargo ³⁵⁰, proprietário de uma casa na vila, vivia em seu sítio, onde fabricava louça de barro, criava suas galinhas, suas cabras, plantando ainda feijão, milho, arroz e algodão, até que um dia foi vitimado pelo "*mal de Lázaro*". Em certa ocasião, sua esposa, Maria Gertrudes de Camargo, ausentou-se por 15 dias. Ao retornar, soube que estava viúva e para piorar as coisas, "*não encontrou sua roupa nem outros móveis pertencentes ao seu casal, e soube que neste interim tudo tinha recolhido a seu poder Maria Correia de Oliveira na qualidade de sogra da mesma suplicante a quem não quer fazer entrega, nem da roupa e nem dos mais móveis de que se apossou na forma indevida, por isso recorre a suplicante viúva, e desvalida, a este Juízo de Paz...*"

A mãe do falecido defendeu-se declarando ao Juiz de Paz que parte dos bens de seu filho foram gastos em seu funeral, e que o restante havia sido gasto no pagamento de dívidas e alguns bens dados a filhos naturais de Felisberto, sendo que nada havia para ser entregue à viúva. Contrariada com a explicação pouco convincente da sogra, Maria Gertrudes não se deu por vencida e apresentou ao juiz uma lista contendo todos os bens desaparecidos durante sua ausência. Entre eles havia "*4\$000 réis de louça crua que a dita minha sogra queimou e conduziu.*" Afinal, 4\$000 réis não fariam mal a ninguém naqueles tempos, especialmente para uma viúva roubada pela própria sogra. Um vestido, uma saia de chita e uma camisa de algodãozinho, foi o que Maria Gertrudes conseguiu reaver. Inutilmente porque, segundo ela, essas roupas chegaram "*picadas, em retalhos*", dando prova definitiva que as relações entre sogra e nora não eram nada amistosas.

³⁴⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva, op. cit. p. 165.

³⁵⁰ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 55, 1405, 1831.

Em 1812, o censo registrou na 1ª Cia de Campinas duas pessoas vivendo de fazer louças. A exceção dos que produziam sua própria louça de barro, a maioria das pessoas podia adquiri-la a baixo custo, nas vendas e tavernas espalhadas pela vila, valendo lembrar, que na taverna de Antonio Pinheiro ³⁵¹ havia 3\$000 réis em louça de barro nova para vender em 1848.

É possível que os utensílios de barro, por sua popularidade, estivessem presentes mesmo em casas de pessoas mais ricas mas como não costumavam ser registrados nos inventários, ficamos apenas no campo da hipótese a esse respeito.

As gamelas também estavam presentes nas casas de Campinas. O próprio Felisberto de quem falamos há pouco, Francisco José Vilela, que era agricultor e mudou-se para a vila e o senhor de engenho Francisco Pais Monteiro, tinham-nas em suas cozinhas. ³⁵²

Além das panelas de barro, a comida podia se preparada em panelas de ferro ou tachos de cobre, sendo estes últimos muito difundidos, usados também para fazer as singelas mas muito apreciadas sobremesas: doces de goiaba, laranja, banana, que aliás constituía uma das ocupações das mulheres da vila. Com um tacho de cobre de bom tamanho, uma longa colher de pau e muita disposição, podia-se ter um ganha pão naqueles tempos de escravidão. Fornos de ferro e de cobre já eram menos comuns, aparecendo nas casas de pessoas mais ricas.

Na casa do agricultor e Alferes Francisco Carlos da Silva, havia 2 tachos de cobre, um remendado e outro menor "*em bom uso*", 1 panela de ferro e 1 forno de ferro para torrar farinha. Antonio Godoi Lima, também agricultor, tinha um tacho de cobre velho e remendado, um outro furado e um forno de cobre. A cozinha do senhor de engenho José de Campos

³⁵¹ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 121, 2740, 1848.

³⁵² Respectivamente: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 55, 1405, 1831; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1391, 1831; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 42, 1112, 1828.

Penteado, estava equipada com 2 panelas grandes de ferro e 2 tachos grandes de cobre, além de outros 3 tachos menores.³⁵³ É interessante acrescentar que o inventário de vários senhores de engenho registravam poucos tachos e panelas de uso doméstico, restringindo-se apenas aqueles utilizados no engenho.³⁵⁴

Preparada a comida, eram necessários recipientes adequados para saboreá-la. Pratos e travessas de barro constituíam a baixela dos mais pobres. Os pratos de estanho eram comuns entre as pessoas mais remediadas mas marcavam presença também entre os mais abonados. Podiam não ser muito elegantes mas em compensação tinham indiscutível durabilidade, e a vantagem de poderem ser vendidos para reciclagem do metal. Por vezes, o número de objetos de estanho não era mencionado e sim seu peso em libras.

O agricultor Bento Machado de Lima, que tinha seu sítio no Bairro do Mato Dentro e uma casinha de dois lanços na vila, devia ter problemas quando as visitas chegavam na hora do almoço ou jantar porque em sua casa havia somente 3 pratos de estanho. Outro agricultor, João Pimentel de Camargo, também tinha casa na vila e mais escravos que pratos (5 escravos e 3 pratos de estanho). Tendo iniciado sua vida como agricultor, ao falecer, Antonio Rodrigues de Oliveira era tropeiro, tendo casa na vila, 4 pratos de estanho fundos e 1 prato grande, também de estanho.³⁵⁵

³⁵³ Respectivamente: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 155, 3282, 1859; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 108, 2530, 1845; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 155, 3284, 1860.

³⁵⁴ Como por exemplo: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 37, 1010, 1826; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 88, 2059, 1839; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 109, 2543, 1845.

³⁵⁵ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 8, 248, 1811; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 10, 303, 1812; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 26, 715, 1822.

A louça branca frequentava as mesas dos mais afortunados e em meio a ela, aparecia também a enigmática "*louça de pó de pedra*", que segundo Maria Beatriz Nizza da Silva ³⁵⁶, nem mesmo os dicionários da época esclareceram o que era exatamente. Segundo o "Novo Dicionário Aurélio", a louça de pó de pedra era a faiança, "louça de barro esmaltado ou vidrado".

Agricultor, partidista e por último senhor de engenho de açúcar com 7 escravos, Francisco Pais Monteiro ³⁵⁷ tinha um terreno na Rua do Rosário, que divisava nos fundos com Manoel José Gomes, mestre de música na vila e que seria o pai do maestro e compositor Antonio Carlos Gomes. É bem possível que ali pretendesse construir sua casa urbana quando esgotou seu tempo entre os vivos, aos 68 anos. Entre os objetos de seu legado havia apenas 1 travessa de louça, 1 prato fundo e pequeno de estanho e 1 prato fundo e grande também de estanho. A pobre baixela desse pequeno senhor de engenho, abrigava ainda o estanho, certamente adquirido nos tempos de menor abundância mas que continuava a cumprir sua função, não havendo motivo, na visão de seu proprietário, para sua substituição total por louça branca.

João Antonio do Vale, natural de Mariana, era senhor de engenho e tinha uma pequena tropa. Em sua casa, havia 12 casais de pires e xicaras, 3 dúzias de pratos de louça branca, 2 saladeiras de louça branca, 1 travessa, 2 manteigueiras, 1 leiteira pintada e 1 caneca grande. O senhor de engenho Alexandre Barbosa de Almeida, tinha 1 aparelho de chá com bule, leiteira, açucareiro, manteigueira, 8 xicaras e 16 pires de louça "*finha e pintada*", 25 pratos de pó de pedra, 2 pratos grandes de pó de pedra e 2 outros menores e 1 terrina pequena de pó de pedra.³⁵⁸ Por esses dois exemplos, podemos perceber um refinamento maior não só na baixela

³⁵⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808 - 1821)*, ... , p. 18.

³⁵⁷ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 42, 1112, 1828.

³⁵⁸ Respectivamente: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1389, 1831; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 26, 719, 1822.

como também nos hábitos de consumo. Tomar chá, usar manteiga, colocar a salada e a sopa em recipientes a elas destinados.

Da mesma maneira como os objetos de louça não estavam presentes em muitos inventários de pessoas pobres, os talheres também faziam-se ausentes. Colheres de pau, alguma faca e os dedos, deveriam constituir o "faqueiro" nas casas mais humildes. Quando apareciam, os talheres eram comumente de ferro ou simplesmente "*de metal*", podendo ser de prata na casa dos mais privilegiados.

Foram encontrados 5 garfos e 4 colheres de metal na cozinha do agricultor Manoel Quintiliano da Silva, avaliados em \$720 réis. Inácio Cabral de Camargo, engenheiro de pinga, era proprietário de 4 colheres de ferro, no valor de \$100 réis cada uma. Já o tropeiro e agricultor, Joaquim José de Moraes, mais abonado que era, podia escolher com qual das 6 colheres de prata tomaria sua sopa e para cortar o assado, usava sua faca que tinha cabo e bainha de prata, objetos esses avaliados em 27\$520 réis.³⁵⁹

A senhora de engenho Ana Batista de Matos³⁶⁰, natural de Santo Amaro e viúva do Tenente Manoel José de Novais, era dona de uma prataria considerável: 11 colheres e 10 garfos de prata com peso de 313 oitavas (1.126,8 g), avaliados em 50\$000 réis. Havia também 6 cabos de faca, 6 colheres de chá e 1 de açúcar, 1 salva (pequena bandeja redonda) e 1 copo de prata, pesando somados 351 oitavas (1.263,6 g), avaliados em 54\$140 réis. Somente em objetos de mesa em prata, Dona Ana possuía 104\$22 réis, dinheiro suficiente para comprar 5 bois. Sua mesa de jantar era guarnecida com toalha e os convivas dispunham de 3 guardanapos, complemento bem raro naqueles dias.

³⁵⁹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, Cx 2, 44, 1809; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx 23, 614, 1821; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx 99, 2338, 1843.

³⁶⁰ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx 89, 2068, 1836.

Requinte e sofisticação é o que não faltava no sobrado do Engenho do Salto Grande e em um sobrado em frente ao largo da matriz nova, pertencentes a José de Campos Penteado ³⁶¹. Filhos alfabetizados, sofás, marquesas, cadeiras de palhinha, consolos, cômodas e mesas de caviúna, mesa grande de jantar, armários, lampiões para a varanda e é claro, redes para a hora da sesta (3 na vila e 15 no engenho). Boa parte dos móveis era envernizada, coisa fina naquela época e havia também armários pintados a óleo, camas de armação com colchão do bom, sobreceú e até travesseiros. E havia relógio de parede, escabelos (bancos baús), bancos, caixas, catres, tear e muito mais.

Mas era na sala de jantar que o luxo atingia seu clímax: 1 faqueiro, 1 par de castiçais, outro par de castiçais menores, 1 bandeja, 1 boceta (pequena caixa redonda ou oval para rapé), mais 1 dúzia de colheres de sopa, 1 colher grande e 2 salvas, todos esses objetos em prata, avaliados em 473\$200 réis, aproximadamente um quarto do valor de um escravo saudável e em "boa idade" em 1860. Acrescente-se a isso tudo, 1 dúzia e meia de talheres de marfim, 3 toalhas de linho e 9 de algodão para mesa e 12 guardanapos de linho. Maravilhas acessíveis apenas a endinheirados como Campos Penteado.

A exemplo do que afirmou Alcântara Machado ³⁶² para o século XVIII em São Paulo, em Campinas na primeira metade do século XIX, os objetos de vidro não eram muito comuns em todas as casas sendo sempre registrados quando presentes, mesmo que fossem muito simples.

Na casa de Quitéria Pais de Siqueira, mulher pobre da vila, havia apenas 2 garrafas, no valor de \$160 réis, como na casa do pardo José de Oliveira, pequeno agricultor e tecelão. Já o

³⁶¹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 155, 3284, 1860.

³⁶² MACHADO, Alcântara, *op. cit.* p. 80.

senhor de engenho João Antonio do Vale, possuía 4 frascos e 1 dúzia de garrafas avaliadas em 1\$200 réis.³⁶³

NA HORA DAS COMIDAS

Não se fazia muita cerimônia à mesa. Aliás, nas casas mais pobres nem mesa havia, nem talheres, salvo as próprias mãos, alguma faca e colheres de pau. Comia-se em prato de barro ou estanho, ali mesmo, perto da panela onde o repasto havia sido preparado, pois também não havia sala de jantar. Não se podia querer muitos luxos em uma casa de pau a pique nos sítios daqueles tempos. Certos privilégios, ficavam para os senhores de engenho mais ricos e refinados.

Saber o cardápio das populações rurais que habitavam o interior do Brasil é saber quase tudo sobre suas vidas, resumidas em grande parte a uma preocupação básica: sobreviver.

A esposa do agricultor, não era "apenas" dona de casa e quando não estava ocupada dos afazeres domésticos nem ao lado do marido no campo, cuidava de sua horta pois quitandas eram facilidades desfrutadas apenas pelos habitantes das vilas, se bem que às vezes, o desabastecimento ou a carestia dos gêneros de primeira necessidade podiam provocar protestos e revoltas, a partir de problemas bem práticos do tipo: o que teremos para o jantar ?³⁶⁴

³⁶³Respectivamente: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx.9, 279, 1812; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 36,990,1826; Inv, CMU,TJC, 1º Of, cx. 54, 1389.

³⁶⁴ Segundo Julio Mariano, op. cit. p. 76, a idéia de construir um mercado municipal surgiu em Campinas em 1859, momento de grande carestia, com o objetivo de combater os preços abusivos dos gêneros de consumo básico e a ação dos atravessadores.

Das hortas, valiam-se também os habitantes das vilas e cidades, como no caso de São Paulo:

"... couve, chicória, serralha, taioba, caruru; mamões, mamona, limões, cheiros-verdes, temperos, coentros, alho, flor de cera, frutas de molho, melancias, mimos d'água; erva cidreira, poejo, erva doce, sabugueiro. A salvação da miséria era o acesso relativamente fácil aos produtos naturais, propiciado pela urbanização rala e entremeada de terrenos devolutos e matagais." ³⁶⁵

Se na primeira metade do Século XIX houvesse algum jornal editado em Campinas, é bem provável que pudéssemos encontrar em suas páginas, anúncios semelhantes aos da Gazeta do Rio de Janeiro:

"Divulgava-se a venda de "sementes de nabos da Suécia, amarelos, encarnados, brancos e mais qualidades, assim como sementes de repolho" e toda sorte de "sementes do Reino", como salsa, repolho, couve tronchuda, brócolos, cebolinho, espinafres, chicória, alface, acelgas, chicarola." ³⁶⁶

Em 1852, o Tenente-coronel Manoel Elpidio Pereira de Queirós, registrou em seu caderno de anotações as verduras e legumes cultivados na horta de sua fazenda, a Rio da Prata, situada em Jundiá, próxima a Campinas.

" 1 carreira de repolho branco grande da Holanda, 1 dita de repolho do Reno chato, 1 dita de do branco grande - pão d'açúcar, 1 dita do chato temporão, 1 dita do branco grande, cebola do Porto, rabanetes franceses,

³⁶⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva, op. cit. pp. 162 e 163.

³⁶⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro*, ... , p. 4.

nabos brancos da terra, escarola verde redonda, aspargos da Holanda, espinafre com folhas de alface, nabiças grandes da terra, pimpinela (esta última, pouco conhecida, verificamos ser um tempero para salada que se chama também sangulssorba)." 367

Pelo que se pode observar, tanto nos anúncios do jornal carioca como na horta de Manoel Elpidio, uma maior variedade de verduras era conseguida através da importação de sementes de origem européia. Mas havia também outras hortaliças:

"As alfaces, chicórias, e couves de diferentes espécies, o agrião, a beldroega, a cenoura, a mostarda, a serralha, caruru-mirim, a cebola e outras que nascem espontaneamente." 368

Essas últimas, certamente eram as mais populares.

Uma vez garantida a salada, não se podia esquecer a sobremesa. Onde terminava a horta, começava o pomar. Não se imagine porém um grande pomar, com inúmeras variedades de frutos. Esses bem que existiam mas como tantas outras coisas boas, eram atributos de gente abastada. Os pomares mais comuns eram simplesmente chamados de *"arvoredos de espinhos"* 369, que abrigavam em seus limites basicamente laranjas e limões, daí o nome, o que não excluía outros tipos de frutas. Mesmo em São Paulo, maçãs, pêssegos, uvas e

³⁶⁷ QUEIRÓS, Carlota Pereira de, *Um fazendeiro paulista no século XIX*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1965, p. 58.

³⁶⁸ MÜLLER, Daniel Pedro, op. cit, p. 20.

³⁶⁹ Sobre "arvoredos de espinho" ver, entre outros: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 4, 85, 1805; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 9, 273, 1812; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 36, 990, 1826.

ameixas, eram cultivados em poucas propriedades como na do Brigadeiro Bauman em 1819, a noroeste da cidade.³⁷⁰

Entre as frutas nativas, Müller registrou:

*"Araçá, amora, araticum, ananás, cambuci-beri, cambui, cocos da terra, goiabeira, guabirobas, grumichavas, cajueiros, jabuticabeira, jurutê, mangabeiras, maracujá, pitangueira, pinhão, uvaia, saputá"*³⁷¹

Dos gêneros alimentícios cultivados, corriqueiramente registrados nos censos de Campinas, encontramos basicamente o milho, o feijão e o arroz. Outros produtos eram mencionados com menos frequência, talvez por terem seu cultivo restrito apenas às necessidades do fogo ou por não serem considerados tão importantes quanto o milho, feijão e arroz. Estes três produtos portanto, estavam sempre presentes nas refeições em Campinas. Há que se dizer entretanto, que o milho e o feijão eram os campeões pois eram mais comuns e mais produzidos que o arroz. Heranças dos tempos dos bandeirantes, que autoabasteciam suas longas permanências no sertão com roças de milho e feijão, de breve ciclo vegetativo e que se desenvolviam sem maiores cuidados, deixando bastante tempo livre para a caça, a pesca e exploração dos arredores.

Em Campinas como em outros lugares, o porco ocupava lugar privilegiado entre os animais domésticos para fins gastronômicos. De pequeno porte e de fácil manejo, eram muitas vezes criados soltos pelos quintais procurando por seu próprio alimento, tendo sua dieta enriquecida com milho. Os animais alimentados com milho cru, segundo Mawe³⁷², engordavam num tempo de 8 a 10 meses. Depois de abatidos, o toucinho era curado com sal e

³⁷⁰ MORSE, Richard M., *Formação histórica de São Paulo*, São Paulo, DIFEL, 1970, p. 45.

³⁷¹ MÜLLER, Daniel Pedro, op. cit., p. 21

³⁷² MAWE, John, *Viagens ao interior do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1978, p. 67

enviado à vila. As costelas e as partes magras eram salgadas para uso caseiro. A banha de porco era a matéria graxa de uso geral nas frituras e no preparo dos alimentos, já que os óleos vegetais eram coisa rara. O nível de colesterol na corrente sanguínea das pessoas, certamente não seria considerado dos mais saudáveis pela medicina atual mas pelo menos a comida era bem saborosa. A criação de suínos era uma atividade muito difundida, simultânea a agricultura de alimentos e que tinha em princípio a finalidade de abastecer o fogo com carne e banha, mas que podia ter também seu lado comercial (criar para vender) ou constituir uma pequena reserva de valor em caso de necessidade do agricultor, de liquidez indiscutível.

Em 1803, o Sargento Apolinário da Silva, agricultor que havia colhido milho e feijão, vendeu 12 porcos a 24\$000 réis enquanto o também agricultor, José Carlos Maciel vendeu apenas 1. No mesmo ano, especialmente na 3ª Cia, havia vários agricultores que produziam toucinho. Por vezes, talvez em função de um preço melhor, as pessoas iam vender seus animais em outras praças, como a agricultora viúva Maria de Candelária, que foi a Itu vender 7 capados tendo obtido 9\$000 réis.³⁷³

Acostumado a ser bem recebido em sua estadia no Brasil, ao passar por São Paulo no início do século XIX, John Mawe pode desta vez desfrutar da hospitalidade paulistana, quando teve a oportunidade de sentar-se à mesa de seu anfitrião:

"Prato bastante comum no almoço, é uma variedade de ervilhas, muito gostosa, denominada feijão, cozida ou misturada com farinha de mandioca. O almoço servido usualmente ao meio dia, ou mais cedo, consiste em geral, numa quantidade de verduras servidas com carne de porco gorda, ou bife,

³⁷³ Respectivamente: C.C., 1803, 1ª Cia, fogo 6; C.C., 1803, 1ª Cia, fogo 206; C.C., 1806, 5ª Cia, fogo 12.

uma raiz da espécie da batata e uma galinha recheada, com excelente salada, seguida por grande variedade de deliciosas conservas e doces." ³⁷⁴

Pelo que se pode notar, o inglês apreciava e muito a culinária brasileira, não economizando elogios à mesma.

Sem maiores comentários, o português D'Alincourt anotou o trivial campineiro em 1818:

"Geralmente sustenta-se o povo de feijão, toucinho, carne de porco, arroz e milho." ³⁷⁵

Enquanto as pessoas mais simples restringiam-se a esse cardápio pouco variado, nas casas ricas eram servidos *"muitos e volumosos assados, empadas, perus, leitões inteiros, arroz de forno; todos os pratos expostos simultaneamente."* ³⁷⁶

A estética das iguarias sobre uma grande mesa e sua abundância, visavam, antes de mais nada, impressionar aos visitantes. Uma mesa exageradamente farta, mostrava que o dono da casa tinha e podia, e também sua prodigalidade.

Para acompanhar as lutas refeições, havia os vinhos de fabricação própria ou os importados de Lisboa em barris ³⁷⁷. A cerveja, que tinha já seus adeptos, era degustada com

³⁷⁴ MAWE, John, op. cit, p. 73. Sobre hábitos alimentares na região de Cantagalo (RJ), na região das Minas e Bahia ver, respectivamente pp. 98, 138 e 190. Na Corte ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808 - 1821)*, ... , pp. 3 - 20.

³⁷⁵ D'ALINCOURT, Luis, op. cit, p. 52

³⁷⁶ PUPO, Celso Maria de Mello, *Campinas, município no Império*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, p. 89.

³⁷⁷ Idem, ibidem.

estilo, em copos apropriados só para ela.³⁷⁸ Em algumas casas, podia-se mesmo apreciar uma boa xícara de chocolate, preparado em "*chocolateiras de cobre*".³⁷⁹

A alimentação da gente das senzalas não era de dar inveja a ninguém, tanto por sua qualidade como por sua exigüidade. Mesmo assim, poderia tornar-se um problema para senhores de muitos escravos desavisados, que nas ocasiões de elevação dos preços do açúcar e do café no mercado externo, podiam abandonar as roças de mantimentos esperando auferir maiores lucros com a lavoura de exportação, concentrando nela toda mão de obra disponível.

O perspicaz Tschudi, criticava esse tipo de procedimento, afirmando que o Brasil produzia muito café e poucos gêneros alimentícios, acabando por ter de importá-los dos Estados Unidos e da Europa. Não era preciso ser economista para prever os resultados de tal imprudência, mas enquanto os preços se mantivessem altos e estáveis, e os lucros fluindo, os fazendeiros folgavam em ver suas plantações cada vez mais extensas, de gêneros exportáveis é claro.

Mas... , não demorou muito para que tal prática provocasse grandes prejuízos. Safras ruins dos poucos que ainda produziam alimentos, provocaram uma carestia ainda maior, levando os fazendeiros a dispendar grandes somas para adquirir os gêneros necessários à alimentação de seus escravos. O autor relata ainda, casos ocorridos na Bahia em que fazendeiros venderam parte de seus escravos para poderem alimentar os restantes.³⁸⁰ Dessa

³⁷⁸ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 26, 719, 1822.

³⁷⁹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 9, 272, 1811; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 105, 2464, 1844; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 144, 3091, 1856.

³⁸⁰ TSCHUDI, J.J. von, op. cit, pp. 50 e 51. Sobre o abandono das roças de mantimentos pelos cafeicultores e carestia dos gêneros alimentícios ver: STEIN, Stanley J. , *Vassouras, um município brasileiro do café, 1850 - 1900* , Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990, pp.74 - 77.

maneira, fica claro que a alimentação dos escravos não tinha a ver apenas com sua nutrição e sua saúde física. Tinha a ver também com a saúde do bolso do fazendeiro, que se tomasse a nada sábia decisão de abolir as roças de milho, feijão, mandioca e arroz de sua propriedade, poderia acabar descapitalizado, e até mesmo ver seu patrimônio depauperado.

"Antigamente, calculava-se no Rio de Janeiro para a alimentação de um escravo \$80 réis por dia, sendo a alimentação melhor, \$120 réis; atualmente [década de 1860], não é possível gastar menos do que \$300 a \$400 réis." ³⁸¹

A título de comparação, uma enxada nova em Campinas na primeira metade do século XIX, custava em torno de \$800 réis.

Em Rio Claro, cidade próxima à Campinas,

"Os escravos alimentavam-se de uma lavagem de milho ou feijão, servidas em cuias. Ao acordar recebiam café adoçado com açúcar mascavo. No inverno, às vezes se servia também uma medida de aguardente. Com exceção do toucinho, a carne era rara. O desvio de recursos em dinheiro ou pessoal para alimentar os escravos deveriam ser feitos com a maior avareza. Não é possível avaliar se a ingestão de calorias por parte dos escravos era inferior à dos trabalhadores rurais livres, ou mesmo dos pequenos proprietários. É certo, porém, que sua dieta continha menos proteínas e - como era menos variada - menos vitaminas e minerais." ³⁸²

³⁸¹ TSCHUDI, J.J. von, op. cit. p. 59, nota 17.

³⁸² DEAN, Warren, *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820 - 1920*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 76. Sobre alimentação de escravos ver também: MAWE, John, op. cit. p. 138. Para a segunda metade do século XIX ver: TSCHUDI, J.J. von, op. cit. p. 58 e STEIN, Stanley J., op. cit. pp. 210 - 216.

Os escravos deviam achar seu cardápio bem monótono e de vez em quando resolviam enriquecê-lo com algumas "misturas" diferentes:

"Tais pratos suplementares que os escravos preparavam nos fogões, são peixe ou alguma caça do mato, especialmente tatus, iguanas, pacas, capivaras, cotias ou outros petiscos de sua predileção." ³⁸³

Afora os momentos de abandono das roças de mantimentos em momentos de altas de preços dos produtos para exportação, acontecia que muitos senhores eram negligentes com a alimentação de seus escravos. Por incúria ou economia, a quantidade fornecida não era suficiente para abastecer satisfatoriamente as panelas das senzalas. Cabia portanto aos escravos complementar, e por vezes mesmo produzir, sua própria alimentação. Um encargo a mais em sua já difícil rotina de trabalho. No nordeste açucareiro, parece que isso foi frequente:

"... sabe-se que os escravos possuíam suas pequenas roças, nas quais plantavam gêneros de sua preferência, além de produtos indispensáveis à subsistência: mandioca, milho, feijão. Muitas plantas que passaram à culinária brasileira, introduziram-nas os africanos por meio dessas roças."

384

Essa segunda jornada de trabalho de muitos escravos, que acontecia no período em que poderiam estar descansando (domingos e feriados), contribuía para melhorar sua alimentação

³⁸³ TSCHUDI, J.J. von, op. cit, p 56.

³⁸⁴ DIEGUES JR, Manuel, *População e açúcar no nordeste do Brasil*, São Paulo, Edição da Comissão Nacional de Alimentação, 1954, p. 71. Ainda sobre o nordeste ver: EISENBERG, Peter L, *Modernização sem mudança*, Rio de Janeiro/Campinas, Paz e Terra/UNICAMP, 1977, p. 191. Ver também MAWE, John, op. cit, p. 87 e STEIN, Stanley J., op. cit. p. 206.

mas provocava um desgaste maior de sua força de trabalho, fato aparentemente ignorado por seus senhores.

Na verdade, eram os pequenos agricultores que abasteciam a si mesmos e grande parte das pessoas que não produziam alimentos, levando para a vila aqueles gêneros que em principio não iriam fazer falta em suas despensas, ou então, aqueles produzidos exatamente com intenção de venda ou troca. Ao final de muitos anos e muitas idas e vindas à vila, alguns agricultores puderam contabilizar um saldo bastante positivo de seu árduo trabalho, acumulando certo capital, melhorando de vida e ascendendo socialmente. Nada mais justo.

CAPÍTULO 3 - O CAMPO

"A maioria dos habitantes das redondezas de Campinas são agricultores."

Saint-Hilaire - *Viagem à Província de São Paulo.*

Em documento enviado ao governador da Capitania de São Paulo, datado de 29 de outubro de 1797, o vigário da então Freguesia de Campinas, Joaquim José Gomes, solicitava em nome de suas ovelhas mais ilustres a elevação da mesma em vila. E para tanto, apresentava suas justificativas. A distância da freguesia até sua sede em Jundiá, obrigava os moradores de Campinas a percorrer longas distâncias, entre 8 e 14 léguas, para servirem nos cargos da câmara ("república" como também era conhecida) daquela vila, *"no que sentem gravíssimos prejuízos nas suas lavouras por serem engenheiros."* Além disso, desde a fundação da primeira igreja 3 anos antes, a jovem freguesia havia recebido mais 688 moradores, totalizando 2.107 habitantes, distribuídos em mais de 400 fogos, sendo que a arrecadação prevista para aquele ano de 1797 era de 50\$000 réis. Para completar o quadro que atestava a competência da freguesia para tornar-se vila, o pároco acrescentava a relação dos "homens bons" que poderiam ocupar os cargos da câmara municipal, num total de 61 nomes.³⁸⁵

Através dos censos, foi possível verificar o ofício de parte dos homens bons dessa lista: 19 eram senhores de engenho, 11 eram pequenos agricultores, 5 partidistas, 2 engenheiros de pinga, 1 administrador de engenho e 1 construtor de casas. É bem provável que também entre os 23 restantes, a maioria fosse constituída por senhores de engenho mas fica a importante constatação, que a condição de "homem bom" em Campinas não era uma exclusividade de senhores de engenho. Os pequenos agricultores (e pessoas com outros ofícios) também marcavam sua presença no rol dos notáveis, indicando que essa atividade nem sempre era assim tão discriminada ou desprestigiada. Os agricultores homens bons eram: João da Rosa Dias, Joaquim de Oliveira Leite, José Barbosa Rego, José Pedro da Cunha, Rafael de Oliveira Cardoso, João de Camargo Pimentel, João Pimentel de Camargo, Francisco de Camargo Pimentel, Angelo Cordeiro do Amaral, João Evangelista Cabral, Agostinho José de Campos.

³⁸⁵ DI, vol. III, pp. 3 - 8.

Elevada à vila, os homens bons de Campinas puderam exercer suas atribuições políticas localmente, sem o antigo transtorno da viagem a Jundiá e sem prejuízos para suas lavouras, fonte de sua riqueza e prestígio. O poder político em Campinas, em grande parte, tinha sua origem no campo. Na primeira câmara municipal constituída em Campinas, um dos 3 vereadores eleitos foi o agricultor Francisco de Camargo Pimentel.³⁸⁶

A agricultura voltada à produção de alimentos tinha longa tradição na Capitania de São Paulo. Durante o século XVII, o bandeirismo esteve diretamente associado à agricultura comercial de trigo que se desenvolveu no planalto, especialmente entre 1630 e 1680. Índios escravizados cultivavam o trigo que era exportado para abastecer a população européia das vilas e cidades do litoral, principalmente o Rio de Janeiro, e as frotas portuguesas, isso devido à incapacidade da metrópole suprir as necessidades da colônia. Nesse tempo, São Paulo foi considerado o "celeiro do Brasil", produzindo em média 120.000 alqueires de trigo por ano.³⁸⁷

No século XVIII, com o descobrimento das minas, formou-se um mercado consumidor de alto poder aquisitivo no interior do Brasil, que motivou a produção de alimentos com o objetivo de abastecer aquela região.

Simultaneamente, São Paulo experimentou um notável crescimento demográfico. A população passou de 15.000 habitantes no final do século XVII para 169.544 em 1800.³⁸⁸ Esse aumento populacional foi consequência da necessidade de entrada de mão de obra escrava complementar à familiar para atender à crescente demanda das minas. Maria Luiza Marcílio

³⁸⁶ DI, vol III, p. 27.

³⁸⁷ Este parágrafo foi baseado em MONTEIRO, John Manuel, *Negros da terra*, São Paulo, Cia das Letras, 1994, especialmente pp. 99 - 128.

³⁸⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700 - 1836*, São Paulo, 1974, tese de livre docência em História, FFLCH/USP, p. 271.

afirma que *"as primeiras fortunas da história paulista nasceram com o comércio de abastecimento das Minas."* ³⁸⁹

O TRABALHO NA TERRA E SEUS FRUTOS

Enquanto os engenhos de açúcar começavam a se instalar e a se multiplicar em Campinas no final do século XVIII, a agricultura de alimentos que esteve sempre presente desde os tempos iniciais de sua povoação, continuou a ter um papel importante na economia local. Os pequenos agricultores, maioria entre aqueles que se dedicavam ao cultivo da terra, constituíam também importante parcela do número total de habitantes do lugar. ³⁹⁰

Trabalhando com ajuda da família e eventualmente de algum escravo, o pequeno produtor rural de Campinas da primeira metade do século XIX, plantava principalmente milho e feijão. Suas roças tinham muitas vezes uma função bastante prática e limitada - garantir a subsistência e a reprodução do fogo.

A viúva parda, Maria Francisca, de 40 anos, vivia com seus 7 filhos palantando *"para comer"*. João Ortiz de Camargo, natural de Atibaia, 49 anos, era agricultor e com sua família colheu 40 alqueires de milho, 6 de feijão e 4 de arroz em 1803, *"para seu passar"*. O agricultor negro de 24 anos, natural de Atibaia, João Cardoso, vivia com sua mulher Maria Inácia e seu filho Salvador, juntamente com sua agregada Madalena, viúva, negra e seus 5 filhos, plantando *"para sua sustentação"*. O agricultor mineiro, Manoel Ribeiro, 60 anos, pardo, vivia com sua esposa Inácia Florinda também parda e seus 3 filhos, tendo colhido 100 alqueires de milho e 4 de feijão em 1817, *"tudo para seu gasto"*. Vicente José Camilo,

³⁸⁹ Idem, p. 122.

³⁹⁰ Ver tabela da p. 12.

natural de Jundiaí, 44 anos, casado, pai de 7 filhos, era agricultor que plantava e colhia "*para consumo de sua casa*".³⁹¹

Mesmo diferentes nesses exemplos, as expressões em destaque, recorrentes ao longo dos censos realizados naquele período, podem ser lidas como sinônimas, expressando a idéia de uma produção voltada para o autoconsumo.

Entretanto, havia também os pequenos agricultores que premeditadamente plantavam e colhiam mantimentos além de suas próprias necessidades, com intenções puramente comerciais, levando ao mercado os excedentes obtidos.

O agricultor pardo, Manoel Soares, mineiro de 48 anos, vivia com a mulher, 4 filhos e mais 2 agregadas. No ano de 1800, colheu 200 alqueires de milho e 16 de feijão, dos quais vendeu 50 alqueires de milho e 12 de feijão, além de 8 capados. Antonio Maria, agricultor de 40 anos, pardo, natural de Taubaté, vivia com a mulher, 2 filhas e uma escrava negra de 20 anos. Em 1824 colheu 100 alqueires de milho e 12 de feijão e vendeu 30 alqueires de farinha a \$480 réis o alqueire. Francisco Fernandes de Campos de 70 anos, com a ajuda de 5 escravos, colheu 800 alqueires de milho, 60 alqueires de arroz e 30 de feijão no ano de 1822. Do que vendeu, apurou 100\$000 réis. Em 1806, o agricultor natural de Nazaré, Francisco Nunes de Moraes colheu 200 alqueires de milho, 30 de feijão e 30 de trigo, do que vendeu obteve 40\$000 réis. Pedro José Pompeu, agricultor de 38 anos, natural de Atibaia e dono do escravo Bento de 20 anos, colheu em 1829, 300 alqueires de milho e 12 de feijão. Ao vender 100 alqueires de milho, recheou a carteira com 100\$000 réis.³⁹²

Além do milho e do feijão, preferencialmente registrados pelos censos por serem básicos na alimentação e por serem também mais cultivados, outros produtos, ainda que com

³⁹¹ Respectivamente: C.C., 1803, 1ª Cia, fogo 147; C.C., 1806, 3ª Cia, fogo 125; C.C., 1809, 6ª Cia, fogo 42; C.C., 1817, 6ª Cia, fogo 78; C.C., 1822, 6ª Cia, fogo 115.

³⁹² Respectivamente: C.C., 1800, 1ª Cia, fogo 147; C.C., 1824, 5ª Cia, fogo 97; C.C., 1822, 5ª Cia, fogo 85; C.C., 1806, 3ª Cia, fogo 107; C.C., 1829, 3ª Cia, fogo 45.

menor frequência, também podiam ser encontrados, indicando que havia certa diversificação na produção agrícola.

Em 1800, a agricultora Maria Quadros, ituana e viúva, estava com 70 anos mas não estava desamparada, tinha a seu lado 2 filhos e uma neta, que colheram em seu sítio 20 alqueires de milho, 4 de feijão, 2 de arroz e 3 arrobas de algodão. José Ferreira de Moura era pardo e tinha 27 anos, casado com Maria de Lara Leite, tinha com ela 3 filhos. Em 1803, José teve uma colheita variada: 100 alqueires de milho, 3 de feijão, 3 de amendoim, além de ter colhido também 5 arrobas de algodão e vendido 3 porcos. No mesmo ano, Pedro Pires Pimentel de 52 anos, casado com Maria do Rosário mais seus 7 filhos, puderam regalar-se com os frutos de seu trabalho, quando recolheram ao paiol do sítio 100 alqueires de milho, 20 de feijão, 15 de trigo e 14 de amendoim. Para completar a renda familiar, venderam ainda 9 porcos. O agricultor Lourenço Antonio Correia colheu 50 alqueires de milho, 3 de feijão e 5 de arroz e foi vender 7 capados em Parnaíba, tendo conseguido 11\$000 réis pelos mesmos. Em 1812, o sargento e agricultor Joaquim Bernardes Gomes, português de Lisboa, vivia com sua esposa Maria de S. Simão de Andrade e 4 filhas, juntamente com 5 agregados e 2 escravos. Sua terra produziu naquele ano 150 alqueires de milho, 14 de feijão, 25 de arroz e 17 arrobas de algodão. De sua pocilga saíram 15 capados que lhe renderam 72\$000 réis.³⁹³

É possível perceber, observando os exemplos acima (e tantos outros poderiam ser citados), uma nítida desproporção entre as quantidades de milho e de feijão e de outros produtos. Os 2 cereais eram os mais produzidos em Campinas, por quem quer que resolvesse palantar alguma roça, desde pequenos agricultores a senhores de engenho.

A explicação vai além de uma simples preferência gastronômica. Largamente utilizado na alimentação humana, tanto de livres como de escravos, o milho era também muito utilizado

³⁹³ Respectivamente: C.C, 1800, 1ª Cia, fogo 187; C.C, 1803, 1ª Cia, fogo 218; C.C, 1803, 1ª Cia, fogo 323; C.C, 1806, 5ª Cia, fogo 98; C.C, 1812, 2ª Cia, fogo 4.

na criação de suínos, que aliás estão presentes em vários dos exemplos citados e, como o milho, eram também largamente utilizados na alimentação humana.

O milho servia ainda para reforçar a dieta dos muare e asininos das inúmeras tropas que passavam por Campinas. Dessa maneira, devido a sua grande penetração nas dietas humana e animal, o milho constituía importante produto comercial, daí sua grande produção.

E por falar em grande produção, é necessário registrar que os maiores produtores de alimentos (em termos individuais) eram justamente os senhores de engenho. A presença de muitos escravos e também de vários tipos de gado, criavam uma grande demanda por cereais, especialmente o milho, que o senhor de engenho procurava suprir a partir de sua própria fazenda, destinando terras e mão de obra para esse fim.

A busca da autosuficiência em alimentos por parte das fazendas de cana, quase sempre as mantinha excluídas do mercado (enquanto vendedoras), uma vez que sua produção acabava sendo consumida internamente. Quando acontecia da produção doméstica ser insuficiente para atender suas necessidades, o senhor de engenho comparecia ao mercado, para comprar os mantimentos que lhe bastassem.

No ano de 1800, o senhor de engenho Filipe N. Teixeira, natural das Gerais, vivia com sua família mais 2 agregados mineiros que tinham 6 escravos. Sua senzala abrigava 34 escravos que naquele ano produziram 500 alqueires de milho, 50 de feijão e 20 de arroz. Além de suas atividades religiosas e didáticas, o padre Diogo Antonio Feijó não descuidava de seu engenho de açúcar. Em 1817, para alimentar seus 13 escravos, 2 agregados e sua própria despesa, foram colhidos em sua fazenda 100 alqueires de milho, 40 de feijão e 30 de arroz. É interessante observar que outros colegas de batina do padre Feijó também não resistiram à tentação de ter a cômoda e respeitável condição de senhor de engenho: o padre Manoel José Ferraz e o padre Albino de Godoi, e os padres José Francisco Aranha e Manoel José Fernandes Pinto também tinham seus engenhos. Afinal, viver bem nunca foi pecado. Natural de Cotia, o senhor de engenho Joaquim José dos Santos era casado com dona Francisca de Assis, mãe de seus 8 herdeiros. Do frescor de sua varanda, Joaquim podia apreciar gososo a visão de seus

canaviais e o ir e vir de pelo menos parte de seus 113 escravos, que no ano de 1829 produziram 124 carros (não foi possível estabelecer o equivalente em alqueires) de milho, 300 alqueires de feijão e 200 alqueires de arroz. Tantos escravos e tanta produção, necessitavam de um administrador de confiança, Bento José dos Santos, também natural de Cotia e certamente seu irmão, que contava com 6 escravos.³⁹⁴

Via de regra, os censos anotavam apenas a produção de açúcar dos engenhos, especificando as quantidades (em arrobas) de cada tipo produzido: branco, redondo e mascavo. Quanto à sua produção de alimentos, os censos eram menos cuidadosos, limitando-se na maioria das vezes à algumas repetições: *"colheu mantimentos para o gasto de sua casa"*, *"com seus escravos planta mantimentos para gasto de sua casa"*, *"planta mantimentos para sustentação de sua fazenda"*, *"planta mantimentos para o gasto"*, e outras parecidas. Essas expressões, juntamente com as produções de alimentos efetivamente fornecidas, permitem perceber que as fazendas de cana não cultivavam apenas cana, e que procuravam abastecer-se de alimentos básicos, mesmo que não seja possível calcular o total dessa produção. É preciso não perder de vista entretanto, que em períodos de alta do açúcar, muitos senhores de engenho abandonavam suas roças de mantimentos.

O cultivo de gêneros alimentícios era extremamente importante. Ao descrever de maneira geral como se iniciava uma fazenda de cana nos arredores da cidade de São Paulo em finais de 1807, John Mawe relata que primeiro o agricultor escolhia uma área disponível o mais próximo possível da cidade, de estradas e rios navegáveis. Uma vez fixado no local,

³⁹⁴ Felipe N. Teixeira produziu 424 arrobas de açúcar (branco, redondo e mascavo), e 38 canadas de aguardente. O padre Diogo Antonio Feijó produziu 200 arrobas de açúcar e 50 canadas de aguardente. Joaquim José dos Santos produziu 2.700 arrobas de açúcar e 473 canadas de aguardente.

Respectivamente: C.C., 1800, 2ª Cia, fogo 410; C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 11; C.C., 1829, 2ª Cia, fogo 38.

Confira: Padre Manoel José Ferraz e padre Albino de Godoi: fogos 10 e 12 da 1ª Cia de 1817; padre José Francisco Aranha: C.C., 1829, 2ª Cia, fogo 26; padre Manoel José Fernandes Pinto: C.C., 1829, 7ª Cia, fogo 8.

solicitava a demarcação do terreno, *"geralmente uma légua e meia quadrada, às vezes mais"*. Depois comprava o maior número possível de escravos e dava início ao trabalho, construindo casas e abatendo as árvores para depois fazer a queimada.

"Limpo o solo, os negros abrem covas com enxadas, e nelas semelam milho, feijão ou qualquer outra leguminosa [...] Depois de plantarem a semente julgada necessária, preparam novo terreno, para o cultivo da cassava, aqui denominada mandioca [...] Quando já plantada a quantidade suficiente para o consumo da fazenda, o dono, se é bastante rico, arranja meios de cultivar a cana e preparar o açúcar." ³⁹⁵

As palavras de Mawe são bastante elucidativas. Antes de se começar a produção açucareira era necessário preparar seu caminho, constituindo uma infra-estrutura interna de abastecimento. Aí sim, podia-se pensar na cultura da cana e na instalação do engenho porque a mão de obra, movida basicamente a feijão, arroz e milho, tinha seu combustível garantido.

No ano de 1829 em Campinas, o alferes Floriano Ferreira de Camargo, era dono de 17 escravos e estava *"fabricando sua fábrica de açúcar"* e *"colheu mantimentos para seu gasto"*. A senhora de engenho Custódia Maria, natural de Parnaíba, tinha seu sítio no bairro do Mato Dentro onde trabalhavam seus 15 escravos. No ano de 1817 *"não fez açúcar"* mas colheu 260 alqueires de milho, 20 de feijão e 7 de arroz. ³⁹⁶

Senhores de engenho podiam até mesmo ficar sem produzir açúcar, mas não sem produzir alimentos.

A agricultura voltada ao abastecimento estava difusa na sociedade. Não estava restrita aos sítios dos pequenos agricultores, partidistas e dos senhores de engenho. Pessoas com diferentes ofícios procuravam ter também suas roças, garantindo assim, no mínimo, uma despesa mais generosa.

³⁹⁵ MAWE, John, *Viagens ao interior do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1978, pp. 66 e 67.

³⁹⁶ Respectivamente: C.C, 1829, 6ª Cia, fogo 1; C.C, 1817, 2ª Cia fogo 23.

José Domingues Rocha era proprietário de uma das 7 tavernas existentes em Campinas no ano de 1800. Tinha também uma tropa que conduzia cargas para a vila de Santos mas não abria mão de plantar "*mantimentos para seu sustento*". A vendeira Ana Maria colheu em 1803, 120 alqueires de milho, 10 de feijão e 20 de arroz. Em 1824, quando Pedro Manoel de Sousa não estava no comando de sua tropa no caminho de Santos, comandava seus 5 escravos em sua lavoura, de onde satram naquele ano 300 alqueires de milho, 20 de feijão e 18 de arroz.

397

Era comum os tropeiros possuírem sítios onde cultivavam cereais, especialmente o milho, muito importante para alimentar seus animais. Dessa maneira, não precisavam comprá-lo, ou pelo menos não tanto, o que permitia obter maiores lucros em seus negócios.

Entretanto os pequenos agricultores, aqueles que tinham como ocupação principal o plantio desses cereais, por vezes tinham lá seus problemas para conseguir uma produção regular e satisfatória, para si mesmos e para o mercado.

O agricultor João de Siqueira, rapaz pardo, de 26 anos e natural de Jundiá, certamente deixou sua mulher e seus 3 filhos pequenos em uma situação difícil no ano de 1817, quando "*nada colheu por andar doente*". José Velho Moreira de 45 anos e natural de Moji Guaçu, nada colheu em 1800 "*por estar preso*". Já o ituano pardo, Joaquim de Góis, pai de 9 filhos, estava bem de saúde e não tinha problemas com as autoridades policiais no ano de 1800. Naquele ano "*nada colheu de mantimentos*" por um outro motivo. Segundo o realizador do censo, tal fato acontecera por Joaquim ser "*um vadio*".³⁹⁸

Não é possível verificar a veracidade dessa afirmação, que nesse caso é dirigida a uma pessoa específica. O importante é que afirmações desse tipo não eram novidade em 1800 e pior que isso, aconteciam num tom generalizante e vindas de pessoas importantes, registradas em documentos oficiais.

³⁹⁷ Respectivamente: C.C, 1800, 1ª Cia, fogo 42; C.C, 1803, 2ª Cia, fogo 80; C.C, 1824, 5ª Cia, fogo 118.

³⁹⁸ Respectivamente: C.C, 1817, 6ª Cia, fogo 73; C.C, 1800, 1ª Cia, fogo 201; C.C, 1800, 1ª Cia, fogo 79.

Em 1766, o capitão general Luis Antonio de Sousa, via com preocupação o *"mau método da lavoura"* praticado em São Paulo. A lavoura de queimadas praticada no *"mato virgem"*, cada vez mais distante das vilas, acontecia devido a *"suma preguiça e negligência não só dos naturais mas dos mesmos filhos do reino que se conformam com ela"*. A título de ilustração, Sousa relata que necessitando de 200 alqueires de milho para uma expedição militar, teve que fazer várias diligências, para juntar "migalhas", quando em Portugal, *"qualquer vigário pobre vende 200 alqueires, e em qualquer parte se acha"*.³⁹⁹

O capitão general voltaria à carga em 1772, através de uma ordem circular às câmaras da Capitania de São Paulo:

*"Porquanto me consta a grande falta de mantimentos que deixam de produzir-se nesta Capitania pela ociosa liberdade em que vive a maior parte dos seus habitantes, postos em vadição e reduzidos a uma total pobreza, com repugnância a todo trabalho, sem cuidarem do seu aumento, e me ser muito recomendado nas reais ordens de Sua Magestade que dentre os seus vassallos faça desterrar tão perniciosos vícios pondo-os naquela regularidade e sujeição de polícia, em que devem viver, para que sejam úteis a si, e ao mesmo Estado: ordeno aos Juizes Ordinários e Officiais da Câmara das vilas desta Capitania que logo em recebendo esta sem a menor perda de tempo, por serviço se Sua Magestade e beneficio público, façam produzir no distrito das mesmas vilas, freguesias e fazendas adjacentes aos mesmos distritos dobrada lavoura de milho, feijão e arroz..."*⁴⁰⁰

O governador certamente estava entre a minoria "não pobre e amante do trabalho" mas que não considerava sua tarefa a produção de gêneros de primeira necessidade.

³⁹⁹ DI, vol 23, pp. 1 - 10.

⁴⁰⁰ DI, vol 33, pp. 57, 58.

Em suas "Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na Capitania de São Paulo", escritas em 1788, o marechal José Arouche de Toledo Rendon demonstrou-se bastante incomodado com a "vadiagem" dos agricultores paulistas. Criticando a maneira de ser dos índios, *"despidos daquela bem regulada ambição que faz florescer os Estados e impele os homens ao trabalho e às indústrias"*, lamenta que essa mentalidade havia se comunicado aos homens que eram *"limpos dessa mescla"* ou seja, que não tinham sangue indígena. Porque *"um índio, um mameluco ou bastardo, tendo hoje o que comer, não se anima a trabalhar para adquirir o sustento do dia seguinte"*. O "esclarecido marechal", considerava que os índios tornaram-se supérfluos ao Estado depois que o rei D. José, em 1755, os declarou livres da escravidão. Antes disso, os paulistas os faziam trabalhar! Dessa maneira, resvalando e não de leve no racismo contra os índios e seus mestiços, Rendon pensava explicar a falta de agricultura em São Paulo. Rendon não perdeu tempo em desclassificar os negros porque eram escravos e como escravos "trabalhavam forçados". Contudo, não deixou de disparar suas setas sobre os libertos: *"Qualquer negro que se liberta já se põe tão bom como seu próprio amo, e é mais fácil furtarem ou morrerem à fome do que irem servir de assalariados"*. Baseado em sua "experiência ocular", por sinal bastante míope, esse militar de alta patente não se conformava com o estado de vida e de trabalho dos agricultores de São Paulo. O mutirão, recurso utilizado pelos mesmos para somar forças para a realização de uma tarefa mais difícil e também para se divertirem um pouco, era uma afronta para o homem da caserna: *"... o meu intento é somente fazer ver que os lavradores desta capitania são tão vadios que, para haverem de trabalhar dois ou três meses no ano, é preciso serem conduzidos como para a folia e não para o trabalho"*. Num tom paternalista, como quem diz, quero apenas ajudar, Rendon no fundo demonstrava mesmo é ter a maior inveja daquela gente que tanto criticava. Afinal, os agricultores pareciam ter encontrado a pedra filosofal, unir duas necessidades muitas vezes antagônicas: trabalho e prazer, pelo menos em algumas oportunidades. Talvez isso fosse o mais problemático, o mais incompreensível para o marechal, que certamente não desfrutava da "descoberta" dos agricultores. Mas Rendon era daqueles que não ficavam apenas na

constatação dos males e sem cerimônia, foi logo apresentando suas sugestões, aliás muito coerentes com suas idéias. Propunha verdadeira cruzada contra *"tanta vadiagem"*, no que seriam úteis todos os capitães mores e comandantes das freguesias neste nobre intento. *"Mas onde estão os capitães mores que eu desejo?"*, lamentava. Restava portanto uma saída, no melhor estilo militar:

"Os dois regimentos pagos desta cidade [São Paulo] podem dar saída a muita parte dos vadios. Um rapaz robusto, que não tem outro defeito mais do que o de ser vadio, ou porque a natureza assim lho pede ou porque sua educação o poz unicamente aplicado aos divertimentos e à folia; esse mancebo, que até aqui é pesado ao Estado, pode ser útil assentando praça; há de trabalhar à força e o longo uso lhe há de formar uma nova natureza. Se por esse método se fizerem recrutas e se os capitães mores, com medo do castigo observarem as ordens a este respeito exatamente, será esse o meio de aumentar a lavoura, porque o que é vadio fica sendo empregado no serviço da República, e outros, com o medo do cativoiro militar, resolvem-se a trabalhar; mas para se colherem todos esses frutos é necessário que a distribuição desta justiça seja com toda a exação e intelreza". ⁴⁰¹

Revelando certa fixação por termos como vadio, vadiagem e vadiação, além de certa repulsa às diversões, Rendon propunha a tática do terror para obrigar as pessoas livres a trabalharem, o que não as colocava em situação tão vantajosa em relação aos escravos. É como se, na opinião desse autor, o trabalho só pudesse acontecer sob coerção, sob o medo, sob uma hierarquia. É bom que se diga, em total desabono às afirmações de Rendon, que um dos piores males existentes em São Paulo naquele momento era justamente o militarismo, as recrutas

⁴⁰¹ Este parágrafo foi escrito baseado no texto: "Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na Capitania de São Paulo", DI, vol. 44, pp. 195 - 215, especialmente pp. 196, 197, 198 e 199, que forneceram as citações.

forçadas e as requisições de mantimentos para alimentar a tropa, que punham os agricultores em fuga ou em total desânimo para produzir alimentos que seriam roubados.⁴⁰²

A necessidade de aumentar a produção agrícola foi uma das grandes preocupações dos governadores de São Paulo, juntamente com a "preguiça" do povo. Nesse sentido, Manoel de Mello Castro e Mendonça não foi diferente. Em carta ao Secretário de Estado, datada de abril de 1797, Mendonça relata seu esforço em "*vencer os grandes obstáculos*" enfrentados em seu governo: "*falta de capitais, que há nesta mui pobre capitania; falta igualmente de escravatura, e o que é mais anemla, a indolência dos habitantes...*" No mesmo documento, o governador afirma procurar "*por todos os meios lícitos animar a agricultura e o comércio, de sorte que na futura das recrutas principiêl pelos vadios e depois pelos mais moradores*". Explicando esse método, afirma ainda que com essa medida, por ocasião das revistas, as pessoas procuram logo "*mostrar as mãos calejadas*". Fica evidente que as recrutas recaiam preferencialmente sobre os agricultores, que constituíam grande parte da população livre. Afinal, cabia a eles a responsabilidade de melhorar as estatísticas do governador no que dizia respeito à agricultura. Se não tivessem as mãos calejadas, seriam automaticamente classificados como vadios e portanto sujeitos ao recrutamento. Dessa forma autoritária e preconceituosa, esperava-se menos vadiagem, mais trabalho e mais produção.⁴⁰³

Essa percepção estigmatizada dos agricultores podia ser encontrada mesmo no discurso de gente aparentemente mais esclarecida como Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira, o pioneiro a manifestar-se a favor da emancipação dos escravos em São Paulo, em um tempo que tal opinião era considerada verdadeiro crime. Em seu texto, Oliveira coloca sua visão a respeito da população paulista:

⁴⁰² Sobre essa questão ver, PEREGALLI, Enrique, *Recrutamento militar no Brasil colonial*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1986, especialmente pp. 21, 53, 79, 140, 161 e 162.

⁴⁰³ Este parágrafo foi escrito tendo como base uma carta do governador Castro e Mendonça, DI, vol. 29, pp. 44 - 46.

"Acostumada à vida solitária, ou limitado no pequeno círculo da sociedade doméstica, sempre destituído do útil e muitas vezes do necessário, este povo não conhece prazeres, e tem horror ao trabalho". ⁴⁰⁴

Para ele, era necessário ***"despertar o desejo de novos prazeres"*** nas pessoas, porque assim seriam impelidas ao trabalho a fim de poder satisfazer a essas novas vontades. ⁴⁰⁵

Mas os "vadios" bem que podiam ter alguma "serventia". Por ocasião da fundação da Freguesia de Campinas do Mato Grosso (Campinas) em 1774, o governador Luís Antonio de Sousa ordenou ao fundador, Francisco Barreto Leme, que convocasse todos os ***"forros, carijós e administrados, de que tiver notícia andam vadios e não tem casa, nem domicílio certo nem são úteis à república e os obrigue a ir povoar as ditas terras das Campinas do Mato Grosso de Jundiá..."*** ⁴⁰⁶ Pode-se perceber claramente na fala do governador, que eram consideradas vadias as pessoas pobres, que não tinham casa nem trabalho. No seu entender portanto, pobreza era sinônimo de vadiagem, e era sintomático que tal condição estivesse associada com forros, carijós e administrados, vítimas preferenciais do desemprego e do preconceito. "Vadios" serviam para fazer número, e ajudar no povoamento de vilas nascentes.

A menor quantidade de trabalho exigida pela agricultura das queimadas, foi o motivo que levou muitos a acreditarem na ***"indolência"***, no ***"desapego ao trabalho"*** e na ***"vadiagem"*** dos agricultores na opinião de Maria Luiza Marcílio. A autora explica esse fato em função da economia estar voltada para a subsistência e portanto ser desprovida da ***"noção de lucro, de competição, de rentabilidade"***. ⁴⁰⁷ Concordamos em parte com Maria Luiza

⁴⁰⁴ OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Veloso de, *Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo*, 2ª edição, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. 30.

⁴⁰⁵ Idem ibidem. Seria essa idéia de induzir ao trabalho também a origem de suas idéias abolicionistas?

⁴⁰⁶ DI, vol. 33, p. 160.

⁴⁰⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista - 1700 - 1836*, São Paulo, 1974, tese de livre docência, DH/ FFLCH/ USP, PP. 259, 260.

Marcílio. É verdade que a tecnologia agrícola era bastante simples, o que nem sempre tornava necessária a presença constante do agricultor nas roças para essas produzirem seus frutos. Mas o fato da economia voltar-se à subsistência não exclui o desejo, e mesmo a necessidade de produzir para o mercado. Alimentos básicos como milho, feijão e arroz, eram objeto de oferta e procura, pelo menos é o que foi possível observar em Campinas já no início do século XIX.

Ao passar por Campinas em 1818, D'Alincourt registrou suas impressões sobre a produção agrícola local:

"O açúcar foi o primeiro e mais considerável ramo de exportação, que monta a cem mil arrobas por ano; a aguardente o segundo; abunda em milho, feijão, arroz, capados, e outros gêneros, de que depois de deduzido o preciso para consumo do país (Campinas), o restante, que monta a quantidade não pequena, vai abastecer São Paulo, Itú e Sorocaba. Tem muito boas frutas, como figos, uvas, limões doces, limas, pêssegos, laranjas, jabuticabas, melões, melancias, ananazes, algumas silvestres, e o terreno apropriado para a cultura de muitas outras, se não obstasse a isso a incúria dos habitantes". ⁴⁰⁸

D'Alincourt é no mínimo contraditório em seu depoimento. Depois de listar a variada produção agrícola de Campinas, que além de ser suficiente para seu próprio consumo e gerar excedentes que eram exportados para outras cidades, ainda assim o viajante fala da *"incúria dos habitantes..."*

Mas para mostrar que Campinas abastecia a si mesma com gêneros de primeira necessidade e também produzia excedentes para enviar a outras vilas e cidades, colocando esses produtos no circuito comercial, é preciso observar alguns dados quantitativos. As tabelas a seguir, ajudarão a perceber essa realidade em Campinas no início do século XIX.

⁴⁰⁸ D'ALINCOURT, Luis, *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1975, p. 52.

| PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS EM CAMPINAS | | | | | |
|---|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|
| GÊNERO | MILHO | FEIJÃO | ARROZ | TOUCINHO | FARINHA |
| unidade/ ano | alqueires | alqueires | alqueires | arrobas | alqueires |
| 1809 | 6.000 | 1.000 | 833 | 10.000 | 20.000 |
| 1812 | 30.000 | 2.000 | 800 | 2.400 | 3.000 |
| 1822 | 40.948 | 5.086 | 1.158 | 3.500 | 2.000 |
| 1836* | 96.786 | 21.015 | 3.673 | - | 952 |

Fonte: Censos de Campinas.

* Dados de Daniel Pedro Müller.

| CONSUMO EM CAMPINAS | | | | | |
|---------------------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|
| GÊNERO | MILHO | FEIJÃO | ARROZ | TOUCINHO | FARINHA |
| unidade/ ano | alqueires | alqueires | alqueires | arrobas | alqueires |
| 1809 | 5.900 | 800 | 783 | 9.000 | 19.000 |
| 1812 | 28.000 | 2.000 | 800 | 1.300 | 2.500 |
| 1822 | 30.948 | 4.000 | 1.000 | 2.500 | 1.500 |

Fonte: Censos de Campinas.

| EXPORTAÇÃO DE CAMPINAS | | | | | |
|------------------------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|
| GÊNERO | MILHO | FEIJÃO | ARROZ | TOUCINHO | FARINHA |
| unidade/ ano | alqueires | alqueires | alqueires | arrobas | alqueires |
| 1809 | 100 | 200 | 50 | 1.000 | 1.000 |
| 1812 | 2.000 | - | - | 1.100 | 500 |
| 1822 | 10.000 | 1.086 | 158 | 1.000 | 500 |

Fonte: Censos de Campinas.

Esses números fornecidos pelos resumos finais dos censos, certamente não são os mais corretos, exemplo disso foram os resultados obtidos através de cálculo nosso para o ano de 1800, o menos incompleto a respeito da produção de cereais entre os censos consultados. Nessa contagem, a produção de milho foi de 26.546 alqueires, a de feijão de 3.103 alqueires e a de arroz 588 alqueires. Concluímos então, que as quantidades encontradas nos resumos finais dos censos podem, de uma maneira geral, estar subestimadas, o que não deixa de ser um dado bastante interessante. Mas o fato dos números que compõem as tabelas acima, fornecidos pelos censos não serem tão precisos, não é o mais importante. O importante é que através deles podemos constatar três coisas: a primeira é que Campinas era auto-suficiente em cereais básicos: milho, feijão e arroz; a segunda, é que além da auto-suficiência, Campinas podia até mesmo exportar alimentos excedentes. Por último, é possível perceber que a produção de cereais acontecia de maneira crescente. Ainda que não seja possível chegar aos quantitativos exatos, basta saber que havia uma tendência da agricultura voltada à produção de alimentos em acompanhar o crescimento da demanda, em função do crescimento populacional e econômico pelo qual passava Campinas naquele período.

Em uma rara tabela de exportações fornecida pelo censo de 1801, observamos que naquele ano Campinas exportou (o que já é um dado importante) açúcar, aguardente, milho, algodão, arroz, feijão, fumo e capados. Em quantidades pequenas é verdade, mas que foram distribuídas em 5 "portos" diferentes: Itú, São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Bahia. Outra evidência sobre a exportação de alimentos em Campinas provém do censo de 1800. Naquele ano, o agricultor Leonel de Góis Maciel tinha sua *"tropa em que conduz mantimentos para fora de aluguel"*.⁴⁰⁹ Campinas, desde seus tempos de pequena vila, estava inserida na economia mundo, exportando açúcar, aguardente e cereais, importando escravos, vinhos portugueses, tecidos de linho, de lã e baetas, entre *"finos e ordinários"*.⁴¹⁰

⁴⁰⁹ C.C., 1800, 1ª Cía, fôgo 190.

⁴¹⁰ C.C., 1806; C.C., 1809 - tabelas de gêneros de importação e exportação, que incluem também seus preços.

É bem provável que houvesse vadios e preguiçosos naqueles tempos. Como os há hoje. Mas muita gente trabalhava e produzia, e produzia mais que o necessário para seu próprio sustento, proporcionando assim comida na mesa das pessoas das vilas e cidades, incluindo aqueles que não se cansavam em classificar o pequeno agricultor de indolente.

INDO E VINDO

Ainda em 1836, a produção agrícola de São Paulo circulava por caminhos que estavam longe de serem estradas, o que dificultava e encarecia o transporte. Daniel Pedro Müller descreveu de maneira bastante impressionista o que eram as "estradas" daqueles tempos:

"São ordinariamente nesta Província as estradas desvios de charcos, que com alguma arte se poderiam atravessar; descidas rápidas quando nenhum obstáculo se opõe à sua direção retilínea; apartamentos para se evitar ou passar algum rio, ou para se irem buscar passagens que deem vau, ou para se aproveitarem de boas pastagens para os animais de condução; e muitas vezes o encanamento das enxurradas, que as aprofunda, tornando-as em escavações de trabalhoso trânsito. Semelhantes veredas traçadas sem prevenção e alargadas pelo uso, servem ainda de estradas." ⁴¹¹

Fato importante acontecido em fins do século XVIII foi o calçamento do caminho do mar, durante o governo de Bernardo José de Lorena (1788-1797), que constituiu um estímulo à agricultura do planalto. Por aquele caminho, descia ao porto de Santos o que era produzido nas vilas de "serra acima", e subia tudo aquilo que não era produzido ali como sal e ferragens, entre outros artigos.

⁴¹¹ MÜLLER, Daniel Pedro, *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978, pp. 102, 103.

A intensificação do tráfego de tropas decorrente do desenvolvimento da lavoura açucareira, aliada às condições climáticas da região, contribuíram para a deterioração do caminho. Os serviços de conservação eram dificultados pela falta de mão de obra, concentrada na produção de açúcar. Segundo Maria Thereza Schörrer Petrone,

"Nas estradas trabalhavam sobretudo jornaleiros, que eram ou libertos, ou agregados, ou pequenos lavradores que nas épocas de menos trabalho na agricultura, se engajavam no trabalho das estradas". ⁴¹²

Além de trabalharem em suas roças, muitos agricultores arrumavam um "bico" durante a entressafra na conservação de estradas. Uma informação a mais em desagravo às acusações de vadiagem contra esse segmento da população.

Como as estradas eram percorridas principalmente pelas tropas, seu traçado acabava por adaptar-se a suas necessidades, fugindo de rios largos, regiões muito acidentadas e também serpenteando entre uma fazenda e outra, a fim de levar encomendas e escoar a produção. ⁴¹³

Pelos idos de 1802, o governador Castro e Mendonça dizia que ***"o único meio que há para evitar a alteração que pela umidade se ocasiona no açúcar, é a conservação das estradas"***. Preocupado principalmente com a qualidade do açúcar, prejudicada pela lentidão de seu transporte até o porto de Santos e também pelas chuvas, Mendonça mandou construir vários ranchos entre São Paulo e Cubatão, e também na estrada que ligava São Paulo às ***"vilas onde em mais abundância se fabrica o açúcar"***. ⁴¹⁴

Na descrição de Mawe, o rancho ***"consiste num grande telheiro, sustentado por colunas de madeira, com divisões especiais, para receber cargas ou fardos das mulas, ocupando o viajante tantos quantos exigirem a carga"***. ⁴¹⁵

⁴¹² PETRONE, Maria Thereza Schörrer, *A lavoura canavieira em São Paulo*, São Paulo, DIFEL, 1968, p. 200.

⁴¹³ Idem, p. 208.

⁴¹⁴ DI, vol. 44, pp. 144 - 146.

⁴¹⁵ MAWE, John, op. cit, p. 62.

Esses ranchos, rústicos que eram, quase sempre não forneciam conforto algum, sendo às vezes muito inconvenientes para quem desejasse uma boa noite de sono. Saint-Hilaire, que conheceu muitos ranchos em suas viagens pelo Brasil, ao deixar Campinas, depois de percorrer 4 léguas, deparou-se com o rancho de Capivari, bastante amplo mas *"coberto de pó e sujeira, e o seu chão pululava de pulgas e bichos de pé"*.⁴¹⁶

Ao cruzar os rios por mal conservadas pontes, o viajante e o comerciante tinham que pagar o pedágio por pessoa e por animal, o que acabava por onerar os produtos vindos de longa distância. Nesse sentido, Campinas e Jundiaí eram privilegiadas por estarem mais próximas à capital.⁴¹⁷

Em 1839, quando Kidder deixava Campinas em direção a Itú, pode observar e sentir o estado do caminho.

"Pela ação combinada do tráfego e das grandes chuvas, tão comuns nessa latitude, o leito da estrada havia sido de tal forma corroído, que em alguns lugares apresentava depressões de 10 a 20 pés de profundidade (3 a 6 metros). A passagem era tão estreita que dificilmente dava para dois animais, lado a lado".⁴¹⁸

Driblar as dificuldades do caminho, num vai e vem constante, era exatamente o ofício dos tropeiros. Gente que estava cada dia em um lugar, de preferência, deixando algumas léguas para trás, antes de recolher-se a algum rancho para comer seu feijão com farinha e toicinho, e para um merecido descanso. Na manhã seguinte, bem cedo, um desjejum de *"farinha de milho desmanchada em água açucarada"*. Depois, jacás no lombo dos animais e mais uma

⁴¹⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Província de São Paulo*, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1976, p. 112.

⁴¹⁷ Idem, p. 108.

⁴¹⁸ KIDDER, Daniel P., *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do sul do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1980, p. 239.

vez tropa na estrada, rumo ao destino. Composta por 40 animais em geral, cada tropa era guiada por um tropeiro e dividida em lotes de 8 bestas que caminhavam sob a direção de um camarada.⁴¹⁹

A circulação de mercadorias através das tropas era tão importante, que o governo imperial isentou os tropeiros do serviço militar em 1822.⁴²⁰

Em Campinas, desde seu tempo de vila, as tropas reuniam-se no rancho do Largo da Santa Cruz, na boca do caminho para o sertão.⁴²¹

O sargento João Antonio do Vale era senhor de engenho e possuía sua própria tropa de conduzir açúcar. Outro senhor de engenho, o alferes José de Campos Penteado, também tinha sua tropa. E havia tropeiros que eram também agricultores como Antonio de Godoi Lima, Joaquim José de Morais, José Bento, entre tantos outros.⁴²²

O COMEÇO DE TUDO

*"É nulo ou quase nulo o capital com que iniciam a vida"*⁴²³

Assim, Alcântara Machado descrevia a situação dos paulistas quando puderam explorar a terra com maior regularidade, após subjugarem a população indígena.

⁴¹⁹ FLORENCE, Hercules, *Viagem fluvial do tietê ao Amazonas*, 2ª edição, São Paulo, Melhoramentos, 1948, pp. 66 e 36.

⁴²⁰ DORNAS FILHO, João, *Aspectos da economia colonial*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1959, p. 27.

⁴²¹ MARIANO, Julio, *Badulaques*, São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p. 25. Sobre o preço do transporte em meados do século XIX ver, pp. 25 e 26.

⁴²² Respectivamente: CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1389, 1831; CMU, TJC, 1º Of, cx. 155, 3284, 1860; CMU, TJC, 1º Of, cx. 108, 2530, 1845; CMU, TJC, 1º Of, cx. 99, 2338, 1843; C.C, 1829, 4ª Cia, fogo 94. Camaradas de tropa e arrieiros podem ser encontrados em maior número no censo de 1829, especialmente na 3ª, 4ª e 5ª Cias.

⁴²³ MACHADO, Alcântara, *Vida e morte do bandeirante*, Belo Horizonte, Itatiaia /EDUSP, 1980, p. 37.

A terra era portanto, o ponto de partida, o pré-requisito mínimo para a maioria das pessoas que quizessem enriquecer, ou simplesmente sobreviver.

Nos tempos dos bandeirantes, a terra era um bem gratuito, e não teve maior valor comercial até a segunda metade do século XVIII, quando passou a valorizar-se em função da lavoura canavieira.⁴²⁴

Em ordem régia dirigida ao capitão general do Rio de Janeiro, Artur de Sá Meneses, em 1697, o limite máximo em terras a serem concedidas sob a forma de sesmarias era de 3 léguas de comprimento por 1 de largura, o que equivale a 5.400 alqueires, ou então, 1 légua e meia em quadra, o que equivale a 4.050 alqueires.⁴²⁵ Surgidas ainda no tempo dos donatários, as sesmarias foram durante muito tempo a maneira oficial de se obter terras.

Um século depois, em 1798, o governador da Capitania de São Paulo, Mello Castro e Mendonça, afirmava que *"a maior parte das terras desta Capitania estão sem marcos ou divisões"* e que *"grande parte das terras... estão possuídas sem legítimo título de sesmarias"*.⁴²⁶

Essa situação naturalmente provocou muitas demandas a respeito de limites, como registrava Castro e Mendonça naquele mesmo ano:

"...sendo esta Capitania uma das que tem muita terra devoluta, e onde elas pela maior parte tem pouco valor, é lástima ver o número de litígios que ocorrem sobre terras; [...] uns chamando-se senhores de matas, sem mais título do que terem entrado para elas com foice e machado, estabelecem com os olhos aqueles limites, que requer a sua ambição, e outros, posto que munidos de sesmarias, nunca cuidaram de demarcá-las. Por este modo,

⁴²⁴ KUZNESOF, Elisabeth Anne, *Household economy and urban development. São Paulo, 1763 to 1836*, Boulder Westview Press, 1986, pp. 12 e 132.

⁴²⁵ DL, vol. 29, p. 77.

⁴²⁶ DL, vol. 29, pp. 74 e 85.

todos eles vivem na incerteza dos seus limites, e por este mesmo princípio vivem em continuada rixa, enchendo os cartórios de forças novas, e outras diferentes ações, que nem ao menos decidem sobre limites, quando é certo que com a despesa de uma só medição, e da sesmaria poupavam tantos incômodos, e despesas futuras". ⁴²⁷

Mendonça dizia que se as autoridades pedissem aos litigantes seus títulos de propriedade, veriam sumariamente que nenhum era dono da terra e porisso não haveria o que litigiar. Assim, *"os escrivães, letrados e procuradores teriam menos ocasiões em perturbar os pobres, contra quem quase sempre recaí o prejuízo, por não terem com que sustentar pleitos"*. ⁴²⁸

Sobre os pobres arcarem com prejuízos, isso por certo nunca foi novidade, mas questões envolvendo limites de terras não eram assim tão simples de resolver como julgava o governador, mesmo que as partes envolvidas não possuissem o título de propriedade.

Quase 40 anos depois, Daniel Pedro Müller parecia repetir as palavras de Mendonça:

"Pode-se dizer em geral, que a incerteza do domínio, e o abuso que se faz do direito ilegal das posses, são a origem de muitos litígios, que roubam o tempo e o sossego do lavrador, resultando da falta de serem demarcados os prédios muitos pleitos, rixas, ferimentos, e contínuas representações às competentes autoridades da Província." ⁴²⁹

⁴²⁷ DI, vol. 29, pp. 74 e 75. Na primeira metade do século XIX em Campinas, as "forças novas", documento onde o prejudicado na posse de algum bem reclama seus direitos contra o autor do ato que o prejudicou (desrespeito aos limites de terras é uma das possibilidades), foram relativamente comuns, especialmente em 1809, quando aconteceram 10 dessas ações.

⁴²⁸ DI, vol. 29, p. 75.

⁴²⁹ MÜLLER, Daniel Pedro, op. cit, p. 30.

A terra, meio de produção fundamental, e que durante tanto tempo fora produto de saque junto aos indígenas, com seu sucumbir, após heróica e inútil resistência, enfim pode ser partilhada pelos obstinados conquistadores, que com seus arcabuzes e cruzeiros, construíram o novo mundo sobre os escombros das civilizações vencidas. Com tanta terra para tão escassa população, juntando brancos, negros, índios remanescentes e os mestiços das três raças, a ordem colonial despertou um apetite insaciável por terras naqueles que aqui aportaram.

Ocupava-se uma extensão de terras demarcando-as com os olhos, como disse Mendonça, em função da ambição individual. Ao avistar a fumaça de alguma queimada nas redondezas, o agricultor despertava de seu isolamento e percebia a presença de alguém que certamente tinha as mesmas intenções que ele quando chegou e ocupou a terra em que vivia e plantava sua roça. O fato poderia provocar reações de básico instinto, até certo ponto previsíveis: uma visita para dar as boas vindas e fazer uma avaliação muito pessoal do poder de fogo do novo vizinho, era procedimento bastante prudente, como também não andar sozinho e não esquecer em casa o trabuco ou a espingarda porque afinal, "poderia aparecer uma onça no caminho..." Se a avaliação desse vantagem ao novato o jeito era esperar, e saber se a convivência seria possível ou se haveria demandas ou imposições, provavelmente da mesma maneira se a vantagem estivesse a seu favor. Pelo menos por algum tempo, tanto um como o outro, não teriam um sono lá muito tranquilo. Ocorrendo disputa, dificilmente haveria rendição sem entrevero, a menos é claro, que se tratasse de forças muito desiguais. Senão, a floresta seria a única testemunha da luta do vencedor e do vencido, que depois, com machado e fogo, dela dariam cabo. Caso os costumes locais fossem mais civilizados, e houvesse a presença do Estado por perto, a justa às vezes acabaria por consumir várias páginas do nada barato papel daqueles tempos, até que algum dos rivais abandonasse a causa por falta de fundos e fosse procurar novas terras em outra freguesia.⁴³⁰

⁴³⁰ Sobre a tensão entre fazendeiros e posseiros ver: DEAN, Warren, *Rio Claro, um sistema brasileiro de grande lavoura 1820 - 1920*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 32, 36 e 37.

No ano de 1825 em Campinas, os agricultores Francisco Antonio e Lourenço de Moraes, ambos pardos e naturais de Jundiá, viviam em "*terras de dívidas*". Suas posições na mesma companhia do censo sugerem que eram vizinhos e possivelmente a dívida fosse entre eles mesmos.⁴³¹

Assim, agricultores e fazendeiros ocupavam terras mas poucos eram os que possuíam o título de propriedade das mesmas, como verificou Alida Metcalf em Parnaíba na segunda metade do século XVIII. No censo de 1775, a autora pode perceber que mais da metade dos fogos de pequenos agricultores estava plantando "*a favor*" ou "*a mercê*". Sobre o termo "*a favor*", Alida Metcalf explica que poderia indicar duas maneiras de posse da terra: plantar livremente em terras devolutas ou plantar em terra alheia. No primeiro caso, "*a favor*" significa "*a favor da circunstância*" ou talvez "*a favor da coroa*". No segundo, "*a favor*" sugeria a dependência ou obrigação em relação a um proprietário de terras.⁴³²

Especialmente na 6ª Cia do censo de 1817 em Campinas, foi possível observar vários agricultores vivendo "*a favor*", em alguns casos, de parentes, que os ajudavam a "*começar a vida*".

Francisco Ferraz de Campos e Pedro Florentino viviam a favor de seus sogros. Inácio de Camargo Penteado, João de Sousa Campos e Vicente de Sousa Campos viviam a favor de seus pais. José Polidoro do Amaral vivia a favor de sua mãe e Joaquim Ferreira de Camargo, Francisco de Moraes, Joaquim Correia e Laureano Gonçalves Cardoso viviam a favor de fazendeiros.⁴³³

⁴³¹ C.C. 1825, 6ª Cia, fogos 170 e 171.

⁴³² METCALF, Alida Christine, *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720 - 1820*, PHD, University of Texas at Austin, 1983, pp. 134 - 136.

⁴³³ Respectivamente: C.C. 1817, 6ª Cia, fogos: 20, 95, 21, 38, 39, 93, 44, 89, 90 e 92, entre outros dispersos em outras companhias.

No final do século XVIII, segundo João Batista de Campos Aguirra, 51 moradores de Campinas obtiveram a concessão de sesmarias.⁴³⁴ A maioria era senhor de engenho, entretanto, alguns deles eram agricultores, como Alexandre Barbosa de Almeida, que em sociedade com seu irmão Antonio Correia Barbosa, tornou-se depois senhor de engenho e dono de grande fortuna. João de Barros Pedroso que também acabou enriquecendo, José Domingues Rocha que aumentou seu número de escravos, Francisco de Camargo Pimentel que construiu casa na vila e João Francisco Vieira.⁴³⁵

Em princípio, as sesmarias eram concedidas às pessoas que tivessem algum capital para poderem instalar-se e produzir na terra recebida, fato que deixou muita gente sem terra, pelo menos através dessa via legal. Em Campinas, essa prática seletiva de distribuição de terras por parte das autoridades coloniais não fugiu às suas características de privilegiar os mais afortunados, mas não chegou a ser tão drástica a ponto de não conceder sesmarias a pelo menos alguns pequenos agricultores, que por sinal, tiraram bom proveito de suas terras. O próprio Barreto Leme, fundador de Campinas, foi um posseiro ao chegar na região. Quem não tinha recursos para ser sesmeiro, ocupava terras da coroa e fazia suas roças. A sesmaria de Barreto Leme foi registrada em 1775, tendo uma área de 1 légua de terras em quadra.⁴³⁶

Saint-Hilaire considerou injusta a maneira como as terras eram distribuídas no Brasil porque somente os ricos podiam pagar o título da posse, havendo indivíduos que faziam verdadeira especulação com sesmarias, pedindo uma para cada membro de sua família, conseguindo assim reunir grandes extensões. *"Começavam um arroteamento do terreno*

⁴³⁴ AGUIRRA, João Batista, "Sesmeiros e posseiros", *RIHGSP*, vol. XXXIV, pp. 259 - 339.

⁴³⁵ Respectivamente: Inv. CMU, TJC, 1º Of. cx. 717, 1822; Inv. CMU, TJC, 1º Of. cx. 7, 218, 1810; Inv. CMU, TJC, 1º Of. cx. 18, 518, 1813; Inv. CMU, TJC, 1º Of. cx. 9, 273, 1812; Inv. CMU, TJC, 1º Of. cx. 64, 1597, 1834.

⁴³⁶ PUPO, Celso Maria de Mello, *Campinas, município no império*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1983, p. 119.

concedido, plantavam um pouco, construíam uma casinhola, vendiam em seguida a sesmaria e obtinham outra". Enquanto isso,

"Os pobres que não podem ter títulos, estabelecem-se nos terrenos que sabem não ter dono Plantam, constroem pequenas casas, criam galinhas, e quando menos esperam, aparece-lhes um homem rico, com título que recebeu na véspera, expulsa-os e aproveita o fruto de seu trabalho. O único recurso que ao pobre cabe é pedir, ao que possui léguas de terra, a permissão de arrotear um pedaço de chão. Raramente lhe é recusada tal licença mas como pode ser cassada de um momento para outro, por capricho ou interesse, os que cultivam terreno alheio chamam-se agregados, só plantam grãos cuja colheita pode ser feita em poucos meses, tais como o milho e o feijão. Não fazem plantações que só deem ao cabo de longo tempo como o café". ⁴³⁷

Em locais onde havia grande concentração de engenhos de açúcar, foram muitos os agricultores que experimentaram a incômoda e instável situação de agregados mas os fazendeiros não tinham apenas agricultores como seus agregados.

O ferreiro pardo, Joaquim Vitoriano, natural de Goiás, era agregado do senhor de engenho Antonio Correia Barbosa em 1829. O camarada de tropa José, era agregado do padre e senhor de engenho José Francisco Aranha. O senhor de engenho João Antonio do Vale tinha como agregado um utilíssimo carapina chamado Inácio. ⁴³⁸

⁴³⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de, Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1974, pp. 23 e 24.

⁴³⁸ Respectivamente: C.C, 1829, 2ª Cia, fogo 6; C.C, 1829, 2ª Cia, fogo 26; C.C, 1829, 5ª Cia, fogo 3.

"Por volta de 1820, a maior parte da terra na Província de São Paulo tinha sido oficialmente distribuída ou vendida, embora boa parte dela estivesse cultivada". ⁴³⁹

Com a independência em 1822, o regime de sesmarias foi extinto e as terras devolutas passaram a ser ocupadas através da posse. Se certas áreas eram mais cobiçadas, havia também aquelas quase esquecidas, passíveis de serem ocupadas.

"... o homem conquista a terra e espera. Torna-a produtiva com seu trabalho e faz surgir, com sua lavoura ou sua criação, o seu direito". ⁴⁴⁰

A posse portanto, era justificada pelo trabalho, pelo seu cultivo. Disso resultava seu título de propriedade, que consolidaria o seu direito. Em sua essência, era parecida com as sesmarias, que também exigia a ocupação da terra. O regime jurídico das posses vigorou até o surgimento da lei de terras de 1850.

Em 1836, Müller registrava que os habitantes de Campinas ocupavam-se na cultura do açúcar, de mantimentos e algum café. Naquele momento, segundo o autor, já não havia terras devolutas. ⁴⁴¹

Como foi possível observar, vários moradores de Campinas obtiveram suas terras a partir de sesmarias, mas havia outras maneiras de se conseguir terras.

O agricultor Vicente da Silva Ferraz, conseguiu seu sítio situado no bairro das Anhumas através de posse, sendo o mesmo avaliado em 1817 por 155\$000 réis. O sítio do agricultor Francisco Correia de Macedo, ficava no bairro da Boa Esperança e havia sido comprado, sendo que seu inventariante afirmava existir o *"papel de compra"*. Outro agricultor que comprou seu sítio foi José Soares de Siqueira, cuja descrição das divisas no inventário foi

⁴³⁹ BANDECCHI, Brasil, "Origem do latifúndio no Brasil", *Cadernos de História nº 4*, São Paulo, Obelisco, 1964, p. 45.

⁴⁴⁰ *Idem ibidem*.

⁴⁴¹ MÜLLER, Daniel Pedro, *op. cit.* p. 58.

feita a partir da escritura de compra, da mesma maneira que o senhor de engenho Joaquim de Oliveira Leite.⁴⁴²

"O valor das terras de cultura varia segundo a sua qualidade, extensão e distância da vila, ou paróquia, e porto de mar, entra em conta se tem matas virgens, boas aguadas, cercos naturais e posições elevadas livres de geadas. Os terrenos próprios para a cultura da cana de açúcar e café, sem benfeitorias, regulam mais ou menos 1:400\$000 réls por légua quadrada".

443

Por ocasião da morte do chefe de fogo, a terra em muitos casos era vendida e o dinheiro repartido entre os herdeiros.

Após o falecimento do agricultor pardo, natural de Nazaré, Joaquim Correia da Cunha, as terras de seu sítio foram arrematadas em praça por 113\$720 réis. Quando as terras do sítio do agricultor pardo Pedro Nunes de Moraes, natural de Atibaia, situadas no bairro da Boa Vista iam ser colocadas à venda pelos herdeiros, o inventariante, genro do inventariado, solicitou receber seu quinhão sob a forma de terra, sem a qual não teria onde morar.⁴⁴⁴

Os sítios tinham tamanhos variados, de acordo com as possibilidades de cada um. Em 1805, o paulistano pardo, Miguel Lopes Ferreira, agricultor e tropeiro, possuía um sítio no bairro do Capivari Mirim de meia légua de comprimento por um quarto de légua de largura (225 alqueires). Manoel Quintiliano da Silva era agricultor e tinha *"umas terras na outra banda do rio Atibaia"*, com 100 braças de testada e meia légua de sertão (30 alqueires). As terras do tropeiro natural de Nazaré, Antonio Rorigues de Oliveira, tinham um quarto de légua de comprimento por 600 braças de largo (90 alqueires). O agricultor pobre, José Antonio de

⁴⁴² Respectivamente: Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx.17, 477, 1817; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 41, 1106, 1828; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 74, 1806, 1836; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 37, 1010, 1826.

⁴⁴³ MÜLLER, Daniel Pedro, op. cit, p. 27.

⁴⁴⁴ Respectivamente: Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 3, 75, 1804; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 68, 1835.

Siqueira, que no censo de 1812 era branco e no de 1817 era pardo, tinha um pequeno sítio com 210 braças de largura e 400 braças de comprimento (16,8 alqueires). Já o senhor de engenho João Antonio do Vale, natural de Mariana, tinha uma bela porção de terras, medindo meia légua de testada por uma légua de sertão (900 alqueires).⁴⁴⁵

É importante registrar, que a área dos estabelecimentos rurais não era um dado fornecido regularmente pelos inventários. Mesmo assim, através desses poucos exemplos colhidos aqui e ali, podemos perceber a disparidade entre o tamanho dos sítios. Os menores estavam nas mãos de agricultores sendo que o maior pertencia a um senhor de engenho. A fim de deixar bem clara a superioridade dos senhores de engenho sobre os demais proprietários rurais, com relação à quantidade de terras possuídas, é interessante citar ainda alguns exemplos de senhores de engenho e a extensão de suas terras, extraídos dos "Bens Rústicos de Campinas de 1818" por Celso Maria de Mello Pupo:

*"Luis Antonio de Sousa - 10.932 alqs, Manuel Teixeira Vilela - 9.700 alqs, Francisco Antonio de Sousa - 8.181 alqs, Teodoro Ferraz Leite - 4.500 alqs, Joaquim José Teixeira Nogueira - 2.250 alqs, Padre José Francisco Aranha Barreto de Camargo - 2.247 alqs, Antonio Teixeira de Camargo - 2.100 alqs, Joaquim Aranha Barreto de Camargo - 1.515 alqs, Bento Simões Vieira - 1.125 alqs, Ana Maria Cordelro - 900 alqs, Padre Diogo Antonio Feljó - 720 alqs, Joaquim Antonio de Arruda - 604 alqs".*⁴⁴⁶

Esse comportamento da estrutura fundiária parece ter sido dominante em Campinas, onde apesar dos sítios de pequenos agricultores serem mais numerosos, os senhores de engenho detinham a maior parte das terras, o que equivale a dizer, que os indícios levam a crer que

⁴⁴⁵ Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 4, 85, 1805; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 2, 44, 1809; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 26, 715, 1822; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 30, 823, 1824; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1389, 1831. 1 légua = 3.000 braças = 6.600 m; 1 braça = 2,20 m.

⁴⁴⁶ PUPO, Celso Maria de Mello, op. cit, p. 121.

houve concentração de terras nas mãos dos senhores de engenho ainda nas primeiras décadas do século XIX.

Ao trabalhar com os "Bens Rústicos de Itú", Maria Thereza Petrone pode verificar que embora as fazendas de cana constituíssem 41,31 % de todas as propriedades arroladas em 1818, estas ocupavam 65,91 % da área total ocupada por todos os estabelecimentos rurais naquele ano, deixando clara a concentração de terras por parte dos senhores de engenho naquela vila, que como Campinas, tinha na produção de açúcar sua principal fonte de divisas.

447

Para mostrar como a terra era objeto de desejo em Campinas, servimo-nos de um pitoresco caso ocorrido pelos idos de 1830.

Ao falecer o senhor de engenho Agostinho José de Campos ⁴⁴⁸ em 26 de setembro de 1829, o mesmo deixou 5 herdeiros, sendo um deles José Inácio de Camargo, seu neto que tinha apenas 7 anos de idade. Como de praxe, foi nomeado um tutor para o menino, a fim de zelar por seus interesses até que chegasse à maioridade aos 21 anos. De tamanha responsabilidade, foi incumbido Joaquim Quirino dos Santos, que na qualidade de tutor de José, enviou uma carta ao juiz de órfãos de Campinas em 16 de outubro de 1830. Na dita carta, Quirino dos Santos explicava que seu pupilo tinha terras em comum com sua avó Getrudes Maria Machado e com 2 tios, Francisco de Paula Campos e Manoel Martins de Castro. Acontecia que os tios do órfão estavam lavrando e cultivando as mesmas terras, que na opinião do desvelado tutor, estavam se estragando. Como a parte que cabia ao menino fosse pequena e diminuta seu valor na proporção que diminuíam os escravos *"únicos braços agrícolas que há entre nós"*, e para evitar *"colisão com algum vizinho"*, o suplicante achava acertado *"por-se as terras em praça a fim de serem rematadas e o dinheiro posto a prêmio de 1,5 % ao mês que assim corre, para quando o órfão crescer achar maior o capital, e então, se tiver gênio agrícola*

⁴⁴⁷ PETRONE, Maria Thereza Schörrer, op. cit, pp.62 e 63.

⁴⁴⁸ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 49, 1267, 1829.

comprará novo sítio com as comodidades precisas pelo preço que então correr que deverá ser mais barato do que agora, visto o decrescimento em que vão as terras, se tiver gênio comercial então levantará o seu negócio para com ele negociar, e havendo quem dê pela parte do órfão a quantia de 800\$000 réis, é claro que essa quantia rende por mês a quantia de 12\$000 réis livres de concertos, ou outra qualquer despesa que precisa um sítio, e que sem braços nada vale, e mesmo se se atendem que o dito órfão não tem escravo algum não lhe pode servir as terras".

Em resposta ao tutor, o juiz de órfãos disse que a lei decididamente proibia a venda de bens de raiz dos órfãos, mas que a mesma lei previa exceções em alguns casos e concordou ser mais vantajoso ao menino a venda das terras e a colocação do dinheiro a juros, *"visto que a mente do legislador foi a segurança e o aumento dos bens dos órfãos e mais seguro e rendoso no presente caso é o dinheiro"*.

A terra em questão acabou arrematada por 801\$000 réis. Mas segundo o curador geral, houve uma farsa no processo, o que acabou por embargar a venda. A arrematação foi feita antes do dia determinado pela lei. O tutor, mancomunado com um arrematante testa de ferro, tramou a arrematação antecipada para não ter que concorrer com outros possíveis pretendentes às terras, que na verdade valiam mais do que havia sido pago nessa operação manipulada. O tutor de si mesmo, Quirino dos Santos, cinico que era, mandou avisar o juiz de órfãos que estaria viajando no dia do leilão, o que é claro, não aconteceu. Provavelmente ficou em casa, esfregando as mãos de contentamento pelo belo negócio que havia feito.

Mas como a verdade e a justiça nem sempre tardam ou falham, no dia anunciado para a realização do leilão de verdade, 11 de fevereiro, o capitão José de Sousa compareceu muito decidido a ficar com as terras do menino José, quando faria um lance imbatível de 1:200\$000 réis, mas para sua surpresa, leilão não houve. Injuriado e coberto de razão, o capitão que não devia ser homem habituado a desfeitas, fez chegar ao juiz sua indignação e sua oferta pelas terras do inocente órfão. Convencido que o negócio havia sido desvantajoso para a criança, o juiz, apoiado na lei, declarou nula a arrematação anterior e o tutor velhaco ficou sem as terras,

mas não sem querer ter razão. Por vários anos, enviou inutilmente inúmeras petições ao juiz, cheias de citações de autores jurídicos.

No dia 20 de janeiro de 1846, na igreja matriz de Moji Mirim, uniram-se pelos laços do sagrado matrimônio, José Inácio de Camargo (então com 23 anos) e Cecília Maria, em cerimônia presidida pelo vigário José Maria Cardoso de Vasconcelos.

A herança de José Inácio estava rendendo juros e a salvo de gente inescrupulosa. Nada foi divulgado a respeito da festa nem do lugar eleito para a lua de mel, mas esperamos sinceramente que ambos tenham sido muito felizes.

A presença da economia açucareira e o crescimento de sua população, fez com que Campinas convivesse com a compra, venda e disputas por terras desde as primeiras décadas do século XIX, não sendo portanto de espantar, que em 1836 Müller constatasse a inexistência de terras devolutas dentro de seus limites. Em função desses elementos, não seria grande heresia afirmar que em Campinas formou-se um mercado de terras anterior à lei de terras de 1850, que viria apenas homologá-lo.

"No final do século XVIII, o fator terra começou a se transformar em mercadoria, adquirindo valor econômico na Capitania paulista. Esse foi, talvez, uma das mais importantes mudanças na paisagem agrária regional". ⁴⁴⁹

A situação especial vivida por São Paulo com o impulso da economia açucareira, produziu ali o fenômeno da valorização da terra, que em outras províncias começou a ocorrer concomitantemente à lei de terras de 1850.

⁴⁴⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza, op. cit, p. 285.

REVOLVENDO A TERRA

O desejo de se obter melhorias na agricultura paulista não foi novidade surgida no século XIX. Em carta dirigida ao Conde de Oeyras, datada de 23 de novembro de 1766, o então capitão general D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão (Morgado de Mateus), lamentava o *"mau método da lavoura"*, baseada *"somente no uso das roças de mato virgem"*. Sobre os habitantes da Capitania, afirmava Mateus que *"para terem o necessário alimento, ignoram todos os meios que não sejam o de ir fazer roças em mato virgem"*. Tal tipo de agricultura parecia ser consenso geral pois até mesmo os *"filhos do Reino"*, que viviam em São Paulo por muitos anos, também praticavam o método que aqui encontraram. Os reinóis afirmavam ser a *"terra fria"*, e que não tinha *"substância sendo na superfície"*, e que por isso não se poderia utilizar o arado. Os que o haviam experimentado acabaram no prejuízo. Diante de tais opiniões, o governador já estava duvidando da própria (sobre a necessidade do arado) tendo *"refletido seriamente muitas e muitas noites e dias inteiros, lidando nestas considerações"*. Mas o método agrícola praticado em São Paulo (que aliás era o praticado em todo Brasil), preocupava o Morgado de Mateus porque *"os homens atrás do mato virgem cada vez se vão alongando da sociedade civil"* e portanto, fugindo ao controle das autoridades, isso sem contar que assim acabariam por esquecer a religião. Militaristas como o governador, seja qual for a época, sempre são muito ciosos dos valores cristãos... Naquele ano de 1766, houve mesmo uma lei da polícia que proibia os sítios volantes e uma ordem régia para que os moradores se juntassem em povoações de mais de 50 moradores, onde certamente seria mais fácil realizar os recrutamentos. O método agrícola criticado pela mais alta autoridade da Capitania era o velho sistema da derrubada da mata e seu posterior incêndio.⁴⁵⁰

Em 1798, o governador Castro e Mendonça também expressava sua insatisfação com os agricultores:

⁴⁵⁰ DI, vol. 23, pp. 1 - 10.

"Este método de lavoura, lhes agradou muito pela facilidade ideal de roçar, queimar, plantar e colher. E posto que por uma parte agrade a brevidade com que o fogo põe a terra limpa em poucos instantes, contudo é gravíssimo o mal futuro que se segue, porque é mais fácil de esterilizar a terra e reduzi-la a campo infrutífero, como eles chamam". ⁴⁵¹

Mesmo considerando as derrubadas e queimadas um abuso, Mendonça considerava que criar uma lei proibindo tais práticas não seria suficiente para instaurar a *"verdadeira agricultura"*, e que tal intento seria possível apenas de maneira gradual. Preocupava o governador que o país ficasse reduzido a um campo, sem florestas, onde não haveria lenha, necessária para a produção de açúcar. Essa última razão, eminentemente econômica, era realmente a fonte de seus temores pois tinha notícias do despovoamento de vários engenhos no Rio de Janeiro por falta de lenha. E sua preocupação tinha fundamento porque naquele momento, a indústria açucareira começava a prosperar em São Paulo, e seria lamentável sua crise justamente por falta de combustível. O governador de São Paulo propunha que os sesmeiros e seus sucessores nas sesmarias que viessem a ser doadas, ficassem obrigados a preservar metade das matas de suas propriedades, ficando proibida a realização de queimadas nas mesmas. Como penalidade para o não cumprimento dessas exigências, sugeria o governador que a terra usada indevidamente fosse doada a quem denunciasse a falta. Em sua opinião, uma melhor agricultura preservaria as matas, que de acordo com as necessidades, se transformariam em lenha. Assim, Mendonça transformou-se do defensor das matas, ainda que por motivos nada ecológicos. ⁴⁵²

Tempos depois, em um ofício de 8 de janeiro de 1800, Castro e Mendonça afirmava ser necessária a revolução. Do *"sistema de agricultura tão estreitamente ligado com as*

⁴⁵¹ DI, vol. 29, pp. 78, 79.

⁴⁵² DI, vol. 29, pp. 79, 80.

*vantagens desta Capitania e de que será por extremo custoso desviar os povos, naturalmente aferrados aos seus antigos costumes".*⁴⁵³

No mesmo ofício, o governador deplorava as infrutíferas recomendações que vinha fazendo às câmaras no sentido de se introduzir o uso do arado nas plantações.

Convencido que o arado era o caminho para redimir a lavoura paulista, Mendonça, já em fim de mandato, afirmava em sua "Memória", apresentada a Franca e Horta seu sucessor em dezembro de 1802, que:

*"... sempre há de ser diminuta e acanhada a cultura enquanto se não puser em prática o uso do arado, ao menos naquelas terras onde forem suscetíveis deste amanhã..."*⁴⁵⁴

A produção podia não ser aquela maravilha esperada, mas mesmo sem o uso do arado, dava para o gasto e ainda sobejava. Em fevereiro de 1802, Mendonça respondia um pedido do governador interino de Pernambuco. Este havia pedido que Mendonça facilitasse o envio de mantimentos de São Paulo para aquela Capitania, que passava por extrema necessidade. Dizia o governador de São Paulo que nunca impedira a saída de qualquer gênero comestível, ao contrário, cooperava para o embarque de mantimentos para fora. Mendonça acrescentava que os mantimentos *"por alguns incidentes tem subido a preços bem fora do comum"* e que esses preços altos *"são quem animam o agricultor a semear mais avultada porção"*.⁴⁵⁵ Neste trecho, o governador admitia que os agricultores de gêneros alimentícios plantavam por dinheiro, para vender, se o preço fosse compensador.

Contrariando o que já havia dito anteriormente sobre a ineficácia de leis para impor novas práticas agrícolas, e que as mesmas seriam mudadas apenas gradativamente, Mendonça determinou que para cada légua quadrada (1.800 alqueires) de sesmaria doada, uma proporção

⁴⁵³ DI, vol. 44, p. 191.

⁴⁵⁴ DI, vol. 44, p. 146.

⁴⁵⁵ DI, vol. 39, p. 124.

de 36 braças quadradas (0,26 alqueires ou 6.272,64 m²), deveriam ser lavradas com arado anualmente, sob pena de multa de 100\$ réis por braça das referidas 36 que deixassem de ser cultivadas com o dito instrumento. A arrecadação obtida com as multas teria nobre destino: o Hospital Militar. ⁴⁵⁶

Ao que parece, tal medida não trouxe nenhum resultado digno de registro por parte dos documentos oficiais. Em 1836, na descrição de Müller, tudo continuava como dantes. A agricultura seguia derrubando e incinerando as matas, dispersando a população que se distanciava das vilas em busca de novas matas para derrubar e queimar. Mas nem tudo estava perdido:

Em *"... alguns lugares em que se têm incendiado as matas, tem sido aproveitadas para pastos artificiais, nos quais se plantam gramas. Em outros, como Itú e São Carlos (Campinas), já se lavra com arados"* ⁴⁵⁷

Segundo o Dr. Daunt,

"Durante a regência de D. João foi que vieram a São Carlos onde se aboletou uma fazenda de cada um dos principais lavradores, os casais de ilhéus que o governo da rainha mandou vir dos Açores para ensinar processos aratórios e aperfeiçoamentos de lavoura aos proprietários paulistas! ! O único resultado prático que me consta desse tentamen civilizador, foi que os ditos casais ficaram senhores de bons quinhões de terras à custa dos patronos". ⁴⁵⁸

Em 1848, além de 10 foices (\$400 réis cada), 7 machados velhos (1\$280 réis cada), 11 enxadas velhas (\$170 réis cada) e 3 podões (\$160 réis cada), o senhor de engenho Joaquim

⁴⁵⁶ DI, vol 30, pp. 155, 156.

⁴⁵⁷ MÜLLER, Daniel Pedro, op. cit. p. 26.

⁴⁵⁸ DAUNT, Ricardo Gumbleton, "Reminiscências do distrito de Campinas em bairro, freguesia e vila", *RIHGSP*, São Paulo, 1942, vol. XL, p. 338.

Guedes Barreto possuía também 2 arados em bom estado, sendo um avaliado por 8\$000 réis e o outro por 16\$000 réis. Pelo que se pode observar, os arados eram bem mais caros que as ferramentas mais simples. Por 16\$000 réis por exemplo, era possível comprar 1 boi.⁴⁵⁹ Casos como o de Barreto certamente não eram muito comuns, não apenas em Campinas como também em outros lugares.

Segundo Müller,

*"Nesta província pouco se trabalha com os animais para a prontificação das terras, apenas começa o uso do arado em algumas chácaras e engenhos de açúcar; tudo é feito à força de braços de homens com foice, machado e enxada. É portanto necessário que se poupem esses penosos trabalhos, e buscar meios de instruir, e capacitar os lavradores da vantagem que se tira de instrumentos aratórios, de certas máquinas que poupam os braços para as sementeiras e manipulação das colheitas, e do uso de diferentes estrumes".*⁴⁶⁰

Mas a utilização do arado de forma mais ampla e regular, demoraria ainda algumas décadas. Até então, o arado tinha pouca difusão na agricultura não por ser desconhecido e sim por uma limitação do próprio método de cultivo. O incêndio da floresta não consumia os tocos das árvores mais frondosas, tornando quase impossível a utilização daquele implemento. Tal dificuldade foi reconhecida até mesmo por Castro e Mendonça em 1800.⁴⁶¹

Outra limitação ao uso do arado foi sua inadequação aos superficiais solos tropicais. Por serem muito pesados, revolviam muito profundamente a terra, sepultando a camada mais fértil. Para se conseguir sucesso, era necessário a utilização de arados leves, cuja lâmina atingisse somente a superfície do solo. E foi somente na década de 1860 que imigrantes norte

⁴⁵⁹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 120, 2730, 1848.

⁴⁶⁰ MÜLLER, Daniel Pedro, op. cit, p. 28.

⁴⁶¹ DI, vol. 44, p. 191.

americanos chegaram à região de Campinas (Americana e Santa Bárbara D'Oeste), trazendo tal tipo de arado, utilizado anteriormente nas lavouras de algodão do sul dos Estados Unidos.⁴⁶²

Mas até a chegada dos americanos e seu útil arado, a agricultura seguia seu curso secular. Ao passar por Campinas em 1860, o português Zaluar afirmava que *"o emprego de nossos processos rotineiros e a crescente e assustadora escassez de braços"* levaria o próspero município a um estado de decadência em que já se achavam muitos outros.⁴⁶³ Note-se que Zaluar já empregava o termo *"rotineiro"* ao se referir ao processo agrícola, termo esse que pode ser encontrado em vários autores, com explícito teor depreciativo. Felizmente a profecia de Zaluar não vingou. A agricultura se desenvolveu enquanto chegavam os imigrantes para juntar-se aos escravos nas lavouras.

Entretanto, os *"rotineiros métodos"* ou a lavoura tradicional, permaneceram enquanto existiam florestas para destruir. Segundo Ester Boserup, tal procedimento tem a ver com razões econômicas, com as necessidades das pessoas, supridas através desse tipo de agricultura e não com indolência ou ignorância.

*"A crença geral de que a ignorância é a causa principal do emprego de métodos extensivos de cultivo fez com que os governos tanto coloniais como independentes se voltassem sobre os agricultores primitivos com enormes ânsias de instruí-los no uso dos métodos intensivos de produção".*⁴⁶⁴

O Morgado de Mateus e Castro e Mendonça, são exemplos dessa iniciativa oficial, especialmente no que diz respeito ao uso do arado. Ambos porém, fizeram sua pregação no deserto. Com tantas matas por derrubar e queimar, não era de se admirar que o arado fosse objeto de deliberada recusa por parte dos agricultores e senhores de engenho por muito tempo.

⁴⁶² HOLANDA, Sergio Buarque de, *Caminhos e fronteiras*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, pp. 245 - 250.

⁴⁶³ ZALUAR, Augusto Emilio, *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860 - 1861)*, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1975, p. 136.

⁴⁶⁴ BOSERUP, Ester, *Las condiciones del desarrollo en la agricultura*, Madrid, Tecnos, 1967, pp. 113 e 111.

Decisão na maioria das vezes sensata porque os arados pesados só danificavam o solo. E vale lembrar, que

"Fazendeiros, agricultores e escravos usavam técnicas agrícolas similares, não importando se a cultura fosse cana de açúcar, algodão, milho ou mandioca". ⁴⁶⁵

Em 1779, o governador Antonio Manoel de Melo fundou o Horto Botânico, que teve vida útil apenas a partir de 1825, quando era presidente da província o Visconde de Congonhas. O Horto Botânico,

"Tem por fim a instrução pública na botânica, e utilidade geral em se vulgarizarem o conhecimento de plantas proveitosas, generalizando a sua cultura, coligindo as produções indígenas e transplantando as exóticas". ⁴⁶⁶

Criada pela lei provincial de 24 de fevereiro de 1836, no distrito da cidade de São Paulo, a Fazenda Normal de Agricultura teve naquele ano um orçamento de 4:000\$000 réis para as despesas de sua instalação. Sua finalidade era *"ilustração das pessoas"*, e a melhoria da agricultura. ⁴⁶⁷

Em 1814, foi criada no Rio de Janeiro a cadeira de botânica e agricultura, para a propagação de bons princípios de agricultura necessários à prosperidade do país.

"A história natural, ciência eminentemente prática, era das que ocupavam mais demoradamente a atenção oficial, bastando para isso atentar na correspondência que a corte do Rio de Janeiro mantinha com as várias capitanias, quer sobre a criação dos jardins botânico, quer sobre ensaios e memórias referentes a determinadas plantas como o cravo, a amoreira, o linho-cânhamo, etc. Pode dizer-se que, nesta época, a história natural

⁴⁶⁵ METCALF, Alida Christine, op. cit, p. 42.

⁴⁶⁶ MÜLLER, Daniel Pedro, op. cit, p. 260.

⁴⁶⁷ Idem, p. 161.

impregnava toda a prática política, se infiltrava em todas as medidas governamentais". ⁴⁶⁸

Sem dúvida, a vinda da família real produziu uma série de desdobramentos importantes para a vida do Brasil. A abertura dos portos trouxe uma imensidade de produtos importados nunca antes imaginada por estas plagas, de roupas a caixões de defunto, de cerveja a patins de gelo. Coisa semelhante (mas imensamente ampliada), só iria repetir-se na neo-liberal última década do século XX. O livre comércio, cujos produtos nem sempre se destinavam ao consumo popular, acabou por tornar letra morta o Alvará de Liberdade Industrial de 1º de abril de 1808. A data aliás, parece ter sido muito apropriada.

Cabia correr em busca do tempo perdido, de tentar salvar através da técnica, o que fosse possível da decadente mineração. Veio o Barão Von Eschwege, que não pode fazer nenhum milagre na mineração mas nos legou seu "Pluto Brasiliensis". Veio Varnhagen, mas não conseguiu grandes avanços na Fábrica de Ferro de Ipanema.

O Brasil abria-se também para ser conhecido. Foi um período em que perambulavam inúmeras expedições de naturalistas pelas vastidões do país, financiadas por governos estrangeiros como a de Langsdorff, ou simplesmente viagens de curiosos com as mais diversas intenções. Foi por excelência o tempo do Brasil dos viajantes, que com seus quadros policrômicos e seus relatos, vistos e lidos principalmente na Europa, revelavam ao mundo a riqueza, o exotismo e a diversidade dos trópicos. Naquele tempo, como hoje, era possível viajar nas cores luminosas das telas e narrativas de homens que tiveram a experiência inusitada de visitar um outro mundo, e que a partir dele puderam mesmo produzir outros através do conhecimento, como foi o caso de Humboldt, Darwin e outros grandes.

Entre as realizações da migração forçada da corte, houve também espaço para as coisas da cultura. Afinal, uma corte que se preze precisa cercar-se de artistas e intelectuais. A missão

⁴⁶⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808 - 1821)*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1977, pp. 143 e 146.

francesa como ficou conhecida, produziu quadros famosos dentre os quais o grande destaque foi Debret, que também deixou registradas suas impressões sobre o país em sua "Viagem pitoresca e histórica ao Brasil".

D.João criou a Biblioteca Nacional, a Impressão Régia e o Jardim Botânico, onde a natureza figurava como que em uma vitrine, para ser vista, admirada, devorada e assimilada por seus atônitos expectadores.

"A carta régia de 25 de junho de 1812, que determinava a criação do curso de agricultura na Bahia, é significativa no sentido de mostrar como a terra colonial é ou deve ser esquadrinhada, palmilhada, descoberta, constituída a partir da observação" ⁴⁶⁹

As atitudes oficiais no entanto, foram bastante tímidas, insuficientes para alterar de maneira significativa as práticas agrícolas.

"O crescimento da produção, principalmente do açúcar, deve-se ao aumento da área cultivada e da população agrícola, mas muito pouco ao aperfeiçoamento dos métodos de cultivo". ⁴⁷⁰

Naqueles tempos, as pessoas que lidavam com a terra tinham lá suas crenças, dificuldades e estratégias para exercerem seu ofício.

Acreditava-se que uma terra fértil podia ser identificada através da presença de algumas árvores como o pau d'alho, peroba, figueira branca, cabreúva e jacarandá. Ainda na segunda metade do século XIX, tal conhecimento prático persistia. Em Rio Claro, na região de Campinas, costumava-se deixar algumas dessas árvores em meio ao cafezal, como prova para os vizinhos ou possíveis compradores, que a terra era boa. ⁴⁷¹

⁴⁶⁹ MACHADO, Roberto et al, *Danção da norma*, Rio de Janeiro, Graal, 1978, p. 161.

⁴⁷⁰ PETRONE, Maria Thereza Schörrer, op. cit, p. 23.

⁴⁷¹ BRUNO, Ernani Silva, *Viagem ao país dos paulistas*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1966, p. 105 e DEAN, Warren, *Rio Claro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 46.

Uma das grandes dificuldades cotidianas dos agricultores eram as formigas. Escrevia Oliveira em 1810 que,

"Este inseto voracíssimo nos fuz, em toda a extensão do Brasil, a mais cruel e desapiadada guerra, são as terras de São Paulo feridas desta inexorável praga. Exige o bem geral da agricultura que se remova tão prejudicial impedimento ao seu feliz progresso. É preciso que posturas gerais declarem os povos sujeitos ao trabalho de extinção das formigas, que não haja privilégios a este respeito, que os ricos e pobres, à proporção dos seus haveres, trabalhem para este importantíssimo fim, concorrendo para ele com dinheiro ou trabalho pessoal de escravos ou jornaleiros, que entre os meses de julho e agosto, os mais livres do peso da lavoura e quando as formigas ainda se conservam nas suas panelas, para enxamearem com as primeiras águas, se designe um espaço de 20 dias, pelo menos, para o trabalho que a todos deve utilizar, que se designem, ao mesmo tempo, inspetores vigilantes para a direção dos trabalhos e que estes principiem à roda das povoações e continuem, sem interrupção, por todas as terras de cada um dos conselhos, especificando-se as mais circunstâncias que se acharem próprias de matéria tão ponderosa" ⁴⁷²

Valia tudo no combate ao pernicioso inseto, que não era exclusividade de São Paulo. Na província do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, as saúvas tinham especial predileção pelas folhas dos cafeeiros mais jovens. Em seu combate *"os fazendeiros que podiam comprar os dispendiosos foles utilizados para erradicar os ninhos de formigas treinavam um escravo (matador ou formigueiro) cujo trabalho era descobrir os locais onde a terra vermelha estivesse exposta. Fogueiras ardendo em fogo lento foram acesas nas entradas dos canais e a fumaça impelida através delas. O método era caro e não muito*

⁴⁷² OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Veloso de, op. cit, pp. 61,62.

bem sucedido, pois danificava os cafeeiros próximos cujas raízes frequentemente superaqueciam e secavam" ⁴⁷³

Na região de Salvador, os agricultores utilizavam alguns artifícios para enganar as formigas e proteger suas plantações.

"... vimos os pretos incumbidos da cultura da mandioca obrigados a colher alguns ramos verdes, que amontoavam nos lugares onde os insetos deviam passar, para preservar as plantas de sua voracidade. Nos arredores da mesma cidade, onde as laranjeiras dão frutos tão afamados no resto do Brasil, há o costume de plantar árvores desta espécie no centro de vasos de barro, abertos pelo fundo, de modo que a planta cresça rodeada sempre d'água, ficando assim a salvo das formigas". ⁴⁷⁴

Grandes malfeitoras, as formigas motivaram o governo imperial a instituir uma recompensa de 20 contos de réis (uma fortuna !), ao iluminado que *"inventasse um meio eficaz e seguro de combater esta praga, mas sem resultado"*. ⁴⁷⁵

Acontecia que até mesmo o além parecia conspirar contra os insetos vilões. Conta o inglês Luccock, que ao travar colóquio com um padre de Congonhas do Campo (MG), seu interlocutor de batina narrou-lhe a graça concedida pela Virgem Maria a um romeiro, ensinando-lhe o processo de extinguir saúvas. Tocado em sua curiosidade, Luccock não pode deixar de indagar qual era o processo ensinado ao bem-aventurado mortal pela mãe de Deus. O viajante ouviu pacientemente a descrição da divina técnica, que consistia na queima de enxofre junto à entrada dos ninhos das formigas e insuflar seus vapores para dentro dos mesmos por meio de uma máquina desconhecida. Julgando através da minuciosa descrição e mimica do padre, pode então deduzir que a celestial máquina não passava de um par de foles

⁴⁷³ STEIN, Stanley J., *Vassouras*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990, p. 79.

⁴⁷⁴ DENIS, Ferdinand, *Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia /EDUSP, 1980, pp. 95, 96.

⁴⁷⁵ TSCHUDI, J. J. von, op. cit. pp. 71, 72. Entre as páginas 69 e 75, este autor descreve os hábitos das saúvas.

ingleses. Estando em lugar sagrado, Luccock que era protestante mas não intolerante, manteve a fleuma e a seriedade, ainda que com certo esforço, e recomendou que na próxima vez que a virgem se envolvesse com o caso, que lhe soprassem no ouvido que a pólvora daria o mesmo resultado, senão melhor, coisa que os *"heréticos já sabiam por experiência, muito tempo antes de Nossa Senhora ter manifestado qualquer interesse por esse negócio. Todavia, sustentou ele (o padre) ser o instrumento digno da primeira favorita dos céus, permanecendo de todo incrédulo quando lhe afirmei já ser de uso corrente em todas as cabanas da Inglaterra"*.⁴⁷⁶

O reverendo metodista norte americano, Daniel P. Kidder, relatou um curioso fato envolvendo formigas, baseando-se em narrativa de Southey, autor de "História do Brasil".

"... certa ocasião, esses insetos devoraram a toalha do altar do convento de Santo Antonio no Maranhão e ainda trouxeram para cima fragmentos de mortalhas de cadáveres enterrados sob o piso da igreja, pelo que os frades as processaram de acordo com os princípios do Direito Canônico. Qual tenha sido a sentença não podemos saber", afirmava ironicamente o pastor.⁴⁷⁷

Não bastasse ter que fiscalizar os pesos e medidas, os preços dos alimentos, a higiene no mercado, limpeza das ruas e chafarizes, jornadas de trabalho e maus tratos a escravos na vila, o combate às formigas acabava por transformar-se em mais uma entre as tantas atribuições dos ocupados juizes almotacés. Que não decepçionavam.⁴⁷⁸

⁴⁷⁶ LUCCOCK, John, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, São Paulo, Livraria Martins, p. 158, apud DORNAS FILHO, João, *Aspectos da economia colonial*, 2ª edição, Belo Horizonte, Itatiaia, 1959, pp. 201, 202.

⁴⁷⁷ KIDDER, Daniel P., op. cit., p. 238.

⁴⁷⁸ LINHARES, Maria Yedda Leite, *História do abastecimento*, Brasília, BINAGRI, 1979, p. 130; MARIANO, Julio, *Campinas de ontem e anteontem*, Campinas, Editora Maranata, 1970, p. 9; DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 101. Ainda sobre os

Em 23 de outubro de 1820, o então governador de São Paulo, João Carlos de Oyenhausen, elegantemente endereçou carta a Manoel Lopes Guimarães, almotacé da cidade de São Paulo, reconhecendo e agradecendo seus preciosos serviços:

"Sendo notório o zelo e atividades com que Vossa Mercê se está empregando na extração e devastação das formigas devoradoras, que tanto prejuízo causam a esta cidade e capitania eu lhe agradeço, este importante serviço feito ao público, e o exorto, e mesmo lhe peço continue nele até vermos se se consegue livrar a agricultura destes contornos de tão flagelante praga". ⁴⁷⁹

Apesar dos estragos que as formigas perpetravam em suas incursões, havia quem delas fazia bom proveito, pois eram capazes de excitar o apurado paladar de muitos iniciados na arte de degustar seus abdomens torrados, fritos ou ao natural. Para os exóticos gourmets, as tanajuras ou içás, constituíam fina iguaria, à qual o francês Ferdinand Denis não se furtou em provar:

"Eu mesmo comi um prato desses insetos, que haviam sido preparados por uma mulher paulista e não achei um gosto desagradável". ⁴⁸⁰

O apreciado prato tinha grande aceitação popular, e podia ser encontrado em fritadas no mercado de São Paulo. Tal hábito gastronômico ainda persiste em nossos dias. Consumidas sob a forma de petisco, as tanajuras ainda provocam grandes emoções, especialmente se acompanhadas da cerveja preferida bem gelada. Pelo menos é o que dizem os entendidos no assunto.

Campinas estava incluída na longa lista de lugares que padeciam dos infortúnios causados pelas maléficas e "saborosas" formigas. Não se contentando em destruir plantações,

juizes almotacés e suas atribuições ver: SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos, Alimentar o Paraná província, a formação da estrutura agro-alimentar, Curitiba, tese de professor titular, DEHIS/ UFPR/ 1992, pp. 34 - 45.

⁴⁷⁹ DI, vol. 37, p. 27.

⁴⁸⁰ DENIS, Ferdinand, op. cit, p. 214.

as formigas invadiam a vila e instalavam-se confortavelmente nas paredes de taipa, minando as construções. Cavava-se então vários buracos a fim de extinguir o formigueiro.

Segundo Kidder, as formigas às vezes eram úteis por limparem casas e plantações de vários vermes. Por sua *"grande disseminação e pelo seu enorme poder depredatório, esse inseto já há muito grangeou o título de Rei do Brasil (...) Entretanto, apesar da mais desapietada perseguição que movem às formigas, elas ainda proliferam largamente"*.⁴⁸¹

Sua presença foi registrada pelo povo da vila na antiga "Rua das Formigas", onde as mesmas abundavam.⁴⁸²

Além do problema das saúvas, que comiam *"mais pastagem nesta capitania que os gados"*, o marechal Toledo Rendon apontava em 1788 outro empecilho para a agricultura em São Paulo: os pássaros de bico redondo: *"araras, papagaios, maritacas, maracanãs, araguaris, tiribas, periquitos, etc, que no tempo em que o milho está maduro, não se sustentam de outra coisa"*. Se o agricultor não fosse diligente, dizia, corria o risco de nem colher a roça. Depois de deplorar as atitudes das ditas aves diante dos milharais, seguro de si disparou sua solução, que aliás, estava amparada em convincentes justificativas:

"Deve-se por todo o cuidado em extinguir uns pássaros que comem a quarta parte do pão de uma capitania inteira. Em muitas partes de Portugal consta que os lavradores são obrigados a trazer anualmente certo número de cabeças de pardais ao conselho debaixo de certas penas; entretanto aquelas avezinhas não fazem a décima parte do dano que faz um papagaio ou a maritaca. Por isso, será de grande utilidade que os corregedores deixem provimentos em cada uma das câmaras para que cada lavrador dê certo número de bicos. Isto já lembrou louvavelmente a Câmara de Parnaíba, mas

⁴⁸¹ KIDDER, Daniel p., op. cit, p. 238

⁴⁸² GOULART, Edmo, *Campinas, ruas da época imperial*, Campinas, Editora Maranata, 1983, p. 77. Em 1866 a Rua das Formigas passou a chamar-se 24 de Maio e em 1889 assumiu o nome atual: Rua Cônego Cipião.

esta só nada pode fazer e é preciso que a perseguição seja em toda a parte".

483

Cumprindo com seu dever cívico e militar, inspirado nos "louváveis" exemplos de Portugal e Parnaíba, a sugestão de Rendon declarava guerra aos pássaros e ao que parece foi levada a sério e muitas perderam seus bicos. Tais aves atualmente são raras em São Paulo, confinadas a algumas poucas áreas, conservadas em zoológicos ou poleiros domésticos, onde comumente ostentam peculiar "vocabulário", fruto do esforço didático de seus orgulhosos proprietários.

Fizesse sua pregação e as transformasse em ações nos dias de hoje, além do discurso politicamente incorreto porque demodê, teria problemas com a Polícia Florestal, que o levaria ao xadrez sem direito à fiança por praticar crime ecológico. Nos tempos de Rendon, matar muitas entre muitas aves significava salvar parte da colheita e garantir o sustento. Hoje, se alguém em busca de sustento matar ou capturar única dessas aves e for descoberto, pode acabar pagando muito caro...

Não bastassem os ataques aéreos dos pássaros às plantações, outros animais juntavam-se às formigas nos ataques terrestres como porcos, macacos, veados e principalmente ratos e coelhos.⁴⁸⁴

Mas além dos problemas com formigas cortadeiras, pássaros gatunos e outros visitantes indesejáveis, os pequenos agricultores nem sempre tinham mão de obra suficiente para realizar determinadas tarefas em tempo hábil como roçados, colheitas e construções. Mesmo sem ir à escola mas já muito sabido, o homem do campo daqueles tempos contornava a questão usando uma infalível estratégia, com a ajuda de algumas panelas e alguma cachaça. Convidava os amigos, vizinhos e parentes para a empreitada, à qual se seguia uma janta preparada pelas

⁴⁸³ DI, vol. 44, pp. 207, 208.

⁴⁸⁴ MÜLLER, Daniel Pedro, op. cit. p. 27.

mulheres (que aproveitavam para por os assuntos em dia), regada a cachaça e animada pelo batuque que seguia noite adentro.

O trabalho acontecia sem hierarquia, baseado somente no compromisso mútuo de retribuição do mesmo, quando requisitado por algum dos participantes. A qualidade e a quantidade da comida e bebida servidas era detalhe muito importante, e contribuía para o sucesso do evento. Porisso, o beneficiado empenhava-se com todo esmero para fazer bonito na recepção de seus voluntariosos convidados, porque nos mutirões seguintes, seria a sua vez de desfrutar da hospitalidade alheia e celebrar o objetivo alcançado pelo trabalho coletivo. A palavra inglesa equivalente a mutirão em português é bastante sugestiva: *workparty*, e traduz muito bem a essência desse tipo de reunião que ainda se repete pelo interior do Brasil.⁴⁸⁵

É verdade que na agricultura predominava a prática das queimadas mas havia gente que pensava ou praticava uma agricultura um pouco mais cuidadosa com o solo. O esclarecido Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira, já no início do século XIX, tinha esperanças que o calcário fosse utilizado como adubo nas culturas.

*"As matérias, e pedras calcárias, que principalmente na formosa ribeira de Iguape, e nas costas de Cananéia, formam grandes e inexauríveis montanhas, e convidam a edificações, já facilitada pela abundância das madeiras, e prometer às operações agrárias eficaz auxílio".*⁴⁸⁶

Em 1822, ao passar pela paróquia de Santo Antonio da Jacutinga, situada a duas léguas da cidade do Rio de Janeiro, Saint-Hilaire observou um grande número de engenhos de

⁴⁸⁵ Sobre mutirão ver: D'ALINCOURT, Luis, op. cit, p. 49; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, São Paulo, IEB/ USP, 1969; KUZNESOF, Elisabeth Anne, op. cit, p. 42.

⁴⁸⁶ OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Veloso de, op. cit, p. 11.

açúcar. Depois de 3 cortes da cana, deixava-se a terra descansar por 4 anos seguidos, "*a menos que não seja esterçada como fazem os cultivadores que têm pouco terreno*".⁴⁸⁷

Nesse caso, a limitada quantidade de terras dos pequenos sitiantes e certamente a impossibilidade de expansão em função dos engenhos vizinhos, levou esses agricultores a intensificar o uso da terra, a fim de obter uma produção mais satisfatória. Isso só era possível através da adubação, ainda que dispusessem apenas de esterco.

O SÍTIO POR DENTRO

Nos inventários da primeira metade do século XIX em Campinas, a palavra sítio era empregada para designar tanto grandes fazendas produtoras de cana de açúcar como propriedades de pequenos agricultores.

Mas deixando de lado as diferenças no tamanho dos "sítios" de senhores de engenho e agricultores de alimentos, a estrutura ou divisão interna dos mesmos era bastante parecida, a exceção é claro das moendas, casa de purgar e outras dependências exclusivas dos engenhos de açúcar.

Das benfeitorias mais comuns nos sítios podemos destacar, além da casa do proprietário, o paiol, o monjolo, os "arvoredos de espinho", as terras de cultura, a mata (imprescindível nos engenhos para lenha) e por vezes pasto. Uma instalação não tão comum era a roda de mandioca (pelo menos nos inventários) e o forno de torrar farinha. Tais dependências variavam em tamanho, qualidade e mesmo em sua ocorrência, dependendo das necessidades e das posses do dono do sítio.

No "sítio" do senhor de engenho Joaquim Guedes Barreto, chamado Taquaral, havia sua

⁴⁸⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*, Belo Horizonte, Itatiaia/ EDUSP, 1974, p. 17.

casa de morada, o paiol, a casa do engenho e pastagens. Outro senhor de engenho, Joaquim Oliveira Leite, tinha sua casa, paiol de quatro lanços coberto de palha, casas da fábrica, massame e alambique coberto com telhas, e também arvoredos de espinho. No engenho de João Antonio do Vale havia um engenho movido a bois, casa de engenho, casa de purgar com puxado para tachos, 30 formas e alambique, tudo coberto com telhas, casa de morada, paiol e terras de cultura. No engenho de açúcar de Joaquim Ferreira de Camargo, farinha não faltava pois lá havia uma roda de mandioca.⁴⁸⁸

Os agricultores tinham também uma infra-estrutura previsível, quase sempre a mesma.

José Soares de Siqueira, agricultor que havia comprado seu sítio no bairro chamado Capivari, nele tinha sua casa coberta com telhas, um pequeno pasto, um bom monjolo e algumas laranjeiras. O agricultor José Domingues Rocha também tinha em seu sítio a casa de morada coberta com telhas, monjolo e arvoredos de espinho. O agricultor e alferes Francisco Carlos da Silva, tinha sítio que ficava no bairro do Jaboticabal e tinha paiol, casa e outras benfeitorias que eram o monjolo, a roda de mandioca e o forno de torrar farinha. O sítio de Silvério de Aguiar Silva, ficava no bairro do Mato Dentro e tinha algo mais. O terreno em torno de sua casa era gramado com "*grama mlida*", e cercado com cerca de guarantã. O árduo trabalho no campo não impediu que ali houvesse um jardim.⁴⁸⁹

Quase sempre com o fundo para algum rio ou ribeirão, que além de servir de divisa e movimentar o monjolo, permitir refrescantes banhos no verão e de vez em quando uma peixada para variar o cardápio, os sítios tinham por testada preferencialmente uma estrada, ou melhor, um caminho, o que não constituía regra.

⁴⁸⁸ Respectivamente: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 120, 2730, 1848; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 37, 1010, 1826; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1839, 1831; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 88, 2059, 1839.

⁴⁸⁹ Respectivamente: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 74, 1806, 1836; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 18, 518, 1813; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 42, 1110, 1828; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 42, 1110, 1828.

As divisas das terras, dos sítios, tinham relações muito íntimas com a geografia e a ecologia, coisa que aliás, guardadas as proporções, acontece mesmo hoje. Além dos rios e ribeirões, vários acidentes do relevo e manifestações da flora local, e mesmo obras humanas serviam como marcos de divisas: espigões, pântanos, grotas, chapadas, capoeiras, perobas, jequitibás, paus d'alho, porteiras, estradas, plantações e até cruzeiros. Cercas eram coisas raras porque os sítios muitas vezes eram bem grandes e cercá-los seria uma aventura, e das caras.

Por ter de acompanhar o rumo e o ritmo de tais divisas, esculpidas ou plantadas pela natureza na maioria dos casos, descrever ou compreender o contorno de um sítio poderia ser um exercício tortuoso, como os muitos córregos da região.

O sítio do agricultor Vicente da Silva Ferraz, que havia sido obtido através de posse no bairro das Anhumas, tinha as seguintes divisas:

As terras "principiam para a parte do rio abaixo divisando com Francisco Sampaio por uma capoeira, subindo por um espigão acima a rumo direito até passar pelo caminho da roça donde estão dois paus d'alho grandes e daí seguindo para outro espigão, digo, seguindo por outro espigão donde estão três paus juntos de jequitibá, peroba e juvevê e seguindo pelo mesmo espigão até contestar com Manoel de Oliveira e pela parte do rio acima até contestar com o rumo do rio abaixo, o qual parte com o mesmo dito Sampaio e o mesmo Manoel de Oliveira, cujas terras assim divisadas e confrontadas na forma retro declarada, as houve o falecido Vicente da Silva Ferraz por posse que faz, as quais sendo vistas e avaliadas pelos avaliadores pela quantia de 155\$000". ⁴⁹⁰

As terras do agricultor João Camargo Pimentel,

"... principiam do aterrado do caminho da cidade correndo o rumo da mesma estrada divisando com as terras do coronel Luis Antonio até dar num

⁴⁹⁰ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 17, 477, 1817.

morrinho de pedras e daí partindo com João Antonio do Vale pelo espigão até passar as cabeceiras do córrego que verte para o ribeirão do barreiro onde tem outros cultivados e passando o ribeirão, para o outro lado divide com Maria Gertrudes por um córrego e daí segue a divisão com o sítio de Maria Correia e daí até chegar na mesma estrada cujo sítio foi avallado em 200\$000 réis". ⁴⁹¹

Com divisas tão precárias, era de se esperar que demandas sempre existissem. Era só alguém cortar algumas árvores marcos que as coisas se complicavam, capoeiras poderiam ser queimadas e se transformar em roças, entre outras possibilidades.

O trabalho na terra, dentro dos limites de cada sítio, quer de ricos quer de pobres, realizado por escravos ou livres, acontecia com a utilização de ferramentas muito simples, usadas pelos agricultores desde muito tempo, e que eram adequadas às técnicas de cultivo então empregadas: enxadas, foices, machados, podões e pás, sendo as três primeiras as mais comuns, as clássicas, que todos tinham.

O sítio do senhor de engenho Joaquim Luciano Leite estava equipado com 9 enxadas ruins, 4 machados, 6 foices em bom uso e 7 podões bons. O tenente Pedro Antonio de Oliveira, que também era senhor de engenho, dispunha de 9 enxadas muito velhas, 2 enxadas em bom uso, 3 foices em bom uso, 3 foices velhas, 2 cavadeiras velhas, 1 machado usado, 3 machados muito velhos, além de algumas ferramentas de carapina. ⁴⁹²

O agricultor Manoel Quintiliano da Silva trabalhava em seu sítio com 3 enxadas novas, 5 enxadas velhas, 3 machados e 1 foice. José Pedro da Cunha, que era agricultor e tenente, tinha 2 machados velhos, 2 foices velhas e 3 enxadas velhas. ⁴⁹³

⁴⁹¹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 11, 328, 1814.

⁴⁹² Respectivamente: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 45, 1265, 1829; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 109, 2545, 1845.

⁴⁹³ Respectivamente: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 2, 44, 1809; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 3, 76, 1804.

Ferramentas velhas eram bastante comuns naqueles tempos, não apenas entre os agricultores mais pobres. Ao que tudo indica, as ferramentas eram usadas enquanto fosse possível, o que certamente acabava por comprometer sua eficiência. Mesmo assim, tais ferramentas, aliadas a um método agrícola criticado desde o século XVIII, não impediram que a produção agrícola em São Paulo fosse crescente, e mais que suficiente para seu consumo interno. Havia excedentes exportados, não só de açúcar que tinha no mercado externo sua prioridade, como também gêneros alimentícios.⁴⁹⁴

Não se trata aqui de fazer a apologia da agricultura baseada na derrubada de matas e queimadas, e sim dizer, por mais contraditório que possa parecer, que esse tipo de agricultura possuía sua racionalidade, sua lógica, em sintonia com as condições existentes em São Paulo e no Brasil: terra abundante, pouca população e portanto pouca mão de obra, além de pouco capital.

A metrópole, que sempre drenou as riquezas aqui produzidas, não quiz nem soube introduzir na colônia novas e melhores técnicas de cultivo, de mineração, de tudo.

Havia uma maneira de produzir que era a possível diante das condições então vigentes. Portanto, não era devido à preguiça, à mão de obra negra ou mestiça, ao amor pela rotina ou ao calor dos trópicos que a agricultura não evoluía em sua técnica. Havia, como ainda há em muitos lugares do Brasil e do mundo, uma pobreza de recursos materiais e humanos, em oposição à riqueza do descaso político, que sustenta e reproduz a pobreza e a existência das mesmas técnicas agrícolas "atrasadas e irracionais", e agora antiecológicas, realizadas exatamente como há séculos. Com nítida desvantagem em relação aos seus praticantes de outrora.

Com a tecnologia de produção agrícola existente nos dias atuais, suas máquinas, adubos e pesticidas químicos, e escolas de agronomia, as técnicas do passado são sabidas e

⁴⁹⁴ DI, vol. 44, p. 192; ZEMELLA, Mafalda P., *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*, São Paulo, HUCITEC/ EDUSP, 1990, pp. 55 - 65.

consideradas obsoletas. Mas usar o conhecimento que se acumulou até o momento para julgar as realizações dos homens de antanho, como se soubessem o que se sabe agora e não usassem tal conhecimento por serem tolos ou preguiçosos, parece uma maneira de ver o passado muito crassa, e infelizmente não incomum. Impossível não nos relacionarmos com outras épocas sem partir do ponto onde estamos, com toda a bagagem que isso possa representar, mas não nos cabe fazer certos juízos, mesmo sabendo que a imparcialidade seja tão impossível quanto a unanimidade. E é bom que assim seja.

O pequeno agricultor que plantava milho, arroz, feijão, mandioca, enfim, o agricultor que produzia sua própria subsistência e abastecia Campinas na primeira metade do século XIX, com sua agricultura baseada nas queimadas e movida a enxadas, foices e machados, em alguns casos teve seu trabalho recompensado, ainda que ao final de muitos anos.

QUANDO TRABALHAR DAVA RESULTADO (O DESFRUTE)

Segundo os censos, em 1803, Agostinho José de Campos ⁴⁹⁵, natural da cidade de São Paulo era agricultor, tinha 3 filhos e havia produzido 50 alqueires de milho e 12 de feijão. Em 1809, Agostinho aumentou sua produção de milho, colhendo então 100 alqueires mais 10 de feijão e 7 de arroz. Continuava a ser agricultor mas tinha já 2 escravos e um engenho de aguardente que produziu 50 canadas naquele ano. Em 1812, com seus 2 escravos produziu 150 canadas de aguardente, sem deixar de lado o milho, 100 alqueires, e o feijão, 10 alqueires, *"tudo para o gasto de sua casa"*. No censo de 1822, Agostinho José de Campos encontrava-se em uma situação bem mais confortável. Tinha 9 escravos e seu engenho havia produzido 200 arrobas de açúcar mais *"mantimentos para gasto de sua casa"*. Ao falecer em agosto de 1829, possuía 12 escravos, no valor de 3:400\$000 réis, o Engenho do Mato Dentro com casas

⁴⁹⁵ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 49, 1267, 1829.

de morar (2:800\$000 réis), plantações de cana (156\$000 réis), casa na vila (700\$000 réis), objetos de cobre (96\$215), ferramentas agrícolas (6\$800 réis), móveis da casa (13\$680 réis), barris (16\$000 réis), totalizando 7:409\$195 réis.

Podemos notar uma grande mudança na vida material de Agostinho José de Campos, que de um pequeno agricultor sem escravos em 1803, terminou sua vida como senhor de engenho, ainda que não fosse dos grandes, e deixou um patrimônio bem razoável para a época.

Em 1806, o agricultor Antonio Dias Rabelo ⁴⁹⁶, natural de Moji Mirim, vivia com a mulher, 5 filhos, 1 agregado e 3 escravos. Naquele ano colheu 80 alqueires de milho. Em 1809, tinha mais 1 filho e mais 1 escravo, e colheu 150 alqueires de milho e 6 alqueires de feijão. No ano de 1812 sua família estava maior outra vez, tinha então 8 filhos e continuava com 4 escravos (eram 5 mas 1 havia morrido), tendo colhido 100 alqueires de milho e 10 de feijão. Em 1817 um de seus filhos morreu. Estava com 4 escravos e com ele viviam 6 agregados. Sua produção de milho subiu para 500 alqueires enquanto colheu 11 alqueires de feijão. Cinco anos depois, tinha 9 escravos e também uma tropa, além de colher 200 alqueires de milho e 12 de feijão. Em 1824 havia perdido 2 escravos e continuava com sua tropa de conduzir açúcar para Santos. O censo de 1829 informa que Antonio tinha 19 escravos e vivia de sua lavoura.

Se pelos censos já é possível notar a ascensão econômica de Antonio Dias Rabelo, o inventário iniciado no ano de sua morte, 1836, revela-nos que seu patrimônio não ficou estático desde 1829. O inventariado deixou 21 escravos no valor de 6:390\$000 réis, 3 casas na vila (750\$000 réis), terras (2:000\$000 réis), gado vacum (319\$000 réis), gado muar e cavalar (594\$800 réis), mais os dotes de suas filhas (2:440\$280 réis), totalizando 12:494\$580 réis, herança que deixaria qualquer genro consolado. Mas não era ainda o fim. Posteriormente, foi feita uma sobrepartilha de bens que não haviam sido inventariados: animais, móveis, ferramentas, santos, roupas, um rosário de ouro, um relicário de prata e outros objetos que somaram 319\$390 réis, elevando para 12:813\$970 réis o já polpudo espólio de Rabelo. E havia

⁴⁹⁶ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 74, 1815, 1836.

mais. O inventário forneceu ainda uma lista de bens que ficaram sem avaliação: móveis, animais, colheitas de milho e algodão, além de objetos de ouro. É possível que vários dos bens da sobrepartilha e dos que ficaram por avaliar, tenham sido recebidos com uma certa surpresa (no caso muito bem-vinda) por parte dos herdeiros, mas certamente, nenhum objeto deve ter despertado tantas sensações quanto uma "*canastra cheia de dinheiro ensacado*", que surgiu não se sabe de onde mas que havia pertencido ao falecido. O valor de seu conteúdo e outros possíveis detalhes, bem como seu destino, são mistérios não esclarecidos pelo inventário.

Antonio Godoi Lima ⁴⁹⁷, natural de Atibaia, era recém-chegado a Campinas em 1812 e nada colheu naquele ano. Com ele vieram sua esposa Ana, seus 5 filhos e 1 escravo. Passados 17 anos, o censo de 1829 mostrou que muita coisa havia acontecido na vida de Antonio, que havia colhido em seu sítio 700 alqueires de milho e 20 de feijão, tinha uma tropa de conduzir açúcar para Santos que faturava 220\$000 réis por ano e 12 escravos.

Quando enfim chegou sua vez e hora em 22 de outubro de 1844, Antonio de Godoi Lima possuía 28 escravos (9:405\$000 réis), gado muar (227\$000 réis), gado vacum (191\$800 réis), 2 casas na cidade (2:400\$000 réis), sítio com casa e benfeitorias (5:600\$000 réis), entre outros bens que somaram 18:182\$160 réis. Excelente resultado para qualquer pessoa.

Esses exemplos são representativos mas não são os únicos. Além dos casos de acumulação explícita como os acima, aconteceram outros, mais ou menos discretos, mas que contribuem também para evidenciar que a acumulação e a melhoria das condições materiais de vida não era algo assim tão raro entre os agricultores, isto aconteceu com: José Pedro da Cunha, Miguel Lopes Ferreira, Inácio Bueno de Camargo, João Pimentel de Camargo, Inácio Cabral de Camargo, Germano Bueno de Camargo, Joaquim de Oliveira Leite, Francisco Pais Monteiro, Silvério de Aguiar Silva, João Antonio do Vale, José Soares de Siqueira, João

⁴⁹⁷ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 108, 2530, 1845.

Evangelista Cabral, Joaquim Ferreira de Camargo, André de Sousa Campos, Joaquim José de Moraes, Antonio José de Matos, Francisco Carlos da Silva, entre outros.⁴⁹⁸

⁴⁹⁸ Respectivamente: Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 3, 76, 1804; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 4, 85, 1805; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 8, 270, 1812; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 10, 303, 1813; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 23, 614, 1821; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 23, 614, 1824; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 37, 1010, 1826; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 42, 1112, 1828; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 42, 1110, 1828; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1389, 1831; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 74, 1806, 1836; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 88, 2062, 1839; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 88, 2059, 1839; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 93, 2196, 1841; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 99, 2338, 1843; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 105, 2464, 1844; Inv. CMU, TJC, 1º Of, cx. 155, 3282, 1859.

EPÍLOGO

"O discurso histórico (...) consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas de um lado, e a pesquisa empírica, do outro."

"... embora o conhecimento histórico deva ficar sempre aquém da confirmação positiva (...) o falso conhecimento histórico está, em geral, sujeito à desconfirmação."

Edward P. Thompson - A miséria da teoria.

O sociólogo argentino Juan Carlos Caravaglia, comentou que uma das críticas ou objeções que com certa frequência era-lhe dirigida, especialmente em apresentações públicas de seus trabalhos quando falava sobre os agricultores, era que os mesmos "não acumulavam". O autor confessa que mesmo não dando a esse problema um caráter central em suas investigações, isso não deixava de constituir um tema preocupante.

Na pesquisa que realizou sobre os agricultores da região cerealífera de San Isidro, que abastecia Buenos Aires no início do século XIX, Caravaglia pode verificar qualitativamente que:

"Há agricultores que acumularam, e não são poucos em San Isidro..." ⁴⁹⁹

Campinas entrou no século XIX com seus esforços voltados para a lavoura canavieira, cujo principal derivado, o açúcar, tinha como destino o porto de Santos, de onde era exportado.

Mesmo inserida em uma realidade econômica empenhada na exportação, a agricultura de alimentos, que precedeu e depois conviveu com a chamada grande lavoura, continuou ocupando importante espaço social e econômico. E mais que isso, ficou evidente que os pequenos agricultores, ou pelo menos parte deles, não ficaram isolados e indiferentes em seus sítios, enquanto o açúcar fazia novos ricos e a vila se transformava em cidade. Estimulados pelas façanhas do açúcar ou não, parte dos agricultores que produziam alimentos acumulou capital, partindo de sua própria atividade agrícola.

A posse de escravos, revelou-se imprescindível para a obtenção de um nível mais significativo de acumulação, não só porque o escravo representava um acréscimo de trabalho produtivo mas por serem, eles mesmos, prova de um capital acumulado.

Em Campinas como em San Isidro, e provavelmente em outros lugares também, vários produtores de alimentos para o abastecimento interno, tiveram seu trabalho merecidamente recompensado, colhendo para si e suas famílias uma vida mais confortável.

⁴⁹⁹ CARAVAGLIA, Juan Carlos, "Los labradores de San Isidro (siglos XVIII, XIX)", *Desarrollo Económico - Revista de Ciencias Sociales*, vol. 32, n° 128, Buenos Aires, enero - marzo, 1993, p.523.

Aqueles que tiveram condições, não perderam a oportunidade para montar seu engenho, porque além de ser o negócio do momento, podia-se usufruir ainda o prestigioso status de senhor de engenho. Melhor para eles...

Se já temos grandes avanços em direção a uma história do açúcar, do café, do algodão e outros produtos para exportação, o mesmo não pode ser dito sobre os pequenos agricultores e a agricultura de alimentos voltada às necessidades do consumo interno.

É certo que a construção de sua história passa por estudos de casos regionais e pelas fontes primárias, quase sempre dispersas e lacônicas quanto ao tema. Cabe entretanto, tirar do esquecimento uma história também importante, mas que ainda está por ser escrita no Brasil.

É preciso resgatar para a história o trabalho de homens simples, esquecidos por serem simples.

* *

Durante a primeira metade do século XIX, muitas coisas mudaram em Campinas. A população cresceu, com a chegada de muitos escravos e migrantes, em função da efervescência do açúcar.

Quando elevada à cidade em 1842, o café já ocupava muitas fazendas anteriormente canavieiras. O novo produto, também voltado ao mercado externo, encontrou disponível a infra-estrutura deixada pelo açúcar: um sistema de tropas e estradas, e grande quantidade de escravos, que em poucos anos seriam insuficientes para a crescente demanda por braços.

Capitais acumulados pelo açúcar e certamente também, ainda que em pequena escala, capitais gerados pela lavoura de cereais, ajudaram a impulsionar a lavoura cafeeira, que encontrou solo fértil na região.

Por volta de 1860, os cafezais formavam um longo tapete verde escuro, que estendia-se de Jundiá a São João do Rio Claro, tendo Campinas como centro.

E Campinas era uma cidade de grande movimento e indiscutível importância, possuindo então 3 hotéis.

A cidade ocupava extensa área porque as construções eram cercadas por jardins e pomares, sendo muitas delas casas de fazendeiros.

Podia-se mesmo escolher onde assistir missa porque além da Matriz Velha, havia também a Igreja do Rosário e a de Santa Cruz. A Matriz Nova seguia sendo lentamente construída.

Havia já um cemitério protestante, necessidade criada com a chegada em maior número dos imigrantes europeus. Mas não foi essa a única consequência de sua chegada. Entre outras, imigrantes alemães principalmente, com suas pequenas indústrias domésticas, ajudaram a enriquecer e variar a dieta dos habitantes da cidade com mel, leite, laticínios, legumes e verduras.

Hospital entretanto não havia. Apenas o projeto, que ganharia paredes, telhado e doentes apenas na década seguinte, quando foi inaugurada a Santa Casa de Misericórdia. +

O comércio nem de longe se comparava com as 4 lojas, 1 mascate e as 7 tavernas de 1800. Havia então 64 lojas de fazendas e ferragens, 20 armazéns de "gêneros de fora" e 110 tavernas. Todos esses estabelecimentos pagando impostos ao município.

Além da historicamente apreciada cachaça, produzida em profusão nos muitos alambiques das vizinhanças, os amantes das bebidas espirituosas tinham ao seu inteiro dispor também, a produção de três fábricas de licores e de duas fábricas de cerveja. O hábito de longas e filosóficas baforadas após o almoço e jantar, já havia feito muitos adeptos quando,

+ Nota de luto: Por falta de misericórdia governamental, a Santa Casa de Misericórdia de Campinas cerrou suas portas em 1995, depois de mais de 100 anos de inestimáveis serviços prestados, especialmente em prol das pessoas pobres da cidade, que assim acumula mais uma vergonha e mais uma chaga. Que se possa ao menos dar destino digno e honroso ao histórico edifício, que abrigou a Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, quando de sua criação e por muitos anos.

para seu prazer e incômodo dos não fumantes, instalou-se na cidade uma fábrica de charutos, que deu sua contribuição para alimentar a "neblina" dos 2 bilhares do lugar.

Havia uma fábrica de velas de cera que por certo iluminaram muitos romances. Os ditames da moda fizeram acontecer ainda uma fábrica de chapéus.

Os serviços estavam cada vez mais variados. Além dos tradicionais e necessários alfaiates, sapateiros, latoeiros, marceneiros, seleiros, entre outros, havia também 3 relojoeiros, 3 ourives e 4 padarias, porque fazer pão em casa já ia se tornando coisa do passado e da zona rural.

Havia também oferta para sofisticadas procuras, como um retratista a óleo e 3 pintores hábeis. Contava-se então, com um dos mais recentes avanços da modernidade, e em dose tripla. Viviam em Campinas 3 daguerreotipistas, que devem ter espantado e alegrado muita gente, até que a fotografia se tornasse popular.

Campinas contava 24.000 habitantes: 10.000 livres e 14.000 escravos, mas somente uma pequena fração da população podia ler as páginas muito parciais de "O Conservador", publicado por uma tipografia local.

No teatro, prima donas decadentes vindas do Rio de Janeiro, faziam ainda algum sucesso. Mas com o passar dos anos, a riqueza advinda com o café pode, entre outras coisas, proporcionar à seleta platéia, daquela cidade que seria chamada "*rival declarada de São Paulo*", espetáculos do melhor nível internacional, como "A Dama das Camélias", representada pela famosa Sarah Bernhardt em 1886.⁵⁰⁰

⁵⁰⁰ Texto escrito tendo como base: TSCHUDI, J. J. von, op. cit, pp. 158 - 160 e ZALUAR, Augusto Emílio, op. cit, pp. 137 - 141. Confira também: MORSE, Richard M., *Formação histórica de São Paulo*, São Paulo, DIFEL, 1970, p. 248 e MENDES, José de Castro, *Retatos da velha Campinas*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1951, p. 175.

FONTES PRIMÁRIAS

MANUSCRITAS

Censos de Campinas: 1800, 1803, 1806, 1809, 1812, 1817, 1822, 1825 e 1829.

Inventários de Campinas: 1804 - 1860.

IMPRESSAS

Livros e periódicos

AVÉ-LALLEMANT, Robert, *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1980.

CLETO, Marcelino Pereira, "Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo, sua decadência e o modo de restabelecê-la", *Anais da Biblioteca Nacional*, volume XXI, Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1900.

D'ALINCOURT, Luis, *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*, Belo Horizonte, Itatiaia /EDUSP, 1975.

DAUNT, Ricardo Gumbleton, "Reminiscências do distrito de Campinas em bairro, freguesia e vila", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume, XL, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1942.

DENIS, Ferdinand, *Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1980.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, volumes: 2, 23, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 38 e 44.

FLETCHER, James C., *O Brasil e os brasileiros*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941, 2 volumes.

FLORENCE, Hercules, Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas - de 1825 a 1829 , 2ª edição, São Paulo, Melhoramentos, 1948.

KIDDER, Daniel P., Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do sul do Brasil , Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1980.

MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro e, "Memória econômico política da Capitania de São Paulo", Anais do Museu Paulista , tomo XV, São Paulo, 1961.

MAWE, John, Viagens ao interior do Brasil , Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1978.

MÜLLER, Daniel Pedro, Ensaio de um quadro estatístico da Província de São Paulo , 3ª edição facsimilada, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Coleção Paulística, volume XI, 1978.

OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Veloso de, Memórias sobre o melhoramento da Província de São Paulo , 2ª edição, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Coleção Paulística, volume VI, 1978.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo , volume XXXIV.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, Viagem à Província de São Paulo , Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1976.

_____, Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo , Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1974.

TSCHUDI, J. J. von, Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo , Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1980.

ZALUAR, Augusto Emilio, Peregrinação pela Província de São Paulo (1860 - 1861) , Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1975.

BIBLIOGRAFIA

Livros, periódicos e teses

- AMARAL, Luis, História geral da agricultura brasileira, 2ª edição, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1958, 2 volumes.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de, Onda negra, medo branco, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- BAIROCH, Paul, Revolución industrial y subdesarrollo, 5ª edición, Mexico, Siglo Veintiuno, 1978.
- BANDECCHI, Brasil, "Origem do latifúndio no Brasil", Cadernos de História, nº 4, São Paulo, Obelisco, 1964.
- BATH, Bernard Slicher van, História agrária da Europa ocidental, 500 - 1850, Lisboa, Presença, 1984.
- BERTUCCI, Liane Maria, Impressões sobre a saúde - a questão da saúde na imprensa operária - São Paulo - 1891/1825, Dissertação de mestrado, DH/IFCH/UNICAMP, Campinas, 1992.
- BOSERUP, Ester, Las condiciones del desarrollo en la agricultura (la economía del cambio agrário bajo la presión demográfica), Madrid, Tecnos, 1967.
- BRAUDEL, Fernand, Civilização material e capitalismo, Lisboa, Cosmos, 1970.
- _____, La dinámica del capitalismo, Madrid, Alianza, 1985.
- BRUTT, Héctor Hernán, Acumulação capitalista na América Latina, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____, "A pressão demográfica e as mudanças na sociedade agrária", Campinas, mimeo, s.d.

- _____, "Essência e aparência das relações de produção no campo", Economia e Desenvolvimento, São Paulo, nº 3, pp. 123 - 146, 1982.
- BRUNO, Ernani da Silva, viagem ao país dos paulistas, Rio de Janeiro, José Olympio, 1966.
- _____, História e tradições da cidade de São Paulo, Rio de Janeiro, José Olympio, 1953/1954, 3 volumes.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de, Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CHALHOUB, Sidney, Visões da liberdade, São Paulo, Cia das Letras, 1990.
- CHAYANOV, Alexander V., La organización de la unidad económica campesina, Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
- CORTAZAR, Jose Angel Garcia de, História rural medieval, Lisboa, Editorial Estampa, 1983.
- COSTA, Emília Viotti da, Da senzala à colônia, São Paulo, DIFEL, 1966.
- DEAN, Warren, Rio Claro. Um sistema brasileiro de grande lavoura - 1820 - 1920, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva, Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DIEGUES JUNIOR, Manuel, População e açúcar no nordeste do Brasil, São Paulo, Edição da Comissão Nacional de Alimentação, 1954.
- DORNAS FILHO, João, Aspectos da economia colonial, 2ª edição, Belo Horizonte, Itaitiaia, 1959.
- DUBY, Georges, Economia rural y vida campesina en el occidente medieval, 2ª edición, Barcelona, Ediciones Península, 1973.
- EISENBERG, Peter Louis, Homens esquecidos - escravos e trabalhadores livres no Brasil - séculos XVIII e XIX, Campinas, Editora da UNICAMP, 1989.
- _____, Modernização sem mudança - a indústria açucareira em Pernambuco 1840 - 1910 - Rio de Janeiro, Paz e Terra/UNICAMP, 1977.

- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, *Homens livres na ordem escravocrata* , São Paulo, IEB/USP, 1969.
- FURTADO, Celso, *Formação econômica do Brasil* , 15ª edição, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1977.
- GEBARA, Ademir, *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)* , São Paulo, Brasiliense, 1986.
- GOULART, Edmo, *Campinas, ruas da época imperial* , Campinas, Editora Maranata, 1983.
- HOLANDA, Sergio Buarque, *Caminhos e fronteiras* , Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.
- KOWARICK, Lúcio, *Trabalho e vadiagem - a origem do trabalho livre no Brasil* , São Paulo, Brasiliense, 1987.
- KUZNESOF, Elisabeth Anne, *Household economy and urban development. São Paulo, 1765 to 1836* ,Boulder, Westview Press, 1986.
- LAPA, José Roberto do Amaral, "Primeiras notas para uma bibliografia da história de Campinas" - Separata da Revista *Estudos Históricos* nº 5/6, Marília, 1966.
- _____, *A economia cafeeira* , 3ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____, *O antigo sistema colonial* , São Paulo, Brasiliense, 1982.
- LARA, Silvia Hunold, *Campos da violência* ,Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- _____, "Entre o luxo e a luxúria: diferenças e identidades entre mulheres coloniais", texto apresentado no Colóquio: Sentimento(s) e identidade(s): Os paradoxos do político, Brasil/França, DH/IFCH/UNICAMP, Campinas, maio/1994.
- LENHARO, Alcir, *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil - 1808 - 1842)* , São Paulo, Edições Símbolo, 1979.
- LIMA, Rui Cirne , *Pequena história territorial do Brasil - sesmarias e terras devolutas* , 4ª edição, Brasília, ESAF, 1988.
- LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, *História da agricultura brasileira; combates e controvérsias* , São Paulo, Brasiliense, 1981.

LINHARES, Maria Yedda Leite, História do abastecimento; uma problemática em questão (1530 - 1918), Brasília, Edições Binagri, 1979.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado, Evolução da casa paulistana e arquitetura de Ramos de Azevedo, São Paulo, Voz do Oeste/Secretaria da Cultura, 1981.

MACHADO, Alcântara, Vida e morte do bandeirante, Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1980.

MACHADO, Roberto et alii, Danação da norma, Rio de Janeiro, Graal, 1978.

MARCÍLIO, Maria Luiza (org.), População e sociedade - evolução das sociedades pré-industriais, Petrópolis, Vozes, 1984.

_____, "População e força de trabalho em uma economia agrária em mudança. A província de São Paulo, no final da época colonial", Revista de História, nova série, nº 114, janeiro - junho, São Paulo, 1983.

_____, A cidade de São Paulo, São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1974.

_____, Crescimento demográfico e evolução agrária paulista - 1700-1836, tese apresentada ao concurso para livre docência em História Contemporânea, FFLCH/USP, São Paulo, 1974.

MARIANO, Julio, Badulaques, São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

_____, Campinas de ontem e anteontem, Campinas, Editora Maranata, 1970.

MARX, Karl, Formações econômicas pré-capitalistas, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1975.

_____, O capital, São Paulo, Nova Cultural, 1985,

MATTOSO, Katia de Queirós, Bahia, a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX, São Paulo, HUCITEC, 1978

_____, Família e sociedade na Bahia do século XIX, São Paulo, Corrupio, 1988.

MENDES, José de Castro, Retratos da velha Campinas, São Paulo, Departamento de Cultura, 1951.

MENDRAS, Henri, Sociedades camponesas, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

- METCALF, Alida Christine, Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720 - 1820 , PHD, University of Texas at Austin, 1983.
- MONTEIRO, John Manuel, Negros da terra - índios e bandeirantes nas origens de São Paulo , São Paulo, Cia das Letras, 1994.
- PEREGALLI, Enrique, Recrutamento militar no Brasil colonial , Campinas, Editora da UNICAMP, 1986.
- PETRONE, Maria Thereza Schörer, A lavoura canavieira em São Paulo , São Paulo, DIFEL, 1968.
- PLAZA JUNIOR, Orlando (org.), Economia campesina , Lima, DESCO, 1979.
- PORTO, Angela, "A assistência médica aos escravos no Rio de Janeiro: o tratamento homeopático", Papéis avulsos , Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, n° 7, pp. 13 - 25, 1988.
- PRADO JUNIOR, Caio, Formação do Brasil contemporâneo , 8ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1965.a
- _____, História econômica do Brasil , 10ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1967.
- PUPO, Celso Maria de Mello, Campinas, município no Império , São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1983.
- _____, Campinas, seu berço e juventude, Campinas, Academia Campinense de Letras, 1969.
- QUEIRÓS, Carlota Pereira de, Um fazendeiro paulista no século XIX , São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1965.
- QUEIRÓS, Sueli Robles Reis de, "Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial", Anais do Museu Paulista , São Paulo, 1967.
- REIS, João José, A morte é uma festa, ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX , São Paulo, Cia das Letras, 1991.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos, *Alimentar o Paraná Província - a formação da estrutura agro-alimentar*, tese apresentada ao concurso para Professor Titular em História do Brasil, DEHIS/UFPR, Curitiba, 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808 - 1821)*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1977.

_____, *Cultura no Brasil colônia*, Petrópolis, Vozes, 1981.

_____, *Sistema de casamento no Brasil colonial*, São Paulo, T.A. Queiroz/EDUSP, 1984.

SILVA, Sergio, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, 6ª edição, São Paulo, Alfa-Omega, 1985.

SIMONSEN, Roberto C., *História econômica do Brasil (1520-1820)*, 8ª edição, São Paulo, Cia editora Nacional, 1978.

SLENES, Robert W., "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX", *Cadernos IFCH*, nº 17, junho de 1985.

SOUZA, Laura de Mello e, *Desclassificados do ouro*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Graal, 1986.

STEIN, Stanley J., *Vassouras - um município brasileiro do café, 1850 - 1900*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

THOMAS, Keith, *O homem e o mundo natural*, São Paulo, Cia das Letras, 1988.

THOMPSON, Edward P., *A miséria da teoria ou um planetário de erros*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____, "La economía moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII", *Tradición, revuelta y consciencia de classe*, Barcelona, Critica, 1979.

VEYNE, Paul, *Como se escreve a História*, 2ª edição, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.

VILAR, Pierre, *Desenvolvimento econômico e análise histórica*, Lisboa, Presença, 1982.

WILLIAMS, Raymond, *O campo e a cidade*, São Paulo, Cia das Letras, 1989.

WRIGHT, Gavin, *The political economy of the cotton south - households, markets and wealth in the nineteenth century*, New York, W.W. Norton & Company Inc., 1978.

ZEMELLA, Mafalda P., *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*, 2ª edição, São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1990.